

O Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável da Universidade Federal do Paraná apresenta o segundo volume Cultura, Saúde e Educação da Coleção “Litoral do Paraná: território e perspectivas” como meio de estimular conhecimento e seguir com o diálogo em torno dos estudos acerca do desenvolvimento, do território e da sustentabilidade. Como mencionado no primeiro volume, o projeto desta publicação nasceu de um encontro do Comitê Científico e do Grupo de Pesquisas em Desenvolvimento Territorial Sustentável do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável, no qual se refletiu sobre as diversas maneiras que um curso de pós-graduação, inserido e comprometido com as questões territoriais, pode contribuir para novos e alternativos modelos de desenvolvimento.

É fundamental lembrar que esta Coleção, agora em seu segundo volume, pretende ser uma obra viva e dinâmica, a revelar uma diversidade de olhares sobre o litoral paranaense. Nesses olhares se misturam inquietações, questionamentos, quadros diagnósticos, perspectivas, e, sobretudo, entusiasmo por esta região. Estudiosos e pesquisadores com distintas trajetórias e formações, se unem aqui para partilhar resultados de reflexões e dedicados processos de investigação científica. A Coleção “Litoral do Paraná: território e perspectivas” firma-se para nosso Programa como uma estratégia permanente de difusão de conhecimento sobre o litoral paranaense, ao mesmo tempo em que atende à convicção de seus autores a respeito da necessidade de se comunicar com o público mais amplo, além dos limites da universidade. A expectativa é que estes volumes iniciais, junto a tantos outros que deverão vir, se revelem importante acervo de saberes e principalmente fonte de possibilidades e alternativas, que sirvam de base para novas compreensões e referência para instituições e o conjunto da vida social e política.



BRAZIL PUBLISHING
www.brazilpublishing.com



VOLUME II: CULTURA, SAÚDE E EDUCAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL



BRAZIL PUBLISHING

LITORAL DO PARANÁ: TERRITÓRIO E PERSPECTIVAS

Volume II: Cultura, Saúde e Educação

Organizadores:
Cinthia Maria de Sena Abrahão
Rodrigo Arantes Reis
Marcelo Chemin
Liliani Marília Tiepolo



COLEÇÃO

LITORAL DO PARANÁ:
TERRITÓRIO E PERSPECTIVAS

VOLUME 2 Cultura, Saúde e Educação

© Editora Brazil Publishing
Rua Fernando Simas, 95 Sala - 6
Bigorriho - Curitiba - PR - 80430-190
+55 (41) 3022-4222



Conselho Editorial:

Presidente: Rodrigo Horochovski

Vice Presidente: Afonso Murata

Membros do Conselho: Daniel Canavese

Denise Kluge

Dione Tinti

Fabício R. L. Tomio

Ilton R. Filho

Joelma Estevam

José E. Feger

José R. G. Cella

Luciana Ferreira

Luciana M. Nascimento

Marcia M. Ribeiro

Marília Murata

Marisete T. H-Horochovski

Milene Z. Vosgerau

Rodrigo Kanayama

Presidente Executiva: Sandra Heck

Vice Presidente Executivo: João Paulo Neto

Capa: Luciana Ferreira (Fotografias Capa: Marcelo Chemin)

Editoração: João Paulo Neto

COLEÇÃO
LITORAL DO PARANÁ:
TERRITÓRIO E PERSPECTIVAS
VOLUME 2 Cultura, Saúde e Educação

Dados internacionais de catalogação na publicação
Bibliotecária responsável: Mara Rejane Vicente Teixeira

Litoral do Paraná : território e perspectivas : volume 2 :
cultura, saúde e educação / organizadores Cinthia Maria de
Sena Abrahão ... [et al.]. - Curitiba, PR : Brazil Publishing,
2016.
304 p. : il. ; 16 x 23 cm. - (Litoral do Paraná : território e
perspectiva ; v. 2)

Inclui bibliografia.
ISBN 978-85-68419-13-7

1. Costa – Paraná. 2. Desenvolvimento sustentável – Paraná.
3. Educação - Paraná. I. Abrahão, Cinthia Maria de Sena(org.).
II. Reis, Rodrigo Arantes (org.). III. Chemim, Marcelo. IV. Tiepolo,
Liliani Marília (org.).

CDD (22ª ed.)
333.72098162

Impresso no Brasil / Printed in Brazil
2016

Organizadores

Cinthia Maria de Sena Abrahão

Rodrigo Arantes Reis

Marcelo Chemin

Liliani Marília Tiepolo

Autores

Adriana Lucinda de Oliveira

Anielly Dalla Vecchia

Bruno Martins Gurgatz

Carlos Alberto Cioce Sampaio

Cinthia Maria de Sena Abrahão

Cristiane Mansur de Moraes Souza

Daniel Canavese de Oliveira

Diomar Augusto de Quadros

Edinan Cardoso Dourado

Elizabeth Sayuri Kushano

Gilberto Friedenreich dos Santos

Gisele Antoniaconi

Helena Maria Andre Bolini

Ilda Janete Steimetz Costa Martin

Lizandro Nunes Fernandez

Luciana Ferreira

Luciana Vieira Castilho Weinert

Luiz Alberto Esteves

Marcelo Chemin

Marcos Claudio Signorelli

Marcos de Vasconcellos Gernet

Marcos Luiz Filippim

Marília Pinto Ferreira Murata

Marisete T. Hoffmann-Horochofski

Martin Stabel Garrote

Mayra Taiza Sulzbach

Miguel Bahl

Neilor Vanderlei Kleinübing

Paula Sayuri Sogabe

Regina Maria Ferreira Lang

Rodrigo Arantes Reis

Samara Braun

Shimene Feuser

Regina Maria Ferreira Lang

Sidney Vincent de Paul Vikou

Vanessa Dambrowski

Valdir Frigo Denardin

COLEÇÃO
LITORAL DO PARANÁ:
TERRITÓRIO E PERSPECTIVAS
VOLUME 2 Cultura, Saúde e Educação



BRAZIL PUBLISHING

LITORAL DO PARANÁ:

TERRITÓRIO E PERSPECTIVAS

COMITÊ EDITORIAL DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL DA UFPR

Cinthia Maria de Sena Abrahão

Fernando Hellmann

Liliani Marilia Tiepolo

Marcelo Chemin

Rodrigo Arantes Reis

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E PARECERES

Dra. Andrea Knabem (UFPR)

Dra. Cinthia Maria de Sena Abrahão (UFPR)

Dr. Daniel Canavese de Oliveira (UFRGS)

Dra. Elaine Cristina de Oliveira Menezes (UFPR)

Dr. Fernando Hellmann (UFSC)

Dr. Ione Jayce Ceola Schneider (UFSC)

Dra. Liliani Marilia Tiepolo (UFPR)

Dr. Luiz Francisco Ditzel Faraco (ICMBIO)

Dr. Marcelo Chemin (UFPR)

Dr. Marcos Luiz Filippim (UFPR)

Dra. Marisete T. Hoffmann-Horochovski (UFPR)

Dr. Rodrigo Arantes Reis (UFPR)

MSc. Carlos Weiner Mariano de Souza (USP)

COLEÇÃO: LITORAL DO PARANÁ: TERRITÓRIO E PERSPECTIVAS

VOLUME II: CULTURA, SAÚDE E EDUCAÇÃO

SUMÁRIO

LITORAL DO PARANÁ: TERRITÓRIO E PERSPECTIVAS CULTURA, SAÚDE E EDUCAÇÃO.....	9
---	---

Marcelo Chemin

Cinthia Maria de Sena Abrahão

Liliani Marília Tiepolo

Rodrigo Arantes Reis

O PROCESSO DE INSERÇÃO PROFISSIONAL DOS EGRESSOS DOS ANOS DE 2009 E 2010 DA UFPR SETOR LITORAL.....	13
---	----

Adriana Lucinda de Oliveira

Luiz Alberto Esteves

LUGAR, LUGAR TURÍSTICO E TERRITÓRIOS LUGARES: APONTAMENTOS TEÓRICOS E VIVENCIAIS A PARTIR DE PESQUISA COM GRUPOS DE CRIANÇAS RESIDENTES EM MATINHOS (PARANÁ – BRASIL).....	39
--	----

Elizabete Sayuri Kushano

Miguel Bahl

TURISMO, BALNEARIZAÇÃO E O SURGIMENTO DE UMA TRADIÇÃO CARNAVALESCA EM MATINHOS – PARANÁ (BRASIL).....	65
---	----

Marcos Luiz Filippim

Miguel Bahl

DESDOBRAMENTOS DA PRODUÇÃO IMAGÉTICA – CULTURAL E ARTÍSTICA REALIZADA NO LITORAL PARANAENSE.....	99
--	----

Luciana Ferreira

Marcos de Vasconcellos Gernet

PROMOÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE ESCOLARES DE MATINHOS, PARANÁ, ATRAVÉS DO PESCADO.....	131
---	-----

Diomar Augusto de Quadros

Regina Maria Ferreira Lang

Helena Maria Andre Bolini

CIDADANIA CONDICIONADA: REFLEXÕES PRELIMINARES SOBRE POLÍTICAS SOCIAIS E FAMÍLIAS POBRES EM MATINHOS,	
---	--

LITORAL DO PARANÁ: TERRITÓRIO E PERSPECTIVAS

PARANÁ.....167

Ilda Janete Steimetz Costa

Marisete T. Hoffmann-Horochovsk

PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL A PARTIR DO MODO DE VIDA DO CAMPO E TRAÇOS DE IDENTIDADE: RELATOS DE UMA EXPERIÊNCIA NA MICROBACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SAGRADO, MORRETES, PARANÁ.....185

Cristiane Mansur de Moraes Souza

Carlos Alberto Cioce Sampaio

Samara Braun

Edinan Cardoso Dourado

HISTÓRIA E MEMÓRIA AMBIENTAL DA OCUPAÇÃO E USO DO TERRITÓRIO NA MICROBACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SAGRADO (MORRETES, PARANÁ).....207

Gilberto Friedenreich dos Santos

Martin Stabel Garrote

Vanessa Dambrowski

Lizandro Nunes Fernandez

Shimene Feuser

PREVALÊNCIA DE ASMA E RINITE EM ESTUDANTES DE 13 E 14 ANOS NO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ, PARANÁ.....223

Gisele Antoniaconi

Anielly Dalla Vecchia

Paula Sayuri Sogabe

Bruno Martins Gurgatz

Daniel Canavese de Oliveira

Rodrigo Arantes Reis

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA DO LITORAL DO PARANÁ: REDES DE ATENÇÃO À SAÚDE E POLÍTICAS PÚBLICAS.....243

Marcos Cláudio Signorelli

Luciana Vieira Castilho Weinert

Neilor Vanderlei Kleinubing

Marília Pinto Ferreira Murata

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA POBREZA EM GUARAQUEÇABA, PARANÁ: OBSERVAÇÕES A PARTIR DO ABANDONO DOS JOVENS DO LOCAL.....265

Mayra Taiza Sulzbach 265

Valdir Frigo Denardin 265

ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA DA PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE O TURISMO NO LITORAL DO PARANÁ.....	285
--	-----

Sidney Vincent de Paul Vikou
Cinthia Maria de Sena Abrahão
Marcelo Chemin



UFPR Setor Litoral (Matinhos - PR). **Autor:** Marcelo Chemin

LITORAL DO PARANÁ: TERRITÓRIO E PERSPECTIVAS CULTURA, SAÚDE E EDUCAÇÃO

O Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável da Universidade Federal do Paraná apresenta o segundo volume *Cultura, Saúde e Educação* da Coleção “Litoral do Paraná: território e perspectivas” como meio de estimular conhecimento e seguir com o diálogo em torno dos estudos acerca do desenvolvimento, do território e da sustentabilidade. Como mencionado no primeiro volume, o projeto desta publicação nasceu de um encontro do Comitê Científico e do Grupo de Pesquisas em Desenvolvimento Territorial Sustentável do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável, no qual se refletiu sobre as diversas maneiras que um curso de pós-graduação, inserido e comprometido com as questões territoriais, pode contribuir para novos e alternativos modelos de desenvolvimento.

É fundamental lembrar que esta Coleção, agora em seu segundo volume, pretende ser uma obra viva e dinâmica, a revelar uma diversidade de olhares sobre o litoral paranaense. Nesses olhares se misturam inquietações, questionamentos, quadros diagnósticos, perspectivas, e, sobretudo, entusiasmo por esta região. Estudiosos e pesquisadores com distintas trajetórias e formações, se unem aqui para partilhar resultados de reflexões e dedicados processos de investigação científica. A Coleção “Litoral do Paraná: território e perspectivas” firma-se para nosso Programa como uma estratégia permanente de difusão de conhecimento sobre o litoral paranaense, ao mesmo tempo em que atende à convicção de seus autores a respeito da necessidade de se comunicar com o público mais amplo, além dos limites da universidade. A expectativa é que estes volumes iniciais, junto a tantos outros que deverão vir, se revelem importante acervo de saberes e principalmente fonte de possibilidades e alternativas, que sirvam de base para novas compreensões e referência para instituições e o conjunto da vida social e política.

Este é o contexto da Coleção “Litoral do Paraná: território e perspectivas”. O volume 2 está organizado em 12 capítulos, dos quais o primeiro é assinado por Adriana Lucinda de Oliveira, intitulado O

processo de inserção profissional de egressos da UFPR Setor Litoral. O foco desse capítulo está na problemática do mercado de trabalho na contemporaneidade a partir da pesquisa empírica realizada com egressos de quatro cursos superiores ofertados pela UFPR.

No capítulo 2, *Lugar, lugar turístico e territórioslugares: apontamentos teóricos e vivenciais a partir da pesquisa com grupos de crianças residentes em Matinhos (Paraná-Brasil)*, os pesquisadores Elizabete Sayuri e Miguel Bahl fazem uma síntese da tese cujo foco está no tema do turismo, infância e cotidiano, destacando o conceito territórioslugares.

A construção das tradições carnavalescas analisada sob a perspectiva dos organizadores do Carnaval de Matinhos é o objeto do capítulo 3, *“Turismo, balnearização e o surgimento de uma tradição carnavalesca em Matinhos – Paraná (Brasil)”*, de autoria de Marcos Luiz Filippim e Miguel Bahl.

A produção imagética do litoral Paranaense é tema do capítulo 4, assinado por Luciana Ferreira e Marcos de Vasconcellos Gernet, sob o título de *Desdobramentos da produção imagética – cultural e artística – realizada no litoral paranaense*. A abrangência do texto envolve desde as imagens do período pré-colonial até a contemporaneidade, buscando traçar relações com os conceitos de natureza e paisagem.

No capítulo 5, Diomar Augusto de Quadros, Regina Maria Ferreira Lang e Helena Maria Andre Bolini apresentam *Promoção da Segurança Alimentar e nutricional de escolares de Matinhos/PR através do pescado*, no qual discutem os resultados da pesquisa sobre possibilidades de inserção do pescado na dieta alimentar de crianças em idade escolar.

Cidadania condicionada: reflexões preliminares sobre políticas sociais e famílias pobres em Matinhos/PR intitula o capítulo 6, assinado por Ilda Janete Steimetz Costa e Marisete T. Hoffman-Horoschovski. No texto discutem-se os sentidos da cidadania construídos nas políticas de enfrentamento à pobreza no Brasil, com base na trajetória de algumas famílias de Matinhos.

No capítulo 7, os autores Cristiane Mansur de Moraes Souza, Carlos Alberto Cioce Sampaio, Samara Braun e Edinan Cardoso Dourado abordam o processo de implementação do Programa de Extensão Rural “Fortalecimento dos modos de vida das populações

locais nas comunidades do sudoeste da microbacia hidrográfica do Rio Sagrado”, Morretes (PR), tendo em vista suas contribuições para o ecossociodesenvolvimento, no artigo intitulado *Processo de desenvolvimento territorial a partir do modo de vida do campo e traços de identidade: relatos de uma experiência na microbacia do Rio Sagrado, Morretes (PR)*.

O capítulo 8, *História e Memória Ambiental da Ocupação e uso do Território na Microbacia Hidrográfica do Rio Sagrado (Morretes, PR)*, de autoria de Gilberto Friedenreich dos Santos, Martin Stabel Garrote, Vanessa Dambrowski, Lizandro Nunes Fernandez e Shimene Feuser, traz um relato sobre os estudos de História Ambiental do Grupo de Pesquisas de História Ambiental do Vale do Itajaí (Universidade Regional de Blumenau).

Gisele Antoniaconi, Anielly Dalla Vecchia, Paula Sayuri Sogabe, Bruno Martins Gurgatz, Daniel Canavese de Oliveira, Rodrigo Arantes Reis assinam o capítulo 9, *Prevalência de asma e rinite em estudantes de 13 e 14 anos no município de Paranaguá, Paraná*, no qual aplicam o método padronizado Isaac para analisar a incidência de asma e rinite, buscando identificar suas relações com impactos da atividade portuária.

Pessoas com deficiência do litoral do Paraná: redes de atenção à saúde e políticas públicas, de Marcos Cláudio Signorelli, Luciana Vieira Castilho Weinert, Neilor Vanderlei Kleinubing e Marília Pinto Ferreira Murata, é o capítulo 10, que traz uma reflexão sobre uma experiência de implementação de políticas públicas focadas na sustentabilidade, por meio da formação de redes para pessoas com deficiência no litoral do Paraná.

Mayra Taiza Sulzbach e Valdir Frigo Denardin escrevem o capítulo 11, nomeado *A institucionalização da pobreza em Guaraqueçaba – PR: observações a partir do abandono dos jovens do local*, em que relacionam um panorama das condições dos jovens e as políticas públicas que institucionalizaram a pobreza e da economia de subsistência como estruturas sociais desse município do litoral norte.

O último capítulo dessa coletânea, *Análise bibliométrica da produção acadêmica sobre o turismo no litoral do Paraná*, de Sidney Vincent de Paul Vikou, Cinthia Maria de Sena Abrahão e Marcelo Chemin, apresenta resultados de um estudo bibliométrico que averiguou

se o fato do turismo se apresentar como um fenômeno relevante para o litoral paranaense tem reflexo efetivo no âmbito da produção acadêmica.

Desejamos boas leituras!

Marcelo Chemin
Cinthia Maria de Sena Abrahão
Liliani Marilia Tiepolo
Rodrigo Arantes Reis

O PROCESSO DE INSERÇÃO PROFISSIONAL DOS EGRESSOS DOS ANOS DE 2009 E 2010 DA UFPR SETOR LITORAL

*Adriana Lucinda de Oliveira
Luiz Alberto Esteves*

INTRODUÇÃO

A análise do atual estágio de acumulação capitalista, a partir da perspectiva marxista, possibilita-nos uma aproximação dos diferenciados determinantes sociais, políticos, ideológicos, econômicos que interferem no desenho das políticas de trabalho/emprego e educação superior. O trabalho permanece central na vida dos trabalhadores e trabalhadoras, fonte de subsistência e de identidade. No entanto, a cada dia, o acesso ao mercado de trabalho tem sido mais complexo e as relações marcadas pela transitoriedade, flexibilidade, provisoriedade, enfim, pela superexploração do trabalho. O sociometabolismo do capital, cunhado por Mészáros (2002), elucida o emaranhado e a perversidade da lógica do atual estágio de acumulação, no qual a educação está a serviço do capital, sendo que o/a trabalhador/a é responsabilizado pela sua empregabilidade, pelo seu processo formativo, pelo seu sucesso e/ou fracasso. A dimensão coletiva tanto do trabalho, quanto da educação são desqualificadas, desacreditadas, subestimadas. O diploma de nível superior não é mais garantia de inserção profissional, sendo exigidas outras competências e habilidades para enfrentar a competitividade no mercado de trabalho.

A concretude de uma análise a partir de um território auxilia no processo de aproximações sucessivas da realidade, dada a limitada capacidade humana de apreender a totalidade na sua dinamicidade. Assim, o presente texto aborda o processo de inserção profissional dos egressos do ensino superior da Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral, situada no município de Matinhos, região litorânea do estado do Paraná. Para tanto, inicia-se com uma caracterização do litoral do

Paraná e na sequência apresenta-se a discussão a partir da investigação sobre o processo de inserção profissional realizada com os egressos dos primeiros cursos implantados nesse campus universitário.

O LITORAL DO PARANÁ – UFPR SETOR LITORAL

O litoral do Paraná é composto por sete municípios: Antonina (968,9771 km²), Guaraqueçaba (2.159,3374 km²), Guaratuba (1.326,8811 km²), Matinhos (111,5637 km²), Morretes (686,5942 km²), Paranaguá (665,8309 km²) e Pontal do Paraná (216,2945 km²). A área total, que corresponde a 3% do território paranaense, limita-se ao norte com o estado de São Paulo, onde se localiza a Vila de Ararapira; ao sul com o estado de Santa Catarina, no curso do Rio Sahi-Guaçu; a leste com o Oceano Atlântico; e a oeste com a denominada Serra do Mar. Atualmente, tem 82% de sua área voltada para a conservação, pois possui a maior área contínua de floresta pluvial atlântica preservada (PIERRI et al., 2006, p. 150). De acordo com as tipologias propostas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação são cinco Unidades de Conservação de Uso Sustentável (uma federal e quatro estaduais), representando 63% da área total do litoral, e 14 Unidades de Conservação de Proteção Integral (cinco federais, oito estaduais e uma municipal). Além disso, a região conta com 13 Reservas Particulares de Patrimônio Natural (RPPN), sendo oito estaduais e cinco federais (GÓES, 2014). As RPPN são áreas de reserva ambiental, conhecidas como área de reserva de carbono, um dos mecanismos de redução de emissão de gases de efeito estufa.

Apesar da riqueza natural e cultural existente no mosaico de unidades de conservação que permeia esse território, o litoral norte do estado se configura como uma das regiões mais pobres do Paraná, marcada pela sazonalidade e por um desenvolvimento lento e dependente da atividade portuária, agrícola e de serviços (turismo).

A sazonalidade é demarcada pela instalação das segundas residências¹ e de estabelecimentos destinados ao turismo de sol e

1- Segunda residência pode ser definida como um alojamento particular, com fins associados ao lazer e ao descanso, usada de forma temporária por pessoas que possuem residência fixa em outro lugar. Registra-se que o IBGE nos censos de 1991, 2000, 2010 classificou as segundas residências para fim de tipificar os domicílios brasileiros em

mar. Durante a temporada de verão, as condições de infraestrutura de serviços básicos, que são precários, se deterioram ainda mais, como transporte, saúde, saneamento básico e abastecimento. Somam-se ainda impactos como o ambiental, o aumento dos preços, o trânsito caótico, violência e barulho. Passado esse período, a região sofre uma redução de suas atividades econômicas e parte de toda a estrutura de segundas residências fica subutilizada.

A vulnerabilidade econômica da população expressa o contraditório e excludente processo de acumulação capitalista no litoral do Paraná, haja vista sua riqueza natural, a diversidade cultural dada pela presença de indígenas, quilombolas, ribeirinhos, caíçaras, pequenos agricultores e ainda pelo fato de ter em seu território, desde 1935, um dos principais portos do país, por onde escoar a suntuosa produção do agronegócio do país.

Por muito tempo, o papel do litoral ficou praticamente reduzido a sua função portuária, servindo para escoar os produtos criados nas regiões privilegiadas pelo capital para o exterior. Paralelamente, constitui-se o uso pesqueiro, mas esse uso sempre foi secundário em relação ao portuário e nunca teve relevância para o desenvolvimento econômico do Estado. Só nas últimas décadas do século XX o litoral constituiu-se, também, num espaço de investimento turístico, oferecendo oportunidades de descanso e lazer, majoritariamente a curitibanos de classe média e, em menor grau, a pessoas do interior do estado, da mesma condição social. Finalmente, a grande extensão de natureza preservada do litoral paranaense, de valor ambiental mais que econômico, propiciou, no contexto político contemporâneo de preocupação pela proteção da natureza e da biodiversidade, que se tenha constituído a maior parte de seu território em área de conservação (PIERRI et al., 2006, p. 137-167).

A realidade da região se complexificou nos últimos anos, dada a necessidade de ampliação da distribuição de mercadorias via porto e da identificação por parte das grandes empresas da localização privilegiada do litoral. Esse processo tem sido fruto de diferenciados embates entre ambientalistas e representantes do grande capital em torno de várias obras como a ampliação do Porto de Paranaguá, a criação do Porto

“domicílios particulares de uso ocasional” (ESTEVES, 2011, p. 68).

de Pontal do Paraná², construção de poliduto, ampliação da malha ferroviária e rodoviária e do desenvolvimento de uma série de grandes empreendimentos de infraestrutura.

Presencia-se na região uma contradição constante marcada por interesses do grande capital que, historicamente, demarcam uma relação utilitária com esse território e as demandas e necessidades da população local, que vive os impactos do atual estágio da acumulação capitalista, expressos nas ameaças ambientais, na desregulamentação dos direitos trabalhistas, na sazonalidade do mercado de trabalho, no turismo predatório, na histórica cultura política clientelista e patrimonialista da região.

Esse cenário compôs o rol de justificativas no processo de expansão e interiorização da Universidade Federal do Paraná (UFPR) com a criação do Setor Litoral. A implantação do Setor Litoral da UFPR ocorreu no ano de 2004, fruto da negociação entre a Universidade Federal do Paraná, governo do estado do Paraná, prefeitura de Matinhos, Secretaria de estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná (Cefet) e Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá (Fafipar – Unespar), que em 2001 firmaram um termo de cooperação para a implantação de ações para ampliação do acesso à educação na região.

A conjuntura política da época também interferiu para a concretização de ações de ampliação do ensino superior. Em 2002, ocorreu a eleição do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do governador do estado do Paraná, Roberto Requião. Ambos tinham em suas plataformas de governo o compromisso com a ampliação do acesso ao ensino superior, com ênfase nas regiões mais afastadas dos grandes centros urbanos. Da mesma forma, a gestão 2002-2006 da UFPR teve a expansão como um de seus objetivos.

A proposta de criação de uma expansão da UFPR no litoral do Paraná esteve, desde o princípio, muito vinculada ao debate sobre o desenvolvimento da região, dado seus baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH), a sazonalidade e a sua riqueza ambiental.

Frente a essa conjuntura, os idealizadores propuseram um Projeto

2- Segundo Goés (2014), Pontal do Paraná está numa localização estratégica, chamando a atenção de grandes empreendedores, pois possui um calado natural por estar localizado na entrada na Baía de Paranaguá, permitindo a atracagem de navios de maior porte.

Político Pedagógico (PPP) diferente dos demais setores da UFPR, caracterizado pelo seu desenho curricular, formas de avaliação, estratégia de gestão, fundamento teórico-filosófico e relação com estudantes e comunidade. A concepção político-pedagógica explicitada no PPP da UFPR Litoral assume o desafio de exercitar seu papel social de agente de transformação, de questionador crítico e fomentador de conhecimentos que dialoguem e interfiram na realidade social para além das exigências do capital. Assume uma concepção ampliada de educação como um processo de socialização, aprendizado, que perpassa todas as dimensões da vida, que conduz a experiências, exercício e vivência de libertação, humanização, conscientização, delineando outro *modus operandi*, que potencializa a capacidade de ser no mundo, que valoriza a criatividade, a autonomia, a dimensão coletiva e humana.

Foram concebidos 15 cursos³, de acordo com as características da região. Na área ambiental: Gestão Ambiental e Tecnologia em Agroecologia. Na área de saúde e social: Fisioterapia, Saúde Coletiva, Serviço Social, Tecnologia em Orientação Comunitária, e Informática e Cidadania. Na área do turismo, negócios e lazer: Tecnologia em Turismo, Gestão e Empreendedorismo, e Gestão do Esporte e Lazer. Foram ainda criadas três licenciaturas: em Artes, Ciências, e Linguagens e Comunicação. Os cursos como Bacharelado em Gestão Pública e Tecnologia em Gestão Imobiliária relacionam-se à área de gestão do território e de políticas públicas. Destaca-se que os cursos escolhidos tiveram como critério a não existência destes em outro campus da UFPR e uma relação com as demandas da região.

O Setor Litoral da UFPR, ao longo de sua primeira década de atividade, destacou-se pela sua forte atuação extensionista e por possibilitar a entrada, na universidade, de estudantes oriundos da região. No entanto, não estabeleceu uma sistemática de monitoramento e avaliação de suas ações. Frente a isso, a pesquisa desenvolvida, no processo de doutoramento em políticas públicas, teve como objetivo analisar e mapear o processo de inserção profissional dos jovens egressos da UFPR Setor Litoral, nos anos de 2009 e 2010, dos cursos de Gestão Ambiental (GA), Fisioterapia (FISIO), Serviço Social (SSO) e Gestão

3- Informações sobre todos os demais cursos e sobre o projeto político-pedagógico estão disponíveis na *homepage* da UFPR Setor Litoral. Disponível em: <<http://www.litoral.ufpr.br/portal/cursos/>>. Acesso em: 25 abr. 2015.

e Empreendedorismo (GE), que se constituem nos primeiros cursos superiores implantados no Setor Litoral da UFPR.

A PESQUISA COM EGRESSOS SOBRE O PROCESSO DE INSERÇÃO PROFISSIONAL

A investigação teve uma abordagem qualitativa, utilizando dados quantitativos na perspectiva de construir uma análise relacional e de complementaridade.

Segundo os dados do registro acadêmico da UFPR Setor Litoral, o universo compreendeu 109 pessoas, que concluíram a graduação nos anos 2009 e 2010, nos cursos de Gestão Ambiental, Fisioterapia, Gestão e Empreendedorismo e Serviço Social. Os cursos de Gestão Ambiental e Fisioterapia tiveram início no ano de 2005, sendo que compuseram o universo duas turmas de formados dos respectivos cursos. Os cursos de Serviço Social e de Gestão e Empreendedorismo iniciaram suas atividades no ano de 2006 e integraram o universo com uma turma de formados de cada curso. Desse universo, obteve-se 87 respondentes, sendo 66 mulheres e 21 homens, que acessaram o ensino superior na faixa etária considerada jovem (até 29 anos). Dos 87 egressos que aderiram à pesquisa, 20% acessaram o ensino superior por meio de cotas – 13% cota social e 6% racial. Quanto à pertença étnico-racial, há predominância de brancos (74%), seguida de pardos (18%), pretos (5%) e amarelos (1%).

A pesquisa foi desenvolvida por meio da aplicação de um questionário, utilizando o software livre Lime Survey, com perguntas fechadas ou de múltipla escolha, que foi respondido on-line. Na perspectiva de dar robustez aos dados quantitativos, 16 entrevistas foram realizadas, tendo como critério contatar o mesmo número de entrevistas entre os cursos (ou seja, entrevistaram-se quatro egressos de cada curso pesquisado), sendo 5 homens e 11 mulheres, com prioridade para aqueles que permaneceram residindo na região do litoral do Paraná, com vistas a apreender as condições de inserção profissional na região. As entrevistas foram compostas por questões semiabertas e abertas para complementação de informações de caráter qualitativo

que permitiram análises em profundidade, apreendendo a diversidade de características e de significados atribuídos ao tema pelos sujeitos deste estudo. Os entrevistados foram aqueles que responderam ao questionário e aceitaram conceder a entrevista.

A discussão dos dados ocorreu por meio da análise de correspondência múltipla, que examina as relações geométricas do cruzamento de variáveis categóricas nominais a partir da associação entre elas, verificadas por meio das proximidades e dos distanciamentos entre os pontos distribuídos em projeção plana (PEREIRA, 2004). A análise de correspondência múltipla consiste

[...] em uma técnica de análise exploratória de dados multivariados que permite a visualização das relações mais importantes de um grande conjunto de variáveis sem uma estrutura definida a priori. Os resultados desta análise são apresentados por meio de gráficos onde todas as categorias das variáveis envolvidas são apresentadas em conjunto, permitindo assim visualizar mais facilmente as relações entre elas. Cada categoria é representada por um ponto no gráfico. A distância entre os pontos permite visualizar as relações existentes. (PINTO; ASSIS, 2013, p. 292).

Assim, para realizar essas análises, optou-se por fazer alguns agrupamentos, com base no estudo dos percentuais de respostas. No momento da pesquisa, dos 87 respondentes, apenas 55 estavam inseridos profissionalmente nas suas respectivas áreas de formação, 13 estavam desempregados e 19 estavam atuando em outras áreas. Nos desempregados estão contidos os sete egressos que estão cursando outra graduação, mestrado ou doutorado. O vínculo com esses cursos possibilita o acesso à bolsa de estudos e, por consequência, maior dedicação à formação e condições de permanência na universidade. Todavia, não garante direitos trabalhistas. Por isso, optou-se por classificá-los como desempregados.

Foram definidos sete agrupamentos, na perspectiva de analisar o processo de inserção profissional dos egressos sob estas sete dimensões. Assim, sete mapas foram gerados, com as seguintes denominações: mapa 1: características sociodemográficas; mapa 2: ambiente sociofamiliar; mapa 3: trajetória na universidade; mapa 4: diferentes momentos de inserção profissional; mapa 5: inserção profissional na área no momento

da pesquisa; mapa 6: prolongamento dos estudos e mapa 7: mobilidade dos egressos. Na sequência, os referidos mapas são apresentados, com as respectivas variáveis construídas com base nos agrupamentos realizados.

O agrupamento que gerou o Mapa 1 teve como fundamento que as características do perfil dos egressos interferem tanto na escolha do curso quanto no processo de inserção profissional. Para tanto, foram agrupadas as seguintes variáveis que compõem as características sociodemográficas:

1. Idade – 3 agrupamentos: até 26 anos; de 27 a 31 anos e 31 anos ou mais.
2. Sexo – masculino e feminino.
3. Estado civil – 3 agrupamentos: solteiros; casados ou união estável; e separados ou divorciados.
4. Número de filhos – 3 agrupamentos: nenhum, um filho, dois ou mais filhos.
5. Curso: FISIO, GE, GA e SSO.

Inserção profissional na área no momento da pesquisa – 2 agrupamentos. Inserção: sim e não, considerando que na opção não estão incluídos os egressos que afirmaram estar trabalhando em outra área, os desempregados e os que estão na condição de bolsistas de estágio (outra graduação), mestrado ou doutorado.

O Mapa 1 demonstra a associação entre os cursos de Serviço Social e Fisioterapia e o sexo feminino, profissões historicamente marcadas pelo gênero feminino. A projeção possibilita relacionar que os egressos casados dos cursos de Serviço Social, Gestão e Empreendedorismo e Fisioterapia, com idade de 27 a 30 anos, sem filhos ou com um filho demonstram maior associação com a inserção profissional. Reafirma-se, dessa forma, a discussão sobre o adiamento da chegada dos filhos e a diminuição do número de filhos na contemporaneidade.

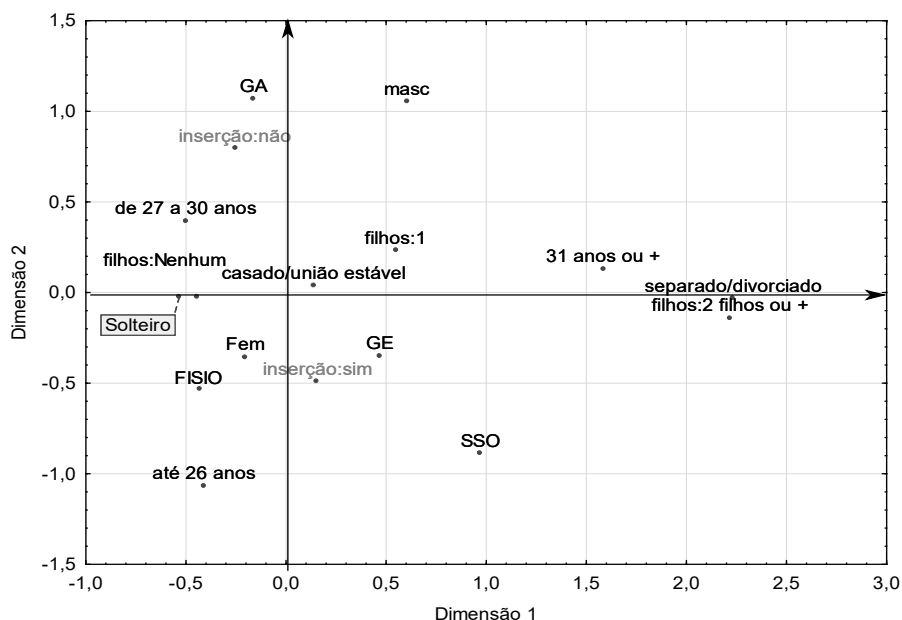


Figura 1: Mapa de correspondência para as características sociodemográficas. **Fonte:** OLIVEIRA (2015).

Dos 87 egressos que compõem a pesquisa, 49,4% estão solteiros, 74,71% sem filhos e 56,4% residem sozinhos, com os pais, amigos ou parentes. Esses dados corroboram com os índices atuais, que apontam para a diminuição do tamanho das famílias⁴, para o prolongamento da permanência dos jovens no lar parental e para o crescimento dos casais sem filhos.

Galland (2001) afirma que a incerteza em torno da definição de juventude aumentou com o enfraquecimento dos ritos de passagem, o alongamento de transições e a extensão das experiências de tempo profissionais que tendem a empurrar para mais tarde o pleno estatuto de adulto. Galland (2001) e Pais (1991) denominam esse processo de moratória dos jovens, redefinindo a transição para a vida adulta.

O IBGE (2013), ao referir-se ao prolongamento da convivência familiar entre pais e filhos, denomina esse fenômeno social de “geração

4- Duas informações fundamentam esse dado: 1) De acordo com o Banco Mundial (2011), a mulher brasileira tinha em média mais que seis filhos no começo de 1960 e atualmente tem menos de dois. 2) O documento *Juventude levada em conta* (BRASIL, 2013) afirma que a taxa de fecundidade está abaixo da reposição.

canguru” e relaciona a opção de permanência dos jovens na casa dos pais motivada por fatores emocionais e financeiros. O documento aponta ainda que esse fenômeno é influenciado pela condição socioeconômica do jovem⁵.

Henriques (2004) aponta outros fatores que podem estar envolvidos na permanência dos filhos adultos na casa parental, tais como: o alto grau de investimento na vida profissional; o pouco valor dado à independência individual; a diminuição dos conflitos intergeracionais ou a sua neutralização; a ambivalência dos pais no que concerne à saída dos filhos de casa; as escolhas profissionais cada vez mais difíceis pelas escassas oportunidades do mercado de trabalho; a permissão para o sexo na casa dos pais; o conforto e o padrão de vida usufruídos na convivência familiar. O referido estudo aborda ainda o isolamento do grupo familiar em relação à sociedade reproduzido, em menor escala, no isolamento dos próprios membros dentro de casa, tendo em vista que, em alguns quartos da casa, os jovens possuem apartamentos quase completos; o adiamento do casamento; as baixas expectativas e exigências nos relacionamentos afetivos; e a dificuldade de separação entre pais e filhos.

O Mapa 2 foi construído com o objetivo de visualizar a correlação entre a trajetória educacional dos diplomados, a escolaridade de seus respectivos pais e mães, a procedência de moradia no momento do ingresso na universidade, os cursos e a situação quanto à inserção profissional. Assim, foram agrupadas as seguintes variáveis que constituem o ambiente sociofamiliar:

1. Escolaridade do pai – 4 agrupamentos: até fundamental completo, até médio completo, até superior completo e pós-graduação.
2. Escolaridade da mãe – 4 agrupamentos: até fundamental completo, até médio completo, até superior completo e pós-graduação.

5- A presença de jovens na condição de filhos é diferenciada por classes de rendimento familiar. Do total de arranjos familiares com parentesco, cerca de 11,5% possuíam jovens de 25 a 34 anos de idade na condição de filhos. Para os arranjos familiares com renda familiar *per capita* até $\frac{1}{2}$ salário-mínimo, essa proporção foi de 6,6%, sendo maior para os arranjos com renda mais elevada, chegando a 15,3% naqueles situados na faixa de 2 a 5 salários mínimos *per capita* (IBGE, 2013, p. 77).

-
3. Onde os egressos cursaram o ensino fundamental – 2 agrupamentos: rede privada (para os que cursaram completamente ou a maior parte do ensino fundamental na rede privada) e rede pública (para os que cursaram completamente ou a maior parte do ensino fundamental na rede pública).
 4. Local de moradia antes de ingressar na UFPR – 5 agrupamentos: litoral (litoral do Paraná), Curitiba (Ctba), Interior do Paraná (Int/Pr) e Outros estados (Outros).
 5. Curso: FISIO, GE, GA e SSO.

Inserção profissional na área no momento da pesquisa – 2 agrupamentos. Inserção: sim e não, considerando que na opção não estão incluídos os egressos que afirmaram estar trabalhando em outra área, os desempregados e os que estão na condição de bolsistas de estágio (outra graduação), mestrado ou doutorado.

A visualização do Mapa 2 possibilita afirmar que os egressos de GE e SSO estão associados ao ensino fundamental e médio na rede pública. A escolaridade dos pais destes está relacionada ao ensino fundamental completo, provenientes do litoral do Paraná. Os egressos de FISIO e GA estão associados ao ensino fundamental e médio na rede privada. Os pais e mães dos fisioterapeutas e gestores ambientais estão associados a uma escolaridade maior: até médio completo, até superior completo e pós-graduados. O ensino médio na rede privada possibilita maior inserção nos cursos de maior concorrência (GA e FISIO). Os moradores do litoral acessaram os cursos de menor concorrência (SSO e GE). Os dados confirmam a análise apontada por Corseuil, Santos e Foguel (2001) que, por meio de um modelo paramétrico do tipo logit multinomial, desenvolveram um estudo com foco nos fatores determinantes das escolhas dos jovens entre estudo e trabalho no Brasil, em comparação aos jovens de outros países da América Latina. Os principais resultados foram: o grau de instrução dos pais dos jovens exerce forte influência sobre a alocação do tempo destes entre trabalho e estudo para todos os países analisados. Assim, quanto maior o nível de educação de seus pais, maior será a probabilidade⁶ de dedicação aos

6- No que concerne à educação dos pais, coeficientes indicam que estudantes cujos pais completaram apenas o ensino fundamental têm duas vezes mais chances de

estudos, independente do sexo do jovem. Outro estudo que analisa a relação entre escolaridade de pais e estudantes é o de Mont'Alvão Neto (2014), que utiliza a discussão de classe social⁷ como uma variável que permanece interferindo fortemente no acesso ao ensino superior, apesar da diminuição das desigualdades no acesso à escolaridade no Brasil dos últimos anos.

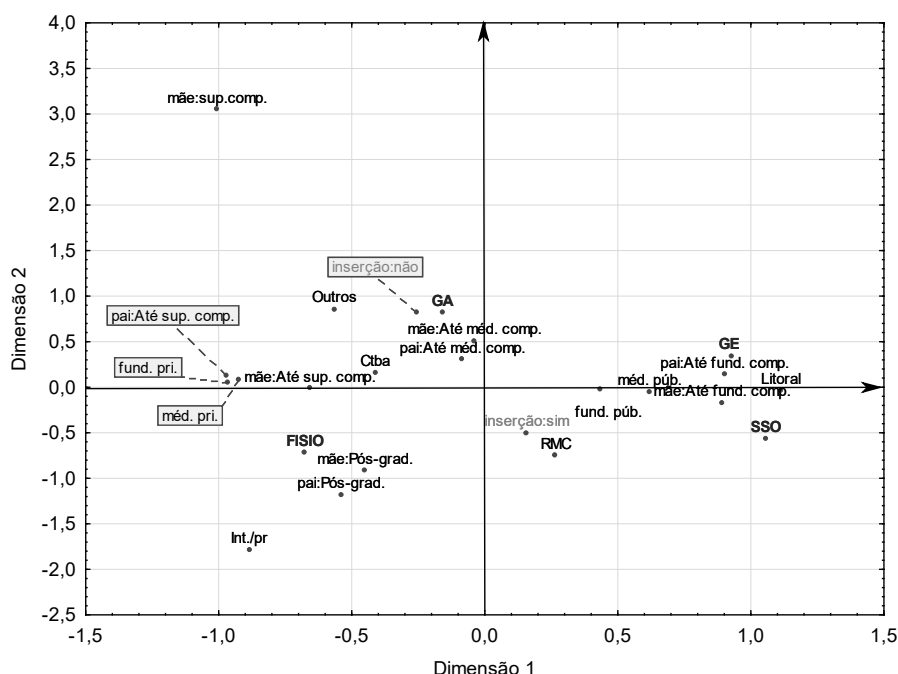


Figura 2: Mapa de correspondência para as características sociofamiliares. **Fonte:** OLIVEIRA (2015).

A discussão sobre os percursos na universidade compôs o agrupamento que gerou o terceiro mapa, a partir das seguintes variáveis:

chegar ao ensino superior do que aqueles cujos pais não têm nenhum nível formal de escolaridade. Para aqueles cujos pais cursaram ensino médio têm quatro vezes mais chances, e aqueles cujos pais tiveram acesso ao ensino superior têm 16 vezes mais chances de chegar a esse nível de ensino. É possível interpretar essa enorme diferença a partir da ideia de que o nível educacional dos pais funciona como um piso mínimo de realização educacional para os filhos (MONT'ALVÃO NETO, 2014, p. 430).

7- Embora os pais com menor nível educacional tenham passado a incentivar mais os filhos a chegar ao nível superior, a estabilidade do efeito da classe indica a persistência das diferenças na capacidade de as famílias bancarem na prática a educação dos filhos, independentemente do nível educacional dos pais (MONT'ALVÃO NETO, 2014, p. 432).

-
1. Participação em projetos de extensão/pesquisa/monitoria (Projeto sim/não).
 2. Estágio curricular obrigatório: dois agrupamentos: estágio_obri: sim/não.
 3. Estágio curricular não obrigatório: dois agrupamentos: estágio_não_obri: sim/não.
 4. Atividades extracurriculares: dois agrupamentos: extracurricular: sim/não.
 5. Inserção profissional na área no momento da pesquisa: dois agrupamentos: inserção: sim/não.

O Mapa 3 expressa a influência da trajetória de formação no processo de inserção profissional. A participação em diferentes projetos aparece como diferencial no percurso desses diplomados, contribuindo para o desenvolvimento de habilidades comportamentais e instrumentais para o mundo do trabalho. Diante das incertezas do valor do diploma como garantia e passaporte para a inserção profissional e frente à provisoriedade que marca o mercado de trabalho na contemporaneidade, muitos sujeitos passam a adotar estratégias para tornar seus currículos mais atrativos, colecionando experiências e outros diplomas. Essas dinâmicas acabam por reforçar as desigualdades sociais entre diplomados (ALVES, 2012).

Tomlinson (2008) contribui com essa análise, pois tem pesquisado a correlação entre educação e mercado de trabalho. O referido autor analisa a empregabilidade de estudantes egressos do ensino superior, afirmando que o grau acadêmico não é suficiente para garantir uma vaga no mercado de trabalho. O acesso a diferenciadas propostas de aprendizagem em paralelo às atividades curriculares, por exemplo, a extensão, a pesquisa, a monitoria, a iniciação à docência, possibilita uma aproximação com a dimensão teórico-prática das diferentes disciplinas. “Desenvolver e implantar credenciais fora da sua aprendizagem formal: credenciais pessoais, sociais e comportamentais são vistas como sendo particularmente importante na fase de recrutamento” (TOMLINSON, 2008).

Os egressos pesquisados identificaram as relações entre a experiência nos diferenciados projetos e o processo de inserção

profissional. Reafirmam essas vivências como diferenciais no processo de formação e seus reflexos na vida profissional no momento, tanto nas habilidades relacionais quanto na relação teórico-prática, na capacidade investigativa e de planejamento como elementos que subsidiam a prática profissional no cotidiano. Outro elemento destacado pelos sujeitos da pesquisa foi o contato com diferentes realidades sociais, políticas, econômicas e culturais que permearam o cotidiano desses projetos, possibilitando o exercício de uma abordagem e um olhar a partir dessas mediações, transcendendo a demanda aparente. Além da participação em diferenciados projetos, os estágios podem ser considerados também um exemplo emblemático dessas estratégias de incrementar a formação na medida em que possibilitam uma aproximação com o campo de atuação futuro, bem como com as habilidades, competências e especificidades de cada área. Teixeira (2010) denomina de “percursos traçados” a busca de diferentes experiências pelos estudantes durante a formação, objetivando o desenvolvimento de competências pessoais, sociais e profissionais e a familiarização com o mundo do trabalho.

Apesar das vantagens de aprimoramento de um fazer profissional, a prática de estágio também contém desvantagens. Entre elas pode-se apontar que muitas vezes os estagiários são vistos como mão de obra barata, o termo de compromisso de estágio pode ser rompido a qualquer momento por uma das partes, sem nenhuma garantia, e os estagiários não acessam direitos trabalhistas e previdenciários. No caso do ensino superior, a mão de obra, além de ser barata, é qualificada (D’AVILA, 2014).

Objetivando mapear os diferentes momentos do processo de inserção profissional, foram agrupados os resultados de três delimitações temporais coletadas na pesquisa, que geraram a Figura 4, definidas a partir das seguintes variáveis:

1. Inserção profissional na área do momento da formatura até seis meses: dois agrupamentos: inserção_6_meses: sim/não.
2. Inserção profissional dois anos após a formatura: dois agrupamentos: inserção_2_anos: sim/não.
3. Inserção Profissional no momento da pesquisa: dois agrupamentos: inserção: sim/não.

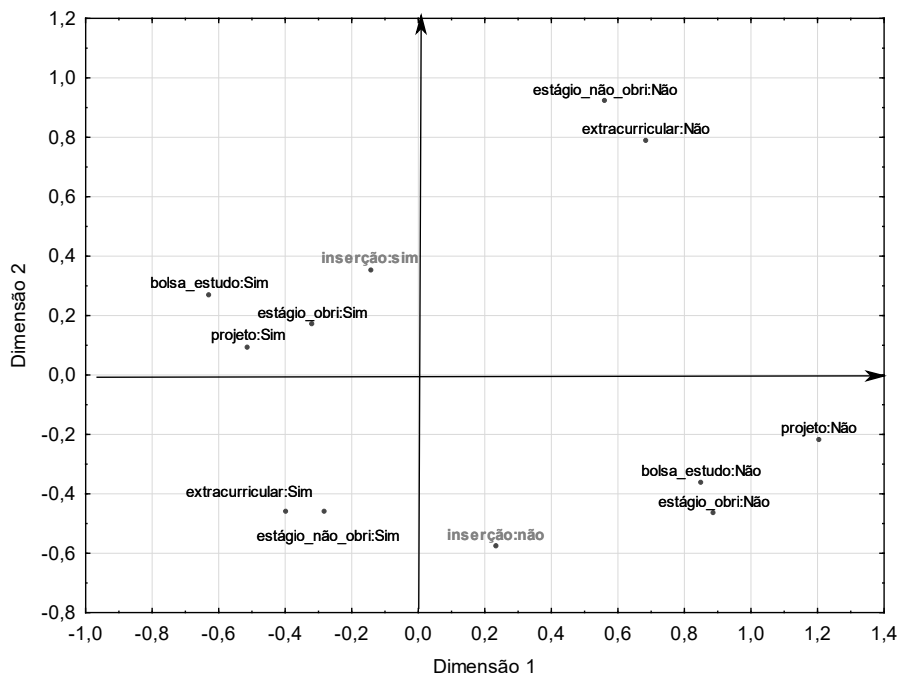


Figura 3: Mapa de correspondência para as características da trajetória acadêmica
Fonte: OLIVEIRA (2015).

Os cursos possuem especificidades e essas expressam-se no processo de inserção profissional e no retardamento da estabilização no mercado de trabalho. O Mapa 4 aponta que egressos de gestão ambiental estão associados à menor inserção, independentes do momento. Os egressos de Fisioterapia e Serviço Social estão associados à inserção profissional nos três momentos.

Os dados reiteram a inserção profissional como um processo multidimensional, que se alongou e se complexificou diante das inseguranças trazidas pelas transformações estruturais, econômicas e políticas da contemporaneidade. Traduz-se na capacidade de o indivíduo manter-se profissionalmente ativo, ainda que com interrupções e paragens no seu percurso, envolvendo uma heterogeneidade de atores e de fatores, quer de natureza econômica, quer de tipo social e cultural. Os egressos apontam que as trajetórias, demandas e especificidades da profissão também compõem esse processo.

Reafirma-se que a dinâmica do mercado de trabalho expressa-se

na trajetória individual do sujeito, recaindo sobre este a responsabilidade pela sua empregabilidade. Por isso a necessidade de politização do debate, considerando que o processo de inserção profissional está relacionado também a outros fatores, tais como condições sociais, oportunidades e ofertas no mercado de trabalho, conjuntura econômica, bem como as demandas e movimentações da região na qual o trabalhador está inserido, enfim, às especificidades do processo de acumulação capitalista tanto em escala macroeconômica quanto em escala local.

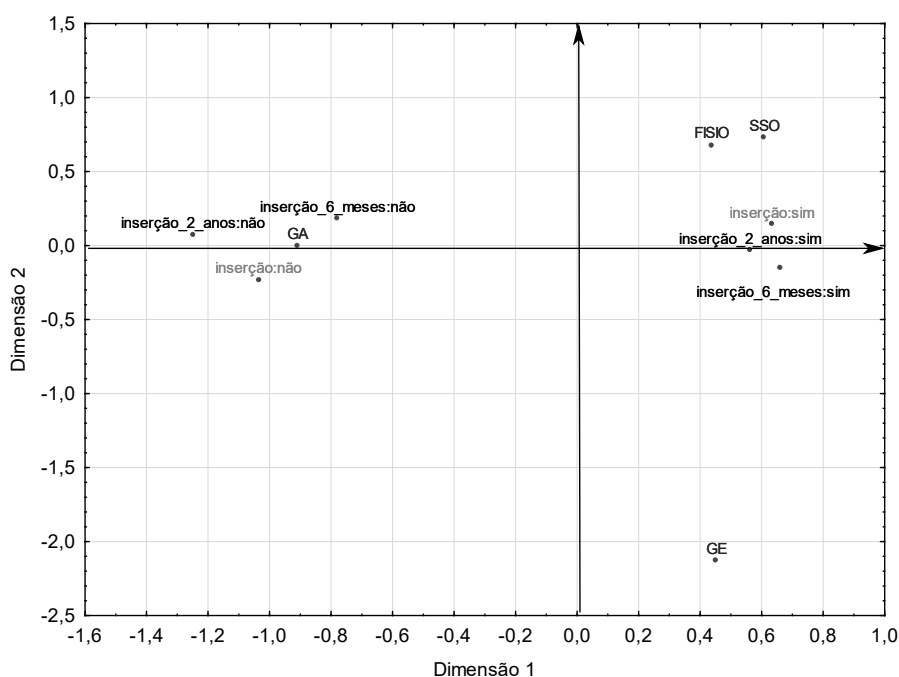


Figura 4: Mapa de correspondência para análise dos diferentes momentos de inserção profissional. **Fonte:** OLIVEIRA (2015).

Considerando o momento da pesquisa (02/07/2014 a 14/08/2014), foram agrupados os egressos que estavam atuando na área por curso, com as variáveis relacionadas à natureza jurídica da organização empregadora – dois agrupamentos: direito público (Direito_Public.) e de direito privado (Direito_Priv.) e a renda em salários – quatro agrupamentos: até três salários-mínimos (até 3 SM), de 3 a 5 salários-mínimos (3 a 5 SM), de 5 a 8 salários-mínimos (5 a 8

SM) e de 8 a 12 salários-mínimos (8 a 12 SM).

O Mapa 5 também demonstra as especificidades dos cursos. Os fisioterapeutas e assistentes sociais apresentam maior associação com as instituições de natureza jurídica pública, apesar de serem profissionais liberais. Destaca-se que os fisioterapeutas, em números percentuais, apontam para 44% de inserção em instituições privadas, através de contratos diversos.

Os gestores empreendedores apresentam uma vinculação com as instituições de direito privado, correspondendo à natureza do curso, quanto à formação para o empreendedorismo. Quanto à renda, os fisioterapeutas e assistentes sociais estão associados a uma média salarial de 3 a 5 salários-mínimos, os gestores empreendedores a uma média de 5 a 8 salários-mínimos e os gestores ambientais até 3 salários-mínimos

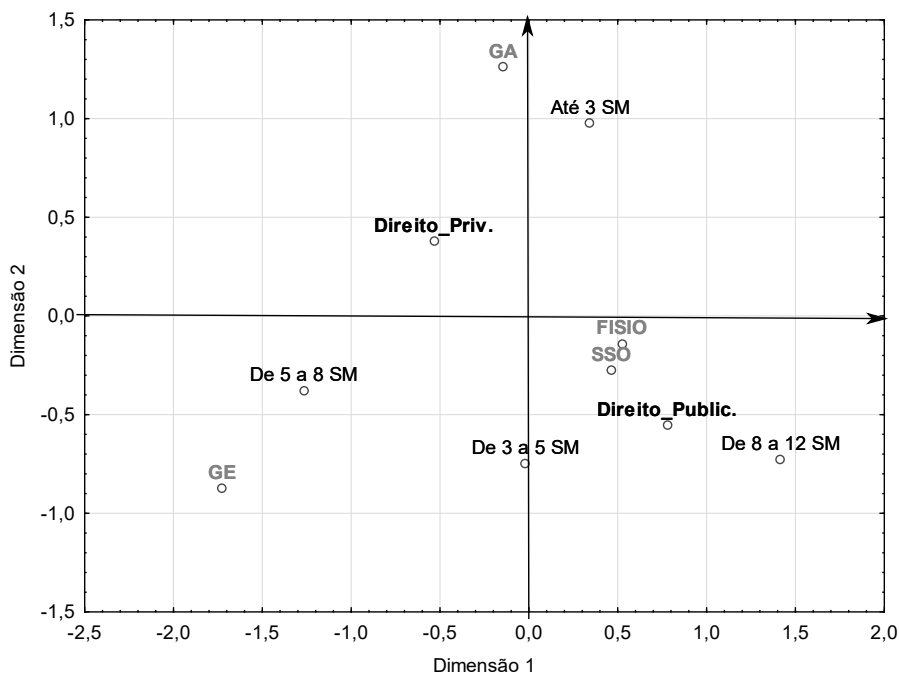


Figura 5: Mapa de correspondência para as características da inserção profissional.
Fonte: OLIVEIRA (2015).

O prolongamento dos estudos tem surgido nas pesquisas (MATTOS, 2011; ALVES, 2012) como uma estratégia frente ao

desemprego. Para a visualização dessa temática, foram reunidas as seguintes variáveis:

1. Curso: FISIO, GE, GA e SSO.
2. Se frequentou outra graduação: dois agrupamentos: (grad.: sim/não).
3. Se frequentou pós-graduação em nível de especialização: dois agrupamentos: (Esp.: sim/não).
4. Se frequentou pós-graduação em nível de mestrado: dois agrupamentos: (Mest.: sim/não).
5. Se frequentou pós-graduação em nível de doutorado: dois agrupamentos: (Dout.: sim/não).
6. Inserção profissional no momento da pesquisa: dois agrupamentos: inserção: sim/não.

A projeção demonstra que a inserção concorre com o prolongamento dos estudos em nível de mestrado e doutorado, estando associada ao acesso à especialização. As entrevistas realizadas reiteram que o prolongamento dos estudos pode estar relacionado como uma estratégia ao desemprego, como também como um mecanismo adotado pelos diplomados de intensificar e aprofundar a formação com vistas a uma melhor inserção profissional, com um leque ampliado de opções no mercado de trabalho. Essa análise fundamenta a relação entre sobrequalificação (overeducation) e retardamento do período de estabilização no mercado de trabalho.

A pesquisa teve como objetivo também identificar a origem dos estudantes do Setor Litoral da UFPR e a permanência ou não na região, considerando a intencionalidade da universidade em contribuir com o desenvolvimento do litoral paranaense. Acredita-se que a fixação dos diplomados no território possa ser uma estratégia para otimizar e intensificar esse processo. A fim de visualizar a mobilidade dos egressos, foram agrupadas as seguintes variáveis:

1. Inserção profissional no momento da pesquisa: dois agrupamentos: inserção: sim/não.

2. Local de moradia antes de ingressar na UFPR⁸ – cinco agrupamentos: litoral do Paraná (antes/hoje: Litoral), Curitiba (antes/hoje: Curitiba), Região Metropolitana de Curitiba (antes/hoje: RMC), interior do Paraná (antes/hoje: Interior do PR) e outros estados da federação (antes/hoje: Outros).

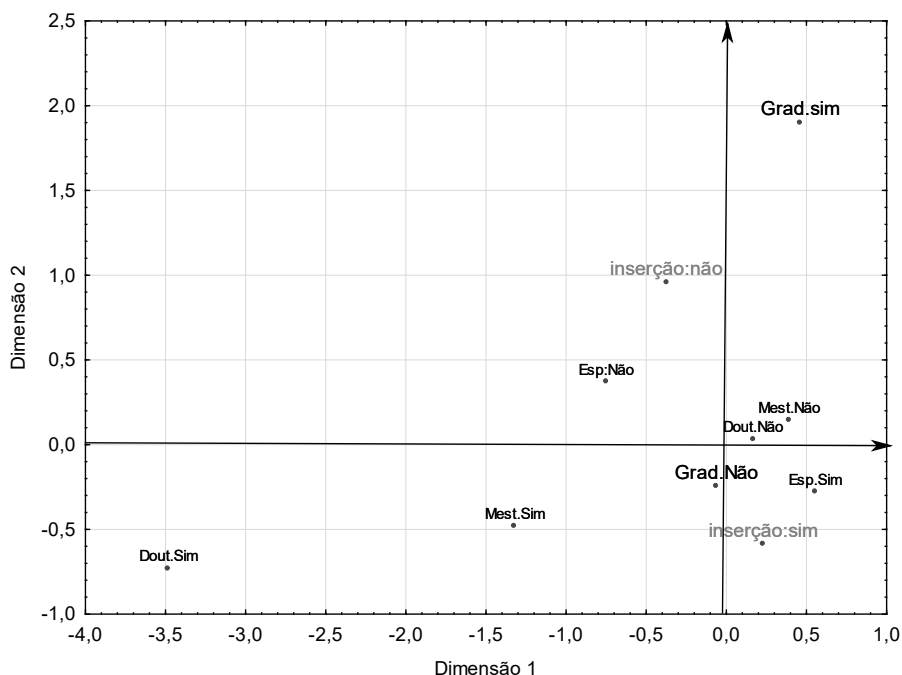


Figura 6: Mapa de correspondência para análise do prolongamento dos estudos.
Fonte: OLIVEIRA (2015).

O mapa demonstra as trajetórias diferenciadas no processo de inserção profissional, mediadas pelas áreas de formação, sendo que a absorção desses sujeitos no mercado de trabalho no litoral paranaense também ocorreu de forma díspare entre as áreas, com predominância para os assistentes sociais e gestores empreendedores. Os diplomados

8- Garcia e Rolim (2012) analisam a área de influência territorial da UFPR a partir da procedência dos candidatos e dos aprovados no vestibular entre 2001 e 2009. A pesquisa constata que a UFPR tem uma área de influência fundamentalmente local, ainda que receba alunos de partes remotas do Brasil. A maioria absoluta dos candidatos ao seu vestibular e dos aprovados é oriunda da Região Metropolitana de Curitiba e 90% deles são oriundos do estado do Paraná.

em Fisioterapia e Gestão Ambiental estão associados a uma passagem pela região, posto que provêm de Curitiba, Região Metropolitana de Curitiba, interior do Paraná e de outras regiões e no momento estão associados a essas mesmas localidades.

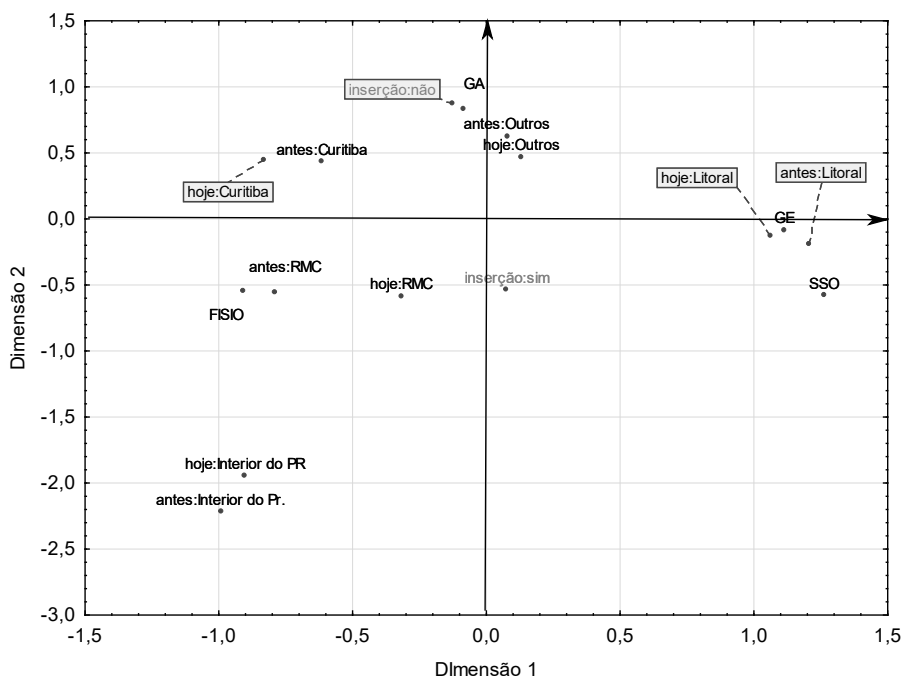


Figura 7: Mapa de correspondência para análise da mobilidade dos egressos. **Fonte:** OLIVEIRA (2015).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos de Trottier (1999) colocam em evidência três aspectos ao abordar a temática da inserção profissional: o primeiro refere-se às dificuldades na passagem para a vida ativa; o segundo abrange a diversidade de percursos de transição entre o processo de formação e a entrada no mercado de trabalho; a terceira constatação remete às trajetórias de inserção profissional que se caracterizam por experiências de emprego, desemprego, retomada dos estudos e inatividade. Nessa perspectiva, Trottier (1999) sugere uma dinâmica de investigação

que perpassa os percursos de formação, as estratégias de inserção dos sujeitos, os fatores estruturais que interferem nesses percursos, bem como a atuação dos outros atores que intermedeiam o mercado de trabalho e a inserção. Reiteram-se as conclusões de Trottier (1999) sobre a dinâmica de investigação das trajetórias de inserção profissional que deve apreender: os percursos de formação, as estratégias de inserção adotadas pelos sujeitos e os fatores estruturais e os outros atores que constituem o contexto do mundo do trabalho que interferem nas trilhas percorridas pelos sujeitos após a diplomação.

Quanto aos percursos de formação, a presente pesquisa apontou para a participação em projetos de pesquisa, extensão, monitoria e a participação em estágios como diferenciais na trajetória dos egressos, explicitando a relação dessas experiências com as posteriores oportunidades e relatos de inserção profissional.

As estratégias de inserção dos sujeitos apontaram para a ênfase nas redes de contatos como meio de obter uma oportunidade de trabalho ou ainda informações a respeito de possibilidades de inserção profissional. A busca por concursos públicos e o prolongamento dos estudos, principalmente por meio de cursos de pós-graduação em nível de especialização tem composto as estratégias e os projetos dos egressos pesquisados.

Referente aos fatores estruturais que interferem e a atuação dos outros atores que intermedeiam o mercado de trabalho e a inserção profissional, reafirma-se que a dinâmica do mercado de trabalho na contemporaneidade é marcada pela transitoriedade, precariedade de contratos e heterogeneidade de postos de trabalho. No caso da região do litoral do Paraná, o processo de acumulação capitalista caracteriza-se pelas particularidades da região, expressas na sazonalidade, na dependência econômica da movimentação portuária, pela concentração de riqueza ambiental conservada e pelos interesses do grande capital na região devido a sua localização geográfica, bem como pelas reservas ecológicas.

O Setor Litoral da UFPR é criado com a intencionalidade de ser um dos atores que não apenas intermedia o mercado de trabalho e a inserção profissional, mas que interfere efetivamente nesse processo, contribuindo para a construção de alternativas sustentáveis para a

região, para a interrupção de uma relação predatória e utilitária com o território e os recursos naturais, bem como para desempenhar o papel de mediador, articulador de um processo de organização virtuosa das potencialidades regionais.

As abordagens teóricas adotadas revelam a tentativa de analisar de forma articulada o percurso formativo e a inserção profissional, considerando que os fatores econômicos, sociais, regionais, da trajetória familiar e as experiências durante a graduação tecem um mosaico de trajetórias percorridas pelos jovens, coincidindo com a entrada na vida adulta. Essas vicissitudes mediam as trajetórias de inserção profissional, estabelecendo trânsitos entre emprego, desemprego, migração, retorno aos estudos ou prolongamento desses, ou seja, as trajetórias dos egressos têm sido marcadas por reversões, começos, retornos e recomeços.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, M. G. Aprendizagem ao longo da vida e transições educativas e profissionais: os diplomados de ensino superior em tempos de incerteza. VII Congresso Português de Sociologia, 19 a 22 de junho, 2012.

BANCO MUNDIAL. Envelhecendo em um Brasil mais velho. Banco Mundial/LAC, Brasil, 2011. Disponível em: <goo.gl/KQRVCv>. Acesso em: 27 fev. 2015.

BRASIL. Secretaria de Assuntos Estratégicos. MASCARENHAS, Adriana; GROSNER, Diana (Orgs.). Juventude levada em conta. 2013a. Disponível em: <<http://www.sae.gov.br/wp-content/uploads/Juventude-Levada-em-Conta.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2014.

CORSEUIL, C. H.; SANTOS, D. D.; FOGUEL, M. N. Decisões críticas em idades críticas: a escolha dos jovens entre estudo e trabalho no Brasil e em outros países da América Latina. Texto para discussão 797. p. 1-46, 2001. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4029>. Acesso em: 31 out. 2013.

D'AVILA, G. T. Movimentos laborais e sentidos atribuídos ao trabalho por jovens profissionais. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2014.

ESTEVES, C. J. de O. Vulnerabilidade socioambiental na área de ocupação contínua do litoral do Paraná. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

GALLAND, O. Sociologie de la jeunesse. Paris: Armand Colin, 2001.

GARCIA, J. R.; ROLIM, Cássio Frederico Camargo. Área de influência territorial da UFPR. Revista Economia & Tecnologia, v. 8, n. 4, p. 33-44, out./dez. 2012.

GOES, L. M. Conservação e grandes empreendimentos de infraestrutura no litoral do Paraná: a ferrovia Lapa-Paranaguá. 108 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira, 2013. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv66777.pdf>>. Acesso em: 8 mar. 2015.

MATTOS, V. Pós-graduação em tempos de precarização do trabalho: alongamento da escolaridade e alternativa ao desemprego. São Paulo: Xama, 2011.

MÉSZÁROS, I. Para além do capital. São Paulo: Boitempo; Editora da Unicamp, 2002.

MONT'ALVAO NETO, A. L. Tendências das desigualdades de acesso ao ensino superior no Brasil: 1982-2010. Educ. Soc., Campinas, v. 35, n. 127, jun. 2014. Disponível em: <goo.gl/cYqVJ7>. Acesso em: 27 fev. 2015.

PEREIRA, J. C. R. Análise de dados qualitativos: estratégias metodológicas para as ciências da saúde, humanas e sociais. São Paulo: Edusp, 2004.

PIERRI, N. et al. A ocupação e o uso do solo no litoral paranaense: condicionantes, conflitos e tendências. Desenvolvimento e Meio Ambiente, Curitiba, n. 13, p. 137-167, jan./jun. 2006.

PINTO, L. W.; ASSIS, S. G. de. Violência familiar e comunitária em escolares do município de São Gonçalo, Rio de Janeiro, Brasil. Rev. Bras. Epidemiol., São Paulo, v. 16, n. 2, jun. 2013. Disponível em: <<http://goo.gl/4iQvVe>>. Acesso em: 9 mar. 2015.

TEIXEIRA, L. A inserção profissional de diplomados do Ensino Superior: a adequação

entre formação e emprego nos subsistemas universitário e politécnico. Projeto de Tese. Disponível em: <http://moodle.fct.unl.pt/.../Projecto_Tese_Leonor_Teixeira 30 marco 2010>. Acesso em: 4 set. 2013.

TOMLINSON, M. The degree is not enough: students' perceptions of the role of higher education credentials for graduate work and employability. *British Journal of Sociology of Education*, v. 29, p. 49-61, jan. 2008.



Praia Brava de Caiobá (Matinhos). Autor: Marcelo Chemin

LUGAR, LUGAR TURÍSTICO E TERRITÓRIOS LUGARES: APONTAMENTOS TEÓRICOS E VIVENCIAIS A PARTIR DE PESQUISA COM GRUPOS DE CRIANÇAS RESIDENTES EM MATINHOS (PARANÁ – BRASIL)¹

*Elizabete Sayuri Kushano
Miguel Bahl*

INTRODUÇÃO

Ao se realizar um tour pelas mídias presentes no dia a dia da sociedade contemporânea, se atesta a onipresença do Turismo. Os telejornais apresentam aos potenciais turistas telespectadores imagens de destinos, sejam eles domésticos ou internacionais. Nas redes sociais, as pessoas exibem, orgulhosas, seus melhores ângulos, tendo como cenário os lugares em que estão visitando. Os sites de compra de produtos e serviços turísticos são constantemente requeridos. De fato, o Turismo é, por excelência, uma atividade voltada para satisfazer as necessidades, os desejos e as ansiedades do ser humano. Nesse sentido, é inerente a dinâmica do movimento a partir das motivações basilares do ‘ir para’ ou ‘sair de’ que permeia os fluxos turísticos.

Todavia, como esse importante fenômeno é analisado nas pesquisas acadêmicas? Para Moesch (2000, p. 13), “o Turismo é analisado, na maioria dos trabalhos, sob os cânones da especialização de cada disciplina que o constitui – Economia, Antropologia, Geografia, Planejamento, Administração, Marketing, Sociologia, Comunicação, entre outras [...]”.

Uma das Ciências que se debruça sobre os estudos do Turismo é a Geografia. Conforme Castro (2006), desde o século XIX o fenômeno turístico vem despertando interesse nos geógrafos, e as teorias do espaço turístico foram surgindo a partir dos anos 1950 do século XX.

1- Este texto apresenta resultados de uma pesquisa realizada com financiamento parcial da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES/MEC.

A Geografia é importante para o estudo do Turismo devido ao caráter espacial da atividade turística. Da mesma forma, o turismo tende a se beneficiar da capacidade de análise espacial peculiar nos estudos geográficos. Particularmente, a Geografia Humanística pode contribuir para um enfoque humano aplicado à epistemologia do Turismo, bem como para a humanização das viagens (GONÇALVES, 2008).

Entre as suas especificidades, a Geografia do Turismo permite que sejam direcionadas para si as categorias de análise geográfica, dentre elas: o espaço – espaço turístico, a região – região turística, o território – territórios turísticos, a paisagem – paisagem turística e o lugar – lugar turístico (CASTRO, 2006), permitindo a interpretação do turismo como fenômeno sociocultural e atividade econômica.

Em se tratando da categoria lugar, Mello (1990, p. 106) assegura que esta é a de maior apelo na Geografia Humanista e que “corresponde ao trecho da superfície terrestre no qual o homem se completa”. Em outras palavras, a Geografia Humanista seria a geografia dos lugares. Nessa mesma direção, para Lew (2003) a epistemologia fundamental da Geografia Humana é que o homem estrutura a sua experiência de mundo através da criação de lugares.

Diante de tais afirmações, faz-se importante aprofundar a discussão para tal categoria, assim como para o conceito de lugar turístico. Nesse sentido, no presente trabalho se busca discutir os conceitos de lugar e de lugar turístico a partir da perspectiva dos estudos da Geografia Humana e da Geografia do Turismo. Ademais, se apresenta o conceito de territórioslugares a partir dos estudos da Geografia da Infância. Tais discussões constituem-se em uma síntese da tese intitulada “Turismo, infância e cotidiano: percepções e sentimentos de crianças residentes em Matinhos (Paraná – Brasil)”. No referido trabalho, os procedimentos metodológicos foram o da pesquisa bibliográfica e o da pesquisa de campo, de orientação etnográfica, com estudantes do 5º ano das turmas A e B de uma escola pública, bem como com estudantes do 5º ano de uma escola privada, ambas localizadas em Matinhos. Em face das respostas das crianças, os resultados apontaram que elas dão (re)significado ao termo lugar turístico e legitimam o termo territórioslugares.

O SENTIDO DE LUGAR E DE LUGAR TURÍSTICO

Na Geografia tradicional, a palavra ‘lugar’ não constituía um conceito científico, sendo utilizada com frequência como sinônimo de localização. Dessa forma, quando usada no plural, servia geralmente para fazer referência à variabilidade das combinações de elementos na superfície da Terra e, por conseguinte, ao conjunto de características naturais e humanas que particularizam uma determinada porção da superfície terrestre. Para exemplificar, Paul Vidal de La Blache afirmava que “a geografia é a ciência dos lugares, não dos homens”; e Richard Hartshorne dizia: “os lugares são únicos” (DINIZ FILHO, 2012).

Coube à Geografia Humanista a primeira vertente da Ciência Geográfica a fazer uso da palavra “lugar” como um conceito científico. De fato, esse foi um dos conceitos fundamentais para os geógrafos humanistas, interessados em pesquisar as relações subjetivas do homem com o espaço e o ambiente, nisso implicando o estudo do cotidiano como forma de compreender os valores e as atitudes que as pessoas comuns elaboram a respeito do espaço e do ambiente em que vivem (DINIZ FILHO, 2012).

O conceito de lugar é apropriado para pesquisas que dizem respeito aos espaços vivenciados pelas pessoas em suas atividades cotidianas de trabalho, lazer, estudo, convivência familiar, dentre outras, tendo conteúdo similar ao que os fenomenologistas atribuem ao conceito de mundo, ou seja, o conjunto das vivências individuais e subjetivas dos sujeitos (DINIZ FILHO, 2012).

Mello (1990, p. 105) salienta que “o sentido de lugar envolve enraizamento, amizade e simbolismo”, e acrescenta:

As experiências nos locais de habitação, trabalho, divertimento, estudo e dos fluxos transformam os espaços em lugares, carregam em si experiência, logo, poesia, emoção, sensação de paz e segurança dos indivíduos que estão entre os “seus”, tem uma conotação de pertinência por pertencer à pessoa e esta a ele, o que confere uma identidade mútua, particular aos indivíduos. Assim o lugar é recortado emocionalmente nas experiências cotidianas. [...] Os geógrafos humanísticos insistem que o lugar é o lar, podendo ser a casa, a rua, o bairro, cidade ou a nação. Enfim, qualquer ponto de referência e identidade. (MELLO, 1990, p. 102).

Nessa linha de raciocínio, Tuan (1980) afirma que a estima das pessoas por seu bairro depende mais da amizade e do respeito que cultivam com os vizinhos do que das características físicas do local.

A partir do exposto, evidencia-se o caráter emocional atrelado a um determinado lugar. Ademais, salienta-se a dimensão espacial de lugar, podendo ser a microesfera do lar ou mesmo a macroesfera de uma nação.

Há diferentes maneiras como as pessoas sentem e conhecem um espaço e um lugar. Enquanto lugar simboliza segurança – começando pela segurança do bebê no ventre materno – espaço é liberdade (TUAN, 1983). Dessa forma, os seres humanos se sentem apegados a um lugar, mas desejam a liberdade sugerida pela ideia de espaço. Também, ao se definir lugar de maneira ampla como um centro de valor, de alimento e apoio, a mãe pode ser considerada o primeiro lugar da criança. Ela é reconhecida pela criança como o seu abrigo essencial e fonte segura de bem-estar físico e psicológico. A criança que engatinha sai de perto da mãe para explorar o mundo (TUAN, 1983).

Há que se notar que os próprios geógrafos, mesmo entendendo-o como categoria analítica fundamental à sua Ciência, divergem em relação às linhas de pensamento ao definir uma epistemologia de lugar (GONÇALVES, 2008). Comumente, os estudiosos da Geografia sincronizam a ideia de lugar com as questões não somente físico-materiais, mas também, e principalmente, de simbolismo cultural, de expressão de vivência, produto da experiência humana e das relações humanas entre o homem e a natureza (CRAVIDÃO, 2006; CARLOS, 1999; TUAN, 1983), a que se denomina sentido de lugar ou construção do sentimento local.

Estudos recentes apontam para dar vazão à “multiplicidade” de um lugar ao invés de “essência de um lugar”; da mesma forma, em vez de “existência humana”, há o descobrir as muitas maneiras de lugar face às identidades em torno de raça, etnia, classe, gênero e sexualidade. Uma interpretação humanista crítica do termo lugar é igualmente preocupada com a forma como a criatividade humana é cercada por grande escala social, política e estruturas econômicas (ADAMS; HOELSCH; TILL, 2001).

Ao chamar a atenção para as conexões entre a Geografia e as Ciências Humanas, que reconhecem explicitamente a natureza cada vez

mais fluida e interdisciplinar de estudos sobre lugar, Adams, Hoelsche e Till (2001) comentam que a Geografia é apaixonadamente pluralista na abordagem e tolerante com divergentes pontos de vista; e que, em nenhum lugar esse interesse sintético sentiu mais profundamente do que no estudo do lugar. Também, observam que esses estudos são explorados com frequência cada vez maior e que estão firmemente de volta na agenda acadêmica. Depois de décadas de desvalorização na ciência social ortodoxa – e dentro da própria Geografia Humana – “lugar ressurgiu com um vigor intelectual que poucos teriam previsto” (ADAMS; HOELSCHKE; TILL, 2001, p. xviii).

Aufere-se lugar como constituído por três elementos: a) local: fronteira onde são estabelecidas as relações sociais; b) localização: área geográfica que abrange o limite para a interação social definido por processos sociais e econômicos mais vastos; c) sentido de lugar: construção do sentimento local (AGNEW, 1987 apud MARUJO; CRAVIDÃO, 2012).

O sentido de lugar está intimamente associado à capacidade de reconhecer e responder às diversas identidades de um lugar. “O senso de lugar surge quando as pessoas sentem uma ligação especial ou relação pessoal com uma área na qual o conhecimento local e os contatos humanos são significativamente mantidos” (SHARMA, 2004, p. 278 apud MARUJO; CRAVIDÃO, 2012).

Precursor na ampliação da abordagem humanista em Geografia, Tuan dedicou-se, especialmente, ao estudo do termo “topofilia”, criado por ele. A topofilia refere-se aos vínculos de afetividade que o homem estabelece com um lugar (TUAN, 1980), encontrando nas variáveis da percepção e da experiência humana as respostas para tecer suas reflexões a respeito do mundo vivido. Ela varia em amplitude emocional e em intensidade, estando relacionada, entre outros, aos prazeres visuais efêmeros, ao deleite sensual do contato físico ou, simplesmente, ao apego pelo lugar, seja por sua familiaridade, por seu passado representativo ou por evocar algum tipo de orgulho de posse (TUAN, 1980).

Ao citar, por exemplo, os laços com determinada cidade, Tuan (1983) assegura que a cidade natal é um lugar íntimo. Pode ser simples, carecer de elegância arquitetônica e de encontro histórico, no entanto, seus moradores geralmente se sentem ofendidos se um estranho a

crítica. “Não importa sua feiúra; não importávamos quando éramos crianças, subíamos nas árvores, pedalávamos nossas bicicletas em seus asfaltos rachados e nadávamos na sua lagoa” (TUAN, 1983, p. 160).

Para o autor, as pessoas, em geral, estão satisfeitas com sua área residencial e para aqueles que viveram muitos anos em um lugar, a familiaridade engendra aceitação e até afeição. Já as recém-chegadas estão mais inclinadas a manifestar descontentamento; “[...] por outro lado, é difícil para elas admitir que ao se mudarem por razões econômicas, de fato cometeram uma tolice” (TUAN, 1980, p. 249).

Nesse direcionamento, há que se salientar que os laços com um lugar são construídos a partir da cultura e geografia, das relações sociais e ambientais que nele se desenvolvem. É esse conjunto de fatores que constitui a diferenciação entre “morar” e “habitar”, pois quando o sujeito estabelece apenas uma relação funcional com determinado lugar, configura-se o “morar”; mas ele, de fato, o “habita” quando se apropria de seus aspectos físico, simbólico, emocional e cultural (GONÇALVES, 2002). O habitar abarca uma interação com os lugares, as pessoas, as coisas do mundo significativo do sujeito.

Importa mencionar que a questão temporal perpassa os estudos de lugar. Nesse sentido, conforme Gonçalves (2008, p. 56):

Seria incorreto pensar que apenas a duração do tempo é capaz de conferir ao espaço um envolvimento afetivo de lugar. O que dita tal condição é a qualidade e a intensidade das experiências que se cultivam nos lugares, e essas podem levar dias, anos ou a vida inteira.

Devido à característica efêmera da experiência turística, a afirmativa anterior contribui para se pensar a construção do termo “lugar turístico”, com diferentes interpretações e abordagens.

O conceito de lugar turístico é entendido como um aglomerado de lugares que produz experiências para as diferentes tipologias de turistas; onde há uma troca de experiências pessoais entre residentes e turistas (CROUCH, 2004; ALMEIDA, 2006). Williams (2009) salienta que os lugares turísticos precisam servir como locais de diversão, de emoção e desafio, de espetáculo ou então de lugares de memória.

Para Knafou (2001, p. 64), “os lugares turísticos são lugares em que há turistas [...]”. Ele destaca o turista como o instaurador do lugar

turístico, assegurando que o processo de turistificação não vem do próprio lugar, mas sim das práticas do turista, ou seja, os turistas estão na origem do turismo. Já Urry (1999) destaca que os lugares são escolhidos para serem contemplados porque existe uma expectativa, sobretudo através dos devaneios e da fantasia, em relação a prazeres intensos, seja em escala diferente, seja envolvendo sentidos diferentes daqueles com que habitualmente os turistas se deparam. Também comenta que tal expectativa é construída e mantida por uma variedade de práticas não-turísticas, tais como o cinema, a televisão, a literatura, as revistas, os vídeos, que constroem e reforçam o olhar.

Boullón (2004) considera que a relação turista-lugar é quase inexistente, porque falta a permanência do sujeito no objeto, impossível quando o calendário da viagem impõe uma presença efêmera em cada ponto do itinerário. No entanto, a experiência do turista que volta todos os anos para o mesmo lugar é diferente:

Sua compreensão do espaço é mais fácil e rápida. Primeiro, porque a estada é mais prolongada e, segundo, porque as estadas se repetem. As características do lugar e das coisas que o compõem são familiares a ele. Isso lhe permite frequentar assiduamente ambientes que mais lhe agradam e usufrui-los. [...] ao final de cada temporada a lembrança do lugar acompanha esse tipo de turista, que, ao voltar a cada ano, reconhece cada local e nota as mudanças quer negativas, quer positivas (BOULLÓN, 2004, p. 116).

Nota-se que a relação do turista com um lugar não se limita às coisas. A sensação de bem-estar torna-se completa quando o ambiente humano também se apresenta propício. “O ambiente físico continua o mesmo, mas, ao mudar o conteúdo humano, o lugar já não permanece o mesmo” (BOULLÓN, 2004, p. 116).

Ao se tratar do tema lugares, há que se apontar a teoria dos não-lugares. Para Augé (1996, p. 74), “o lugar e o não-lugar são, antes, polaridades fugidias: o primeiro nunca é completamente apagado e o segundo nunca se realiza totalmente”. Ainda conforme o autor, “[...] Lugares e não-lugares correspondem aos espaços muito concretos, mas também a atitudes, a posturas, à relação que os indivíduos entretêm com os espaços onde eles vivem ou que percorrem” (AUGÉ, 1996, p. 145).

Holzer (1993, p. 127), baseado nos princípios da Geografia Humanística, recorda Edward Relph (1979) ao citar que a compreensão dos lugares a partir da experiência cotidiana poderia deter a marcha da geografia do não-lugar, ligada à inautenticidade das experiências refletidas nas atitudes ou ações de massa, referentes ao domínio do outro, e que são típicas das sociedades industrializadas.

Para Carlos (1999), é incontestável o poder subversivo do turismo, que transforma tudo o que toca em artificial, criando um mundo fictício e mistificado de lazer (não-lugares). Destoando da visão de Carlos (1999), observa-se que Willians (2009) salienta que o turismo pode ser um meio pelo qual os seres humanos desenvolvem vínculos pessoais com um lugar e para os quais o lugar se torna um local com significado, locais de memórias para muitos turistas, sendo o turismo um dos principais meios através do qual é possível construir e manter a identidade de um lugar.

Por sua vez, Fratucci (2001, p. 130) assevera que: “o turismo não produz um não-lugar como nos coloca Carlos (1996), mas sim permite a construção de um lugar onde a marca principal está na troca de experiências pessoais, entre o seu habitante e o turista”. O autor faz uma consideração sobre lugar turístico:

[...] é o território onde o turismo se realiza, e onde há a ocorrência de interações e inter-relações temporárias entre o anfitrião e o turista, aos quais irão permitir um contato direto, sem barreiras (físicas ou simbólicas) entre eles e o reconhecimento da existência do outro, recíproca e simultaneamente. [...] no lugar turístico, ambos, o espaço de lazer e de vida, ocorrem simultaneamente para o turista. [...] Para o habitante é o lugar permanente onde estão suas experiências vividas; é a sua dimensão de vida, definida a partir das suas relações interativas com o outro – o turista. Desse modo, o lugar turístico passa a existir enquanto um espaço relacional turista-habitante, sendo efêmero para o primeiro e permanente para o segundo. (FRATUCCI, 2001, p. 130).

A abordagem exposta leva à reflexão, também, sobre o encontro entre turistas e residentes locais em um mesmo espaço, o que, segundo o autor, é uma experiência significativa para ambos.

Ainda em uma abordagem com viés mercadológico, Willians (2009, p. 172) salienta que:

Places, and images of places, are fundamental to the practice of tourism. The demand for tourism commonly emanates from individual or collective perceptions of tourist experiences that are usually firmly rooted in associations with particular places, whilst the promotion and marketing of tourism depends heavily upon the formation and dissemination of positive and attractive images of destinations as places².

De fato, o turismo pode ser visto tanto como um agente consumidor de lugares como também como um potencializador de destruição de lugares, devido, sobretudo, à massificação e/ou saturação dos destinos.

Paradoxalmente, ao mesmo tempo em que o turismo tem o poder de aproximar as populações e suas culturas, também o tem de fragmentar, de (im)possibilitar a comunicação humana. Nota-se que tal fato, muitas vezes, não ocorre devido a questões de barreiras idiomáticas, mas sim pelo fato de a hospitalidade comercial, muitas vezes, sobrepujar a hospitalidade doméstica. Afinal, muitos turistas simplesmente não estão interessados em trocas culturais ou de valorizarem novas culturas, tendo o hábito de fazer comparações desnecessárias, cantando somente o seu rincão, ou seja, supervalorizando os seus costumes, a sua cultura e/ou desvalorizando os aspectos culturais do destino visitado (WAINBERG, 2002).

Como se pôde observar, lugar reveste-se de novos significados a partir do enfoque humanista; e o turismo, redimensionado a uma escala mais humanizada, renova os valores dimensionados pela experiência turística, que envolve o encontro com as pessoas do lugar visitado (GONÇALVES, 2008; CROUCH, 2004).

Ao falar de uma escala mais humanizada no turismo, esta pressupõe um turismo para todos, bem como o turismo planejado com a comunidade local, e entre os da comunidade local, incluem-se pessoas de diferentes faixas etárias, classes sociais e profissões. Nessa direção, destacou-se a importância de ouvir um grupo por vezes esquecido no planejamento territorial sustentável do turismo: as crianças.

2- Lugares e imagens de lugares são fundamentais para a prática do turismo. A demanda para o turismo geralmente emana do indivíduo ou percepções coletivas de experiências turísticas que são, geralmente, firmemente enraizadas em associações com determinados locais, enquanto que a promoção e comercialização do turismo depende muito da formação e difusão de imagens positivas e atraentes dos destinos como lugares (tradução nossa).

**OS TERRITÓRIOS LUGARES: APONTAMENTOS VIVENCIAIS A
PARTIR DE PESQUISA COM GRUPOS DE CRIANÇAS RESIDENTES EM
MATINHOS**

A profundidade da apreensão de mundo vivido das crianças costuma surpreender os adultos. Tal afirmativa tem respaldo nos estudos da Geografia da Infância (2015), que aborda a interface Geografia, Infância e Espaço do seguinte modo:

[...] o espaço é uma dimensão significativa nos estudos que buscam colocar as crianças como sujeitos protagonistas nas sociedades em que vivem; [...] a forma como nós, individual ou socialmente, concebemos a espacialidade e suas categorias (tais como território, lugar, local, região...) interferem nas novas formas de ver, compreender, agir com as crianças e na produção de suas infâncias.

Ver a criança como mais um que participa dos processos, na elaboração das dimensões sociais, é uma das grandes contribuições que a Ciência Geográfica pode trazer para o estudo das crianças e suas infâncias, buscando desvelar toda a complexidade que envolve seus processos de atuação perante o mundo e materializá-las como sujeitos reais na construção do território e da sociedade brasileira (LOPES, 2008).

Lopes e Vasconcellos (2006) comentam que o termo “Geografia da Infância” não tem o intuito de trazer mais uma divisão no campo temático da Ciência Geográfica, mas, sim, demonstrar as contribuições da Geografia para os estudos da infância (como já o fazem algumas áreas de conhecimento, como a Sociologia da Infância, a Antropologia da Infância e outras). Assim, na Geografia da Infância se busca compreender as crianças como “[...] agentes produtores do espaço que gestam e dão significados as suas espacialidades, construindo lugares, territórios e paisagens” (LOPES, 2008, p. 68).

A infância se dá num amplo espaço de negociação, que implica a produção de culturas de criança, do lugar, dos lugares destinados às crianças pelo mundo adulto e suas instituições e das territorialidades de criança, resultando desse embate uma configuração a qual o autor chama de territorialidades infantis, cujo campo de reflexão é a Geografia da Infância (LOPES, 2008).

Para Claval (2007, p. 14-15), as crianças “[...] assimilam conhecimentos, atitudes e valores observando o que há à sua volta e imitando-os; as lições recebidas dos adultos destacam os símbolos dos quais são portadores os lugares. A paisagem torna-se, assim, uma das matrizes da cultura”. Isso significa dizer que o desenvolvimento é algo socialmente construído no contato com o outro, pois “as relações do indivíduo com o espaço fazem parte dos primeiros aprendizados culturais e não cessam de se desenvolver” (CLAVAl, 2007, p. 189). Ainda, o mesmo autor afirma que é no seio do grupo familiar que as crianças aprendem que não estão sozinhas.

Na apropriação do espaço pelas crianças está presente a tensão entre o singular e o coletivo, pois essas podem desenvolver sentimentos ambivalentes por certos lugares que lhes pertencem:

[...] Por exemplo, a cadeira de bebê é seu lugar, mas também lhe dão de comer coisas de que não gosta e está preso em sua cadeira. A criança vê seu berço com ambivalência. O berço é seu aconchegante pequeno mundo, mas quase todas as noites vai para ele com relutância; precisa dormir mas tem medo do escuro e de ficar sozinha (TUAN, 1983, p. 51).

A citação anterior remete a lugares presentes no cotidiano das crianças em suas fases iniciais de vida, e também remete à presença do outro, que ajuda a construir significados para esses espaços. Provavelmente, o primeiro “objeto” permanente que um bebê reconhece não é, em realidade, um objeto, mas um sujeito, uma outra pessoa:

Os adultos são necessários, não somente para a sobrevivência biológica da criança, mas também para desenvolver seu sentido de mundo objetivo. Uma criança de poucas semanas já aprendeu a prestar atenção à presença de gente. Ela começa a adquirir o sentido de distância e direção através da necessidade de julgar onde possa estar o adulto. Ao final do primeiro mês, é capaz de seguir com os olhos apenas um percepto distante – o rosto do adulto. Um bebê com fome e chorando se acalma e abre a boca ou faz o movimento de sucção quando vê aproximar-se um adulto (TUAN, 1983, p. 26).

A ideia de lugar da criança torna-se mais específica e geográfica à medida que ela cresce. O horizonte geográfico de uma criança se

expande à medida que ela se desenvolve, mas não necessariamente passo a passo em direção à escala maior. Os interesses e conhecimentos da criança se fixam primeiro na pequena comunidade local, depois na cidade, saltando ao bairro; e da cidade seu interesse pode pular para a nação e para lugares estrangeiros, saltando a uma região (TUAN, 1983).

Vygotsky (1991) compartilha dessa perspectiva ao demonstrar que os seres humanos apresentam uma relação de vivência com o ambiente, a partir da internalização de signos de seu entorno, que serão gradativamente arranjados em um sistema simbólico interno. Assim, é dessa forma que se estruturam uma percepção e um conhecimento do mundo, o que torna possível a operação mental sobre ele. É a elaboração de processos psicológicos superiores, típicos da espécie humana:

A vivência é uma unidade na qual, por um lado, de modo indivisível, o meio, aquilo que se vivencia está representado – a vivência sempre se liga àquilo que está localizado fora da pessoa – e, por outro lado, está representado como eu vivencio isso, ou seja, todas as particularidades da personalidade e todas as particularidades do meio são apresentadas na vivência, tanto aquilo que é retirado do meio, todos os elementos que possuem relação com dada personalidade, como aquilo que é retirado da personalidade, todos os traços de seu caráter, traços constitutivos que possuem relação com dado acontecimento. Dessa forma, na vivência, nós sempre lidamos com a união indivisível das particularidades da personalidade e das particularidades da situação representada na vivência (VIGOSTKI, 2010, p. 686 apud LOPES, 2012, p. 222).

Ao estudo do termo lugar, em se tratando das especificidades nas pesquisas com crianças, Lopes (2008), em observações coletadas a partir de pesquisa empírica, percebeu que para as crianças, os lugares e territórios mostram-se muito estreitos, o que induziu a fusão do termo territórioslugares: “Para as crianças, a prática espacial é uma prática de ‘territoriolugar’, já que apreendem o espaço em suas escalas vivenciais, a partir de seus pares, do mundo adulto, da sociedade em que se inserem” (GEOGRAFIA DA INFÂNCIA, 2015).

Existe, portanto, uma estreita ligação entre a vivência da infância e o local onde ela será vivida, pois cada grupo social não só elabora dimensões culturais que tornam possível a emergência de uma

subjetividade infantil relativa ao lugar, mas também designa existência de locais no espaço físico que materializa essa condição (LOPES; VASCONCELOS, 2006).

Dessa forma, as interações que se estabelecem entre sujeitos e lugares não são uma mera relação física, mas uma relação carregada de sentido e mediada pelos demais sujeitos que o ocupam. Assim, na apropriação e constituição de um território, mescla-se uma dimensão simbólica, por onde perpassa a tensão entre a singularidade dos indivíduos que nele habitam e os arranjos sociais da coletividade, e não somente uma racionalidade cartesiana em sua apropriação (LOPES; VASCONCELOS, 2006).

Conforme o blog Geografia da Infância, do Grupo de Pesquisas e Estudos em Geografia da Infância (Grupegi), na constituição dos “territórioslugares”, pode-se perceber a presença das seguintes situações: a vivência do espaço como interação, como processo e não como palco ou local de passagem ou superfície ocupada; o espaço não é concebido como métrico, como extensão, mas como intensidade; o conhecimento da comunidade de criança, do sentimento de identidade e pertença, que faz a separação delas com os demais grupos sociais, na medida em que existem artefatos, locais, movimentos que são típicos de crianças, reconhecidos e nomeados por elas; uma grande capacidade de abstração das crianças, de uma invenção produtiva, pois criam, a partir do espaço e dos artefatos presentes, situações, objetos, coisas, nomeações; na vivência do espaço as crianças não estão construindo outros espaços dentro do espaço, elas estão produzindo uma espacialidade não existente; nesse processo, elas experimentam a sensação de lugares, de territórios. As crianças vivenciam em suas interações com outras as multiplicidades de possibilidades do uso desse espaço (GEOGRAFIA DA INFÂNCIA, 2015).

Na pesquisa realizada para a tese “Turismo, infância e cotidiano: percepções e sentimentos de crianças residentes em Matinhos (Paraná – Brasil)”, que ocorreu o ano de 2014, foi possível observar intrinsecamente a constituição do termo territórioslugares.

Em relação à área de estudo da pesquisa, Matinhos insere-se na região paranaense litoral do Paraná, conformada por mais seis municípios. Dista de Curitiba, capital do estado do Paraná, 109,10 km

(IPARDES, 2012). Está localizado no litoral sul do estado do Paraná (Figura 1), com uma população de 29.428 habitantes, e estimada em 31.690 habitantes no ano de 2013, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2014).



Figura 1: Localização do município de Matinhos no estado do Paraná. **Fonte:** IBGE (2014).

Não muito diferente de outras localidades costeiras brasileiras, Matinhos se desenvolveu sem prévio e adequado planejamento urbano (PIERRI et al., 2006). Possui 36 balneários, entre os quais, o Balneário Jardim Monções, que faz divisa com o município de Pontal do Paraná, e o Balneário de Caiobá, que faz divisa com o município de Guaratuba (PREFEITURA MUNICIPAL DE MATINHOS, 2013).

Por meio da Lei Municipal 1067/20063, no Art. 12, foram criados 14 bairros ou unidades administrativas, como o Bairro de Caiobá, com área de 2,01 km². Além de Caiobá, mais seis balneários são, também, nomeados de bairros.

Em termos de litoral paranaense, Caiobá costuma ser um dos

3- Lei nº 1067, de 5 de dezembro 2006. Dispõe sobre a instituição do Plano Diretor Participativo e de Desenvolvimento Integrado de Matinhos, e dá outras providências. Disponível em: <www.matinhos.pr.gov.br>. Acesso em: jan. 2014.

balneários mais frequentados por veranistas e turistas (BIGARELLA, 1991) principalmente em suas praias, conhecidas como Praia Mansa e a Praia Brava. Constata-se ser muito ocupado em alta temporada, que corresponde aos meses de dezembro a março. Por essas características, o bairro de Caiobá abriga um grande número de condomínios e casas, que podem ser reconhecidos como segundas residências.

Com relação às faixas etárias predominantes em Matinhos, na Tabela 1 apresenta-se o censo demográfico do ano de 2010. Naquele ano, a população matinhense estava assim distribuída, conforme o sexo e a idade, fazendo um comparativo com a população do estado do Paraná e do Brasil:

Tabela 1 – Censo demográfico 2010 de Matinhos, Paraná e Brasil por faixa etária

IDADE	MATINHOS		PARANÁ		BRASIL	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
5 a 9 anos	1.151	1.142	390.883	377.509	7.623.749	7.344.867
10 a 14 anos	1.435	1.417	463.552	445.519	8.724.960	8.440.940
15 a 19 anos	1.276	1.307	469.762	458.869	8.558.497	8.431.641
20 a 24 anos	1.057	1.063	451.739	449.593	8.629.807	8.614.581
25 a 29 anos	989	1.079	436.675	443.557	8.460.631	8.643.096
30 a 34 anos	1.012	1.130	410.438	425.939	7.717.365	8.026.554
35 a 39 anos	1.001	1.099	384.351	403.019	6.766.450	7.121.722
40 a 44 anos	1.062	1.112	372.379	394.269	6.320.374	6.688.585
45 a 49 anos	954	980	336.461	363.723	5.691.791	6.141.128
50 a 54 anos	856	1.001	282.641	309.977	4.834.828	5.305.231
55 a 59 anos	739	894	231.993	256.686	3.902.183	4.373.673
60 a 64 anos	600	656	180.838	201.289	3.040.897	3.467.956
65 a 69 anos	470	507	133.729	151.451	2.223.953	2.616.639
70 a 74 anos	313	321	99.314	114.342	1.667.289	2.074.165
75 a 79 anos	173	177	64.121	80.272	1.090.455	1.472.860
80 a 84 anos	106	104	36.887	50.561	668.589	998.311
85 a 89 anos	31	49	15.588	23.876	310.739	508.702
90 a 94 anos	12	20	4.945	8.998	114.961	211.589
95 a 99 anos	5	8	1.273	2.538	31.528	66.804
Mais de 100 anos	0	1	313	620	7.245	16.987

Fonte: IBGE (2010).

Por meio do Gráfico 1, visualiza-se a ligeira predominância da faixa etária 10 a 14 anos em Matinhos, com relação ao Paraná e ao Brasil.

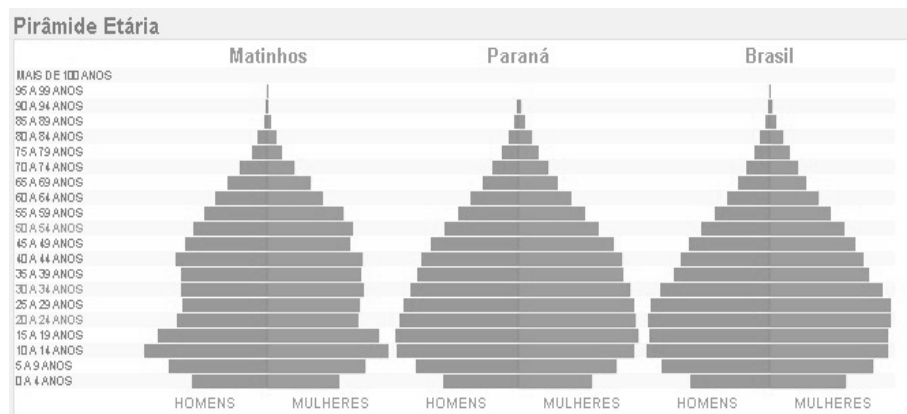


Gráfico 1: Pirâmide etária de Matinhos, Paraná e Brasil. **Fonte:** IBGE (2010).

Ainda conforme dados do IBGE, pessoas de 10 a 13 anos de idade somavam 2.233. Dessas, 2.203 eram alfabetizadas. A taxa de analfabetismo das pessoas de 10 a 13 anos de idade era de 1,4%.

Quanto à questão populacional do litoral, ela não se limita à população permanente. A afluência de turistas e veranistas, especialmente nos municípios praianos, se concentra no verão e se intensifica nas festas de fim de ano e Carnaval. A afluência em temporada está estimada em 1,5 milhão de pessoas⁴, o que multiplica a população de todo o litoral por mais de 6 vezes e a dos municípios praianos por 23 vezes; se a densidade desses municípios, considerando a população permanente, era de 40 habitantes/km² no ano de 2000, essa quantidade de turistas supõe 946 habitantes/km² (ESTADES, 2003).

Em relação aos participantes da pesquisa de campo realizada para a tese, da qual este texto deriva, conforme mencionada anteriormente, esta contou com os contributos essenciais de alunos de uma escola pública, localizada no bairro de Caiobá, e de uma escola privada, localizada no bairro Centro, ambas na cidade de Matinhos.

Na escola pública, participaram crianças do 5º ano da turma A (a turma era constituída de 18 alunos e participaram 10) e do 5º ano turma B (16 alunos, 11 participantes). Tais alunos tinham idade entre 9 e 11 anos, prevalecendo um maior número de crianças com a idade de 10 anos. A maioria mencionou que os pais exerciam a função de zeladores

4- No texto, a autora menciona que esse número não é oficial. É uma estimativa, usualmente utilizada nos meios comunicacionais.

de condomínio residencial. Foram utilizados nomes fictícios escolhidos pelas próprias crianças para a identificação na pesquisa (KUSHANO, 2015).

Já na escola privada participaram da pesquisa crianças do 5º ano (19 alunos, 18 participantes), com idade de 9 e 10 anos, prevalecendo os estudantes com 9 anos de idade. A maioria mencionou que os pais eram empresários ou profissionais liberais. Foram utilizados nomes fictícios escolhidos pelas próprias crianças para a identificação na pesquisa. No total, participaram 39 crianças.

A partir de entrega de um questionário com 12 perguntas, em que as próprias crianças respondiam na presença da pesquisadora, mas sem a interferência dela, foi identificado, dentre outros assuntos que permeiam o turismo que:

- Para a pergunta: “Como é o seu dia a dia no período de aulas, quando não têm turistas e veranistas onde você mora?”, identificou-se que 38 das 39 crianças pesquisadas revelaram aspectos positivos em sua rotina do cotidiano da baixa temporada, que corresponde a maior parte do ano. As palavras “legal”, “calmo” e “normal” foram as que mais se destacaram. Os alunos que responderam que era legal e calmo associaram com a não presença de turistas e veranistas na cidade (KUSHANO, 2015). As crianças que responderam que era “normal” demonstraram que seguiam uma rotina em seu cotidiano. Chamou atenção a resposta de Manu (5º ano, escola particular): “É mais caumo [sic] e eu fico mais calma”.
- Para a pergunta: “Como é o seu dia a dia no período de férias e feriados prolongados? Descreva.”, 13 crianças da escola pública afirmaram que era bom ou legal, enquanto 5 crianças da escola particular afirmaram que o período era animado ou divertido. Ainda, 8 crianças da escola pública responderam à pergunta com alguma percepção negativa, enquanto na escola particular foram 10 crianças. As percepções negativas foram semelhantes entre as turmas, cujos alunos responderam que o período era barulhento, agitado, movimentado. Além dessas,

3 crianças da escola particular mencionaram que viajavam no período (KUSHANO, 2015).

Notou-se, a partir das respostas de outras perguntas do mesmo questionário, que a maioria das crianças que permaneciam em Matinhos no período de férias e feriados prolongados era devido à ocupação dos pais, que trabalhavam e/ou que aumentavam a carga de trabalho durante a alta temporada.

Em se tratando da questão “Você gosta quando chega a época das férias e vem bastante gente de fora aqui em Matinhos? Por quê?”, 18 alunos, sendo 13 da escola pública e 4 da escola privada disseram gostar do período. Além do número maior de crianças que afirmaram gostar quando vinha gente de fora em Matinhos, observou-se uma singularidade nas respostas dos alunos da escola pública com relação à outra escola.

Oito alunos da escola pública destacaram que gostavam do período da alta temporada devido à questão da amizade. Porém, nenhum aluno da escola particular mencionou ter amizade ou fazer novos amigos com o advento da vinda de turistas e veranistas em sua cidade. Para Gustavo (5º A, escola pública), era bom porque “tem gente que me convida para fazer coisas que eu não faço todo dia”. Também, para Luiza (5º A, escola pública): “Eu gosto porque faz amizade se divirtese [sic] com eles e é bom conhecer pessoas”. O resultado dessa pergunta tem estreita relação com a profissão dos pais dos filhos pesquisados na escola pública, sendo 7 desses zeladores de condomínios residenciais (KUSHANO, 2015).

Foram 21 alunos, sendo 14 da escola particular e 8 da escola pública que revelaram não gostar do período da alta temporada. Todos esses a relacionaram às questões de redução em sua qualidade de vida, incomodados com barulho, movimento, sujeira e/ou trânsito. Assim como Pollie (5º ano B, escola pública), que mencionou: “Não. Porque eu acho que fica muito movimentado”. Jim (5º ano A, escola pública) mencionou: “Não porque eles chogam [sic] muito lixo na rua choga [sic] coisas no mar”. Destaca-se que 4 crianças da escola privada mencionaram que se sentiam sozinhas, devido ser nesse período que os pais mais trabalhavam. A exemplo de Isabelly (5º ano, escola particular), que respondeu: “Chato e barulhento porque meus pais tem

[sic] comércio e eu fico fechada em casa que é em cima do comércio e tem muito movimento na rua e no centro (onde eu moro) [...] Meus pais falam que eu tenho que aguentar [a alta temporada] porque eles estão ganhando dinheiro para a minha qualidade de vida”.

Diante de tais respostas, pode-se perceber que algumas crianças residentes pesquisadas se revelaram dispostas a fazer amizades e manter os contatos humanos, dando significado ao lugar turístico em que estavam vivendo.

Importa mencionar que no transcorrer da pesquisa e embasando-se nas respostas das crianças, muitas vezes notou-se que o sentimento dos pais em relação ao turismo e aos turistas eram similares aos das crianças, no entanto, em outras ocasiões, o contrário foi mencionado. Algumas crianças relataram, por exemplo, que os pais não gostavam do período da alta temporada, pois significava muito trabalho, barulho e ter que lidar com os turistas. Entretanto, essas mesmas crianças relataram que gostavam, por ser um período diferente, no qual tinham a oportunidade de fazer novas amizades e que tinham mais coisas para se fazer, para se divertirem (KUSHANO, 2015).

Outro paradoxo veio à tona: a atividade turística estava presente no discurso das crianças como algo importante para o seu sustento e qualidade de vida, pois no período das férias e dos feriados prolongados os pais possuem mais demanda de trabalho e, como consequência, proporcionando-lhes um sentimento de segurança. Todavia, o sentimento de insegurança também estava presente, visto que essas mesmas crianças permaneciam mais tempo sozinhas na alta temporada ou em virtude de a cidade não estar mais tranquila e calma, por apresentar mais movimento e barulhos, conforme os dados da pesquisa apontaram (KUSHANO, 2015).

Ressalta-se que a responsabilidade ética nessa pesquisa foi assegurada, primeiramente com Declaração de Aceite da Direção das Escolas, depois com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado pelos pais ou responsável pelos menores e também com a Declaração de Aceite assinada pelas próprias crianças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Lugar e lugar turístico estão imbricados no âmago da Geografia Humana. Por meio de uma análise bibliográfica observa-se que as visões de Fratucci (2001) e de Willians (2009) podem estar carregadas de certo romantismo quanto à questão das trocas simbólicas e do elo afetivo entre turistas e residentes locais (chamados por Fratucci de anfitriões). Todavia, também há que se discordar da visão de Carlos (1999) sobre o turismo transformar tudo o que toca em artificial, criando os chamados não-lugares.

Muitas vezes, como turistas, viagens são realizadas sem sequer ter contato com os residentes locais. Outras vezes, pode-se ter tal contato sem saber quem realmente é de tal lugar. Como exemplo, cita-se o caso de um turista que vai a Paris – França, mas não tem domínio do idioma francês. Ele poderá perguntar algo para determinado transeunte, no idioma inglês, e ficará em dúvida sobre a nacionalidade da pessoa abordada, já que, ao viajar pelo mundo, o inglês costuma ser o idioma universal.

Além disso, outra questão de cunho qualitativo se faz presente: que tipo de trocas culturais há com os visitados? (se é que os turistas vão a determinados lugares para visitar as pessoas dos lugares). Os residentes locais são vistos e abordados como se fossem guias de turismo ou manuais de sobrevivência local? Ou há, efetivamente, trocas culturais? Nesse sentido, resta discordar ou mesmo sinalizar com um ponto de interrogação quanto à legitimidade do termo “lugar turístico”, no que diz respeito ao entendimento de que a essência de um lugar é onde os contatos humanos são mantidos.

Se para a Geografia o estudo do termo lugar continua na agenda como algo complexo, também para a Geografia do Turismo ao estudo do lugar turístico há que se ter maior profundidade epistemológica.

Uma hipótese possível é de que o lugar turístico é elaborado a partir do imaginário do futuro turista que, geralmente, vai ao lugar com expectativas criadas a partir de estereótipos do lugar, que envolvem campanhas publicitárias, conversas com amigos e familiares, leituras, vídeos, sites, entre outros. O lugar turístico é carregado de anseios, de sonhos, do querer extravasar. Ao turista parece não ser prioridade conhecer a “real” realidade do lugar. Ele quer conhecer o lugar turístico, ou seja, aquilo pelo que se propôs ao sair de casa.

Isso não significa dizer que o turista está em busca, unicamente, do que é belo, circulando em área delimitada pela atividade turística. Como exemplo, cita-se o turismo de devastação ou turismo catástrofe, em que as pessoas viajam para conhecer de perto o que os noticiários anunciaram: ir a Louisiana (sudeste dos Estados Unidos), visitar os bairros de Nova Orleans que ficaram há sete anos sob as águas do furacão Katrina, ou conhecer o que restou de Rikuzentakata, no Japão, desde que, em 2011, foi devastada por um tsunami (MUNDO NIPO, 2014).

A reflexão sobre o termo territórioslugares, bem como os resultados da pesquisa de campo mencionada, trouxeram à tona a visão de crianças matinhenses quanto ao advento do fluxo turístico sazonal em sua localidade. Pôde-se observar que as crianças fizeram uma leitura e interpretação de mundo que lhes era singular e carregada de sentimento. Ao analisar o lugar de morar, há uma forte ligação com a experiência humana, com o enraizamento, com os vínculos que se estabelecem, como, por exemplo, o da amizade. Diante disso, entende-se que desvelar um lugar resulta em algo produtivo, sob o ponto de vista científico, bem como sob o ponto de vista das relações sociais.

Assim, observou-se entre determinadas crianças pesquisadas um sentido de lugar e de lugar turístico em que efetivamente as trocas culturais foram genuínas, ressaltando o sentimento de amizade. Ademais, as respostas das crianças vieram ao encontro com as reflexões sobre o termo territórioslugares, especialmente em se tratando da vivência do espaço como interação, como processo e não como palco ou local de passagem ou superfície ocupada, onde elas vivenciavam suas interações com outras multiplicidades de possibilidades do uso desse espaço.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAMS, P. C.; HOELSCH, S.; TILL, K. E. Place in context. Rethinking humanist geographies. In: _____. (Editors). Textures of place: exploring humanist geographies. , London: University of Minnesota Press. Minneapolis, 2001.

ANGULO, R. As praias do Paraná: problemas decorrentes de uma ocupação inadequada. Revista Paranaense de Desenvolvimento, n. 99, p. 97-103, jul./dez. 2000.

ALMEIDA, M. Cultura, turismo e identidade: a produção do ser e do lugar turístico. In: SIVAL, J. et al. (Orgs.) *Panorama da geografia brasileira*. São Paulo: Annablume, 2006.

AUGÉ, M. O sentido dos outros: atualidade da Antropologia. Petrópolis: Vozes, 1996.

BIGARELLA, J. J. Matinho: homem e terra – Reminiscências. Matinhos: Prefeitura Municipal de Matinhos; Associação de Defesa e Educação Ambiental, 1991.

BOULLÓN, R. C. Atividades turísticas e recreativas: o homem como protagonista. Bauru: Edusc, 2004.

CARLOS, A. O turismo e a produção do não-lugar. In: YÁZIGI, E.; CARLOS, A. F. A.; CRUZ, R. C. A. da. (Orgs.) *Turismo: espaço, paisagem e cultura*. São Paulo: Hucitec, 1999.

CARLOS, A. F. A. O Lugar no/do mundo. São Paulo: Hucitec, 1996.

CASTRO, N. A. R. de. O lugar do turismo na ciência geográfica: contribuições teórico-metodológicas à ação educativa. 2006. 300 f. Tese (Doutorado) – FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

CLAVAL P. A geografia cultural. 3. ed. Florianópolis: Ed. UFSC, 2007.

CRAVIDÃO, F. Turismo e cultura: dos itinerários ao lugar dos lugares. In: FONSECA, M. L. *Desenvolvimento e território: espaços rurais pós-agrícolas e novos lugares de turismo e lazer*. Lisboa: [s. l.], 2006.

CROUCH, D. Práticas e resultados turísticos. In: LEW, A. A.; HALL, C. M.; WILLIAMS, A. M. (Orgs.). *Compêndio de turismo*. Lisboa: Instituto Piaget, 2004. (Coleção Ciência e Técnica).

DINIZ FILHO, L. L. Epistemologia da Geografia. Curitiba: UFPR, 2012. Notas de aula. ESTADES, N. P. *O litoral do Paraná: entre a riqueza natural e a pobreza social. Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba, Ed. UFPR, n. 8, p. 25-41, jul./dez. 2003.

FRATUCCI, A. C. Os lugares turísticos: territórios do fenômeno turístico. *GEOgraphia* (UFF), Niterói, ano II, n. 4, p. 121-133, 2001.

GEOGRAFIA DA INFÂNCIA. Disponível em: <<http://geografiadainfancia.blogspot.com.br/p/nossas-pesquisas.html>>. Acesso em: 5 nov. 2015.

GONÇALVES, L. F. de. Geografia Humanística e Turismo: contribuições de enfoque humanista para o estudo do turismo. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL, V., 2008, Caxias do Sul, RS. Anais... Caxias do Sul: UCS, 2008.

GONÇALVES, T. M. O processo de apropriação do espaço através dos modos de morar e habitar o lugar (uma abordagem psico-socio-ambiental do Bairro Renascer/Mina Quatro de Criciúma – SC). 2002. 328 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2002.

HOLZER, W. A Geografia Humanista anglo-saxônica – De suas origens aos anos 90. Revista Brasileira de Geografia, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Rio de Janeiro, v. 55, n. 1, p. 90-109, jan./dez. 1993.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Cidades. Matinhos. Disponível em: <www.cidades.ibge.gov.br>. Acesso em: 9 abr. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). 7 a 12 anos. Crianças no Censo 2010. Disponível em: <<http://7a12.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 9 abr. 2014.

JERÔNIMO, R. N. T.; GONÇALVES, T. M. O processo de apropriação do espaço e produção da subjetividade. Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa, Brasília, v. 24, n. 2, abr./jun. 2008.

KNAFOU, R. Turismo e território: para um enfoque científico do turismo. In: RODRIGUES, A. (Org.). Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais. São Paulo: Hucitec, 2001.

KUSHANO, E. S. Turismo, infância e cotidiano: percepções e sentimentos de crianças residentes em Matinhos (Paraná – Brasil). 2015. 202 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

LEW, A. Tourism in places and places in tourism. Tourism Geographies, n. 5, v. 2, 2003.

LOPES, J. J. M. Geografia das Crianças, Geografia das Infâncias: as contribuições da Geografia para os estudos das crianças e suas infâncias. Revista Contexto & Educação, Editora Unijuí, ano 23, v. 79, p. 65-82, 2008.

_____. Mapa dos cheiros: cartografia com crianças pequena. Revista Geografares, n. 12, p. 211-227, jul. 2012.

LOPES, J. J. M.; VASCONCELLOS, T. Geografia da Infância: reflexões sobre uma área de pesquisas e estudos. Juiz de Fora: Feme, 2005.

_____. Geografia da Infância: territorialidades infantis. Currículo sem Fronteiras, v. 6, n. 1, p.103-127, jan./jun. 2006.

MARUJO, M. N.; CRAVIDÃO, F. Turismo e lugares: uma visão geográfica. Pasos – Revista de Turismo y Patrimonio Cultural, v. 10, n. 3, p. 281-288, 2012. Disponível em: <www.pasosonline.org>. Acesso em: 18 maio 2013.

MELLO, J. B. F. de. A geografia humanista: a perspectiva da experiência vivida e uma crítica radical ao positivismo. Revista Brasileira de Geografia, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Rio de Janeiro, v. 52, n. 4, p. 91-114, out./dez.1990.

MOESCH, M. A produção do saber turístico. São Paulo: Contexto, 2000.

MUNDO NIPO. Turismo em cidade devastada por tsunami contribui para reconstrução do Japão. Disponível em: <<http://www.mundo-nipo.com/ultimas-noticias/03/08/2013/turismo-em-cidade-devastada-por-tsunami-contribui-para-reconstrucao-do-japao/>>. Acesso em: 20 abr. 2014.

PIERRI, N. Litoral do Paraná: uma leitura dos limites de sua sustentabilidade socioambiental. Palestra proferida no dia 10/06/2011, na UFPR, Setor Litoral.

PIERRI, N. et al. A ocupação e o uso do solo no litoral paranaense: condicionantes, conflitos e tendências. Desenvolvimento e Meio Ambiente, Curitiba, Editora UFPR, n. 13, p. 137-167, jan./jun. 2006.

TUAN, Y. F. Topofilia. São Paulo: Difel, 1980.

_____. Espaço e lugar: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.

URRY, J. O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas. São Paulo: Studio Nobel, 1999.

VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

WAINBERG, J. Turismo, comunicação e informação. Apostila apresentada ao Curso de Pós-graduação Comunicação e Turismo, em nível de extensão, da Universidade Metodista de São Paulo – UMESP. Maringá, 2002. 10 p.

WILLIAMS, S. Tourism Geography: a new synthesis. New York: Routledge, 2009.



Antigo baile de carnaval no Complexo Parque Balneário Caiobá, Matinhos.

Fonte: Acervo Casa da Cultura de Matinhos

TURISMO, BALNEARIZAÇÃO E O SURGIMENTO DE UMA TRADIÇÃO CARNAVALESCA EM MATINHOS – PARANÁ (BRASIL)¹

*Marcos Luiz Filippim
Miguel Bahl*

INTRODUÇÃO

A análise da forma como uma tradição é inventada e resignificada ao longo do tempo e a relação desse processo com o lugar em que ocorre, suas características e especificidades, consistiu na motivação precípua deste trabalho, em que se elegeu como objeto de investigação a construção de tradições carnavalescas sob a perspectiva dos organizadores do Carnaval de Matinhos, no litoral do estado do Paraná, Região Sul do Brasil.

A categoria geográfica de lugar, no sentido evocado por Tuan (2008), para quem o espaço indiferenciado torna-se lugar quando as pessoas o conhecem melhor e lhe conferem valor, foi privilegiada no trabalho, na medida em que na análise se avaliou as singularidades, a relação de pertencimento e os significados atribuídos ao local pelos sujeitos da pesquisa na forma como representavam as tradições de Carnaval.

Além disso, a investigação também foi pautada no constructo teórico expresso por autores como Hobsbawm e Ranger (2006), Raposo (2010) e Hall (2006) de que tradições não são cristalizadas no tempo, e sim inventadas pelos grupos humanos e permanentemente resignificadas em um processo dinâmico para o qual concorrem diferentes perspectivas e grupos de interesse.

Os resultados obtidos na pesquisa sugerem que no caso de Matinhos a representação das tradições carnavalescas estava marcada por disputas

1- Este artigo apresenta resultados de uma pesquisa realizada com financiamento parcial da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES/MEC. O texto corresponde a um recorte de uma pesquisa de escopo mais abrangente, acerca da resignificação das tradições de carnaval, que consistiu no objeto da tese de doutorado do primeiro autor, orientada pelo segundo.

entre diferentes perspectivas e discursos que geravam o que Filippim (2015) denominou de “tradição atomizada”, ou seja, cada respondente criava um paradigma de tradição e selecionava discricionariamente, segundo seus interesses, quais aspectos deveriam ou não ser mantidos no modelo de Carnaval que considerava tradicional.

Assim, tomando por base a perspectiva dos sujeitos de pesquisa, foram identificadas e posteriormente interpretadas quatro vertentes ou possibilidades de patrimonialização do Carnaval de Matinhos: i) o Carnaval do Encontro, ou “Espontâneo”; ii) o Carnaval “Família”; iii) o Carnaval “Negócio”; e iv) o Carnaval Caótico, ou “Bagunça”.

Essa classificação deu origem às categorias de análise, tendo caráter não apriorístico, uma vez que foi extraída da fala dos sujeitos de pesquisa. Cabe, portanto, ressaltar que eventuais juízos de valor ou princípios morais que possam ser diagnosticados nessa taxonomia refletem a perspectiva dos informantes, não necessariamente coincidente com as dos pesquisadores, uma vez que foi erigida a partir dos depoimentos.

No caso específico deste trabalho são comunicados os resultados obtidos a partir da análise de um dos formatos das manifestações carnavalescas registrados na cidade e identificados naquele estudo, qual seja: o “Carnaval do Encontro”, que se caracterizou pelo surgimento relativamente espontâneo, a partir da interação amistosa entre residentes e veranistas, o que sugere que já em sua gênese tais folguedos estavam associados à visitação turística da região.

Nessa perspectiva, o objetivo central da investigação consistiu em analisar a relação entre o turismo e o surgimento e dinâmica das tradições de Carnaval em Matinhos.

No que tange às escolhas metodológicas, na investigação se utilizou uma abordagem qualitativa, com delineamento de estudo de caso interpretativo e se adotou a etnografia como estratégia de pesquisa. Para tanto, empregaram-se técnicas como a realização de entrevistas narrativas, registros em caderno de campo, observação participante periférica e análise de documentos. As informações foram interpretadas por meio de Análise de Conteúdo.

Os respondentes das entrevistas, identificados no texto como “Informantes” ou “(INF.)”, foram os organizadores do Carnaval na localidade selecionada, aqui entendidos como gestores do evento,

além de serem considerados figuras ou autoridades relevantes para a manifestação cultural em exame. O critério de escolha foi a recorrência em que foram citados por populares como detentores de um profundo conhecimento acerca do objeto de estudo. Outro aspecto considerado foi a condição de comando ou influência na organização do evento. Raposo (2010) chama esse tipo de informante de indivíduos “medulares” para a pesquisa.

Além das entrevistas, que foram gravadas e transcritas, ocorreram inúmeras conversas informais e recolha de material de campo. Os depoimentos gravados tiveram duração média de cinquenta minutos cada e foram realizados em locais previamente escolhidos pelos respondentes, durante o ano de 2014.

A estrutura deste trabalho contempla, além desta nota introdutória, uma caracterização sucinta da área em que o estudo foi realizado, seguida da análise das tradições carnavalescas em Matinhos, especialmente do arranjo aqui qualificado como “Carnaval do Encontro”. Seguem-se ainda as conclusões do estudo e, ao final, as referências utilizadas.

O LITORAL DO PARANÁ E O MUNICÍPIO DE MATINHOS: TURISMO E BALNEARIZAÇÃO

A delimitação geográfica escolhida para o estudo circunscreve-se ao município de Matinhos, situado no litoral do estado do Paraná, no Sul do Brasil. Antes de descrever a unidade municipal, pareceu pertinente caracterizar brevemente o contexto regional em que o município está inserido.

De acordo com Bigarella (2009), a região era originariamente ocupada por índios tupis-guaranis e passou a ser colonizada por europeus a partir do século XVI. No momento da realização deste estudo sete municípios compunham a região: Guaratuba, Matinhos, Pontal do Paraná, Paranaguá, Morretes, Antonina e Guaraqueçaba. A população regional era de aproximadamente 265 mil habitantes (IBGE, 2010). No entanto, de acordo com a Secretaria de Turismo do Paraná (PARANÁ, 2013) são acrescidos aos moradores locais cerca de 1 milhão de turistas por ano, predominantemente durante a temporada de verão,

o que demonstra a vitalidade da atividade turística e também seu caráter sazonal. Nesse sentido, o turismo atua como importante agente no quadro da organização socioeconômica e territorial da região, que se caracteriza como um dos principais destinos do estado no âmbito da atividade turística (FILIPPIM, 2015; ANGULO, 2000).

O processo de balnearização e o uso turístico do litoral paranaense remonta à década de 1920, segundo Bigarella (2009) e Sampaio (2006), que informam que o acesso às praias foi facilitado pela abertura da Estrada do Mar, atual PR-407, a partir de 1926. A rodovia ligou Paranaguá à orla de Praia de Leste e tornou possível a chegada de veículos automotores, que se utilizavam de trechos da praia como estrada. Os mesmos autores explicam que é também em 1926 que ocorre o primeiro assentamento balneário, localizado a cerca de 3 km ao norte da Baía de Guaratuba, no local então conhecido como “Matinho” e que foi seguido por outro, constituindo assim o “Balneário de Matinhos”. Nos anos seguintes surgiram os loteamentos da Vila Balneária Praia de Leste, em 1928, e, em 1930, o da Vila Balneária do Morro de Caiobá, que igualmente associado a um segundo na mesma área, deu origem à localidade chamada de Balneário de Caiobá (BIGARELLA, 2009).

A instabilidade econômica e a eclosão da Segunda Guerra Mundial, ainda na primeira metade do século XX, acabaram por determinar limitações ao desenvolvimento dos balneários já existentes, assim como à instalação de novos projetos, conforme assinala Bigarella (2009). Além disso, o autor também cita pelo menos dois obstáculos locais: problemas sanitários, que facilitavam a ocorrência de doenças e as dificuldades de acesso e comunicação. Nesse sentido, o bucolismo da região se contrapõe às enfermidades típicas do verão e à precariedade da infraestrutura: “A vida nos balneários [...] era extremamente simples e ligada às atividades locais, e restringia-se aos meses de inverno devido ao período da malária no verão” (BIGARELLA, 2009, p. 159).

Observa-se, a partir do fragmento transcrito, que as restrições sanitárias, aliadas ao clima quente e úmido dos verões da região, facilitavam a ocorrência da malária e determinavam um período de sazonalidade diferente do vigente à época em que se realizou a pesquisa, ou seja, a demanda concentrava-se nos meses de inverno, e não no verão, até o início dos anos 1940, conforme mencionado por Bigarella (2009).

Seria, no entanto, a partir da década de 1950 que a ocupação pelo uso balneário iria se intensificar e se fixar em todo o litoral sul do estado do Paraná (ao sul da Baía de Paranaguá) e não apenas nos assentamentos iniciais de Matinhos, Caiobá e Guaratuba², conforme Sampaio (2006), que explica que isso se deveu à expansão agrícola que demandou a construção e pavimentação de troncos rodoviários ligando áreas do interior do estado ao Porto de Paranaguá, responsável pela exportação da produção. Com isso, ampliou-se o contingente da população com acesso aos balneários litorâneos. A intensificação do uso da orla oceânica gerou problemas socioambientais, mais evidentes a partir do final da década de 1970 e que persistiam até o período em que este estudo foi desenvolvido.

Embora o quadro dos problemas decorrentes da ocupação intensiva da orla oceânica não tenha mudado significativamente, foram acrescidas novas questões à agenda de preocupações com o modelo de desenvolvimento regional (SAMPAIO, 2006). Nesse sentido, a região viu crescer progressivamente a população fixa de baixa renda, em especial a partir do final dos anos 1980, fruto da migração de pessoas do interior do estado e da Região Metropolitana de Curitiba, em busca de oportunidades de trabalho e moradia no litoral, conforme Deschamps e Kleinke (2000), que também observam que, paralelamente à intensificação da construção de edifícios ocupados sazonalmente por veranistas de alta renda, ocorreu a ocupação de baixa renda, não raro irregular, de áreas menos qualificadas e ambientalmente vulneráveis.

Em que pesem tais problemas, é possível afirmar que a região tem no turismo uma vigorosa alternativa de renda e oportunidades, bem como oferece aos visitantes, além das atividades relacionadas ao sol e praia, atrativos como parques naturais e unidades de conservação; cidades e sítios históricos; gastronomia típica; e manifestações folclóricas e culturais, como o fandango e o Carnaval, objeto deste estudo.

O município de Matinhos foi desmembrado de Paranaguá pela Lei nº 5, de 12 de junho de 1967, o que, segundo Bigarella (2009),

2- Embora a intensificação do uso balneário, ocorrida a partir de meados do século XX, tenha sido simultânea nas localidades mencionadas, faz-se necessário esclarecer que Guaratuba é uma cidade histórica e os primeiros registros de ocupação pelos colonizadores europeus remontam ao século XVII, enquanto Matinhos e Pontal do Paraná seriam efetivamente povoados em período posterior, por ocasião da balnearização.

rendeu à cidade o epíteto de “Namoradinha do Paraná” (já que no Brasil comemora-se o dia dos namorados em 12 de junho). Possui uma área superficial de 117,74 km² e dista aproximadamente 110 km de Curitiba, a capital do estado. Parte do Parque Nacional Saint-Hilaire/Lange encontra-se nos limites territoriais do município, que também possui 29 balneários distribuídos em 17 km de orla marítima, com destaque para os que se situam na sede urbana: Praia dos Currais, Mansa de Matinhos, Brava (Matinhos e Caiobá), Mansa de Caiobá, dos Amores, e ainda a pequena Praia dos Namorados, encravada nos paredões do Morro de Caiobá (BIGARELLA, 2009).

De acordo com a Prefeitura Municipal de Matinhos (2014), o clima é temperado úmido, com temperatura média anual de 18° Celsius e altitude média de 15 metros. A população em 2010 era de 29.428 habitantes e estava estimada em 32.148 habitantes em 2014, sendo que a população economicamente ativa era de 15.009 pessoas (IBGE, 2014).

O comércio, construção civil, administração pública, serviços domésticos, alojamento e alimentação, educação, agricultura, pecuária, pesca e aquicultura, artes, cultura, esporte e educação situam-se dentre as principais atividades econômicas (IBGE, 2010). O município apresentava um Índice de Desenvolvimento Humano – IDH de 0,743 pontos, considerado médio, ocupando a posição de número 695 em relação aos demais municípios brasileiros e 48 em relação aos municípios do estado do Paraná, segundo o IBGE (2010), que também informa que a evolução do IDH estava variando positivamente em relação aos levantamentos anteriores, que registraram índices de 0,522 pontos em 1991 e 0,635 pontos no ano 2000.

Bigarella (2009) explica que o nome do atual município era grafado inicialmente como “Matinho” (sem o “s” no final), em razão de que a área em que está localizado situava-se em um ponto do caminho entre Paranaguá e Guaratuba em que havia a necessidade de atravessar uma mata de restinga, vegetação baixa, bastante comum no litoral paranaense. O mesmo autor reitera que a cartografia da época registra a designação “Matinho”, que somente seria alterada com o início da ocupação pelos banhistas, a partir da década de 1920, quando passa a ser chamado de “Matinhos”.

A presença humana na região remonta aproximadamente entre

três e cinco mil anos, de acordo com os vestígios de um povo que viveu na área, encontrados no Sambaqui de Matinhos (BIGARELLA, 2009). A mesma fonte dá conta que posteriormente também há registros da ocupação por índios carijós e a partir do século XVI, com a chegada de portugueses, houve uma miscigenação cultural entre indígenas e europeus, que deu origem ao caboclo. A situação de isolamento em relação ao restante do estado determinou a escassez de registros sobre a história da região até a ocupação pelo uso balneário, na década de 1920 (BIGARELLA, 2009). O mesmo autor assinala as transformações que seguiram a essa ocupação:

Com o aparecimento dos balneários, muitas tradições caboclas desapareceram, como o estilo das casas, os aspectos da cozinha, o engenho de mandioca etc. A canoa a remo e a vela foi substituída pela de motor a dois tempos. Muitos dos costumes e das manifestações culturais, artísticas e religiosas foram grandemente influenciadas ou desapareceram no contato com o banhista (BIGARELLA, 2009, p. 18).

Como é possível depreender a partir dos fragmentos transcritos, as tradições culturais, objeto geral deste trabalho, foram impactadas pela visitação turística, desde a gênese de sua ocorrência na região.

O quadro de isolamento e dificuldade de acesso às praias iria mudar a partir de 1926, com a abertura da Estrada do Mar (atual Rodovia PR-407), que facilitou a ligação entre Paranaguá e Guaratuba por via terrestre e contribuiu para o desenvolvimento dos Balneários de Matinhos e Caiobá (SAMPAIO, 2006).

Os primeiros banhistas geralmente eram descendentes de alemães radicados em Curitiba, que viajavam em família e procuravam as praias no inverno para evitar a infecção por doenças como a malária, o bicho-de-pé e o bicho geográfico, então comuns na região nos meses mais quentes e frequentemente associadas à precariedade da estrutura de saneamento, conforme Bigarella (2009). Apesar de tais dificuldades, a estada no litoral era muito apreciada e, além dos banhos de mar, também incluía atividades culturais e de conagração social e familiar, conforme atesta Bigarella (2006, p. 159): “As festas folclóricas regionais e os bailes simples dos banhistas atraíam e irmanavam jovens e velhos. Também as pescarias reuniam a população, bem como os passeios e as

caminhadas em grupo”.

Os preparativos para a instalação do Balneário de Caiobá são iniciados em 1929, com projeto idealizado por Augusto Blitzkow, um dos pioneiros também na construção das primeiras casas, iniciativa logo imitada por outras famílias de banhistas, sendo que as pessoas que não dispunham de residência própria hospedavam-se nos poucos hotéis, com instalações muito simples e deficiências nos serviços sanitários e no fornecimento de energia elétrica (BIGARELLA, 2009).

Os balneários de Matinhos e Caiobá se desenvolveram de forma lenta entre as décadas de 1920 a 1940, de acordo com Sampaio (2006), que também informa que em 1936 Matinhos contava com uns poucos pequenos hotéis e pensões, além de 68 casas, que não passavam de 20 em Caiobá. O autor atribui a lentidão no desenvolvimento à instabilidade política e econômica da primeira metade do século XX, que teria limitado os investimentos no lazer.

Esse quadro iria mudar a partir da década de 1950, quando a ocupação, não apenas de Matinhos e Caiobá, mas de todo litoral sul do Paraná se intensificou e gerou problemas ambientais, além do comprometimento da paisagem e a remoção de famílias de pescadores para áreas menos suscetíveis aos interesses imobiliários e frequentemente mais frágeis, o que determinou uma intervenção governamental a partir dos anos 1980 (SAMPAIO, 2006).

A trajetória do município de Matinhos, no que tange à demografia e ao turismo, entre os anos 1980 e o cenário observável à época da realização da pesquisa, não difere substancialmente do contexto regional, ou seja, a migração de pessoas de baixa renda, oriundas do interior do estado e da Região Metropolitana de Curitiba aumentou progressivamente, assim como se intensificou a construção de edifícios e moradias para ocupação sazonal de veranistas de alta renda. Para Deschamps e Kleinke (2000), o crescimento populacional é justificado em maior medida pelo primeiro grupo, que busca oportunidades de ocupação durante a temporada de verão, geralmente vendendo produtos na praia ou trabalhando em bares e restaurantes, e sobrevivendo de maneira precária no restante do ano, através da prestação de serviços na construção civil e na manutenção dos imóveis de veraneio. As autoras ponderam ainda que essa situação, associada à ausência de políticas

públicas de enfrentamento ao problema, leva à ocupação informal e desordenada do espaço pela população mais carente e produz sérios impactos ambientais e sociais.

O turismo no município de Matinhos se caracteriza como uma atividade fortemente sazonal, o que redundava em problemas como a insuficiência dos serviços de saneamento, fornecimento de água potável e outros, decorrentes da concentração da ocupação em um período do ano, sem um planejamento adequado (SAMPAIO, 2006; DESCHAMPS; KLEINKE 2000; ANGULO, 2000). Essa sazonalidade da ocupação também pode ser observada a partir de dados fornecidos pelo IBGE (2010), que indicam que o número de imóveis ocupados ocasionalmente foi de 21.411, o que significa 64,5% do total, correspondendo a 33.086 domicílios.

O enfrentamento da questão da sazonalidade no turismo tem nos eventos uma de suas estratégias privilegiadas. Nesse sentido, ainda que as festividades de Carnaval, objeto desta investigação, se situem no final da temporada de verão, estão se popularizando no Brasil, segundo Filippim (2015), as comemorações de Carnaval fora de época, chamadas de “micaretas”, que poderiam ser uma alternativa no caso de Matinhos, já que muito embora tenha sofrido transformações no seu formato, o evento tem atraído um grande contingente de turistas para a cidade.

O CARNAVAL DO ENCONTRO – TURISMO E PERTENCIMENTO NA FORMAÇÃO DA TRADIÇÃO CARNAVALESCA DE MATINHOS

Antes de apresentar as características do Carnaval de Matinhos, em particular o que se chamou aqui de “Carnaval do Encontro”, pareceu conveniente refletir acerca das especificidades regionais no que tange aos modelos do evento praticados no entorno. No que concerne à região, no geral, pode-se afirmar que as cidades históricas como Antonina e Paranaguá adotam como predominante o arranjo utilizado no Carnaval carioca, com desfiles de escolas de samba (embora também possam ter trios elétricos), e as cidades balneário, como Matinhos, Pontal do Paraná e Guaratuba, seguem a vertente soteropolitana, com a passagem dos trios. As diferenças são explicitadas por um dos sujeitos de pesquisa no seguinte fragmento de entrevista:

Nossos trios elétricos são em movimento, aqui [em Matinhos]. Lá em Antonina é escola de samba e o trio elétrico é parado. Então fica parado lá, anunciando, falando... aí vem a escola de samba, passa, a outra passa... entendeu? Paranaguá também é a mesma característica [de Antonina]. Guaratuba, aqui, e Praia de Leste é o mesmo estilo [refere-se ao trio elétrico em movimento]! (INF. 4, 2014).

Apesar dos traços de diferenciação apresentados, também podem ser assinalados aspectos similares, dentre os quais se destaca a massiva visitação turística durante os folguedos. O perfil dos turistas que buscam cada um dos eventos, no entanto, é presumivelmente diferente, considerando as características distintas das festas, aspecto também assinalado por diferentes sujeitos de pesquisa (INF. 3, 2014; INF. 6, 2014).

Considerando a compleição do cenário regional, examinada até aqui, passa-se à análise específica do Carnaval de Matinhos.

Por meio da experiência etnográfica e da aplicação da técnica de Análise de Conteúdo nas entrevistas e demais materiais coletados, foram identificadas quatro vertentes ou possibilidades de patrimonialização do Carnaval de Matinhos: i) o Carnaval do Encontro, ou “Espontâneo”; ii) o Carnaval “Família”; iii) o Carnaval “Negócio”; e iv) o Carnaval Caótico, ou “Bagunça”. Essa classificação, presente na fala dos informantes, deu origem às categorias de análise que têm, portanto, um caráter não apriorístico. Nesse sentido, parece especialmente relevante reiterar que as alternativas de construção das tradições carnavalescas foram obtidas a partir das entrevistas, ou seja, correspondem à percepção dos informantes consultados. Assim, o eventual juízo de valor que possa ser diagnosticado na classificação não reflete necessariamente a perspectiva dos pesquisadores, uma vez que foi erigida a partir dos depoimentos dos sujeitos de pesquisa, ou seja, extraída de suas falas.

Conforme se mencionou anteriormente, este trabalho se ocupa apenas do Carnaval do Encontro, e suas características serão discutidas com a utilização intensiva de fragmentos das entrevistas concedidas pelos sujeitos de pesquisa, além de matérias jornalísticas e documentos relacionados ao objeto, assim como as observações realizadas durante a investigação.

A interação entre moradores domiciliados em Matinhos e veranistas, especialmente os proprietários de residências de uso ocasional para férias no Balneário de Caiobá, proporcionou o surgimento de um formato ou tradição carnavalesca que se denominou aqui como “Carnaval do Encontro”, e que pode ser caracterizado pelos seguintes aspectos: i) surgimento espontâneo a partir da interação amistosa entre moradores e veranistas que gerou a criação da Caiobanda (grupo de músicos e percussionistas que será adiante caracterizado) com desfile no chão; ii) nível de organização amador ou auto-organizado; e iii) ideia de pertencimento intermitente ou vispertença.

As festas e bailes eram comuns em Matinhos desde o início da sua ocupação pelo uso balneário, nos salões dos hotéis e nas casas dos moradores locais e banhistas, conforme Bigarella (2009), autor que observa que, no entanto, como inicialmente a visitação para essa finalidade acontecia nos meses de inverno, foi a partir da década de 1940, quando essa prática começa a mudar para a estação do verão, que se encontram também as primeiras referências a festas de Carnaval na cidade. Nesse sentido, esclarece: “O salão de baile do Jonas era muito conhecido nas temporadas. No começo da década de 40, ‘aconteceu’ um Carnaval que ficou famoso. Até hoje é lembrado pela gente da época. Seguidamente ouvia-se alguém cantar a marcha ‘Cadê Zazá’” (BIGARELLA, 2009, p. 163).

Em que pesem esses e outros registros de comemorações anteriores, o surgimento do Carnaval de Matinhos como manifestação de maior notoriedade confunde-se com a criação da Caiobanda, em 1976, que inicialmente era um grupo de músicos e percussionistas amadores, conforme explica um dos sujeitos de pesquisa (INF. 3, 2014). Segundo o mesmo informante, são duas as matrizes do surgimento do grupo: as batucadas promovidas após os jogos de futebol, dos quais participavam os moradores locais, que eram realizadas na Praça Dante Luiz (conhecida como Praça Central de Caiobá), e as batucadas dos veranistas, no mesmo balneário. Desse encontro surge um grupo maior que congrega moradores e veranistas:

A Caiobanda iniciou através de times de futebol, então nós... se concentrava [sic] na Praça Central de Caiobá e fazia aquelas batucadas! Daí os veranistas viam que os rapazes batiam e ali iniciou a Caiobanda, em 76 [...].

Houve um convite dos veranistas do Largo da Ordem que fica lá no Recanto de Caiobá [...], no início da Praia Mansa... Então lá é o Largo da Figueira... os veranistas convidaram os meninos pra fazer uma batucada, fim de domingo, assim, né? E aí iniciou a Caiobanda [...]. Um grupo de amigos que tocavam aqui e entrosaram com os veranistas [que] também cantavam, tocavam aquelas marchinhas! (INF. 3, 2014).

Pela recorrência em que aparece no fragmento transcrito, a ideia de surgimento espontâneo e decorrente do encontro quase casual entre moradores locais e veranistas parece compor a gênese da Caiobanda. Entre os componentes da banda domiciliados na cidade, foram frequentemente citados como fundadores Rosalvo Ricardo dos Santos (Baiano), Odair da Silva, Ademir Ramos, Edson Silva, Milton Ramos, Adair Júlio da Silva, Dirceu Ramos, Odilon Leite, Adilson Leite (Adilsinho), Gilmário Ribeiro, Edson da Silva (Edinho), Nivaldo Ramos (Ferrão), Hamilton da Silva (Bala), Fernando Ramos (Shimano) e Fabiano Campelo, este último considerado como uma espécie de diretor financeiro, após a estruturação do grupo e a iniciativa da confecção de camisetas para identificação dos integrantes (INF. 3, 2014; LIMA, 2007).

Entre os veranistas, um dos nomes reputados como relevantes para o desenvolvimento da Caiobanda foi o de Dino Almeida³:

[...] a Caiobanda foi assim, o Dino Almeida começou com uma [banda] dele ali da Praia Mansa... e começou com uns amigos lá e eles ficavam fazendo um churrasco, alguma coisa assim, e teve um ano que o pessoal do churrasco saiu pra rua, saiu beira-mar... lá perto do Iate Clube, e de lá eles vinham pra Praia Mansa e ficavam por ali... vinham até ali, até o comecinho [refere-se ao início da Praia Brava], naquele edifício panorâmico [possível referência ao Edifício Caiobá] (INF. 5, 2014).

Para explicar o surgimento da Caiobanda, outro entrevistado também mencionou o encontro entre os locais e visitantes:

Primeiro teve a Caiobanda... no início, pra atender mais a comunidade local, que era um Carnaval de rua, uma brincadeira sadia, um “Carnaval Família”, no qual quem fazia o som eram os moradores ali nativos, os próprios

3- Dino Almeida foi um *promoter* e colunista que se notabilizou pela atuação na imprensa na divulgação e crônica de eventos relacionados ao que se considerava a elite econômica e social do estado do Paraná.

veranistas... então interagiam e faziam uma brincadeira, gerando Carnaval [...]. Completamente espontâneo! Vindo da comunidade, sem nada de incentivo do poder público! [...] Era da sociedade mesmo, que vinha pra cá, pegava os nativos aqui também, e o pessoal que morava aqui, se organizava e faziam a banda. Essa banda saía lá do Iate Clube e vinha até a praça (INF. 4, 2014).

Outros indicativos do caráter espontâneo do evento apareceram em diferentes momentos, quando os sujeitos de pesquisa avaliaram a participação do Poder Público nas primeiras edições da festa com a Caiobanda: “Na época da Caiobanda, quando iniciou, não tinha gasto nenhum pra prefeitura, não tinha gasto nenhum pro município!” (INF. 3, 2014). O entrevistado esclareceu que os custos eram suportados pelos próprios participantes e que as atividades eram auto-organizadas de maneira amadora, com pouca ou nenhuma intervenção governamental.

Na perspectiva do informante, tais características conferiram autenticidade à manifestação e proporcionam efeitos positivos, presentes no juízo de valor que subjaz em suas ponderações: “Era uma manifestação boa! [...] nasceu de um modo original... surgiu naturalmente, através de time de futebol, o batuque, aqueles sambas, aquelas coisas...” (INF. 3, 2014).

Nas diferentes vertentes do Carnaval de Matinhos, mas especialmente no que se chamou aqui de “Carnaval de Encontro” (e também “Carnaval Família”, uma vez que este está ligado ao veraneio de segunda residência), ocorre uma forte influência do turismo dirigido para a localidade, de maneira que a construção da tradição é marcada por essa atividade e, portanto, não se trata de um processo exclusivamente endógeno, mas que antes resulta da visitação. Nesse sentido, note-se que a gênese da Caiobanda congrega turistas e moradores. Um dos entrevistados explicou: “A festa, antigamente, permanecia no balneário. Então quem fazia era o balneário! Caiobá quem fazia eram os ‘moradores’ [refere-se aos veranistas que possuem casa no local] com os nativos da região, da localidade” (INF. 4, 2014).

Os entrevistados da pesquisa também sugeriram que esses contatos entre veranistas e domiciliados em Matinhos tiveram um caráter amistoso e de conagração, aspecto que parece ter se fragilizado ao longo do tempo, considerando a situação de exclusão de

uma significativa parcela dos residentes da festa, à época da realização da pesquisa, pelo menos na condição de foliões, já que muitos destes trabalhavam durante o evento em atividades como venda de alimentos e bebidas de forma ambulante ou em pequenos quiosques. Nesse sentido, alguns dos sujeitos de pesquisa enxergaram no modelo atual uma relação de dependência servil dos locais aos visitantes, que teria solapado o inicial espírito de encontro e confraternização.

A saída da Caiobanda aconteceu pela primeira vez em um domingo de Carnaval e essa prática foi mantida nos anos seguintes, de forma que se tornou tradicional, a ponto de passar a conceituar a própria ocorrência da festa nesse dia: “Domingo de Carnaval, domingo de Caiobanda!” (INF. 3, 2014).

A tradição de saída da Caiobanda no domingo pode ser explicada pelo fato de que é nesse dia que os moradores locais realizavam programas de lazer como participar de jogos de futebol (seguidos do batuque) ou ida à praia com a família, e nesse sentido a Praia Mansa de Caiobá – onde aconteceram as primeiras interações que deram origem à Caiobanda – é naturalmente um destino privilegiado porque, como o próprio nome indica, tem águas calmas, ideal para as brincadeiras das crianças. Assim, é possível que esse aspecto tenha facilitado a interação amistosa entre locais e veranistas, já que também são recorrentes as referências à presença do público infantil no início dos desfiles, que posteriormente ia tomando corpo e agregando cada vez mais pessoas, de diferentes estratos etários.

São várias as alusões à preferência pelo domingo, dia que frequentemente também está associado aos momentos de lazer e interação entre veranistas e locais no Carnaval e mesmo nas semanas que o precedem:

A Caiobanda era um dia, só no domingo, mas valia a pena [...]! Na Praça Central sempre se reuniam e faziam aquelas batucadas [...]. Aqui eram os ensaios [referindo-se ao Largo da Figueira]... ficavam sentados, comendo linguicinha com pão e tomando uma cervejinha... Na verdade eles [refere-se aos veranistas] pegaram o pessoal daqui, de batuque, e eles também gostavam um pouco de sambinha, daí foi entrosando! (INF. 3, 2014).

Em outro trecho da conversa, o entrevistado reforça a natureza

informal e o clima de confraternização do período inicial da Caiobanda: “Nós fizemos uma costela e daí o participante que chegava para se fantasiar [...]. Então cada participante que chegava para se enfeitar trazia uma caixinha de cerveja, nós chegamos com 64 caixas de cervejas no campo [risos]...” (INF. 3, 2014).

A alusão ao churrasco na própria casa do entrevistado, na qual os participantes do grupo compareciam para se fantasiar, ilustra o caráter espontâneo e pouco profissionalizado do evento em suas primeiras edições. Além disso, também se percebem traços de um procedimento ritualístico, assim como a confraternização entre os membros da Caiobanda que, conforme se mencionou, congregava veranistas e moradores permanentes. Acerca desse aspecto, quando perguntado sobre quem constituía o público da festa, o entrevistado vaticinou:

Eu creio que houve uma junção, um todo. Iniciou nesse convite, nessa brincadeira... eu acho que é uma festa pra todos [...]! Eles [os veranistas] queriam participar, então a gente ia... era uma festa mesmo. Iniciava ao meio-dia... oito horas a gente saía para a avenida, já tinha as pessoas que carregavam o isopor com as cervejas, com as coisas! Então era uma festa tanto para a população local quanto pros veranistas, turistas (INF. 3, 2014).

O itinerário inicial do desfile da Caiobanda partia do Largo da Figueira, onde o grupo se concentrava e avançava até o Iate Clube, local frequentado especialmente por veranistas associados àquela sociedade náutica e ponto onde havia um aumento considerável do público que acompanhava o cordão. Desde esse local, prosseguia pela Rua Manoel Ribas até chegar à Praça Central de Caiobá, onde os foliões e a banda permaneciam durante quase toda a noite.

O percurso tinha pouco mais de mil metros e para perfazê-lo era necessário um tempo de aproximadamente três horas: “A trajetória nossa de lá do Largo da Figueira até lá [aponta em direção à Praça Central de Caiobá] durava de duas horas e meia a três horas, então era sambado, mesmo! Era gostoso... bem tranquilo!” (INF. 3, 2014). Com a alusão ao fato de ser “sambado”, o entrevistado quis conotar que a passagem não era simplesmente caminhando, ou apressada, mas que havia uma espécie de ritual, com interação do público, sendo que uma parte deste ia se integrando ao cortejo à medida que este alcançava os pontos em

que as pessoas estavam esperando.

A praça consistia no ponto final do desfile da Caiobanda, que permanecia tocando ali durante toda noite, ao final da qual se seguia um ritual de banho de mar.

Nós chegávamos aqui [na praça] e já estava cheio, todo mundo esperando! Continuava aqui! A gente sempre brincava: “Caiobanda sem chuva não é Caiobanda!”, geralmente chovia [risos]! Então, tinha aquela tradição: “Caiobanda sem chuva não presta!” [...] Aquela chuva de verão! Aqui desde as sete horas já tinha alguém [...] as famílias vinham chegando... sempre tinha aqueles grupos que vêm fazer aquele pagodinho, batucadinho... ficavam esperando aqui [...]. A Caiobanda saía de lá na faixa das oito horas e chegava aqui dez e meia, onze horas, aí ficava até três, quatro horas da madrugada... daí tinha aquele grupo: “Agora vamos ter que tomar um banho!”. Aí todo mundo tomava aquele banho! Já tinha essa tradição: “Vamos pro banho, vamos pro banho!”. Era uma tradição! Todo mundo ia! Na [Praia] Mansa! (INF. 3, 2014).

Note-se que já nos primeiros anos da Caiobanda essa prática era considerada tradicional, o que implica dizer que, na perspectiva do sujeito de pesquisa, seriam necessárias poucas repetições para caracterizar uma prática tradicional. Também é possível observar a relação de proximidade emocional com o lugar, semelhante ao que Tuan (1980) define como “topofilia”, e uma natureza ritualística nesse comportamento, talvez associada às características físicas do sítio, como a elevada taxa pluviométrica durante os meses de verão e a proximidade do balneário, contíguo à praça em que a festa se desenvolvia.

Em outro fragmento do corpus da entrevista, a relação com o lugar volta a surgir quando o sujeito de pesquisa relembra, visivelmente emocionado, a compleição da praça, mesmo antes de sua utilização como ponto de parada da Caiobanda:

Esta praça [...] era um campo de futebol... em 1970 eu acho que foi o último jogo que foi feito aqui... com o Flamenguinho de Curitiba! Tinha uma trave aqui e outra lá naquele restaurante [...]. Quando ficou bom, acabou [risos]! [...] Aqui nós fomos campeões, ganhamos o título [de futebol] e fomos receber lá em Curitiba... o Caiobá Futebol Clube era só de nativos! (INF. 3, 2014).

A relação toposfílica com a praça é, pelo que se presume do fragmento transcrito, anterior ao surgimento da Caiobanda, que aconteceu em 1976, a partir do encontro entre veranistas e moradores permanentes. De toda forma, o local já se caracterizava como um espaço de convivência e fruição de lazer, como é possível inferir a partir das referências do entrevistado aos amigos que frequentavam o lugar, citando nomes e apelidos, o que denotou a relação de proximidade, aliada aos feitos do time de futebol, eternizados na memória afetiva do sujeito de pesquisa e indissociáveis do local em que aconteceram.

Entre o Largo da Figueira e o Iate Clube há um ponto em que há uma curva e um estreitamento na via em função da existência de uma ponte. Essa característica causava um afunilamento no desfile, como mencionou um dos entrevistados em ocasião que apresentou o itinerário in loco:

Aqui é que afunilava! Afunilava por causa da ponte. Daí quando nós saíamos daqui, pegava [sic] essa avenida toda larga, por toda a extensão, os moradores aí, antigos... a turma dali, esperava você com... aquele tempo não tinha latinha de cerveja, então era com caipira, com uísque, sabe? (INF 3, 2014).

As referências à oferta de bebidas e mimos aos componentes da Caiobanda são recorrentes e revelaram um contato amistoso e uma convivência cordial com o evento, aspecto que mudou bastante, como fica evidenciado por matérias jornalísticas e ajustes propostos inclusive pelo Ministério Público⁴.

A alusão do entrevistado aos moradores que ofereciam os agrados aos músicos da banda demanda um esclarecimento: os sujeitos de pesquisa frequentemente se utilizaram do termo “moradores” para qualificar os veranistas que possuíam casa de praia em Caiobá e normalmente passavam toda a temporada de verão (entre o início de dezembro e o início de março, até em função da dificuldade de acesso)

4- De acordo com Almeida (2012), a Prefeitura Municipal de Matinhos e o Ministério Público firmaram um Termo de Ajuste de Conduta visando limitar, a partir de 2012, a realização de eventos públicos após a meia-noite, com a exceção das festas de Ano Novo e Carnaval, que, mesmo assim, só poderiam se estender até às duas horas da manhã, com o objetivo de preservar o sossego público e evitar conflitos entre foliões e moradores ou veranistas.

no balneário e dessa forma diferenciá-los dos turistas ocasionais e dos habitantes locais domiciliados, que também foram chamados de “nativos”. Indagado acerca de quem eram esses moradores, o informante esclarece: “[...] eram veranistas. Mas eles vinham ver a Caiobanda passar e ficavam nesses murinhos, todos sentados, esperando a Caiobanda passar e davam essa cortesia, sabe?” (INF. 3, 2014). Foram, portanto, os veranistas que entregavam mimos aos componentes da Caiobanda ao longo da Rua Manoel Ribas. Considera-se que essas características compõem um quadro sui generis ao Carnaval de Matinhos e ilustram a ideia de que a invenção da tradição está relacionada às especificidades do lugar e à ocupação pelo turismo de segunda residência.

A recorrência da visita ao balneário pelos segundos-residentes pareceu conferir a estes um estatuto de pertencimento, na perspectiva dos sujeitos de pesquisa, pelo menos no período das férias e o Carnaval:

[...] os veranistas e os nativos são daqui! Eles convidavam os nativos pra fazer batuque... uma linguicinha com pão, alguma coisa... Daquilo formou-se aquele... “Não, vamos, vamos começar a sair!”. Aí começaram a sair, iam até ali perto do Iate, se reunia todo mundo e saía até a Praça Central [de Caiobá].... começou com cem, cento e cinquenta, e chegou a duas mil, três mil pessoas! (INF. 3, 2014).

O reconhecimento, pelos moradores permanentes, da condição de pertencimento, ainda que provisório ou intermitente⁵ dos veranistas em relação ao balneário, pode ter facilitado a interação amistosa entre ambos os grupos. Em outro momento, quando o entrevistado se referiu ao aumento do público que determinou a necessidade de alteração do roteiro da Caiobanda, reforçou a ideia do congraçamento:

Era desfile com marchinhas, todo o pessoal, inclusive os moradores, ficavam aguardando a gente passar... com

5- A ideia de uma relação de pertencimento ou do desenvolvimento da topofilia, para utilizar o termo cunhado por Tuan (1980), parece pouco aplicável à condição do turista, já que este, por norma, mantém um contato rápido e ocasional com o lugar que visita. No entanto, no caso do turismo de segunda residência, como aquele dirigido ao Balneário de Caiobá, essa visita é recorrente e pode provocar a sedimentação da memória afetiva e o estreitamento dos laços de pertença. Mesmo assim, a frequentação é provisória, vez que os turistas retornam aos seus domicílios permanentes e por essa razão, optou-se por denominar a sua relação com o lugar de “pertencimento intermitente”.

cervejas, com petiscos, com agradados [...]. Até chegar na praça! E isso foi encorpando, foi passando os anos e foi encorpando, se não me engano foi o penúltimo ano que teve lá do Iate até ali, teve até um caminhão com chope grátis [...]. Só que hoje se fizer isso dá morte [risos]. Então [...] era muito fluxo de pessoas, daí que mudaram de Matinhos para Caiobá (INF. 3, 2014).

O entusiasmo e o tom de nostalgia na fala do informante revelam sua predileção por esse arranjo de Carnaval adotado nos primórdios da Caiobanda. Nesse sentido, ele contrapõe aquele modelo ao cenário vigente à época da pesquisa, quando mencionou a impossibilidade da prática de distribuição de bebidas, numa referência aos problemas de segurança enfrentados posteriormente, citados por todos os entrevistados.

De forma análoga, a prevenção em relação ao Carnaval mais recente (classificado como “caótico”), aparece quando os sujeitos de pesquisa representaram como ideal o modelo de evento no qual participaram mais ativamente e também a partir dos aspectos que acreditaram atender às expectativas dos turistas. Para tanto, levaram em conta sua própria experiência como frequentadores do Carnaval, fazendo uma seleção subjetiva e relativamente arbitrária do que lhes pareceu relevante. Não raro, a relação que desenvolviam com a manifestação apresenta traços de passionalidade, o que se reflete sobre o modelo que tentavam imprimir ao evento e especialmente sobre a forma como avaliaram os períodos posteriores.

A predileção pelos gêneros musicais mais executados no modelo idealizado pelos respondentes também se relaciona com a tradição que buscavam construir ou definir como a mais adequada. Nesse sentido, foram recorrentes as menções aos sambas e especialmente marchinhas de Carnaval:

Do Iate até a Praça Central não dá 1.500 metros! Nós levávamos três horas e meia, quatro horas, porque era uma marchinha gostosa que vinha sem pressa de chegar [...]. Então tinha os caras que puxavam aquelas marchinhas antigas [...]. Esse ano que passou, não teve Carnaval aqui [...] mas saiu uma marchinha lá do Iate pra cá [...]. Pra relembrar os velhos tempos, os bons tempos! (INF. 3, 2014).

O entrevistado qualificou como “bons tempos” o período em que a Caiobanda saía no chão, executando sambas e marchinhas, seguida por veranistas e moradores, portanto, trata-se do que se chamou aqui de “Carnaval de Encontro”. Perguntado sobre quais seriam os ritmos típicos do Carnaval, reforçou: “Eu acho, acho que ali tem que ser misturado... samba e a marchinha, né? O Carnaval mais moderno era já com o trio elétrico e já vem o Olodum, aquele batuque... mais forte, onde tirou a essência do Carnaval” (INF. 3, 2014).

O entrevistado demonstrou ver na mudança de ritmos executados uma perda do que chamou de “essência do Carnaval”. Nesse caso, atribuiu a transformação à introdução do trio elétrico com ritmos diversos do samba e da marchinha. A referência ao “Olodum”, que consiste em um grupo baiano de percussão que, embora tenha repertório eclético, tornou-se internacionalmente conhecido pela execução da chamada “Axé Music” e serviu de inspiração para a criação de um bloco carnavalesco homônimo em Matinhos (INF. 3, 2014).

Em outros depoimentos, também se consolida a convicção, entre os sujeitos de pesquisa, de que marchinhas e sambas eram os gêneros mais adequados ao Carnaval e os mais executados nas primeiras saídas da Caiobanda, quando esta desfilava no chão e também nas primeiras edições do evento em que se adotou o trio elétrico: “Naquela época [...] da Caiobanda, no auge dela, são as marchinhas normais de Carnaval, ‘Mamãe eu quero’, essas coisas... [...]. Hoje toca de tudo! Hoje toca rock, toca reggae, põe um DJ pra tocar... hoje tem todos os ritmos e gostos possíveis” (INF. 4, 2014). Ou: “Nós entramos, de forma ainda... pequena [...]. Convidamos um pessoal de Paranaguá, com aquelas marchinhas do Carnaval... saímos na frente, com a marchinha e o pessoal gostou, e nós também gostamos!” (INF. 5, 2014). Outro dos entrevistados foi ainda mais enfático quando sugeriu os rumos que o Carnaval deveria tomar:

Esse Carnaval de trio elétrico aqui já tá saturado! Na verdade, teria que mudar! Ou pra Carnaval de rua [refere-se ao desfile de escolas de samba] ou você pegar e fazer o “Carnaval Antigo”! Com marchinha! Você bota uma banda, num trio elétrico, mas canta marchinhas antigas, não esses rocks, essas coisas de hoje, essas músicas que não têm... nada sobre nada! (INF. 6, 2014).

O entrevistado revelou sua predileção pelos gêneros que considerava “típicos” do Carnaval, que deveriam, na sua perspectiva, ser executados no evento em Matinhos. Ainda que o caráter contundente do fragmento transcrito possa sugerir certo preconceito ou aversão aos ritmos que, embora também antigos, são incomuns e emergentes para o período de Carnaval, em outros trechos do depoimento ele se mostrou tolerante e receptivo à diversidade musical. Assim, a lógica que pareceu permear o discurso do sujeito de pesquisa é que se deveria escolher gêneros que pudessem ser qualificados como “tradicionais” do evento local. Nesse caso, seriam os sambas e marchinhas, executados de maneira espontânea nos primeiros tempos da Caiobanda. A proposta de usar o trio elétrico, para atingir um público maior, mas privilegiar os ritmos do período inicial, poderia representar uma renovação ou reinvenção do grupo.

A mudança nos gêneros musicais mais executados durante o Carnaval pareceu também se relacionar à valoração atribuída pelos sujeitos de pesquisa e poderia estar associada à transição do desfile da banda do chão para o trio elétrico. Essa mudança parece ter sido paradigmática em vários sentidos, pois determinou uma ruptura na tradição da saída da Caiobanda e alterou inclusive o itinerário do desfile, da Rua Manoel Ribas para a Avenida Atlântica. É nesse momento que o Carnaval espontâneo, fruto do encontro de moradores e veranistas, passa a demandar um maior nível de estruturação e assume contornos mais comerciais. Nesse sentido, os artistas e músicos passam a ser contratados para o evento:

Quando mudou pra Atlântica eles [os artistas] já vinham com cachê, patrocinados pelo Bamerindus... Lá na marchinha nossa que era do late até a praça, não [quando não havia patrocínio]... aí foi se tornando muito grande e daí que foi mudado... Daí iniciou... de Matinhos pra Caiobá, o trio elétrico (INF. 3, 2014).

A mudança também determinou alterações inclusive na relação dos organizadores com o evento. Perguntado sobre a natureza de sua participação no Carnaval, à época das primeiras edições com a Caiobanda, um dos respondentes esclareceu: “A minha participação era mais ou menos como folião” (INF. 3, 2014). Isso sugere que no início

não havia propriamente uma organização do evento, pelo menos não algo estruturado, já que o entrevistado foi apontado por populares e por outros sujeitos de pesquisa como sendo um dos “fundadores” ou “organizadores” da Caiobanda, embora ele próprio se autoqualificasse apenas como “folião”.

Ainda que se pondere o efeito sobre a espontaneidade da manifestação, tais transformações se impuseram mais como uma necessidade do que uma alternativa, dadas as limitações de ordem técnica e prática para a manutenção do modelo anterior, especialmente em função do exponencial aumento do público.

[...] por que foi introduzido o trio? Porque você não escutava a bandinha! Aí você teve que pôr a sonorização pra que todo mundo ouvisse melhor, daí os carros pequenos de som! E foi crescendo! E começaram pôr cada vez maior... o público não escutava e reclamava: “Ah, o som não dá pra ouvir!” [...] aí começou os trios grandes [...]. Uma necessidade! Então uma coisa casou com a outra! O crescimento do público obrigou a gente a tomar novas atitudes (INF. 4, 2014).

A mudança no modelo não foi, portanto, uma ação deliberada ou executada a partir da predileção dos organizadores, mas imposta pela necessidade de atender um público crescente. Assim, novamente houve evidências da importância do turismo na reconfiguração do Carnaval local, já que a maioria dos novos frequentadores é turista, como sustentou um dos entrevistados:

[...] isso foi criando umas proporções grandes [...] por exemplo, vou lá, convido você e sua família pra participar do Carnaval em Caiobá... então começou a ser divulgado em outras regiões... aí começou a vir pessoas de outros municípios passar o Carnaval aqui, porque foi melhorando a infraestrutura... a banda aumentou, aí colocaram trios pequenos, começou com trios maiores, do... que era o Bamerindus, na época, do Banestado, começaram a ter shows, na praça, de encerramento. Aí, a prefeitura interveio, pela necessidade de espaço. Aí foi colocada uma infraestrutura na Avenida Atlântica pra continuar o Carnaval, tirando de lá [da Rua Manoel Ribas], que estava causando muito problema... (INF. 4, 2014).

O novo itinerário do desfile, que passou da Rua Manoel Ribas até

a Praça Dante Luiz (também chamada de Pracinha Central de Caiobá) para a Avenida Atlântica, inicialmente no sentido do Centro de Matinhos a Caiobá, onde parava na mesma praça, foi novamente alterado após dois anos, quando se inverteu o sentido do roteiro, que deixou de incluir a pracinha (INF. 3, 2014; INF. 4, 2014).

O novo itinerário e especialmente a adoção do trio elétrico em substituição ao desfile dos músicos no chão determinaram uma mudança nas características do evento e na própria relação dos frequentadores com o Carnaval:

Quando passou para a Atlântica, ainda acho que o primeiro ou segundo Carnaval, ainda vinha de Matinhos pra cá. Inclusive nos dois primeiros anos o trio elétrico parou aqui, na praça. Tinha problema de fios, tudo, vinham os bombeiros levantar os fios... Aí depois mudou a trajetória pra Matinhos, saindo daqui pra Matinhos. Aí já não ficou legal! (INF. 3, 2014).

Alguns aspectos desse trecho ilustram o desalento do entrevistado com a mudança do local e sua relação de proximidade, ou pertencimento toponímico, para usar a expressão de Tuan (1980), com a Praça de Caiobá, como sendo este o sítio onde o evento deveria ser mantido, como prática ou estratégia tradicionalizante.

A dinâmica na compleição do evento também foi observada em outros fragmentos das entrevistas:

[...] através dos tempos mudou bem a característica! Hoje ele vem buscar entretenimento, se você colocar uma atração ele vem atrás da atração, a atração principal, então ele vem atrás do evento em si, [...]: música gratuita, um local pra você brincar, se descontraí, participar, vamos dizer, “azarar” a mulherada, as mulheres “azarar” os homens... é um grande baile popular, aberto a todo mundo. Se ele quiser pôr uma cadeirinha na praia e ficar só assistindo ele vai ficar, o cara quer ficar lá no prédio, sacudindo o braço e dando tchauzinho vai, tem pessoas que se fantasiam, participam mais profundamente do Carnaval, procuram se expor mais naquele momento, então é uma coisa bastante interessante o Carnaval! É isso que traz, é o atrativo! (INF. 4, 2014).

No início da resposta o entrevistado aludiu à mudança através dos tempos, indicando que nos modelos anteriores havia outras motivações.

Também pareceu importante a referência aos grandes shows, de artistas nacionalmente conhecidos, que não ocorriam no início da Caiobanda, ou seja, naquele momento, a própria banda local, da qual os foliões poderiam inclusive participar, constituía a atração. Nesse sentido, a dinâmica de transformação do Carnaval apresenta uma transição de uma manifestação ritualística para um evento com características performáticas. Esse processo conferiu alta visibilidade externa ao evento e chamou a atenção da imprensa:

[...] no período entre 80 e 90, ali, gradualmente, todo ano ele ia... foi bacana, “venham aqui”, então o pessoal vinha, pelo convite, pelo boca boca, pela mídia, tinha mídia filmando, dando ênfase ao evento, aí começou vir o pessoal das outras praias, começaram a vir pra cá, Guaratuba vinha pra cá, Pontal vinha pra cá, então domingo isso aqui sempre foi cheio de gente e foi crescendo [...]. Começou a sair do chão nos anos 90 porque ele foi levado pra Avenida, daí na Avenida teve uma estrutura maior, com trios elétricos, aí aumentou os dias de Carnaval, não era mais só a Caiobanda, daí começou a pôr mais dias de trio elétrico na Avenida, o público era muito grande pelo período de Carnaval e você tinha que atender. Aí houve um período que foi colocado vários tipos de infraestrutura [...] mudou muito a característica! [...] Predomina daí o público de fora! (INF. 4, 2014).

As atenções da imprensa e a glamorização do evento, especialmente a partir de atividades idealizadas pelo promotor e colunista social Dino Almeida, como a escolha da “Garota Caiobá” no Iate Clube, que posteriormente participava do desfile no trio, também contribuíram para a atração de um público abastado, composto de famílias da elite paranaense (INF. 3, 2014; INF. 4, 2014). Isso pode ter concorrido para o progressivo afastamento do público local como participante na condição de folião.

Dessa forma, o aumento do público já nos primeiros anos que se seguiram à mudança de roteiro da Caiobanda e à transição para o trio elétrico pode ter dificultado a interação direta entre moradores locais e turistas, que caracterizava o que se chamou aqui de “Carnaval de Encontro”, e dessa forma os laços de amizade parecem ter se fragilizado e aparentemente foram mantidos, ainda assim por curto período, apenas com os componentes da banda, com quem os veranistas haviam se familiarizado. Um dos fundadores da Caiobanda avaliou essa transição:

Tivemos uns dois, três anos lá bons também. Com trio elétrico que era só... eles chamavam “Trio Elétrico só da elite”! Só os “deputados da coisa”! E ali tinha chope grátis, tudo que é bebida grátis! Dentro do trio elétrico [...]. Então ali ainda era sadio, era gostoso! Mas depois [...] ficou difícil! Então foi bom até quando durou [risos]! [...] ainda nós brincávamos: “o Carnaval, a Caiobanda, era só a elite de Caiobá!”. E realmente eram os “grandões”... [nesse momento faz referências nominais a pessoas da elite econômica e política do estado do Paraná] todos os “medalhões”! [...] E eu organizava um cordão de segurança [...] nesse trio elétrico que eles vinham tinha champanhe francês, tinha tudo que se pensava! (INF. 3, 2014).

A Caiobanda sai do chão e começa a desfilar em cima do trio elétrico (sendo que o próprio trio passa a ser chamado de Caiobanda em suas saídas no domingo de Carnaval), ou seja, são contratados músicos profissionais e de certa forma preteridos os amadores, momento em que se impõe a troca de itinerário e é apontado como ruptura entre os modelos de Carnaval, ainda que o sujeito de pesquisa tenha reconhecido que “apesar do trio” houve dois ou três “bons” Carnavais no novo percurso. Aparentemente dois fatores se conjugam nessa dinâmica: o aumento exponencial do público e o fato de o entrevistado frequentar esse espaço mais elitista naquele momento inicial do novo formato, por ser integrante do grupo de músicos da antiga Caiobanda.

Outros aspectos relevantes no fragmento transcrito dizem respeito ao caráter elitista do período e também ao fato de que os veranistas são tratados como locais. O entrevistado chamou de “elite de Caiobá” pessoas domiciliadas em outras cidades, em especial Curitiba, mas que mantinham segunda residência no balneário.

O estatuto de “morador” deveu-se ao fato de que essas pessoas sempre passavam as férias, e especialmente o Carnaval, no local, de forma que se poderia dizer que desenvolveram um pertencimento de segundo nível, que se denominou aqui de “vispertença”, para qualificar a relação que o indivíduo desenvolve com o lugar em que passa suas férias de maneira recorrente. Em outras palavras, ele tem uma relação de pertencimento em primeiro nível com sua residência permanente e em segundo nível com esse sítio de lazer, nesse caso, o Balneário de Caiobá.

A mudança para o uso do trio elétrico também representou uma

alteração na própria definição conceitual da Caiobanda, que deixou de conotar especificamente o grupo de percussionistas e foliões que saíam em desfile a pé, nos domingos de Carnaval de Caiobá, para designar genericamente qualquer banda que tocasse no trio elétrico, desde que também fosse nesse dia, conforme mencionado anteriormente.

Assim, um dos sujeitos de pesquisa explicou que quando se falasse, no período contemporâneo à realização deste estudo, que a Caiobanda iria sair no Carnaval, não significaria que fosse uma banda específica, sempre com os mesmos componentes. Quer dizer apenas que haveria um desfile com trio elétrico (que poderia, inclusive, ser de outro lugar, com músicos que nunca ouviram falar no conjunto inicial). Ocorre que a Caiobanda se institucionalizou; é como se fosse o próprio desfile de Carnaval. Assim, dizer: “Vai ter Caiobanda no domingo!” é como dizer: “Vai ter trio elétrico no domingo!”. O mesmo se aplica à Guaratubanda, grupo da cidade vizinha, Guaratuba, que originariamente tinha características semelhantes (INF. 3, 2014). Assim, se um mesmo grupo tocar no trio elétrico em Caiobá no domingo de Carnaval e no dia seguinte em Guaratuba, será chamado, no primeiro caso, de “Caiobanda” e, no segundo, de “Guaratubanda”.

Note-se que inicialmente apenas os integrantes do grupo musical eram os membros da Caiobanda. Com a distribuição das camisetas, nos anos que se seguiram à criação do grupo, isso passou a abranger todos os foliões que as usavam na festa, acompanhando o conjunto. Mais tarde, quando da transição do desfile do chão para o trio, o verbete “Caiobanda” sofreria uma nova variação de significado, passando a conotar o próprio Carnaval com a presença de trio elétrico, mesmo que a banda de cada edição do evento fosse diferente. Um dos sujeitos de pesquisa esclareceu: “A Caiobanda que hoje eles citam tem que ter o trio, se não tiver o trio não é Caiobanda! quando a gente fala assim: ‘Vai ter Caiobanda’ quer dizer que vai ter desfile de trio” (INF. 3, 2014).

O modelo de evento que se chamou aqui de “Carnaval de Encontro”, marcado pela estreita e vigorosa interação entre veranistas e locais proporcionada especialmente pela participação no desfile da Caiobanda quando esta saía no chão, sem o trio elétrico e que culminava com a noite festiva na Praça Dante Luiz, seguida do ritual de banho na Praia Mansa, pareceu compor o cenário do lugar de memória, na perspectiva

de um dos sujeitos de pesquisa: “Meu sonho é que a Caiobanda volte a sair no chão, juntamente com os foliões e que o verdadeiro espírito do Carnaval retorne. O Carnaval agora é tomado pelas músicas da indústria cultural, que dita a ‘moda’ e o ‘estilo’” (LIMA, 2007).

O tom nostálgico do depoimento e o desejo de reeditar os Carnavais da Caiobanda no chão pareceram ser compartilhados por muitos dos foliões que participaram daquele momento, o que animou a iniciativa da prefeitura de promover a saída de um grupo com características semelhantes e no mesmo itinerário.

Nos últimos anos nós estamos fazendo a “Caiobandinha”. Saindo lá do late, com a mesma característica, com a bandinha de chão, vem tocando até a praça. É a mesma característica, só que é mais cedo [...] porque era final do baile infantil, a banda saía... com as crianças, com as famílias, e vinham pra rua! Porque eles moravam todos ali, só a bandinha vinha tocar pra avenida! Aí o que aconteceu? Isso aí começou a incorporar com o pessoal daqui. Se via gente tocando frigideira acompanhando a banda, fundo de panela! [...] A ideia sempre foi permanecer [refere-se às características iniciais]. É difícil, culturalmente, você manter aquilo porque mudou o público [...] nós colocamos a “Caiobandinha” [...] saímos lá do late com a mesma característica. Tinha gente que olhava e chorava! Porque se criou naquilo lá! Principalmente os mais velhos! A ideia nossa hoje é essa: característica pra banda, pequena, e um dia só de trio elétrico. De repente voltando às origens a gente acha a solução pra fazer um ótimo Carnaval aqui embaixo! (INE, 4, 2014).

O fragmento sugeriu haver um sentimento de saudosismo em relação ao modelo adotado nos primeiros anos do Carnaval com a Caiobanda, o que justificaria a intenção da municipalidade de emular as características iniciais e eventualmente utilizá-las como parâmetros para a resignificação da festividade.

A experiência de promoção do desfile com um perfil semelhante ao adotado na cidade em seus Carnavais mais remotos pareceu ter suscitado lembranças agradáveis na parcela do público que participou dos eventos originais do que se chamou aqui de “Carnaval de Encontro”. Nesse sentido, note-se que esse público era composto de veranistas e moradores permanentes, já que quando o entrevistado disse que “eles

moravam ali”, se referiu aos veranistas que possuem segunda residência no balneário e desenvolveram uma relação de pertencimento, ainda que intermitente, com o lugar.

Assim, as pessoas parecem buscar uma espécie de contato nostálgico com algo que não existe mais e, para atender essa demanda, essas manifestações são recriadas sob uma aura de autenticidade, o que possibilita e até encoraja a invenção ou resignificação da tradição, descrita por Hobsbawm e Ranger (2006).

O esforço por simular características que já não existem também pode levar a uma perda da espontaneidade e artificialização da manifestação, e na espetacularização, aspectos também discutidos por autores como Debord (1997) e Raposo (2010).

CONCLUSÃO

A forma como são inventadas e resignificadas as tradições carnavalescas em Matinhos, no estado do Paraná, Sul do Brasil, a partir da perspectiva dos organizadores do evento, consistiu no objeto central deste estudo, que discutiu especialmente o chamado “Carnaval do Encontro”.

A consecução dos objetivos de pesquisa foi alcançada por meio da realização de uma experiência etnográfica, na qual um dos autores conviveu na área do estudo e realizou observações de campo, além de conversas e entrevistas com os sujeitos da pesquisa, informações posteriormente tratadas por meio de Análise de Conteúdo, método cujo objetivo consiste em explorar os significados das mensagens colhidas, sejam estes explícitos ou implícitos, assim como a linguagem empregada e as perspectivas de análise privilegiadas por cada locutor.

A adoção dessas estratégias de pesquisa permitiu observar a existência de múltiplos discursos em disputa para a definição do que era tradicional nos festejos de Carnaval, ou seja, a tradição não se apresentou como um fenômeno estático, cristalizado no tempo, mas antes revelou um caráter dinâmico, em permanente reinvenção.

Durante a realização do estudo, observou-se uma postura reativa em relação ao quadro contemporâneo, que pareceu influenciada

pela idealização do passado, manifestada no desejo de reconstrução do arranjo de Carnaval experienciado por cada sujeito da pesquisa, em especial no transcurso de sua juventude ou do período em que participou da organização do evento de maneira mais efetiva (em geral foram momentos coincidentes).

O Carnaval do Encontro surgiu de maneira espontânea, a partir da interação amistosa entre moradores e veranistas que criaram a Caiobanda, um grupo de músicos que desfilava no chão, seguido dos foliões. O caráter de espontaneidade remete a um nível de organização amador e pouco estruturado, ou seja, à auto-organização do evento. Além disso, também caracteriza esse modelo a vigorosa presença do turismo de segunda residência na cidade e em especial no Balneário de Caiobá. Essa prática deu sustentação à ideia do que se chamou aqui de pertencimento intermitente, ou visperença, expressões criadas para sintetizar a forma como os sujeitos da pesquisa qualificaram a relação desenvolvida pelos veranistas que recorrentemente passam as férias e o Carnaval na localidade.

A tradição, ou o estatuto do tradicional, se renova a cada geração e, mais que isso, pareceu estar passando por um processo de aceleração. Para ilustrar esse fenômeno, pode-se citar, no caso de Matinhos, a transição dos gêneros musicais mais executados – e dentro dos gêneros as próprias canções – que antes permaneciam por décadas e contemporaneamente constituem sucessos efêmeros, descartados já na edição seguinte do evento carnavalesco.

Assim, observou-se que na perspectiva dos informantes ocorreu uma representação do Carnaval como uma oportunidade de contato nostálgico com algo que não existe mais, um retorno às raízes, ligado à memória afetiva que se tem em relação ao lugar. Para atender essa demanda, os festejos podem ser recriados sob uma aura de autenticidade que atrai também os turistas interessados em sua tipicidade. Esse fenômeno guarda semelhanças com a recente experiência de saída da Caiobanda em Matinhos, em desfile a pé, em seu itinerário original e tocando antigas marchinhas de Carnaval, o que teria causado grande comoção entre os foliões, particularmente os mais velhos.

Nos arranjos observados os organizadores tenderam a representar o Carnaval a partir dos aspectos que acreditavam atender às expectativas

dos turistas. Para tanto, levaram em conta sua própria experiência como frequentadores de antigas edições da festa e fizeram uma seleção subjetiva e relativamente arbitrária do que lhes pareceu relevante, já que eles próprios estavam mantendo uma relação emocional com a manifestação, o que se refletiu sobre o modelo que tentavam imprimir ao evento.

Para os efeitos da pesquisa, importa menos a autenticidade de fato das manifestações que a atribuição desse estatuto pelos visitantes na relação que estavam desenvolvendo com o lugar. Em outros termos, considerando que nenhuma tradição é perene, no sentido de que necessariamente sofre as alterações determinadas pela dinâmica da história, o que efetivamente interessa à análise é a impressão que os turistas têm de que estão experienciando um evento tradicional e autêntico e não a inalcançável e idealizada pureza de uma manifestação já extinta na sua forma anterior. O ritual se transforma em performance para que algum resquício da tradição possa continuar existindo. Com isso, a manifestação evidentemente perde espontaneidade, mas a outra alternativa seria sua extinção.

A tradição carnavalesca sob a perspectiva daqueles que organizavam a festa, objeto central deste estudo, se revelou múltipla e dinâmica, e não única e cristalizada no tempo. O que seria, então, o “tradicional” Carnaval de Matinhos? Para alguns seria a Caiobanda desfilando no chão, com uma formação que congrega veranistas, moradores locais e suas famílias. Outros dizendo que é o trio elétrico, trazendo consigo célebres atrações, conhecidas em nível nacional e até internacional. Há ainda outro grupo, para quem a tradição estaria na geração de oportunidades para a população e de negócios para os empreendedores que se dispuserem a investir no evento.

Assim, a reinvenção do Carnaval de Matinhos passa pela consideração dos formatos experimentados durante sua trajetória histórica e a espessura do significado da festa para o lugar e suas singularidades. Pensar o Carnaval apenas como um negócio pode não ser sustentável ao longo do tempo, mesmo comercialmente, porque ao preterir a dimensão cultural em favor da atração de um contingente maior de turistas não se considera a fluidez e efemeridade desse novo público ou a fragilidade dos laços de identidade e pertencimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, J. F. de. **Matinhos: verão sem som após a meia-noite e Carnaval só até às 2h**. 2012. Disponível em: <<http://www.correioatlantico.com/site/?p=8054>>. Acesso em: 10 dez. 2014.

ANGULO, R. J. As praias do Paraná: problemas decorrentes de uma ocupação inadequada. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 99, p. 97-103, jul. 2000.

BIGARELLA, J. J. Matinho: homem e terra – Reminiscências. 3. ed. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 2009.

DEBORD, G. **A sociedade de espetáculo: comentários sobre a sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DESCHAMPS, M. V.; KLEINKE, M. de L. U. Os fluxos migratórios e as mudanças socioespaciais na ocupação contínua litorânea do Paraná. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 99, p. 45-59, jul./dez. 2000.

FILIPPIM, M. L. **A invenção de uma tradição carnavalesca: o Carnaval de Matinhos – Paraná (Brasil) sob a perspectiva dos organizadores**. 2015. 191 f. Tese (Doutorado) – Curso de tGeografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

HALL, S. A identidade cultural na pós-modernidade. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HOBSBAWM, E.; RANGER, T. (Orgs.). **A invenção das tradições**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades@**. 2010. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 ago. 2014.

LIMA, N. Você sabe qual a história do Carnaval em Matinhos? **Jornal da Acima**, Matinhos, p. 6-6, 28 fev. 2007.

MATINHOS. Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico. **Carnaval de Matinhos**. [mensagem pessoal] Mensagem recebida por: <marcoslupim@yahoo.com.br>. Em: 5 ago. 2014.

PARANÁ. Paraná Turismo. Secretaria de Estado do Esporte e do Turismo. **Guia do Litoral**: Paraná 2014. Curitiba: Paraná Turismo, 2013. 98 p.

RAPOSO, P. Por detrás da máscara: ensaio de antropologia da performance sobre os caretos de Podence. Lisboa: Instituto dos Museus e da Conservação, 2010.

SAMPAIO, R. Ocupação das orlas das praias paranaenses pelo uso balneário. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 13, p. 169-186, jan. 2006.

TUAN, Y. F. **Space and place**: the perspective of experience. 8. ed. Minneapolis: University Of Minnesota Press, 2008.

_____. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980.



Tela de ALFREDO ANDERSEN. Barra do Sul (Paranaguá). 1912. Óleo/tela. 47X71cm.
Fonte: CORRÊA, A. S. Alfredo Andersen (1860-1935): Retratos e Paisagens de um Norueguês Caboclo. Tese de doutorado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia. USP: São Paulo, 2011.

DESDOBRAMENTOS DA PRODUÇÃO IMAGÉTICA – CULTURAL E ARTÍSTICA REALIZADA NO LITORAL PARANAENSE¹

Luciana Ferreira
Marcos de Vasconcellos Gernet

INTRODUÇÃO

*O que está em jogo não são os olhos, mas os acordos institucionais
que fazem com que vejamos ou não vejamos.
(Rubem Alves)*

Este texto apresenta um levantamento analítico da produção imagética realizada no litoral do Estado do Paraná, Brasil. Para tanto, reflete sobre as imagens produzidas desde a pré-colonização, perpassando pelo período colonial e seus desdobramentos posteriores, chegando à contemporaneidade. Seu conteúdo percorre a cultura sambaquieira e ceramista, as primeiras expedições científicas, a chegada dos primeiros imigrantes e como se deu a produção imagética paranaense e litorânea pós-década de 1940. O texto traça, paralela e inevitavelmente, relações com os conceitos de natureza e paisagem por entender que esses vínculos – existentes entre a natureza e a produção humana – são intrínsecos e essenciais para o entendimento das imagens – culturais e artísticas – produzidas pelos homens dos diferentes tempos e espaços.

IMAGENS PRÉ-COLONIAIS

Através da racionalidade o homem transformou a natureza em territórios e embora as paisagens, os espaços e as regiões sejam

1- Este texto foi primeiramente produzido e utilizado na Tese de Doutorado em Geografia, da Universidade Federal do Paraná, de autoria de Luciana Ferreira, apresentado em 2014. Apresenta também contribuições do pesquisador Marcos de Vasconcellos Gernet.

fragmentos dessa configuração territorial, sua valorização, seleção ou repulsão sempre orientaram o imaginário social na organização deles. Partindo dessas premissas, entende-se que cada época define um imaginário coletivo que concebe socialmente a natureza e a traduz, transformando-a em artefatos materiais e simbólicos (LUCHIARI, 2001, p. 09-11).

No Brasil, até os dias atuais, mantém-se uma visão e concepção distorcida da imagem do Brasil pré-colonial, a partir da qual se acredita que antes da colonização havia uma paisagem e ambientes intocados, assim como vastas extensões de terras desabitadas e vazias da ação antrópica. Apesar dessa “imagem” já não ser mais aceita, estando sujeita à inúmeras críticas e, apesar de ter sido construída a partir dos relatos e da produção artística do período da colonização, elas persistem em relação à história da América Latina de modo geral, sendo ainda o “modelo” mais usado na descrição da paisagem brasileira (CORRÊA, 2006; FERREIRA e SCHIMTIZ, 2011).

A própria ideia de América sempre remeteu, segundo Silva (2000, p. 191), à concepção da vastidão desabitada. A paisagem americana, superlativa e portentosa em suas características geográficas – rios, desertos, florestas – contribuíram para essa imagem. À ideia de vastidão, aliam-se as noções do novo e da descoberta. A América teve, portanto, um momento fundador – e esse foi a data em que os olhos do europeu vislumbraram “terra à vista”. Esse europeu, por sua vez, não reconheceu a população nativa como dona da terra, muito menos as representações de mundo que essa população já possuía. Assim, sob a ótica do “vencedor”, estabeleceu-se uma data de origem para essa “descoberta”, data que foi posteriormente confirmada pelas letras que nomearam o território americano de “Novo Mundo”, utilizando a língua e a escrita europeias (SILVA, 2000).

A imagem da paisagem brasileira que ficou gravada na memória coletiva, foi aquela realizada por inúmeros cronistas e artistas estrangeiros e brasileiros, os quais acentuaram na descrição desses cenários as áreas colonizadas pelos portugueses, desprezando as possíveis transformações processadas anteriormente (CORRÊA, 2006). A imagem que se tem do Brasil do século XVI, por exemplo, é a de que ele possuía pequenos espaços, núcleos com fazendas e vilas formados

pela população colonial, pequenos enclaves ambientais e paisagísticos transplantados para o litoral de um continente virgem. A matriz desse “quadro” paisagístico elaborada, principalmente, por Capistrano de Abreu (1853-1927), em sua crônica “Caminhos Antigos” (1924), foi posteriormente aprimorada por inúmeros cronistas, que repetiram seu modelo de descrição (CORRÊA, 2006; FERREIRA e SCHIMTIZ, 2011). De acordo com Corrêa (2006), para Capistrano de Abreu, os índios não só eram racialmente inferiores aos europeus, estando num estágio defasado de evolução socioeconômica, mas também não podiam chegar a ter influência na formação do Brasil, uma vez que era impossível serem sujeitos da história. É preciso lembrar, por outro lado, que além dos indígenas – homens primitivos, negros e numerosos imigrantes de etnias diversas – foram também os primeiros habitantes do Brasil, ao contrário do que comumente é lembrado pela História. Dessa forma, é como se o território brasileiro não fosse à época de sua “descoberta” um espaço vivo culturalmente – fato que fez com que este território continuasse, na maioria das vezes, a ser descrito sem a diversidade existente e sem uma representação que levasse em conta os espaços ocupados e as regiões e paisagens anteriormente constituídas (CORRÊA, 2006; FERREIRA e SCHIMTIZ, 2011).

Toda essa conformação de aspectos pode ser considerada como um grande descaso, especialmente para com as populações indígenas. Descaso que não foi ainda superado. Diferentes posições políticas, diversas e conflitantes teorias e ideologias são, provavelmente, as causas da construção dessas imagens “deformadas”, sendo que recuperar o debate sobre a existência de paisagens anteriores ao processo de colonização significaria, entre outras coisas, rediscutir todo o processo de invasão e ocupação do território brasileiro (CORRÊA, 2006; FERREIRA e SCHIMTIZ, 2011).

A Fundação Nacional do Índio – Funai (2010) estima que havia milhares de índios vivendo no Brasil quando os portugueses chegaram. O que mais impressiona, levando-se em conta esses dados – mesmo que inexatos – é a ferocidade da destruição das culturas existentes efetuada pelos colonizadores ao longo dos séculos. Um massacre “apocalíptico” que dizimou, mas que ao mesmo tempo forjou, novas identidades, memórias, espaços, paisagens, territórios e imagens (PROENÇA, 2005;

FERREIRA e SCHIMTIZ, 2011). Gruzinski (2006, p. 18) se refere à América como um observatório sem igual, um “caos de duplos”. Nesse caos, a América colonial duplicou o Ocidente por meio de suas instituições, práticas e crenças. Essas referências feitas, pelo autor, especialmente à América Espanhola, podem ser estendidas à América Latina como um todo, isso se ela for entendida como um território que integrou sociedades e culturas primitivas e indígenas desmanteladas, em que etnias se misturaram e seres, crenças e comportamentos se miscigenaram. Terra de todos os sincretismos, continente do híbrido e do improvisado, onde índios e brancos, escravos negros, mulatos e mestiços conviveram entre confrontos e trocas que suscitaram reflexões de todos os tipos sobre a colonização e sobre o imaginário das culturas que, nas Américas, já estavam estabelecidas.

ANTES DE PEDRO ALVARES CABRAL: SAMBAQUIEIROS E CERAMISTAS

Antes da chegada de Cabral, há uma longa história da presença de grupos humanos na América do Sul. Esses habitantes do continente americano que chegaram há milhares de anos deixaram vestígios de suas culturas em artefatos, pinturas rupestres e cerâmicas encontradas em diversos sítios arqueológicos (BIGARELLA, 2009). Para Parellada (1989), a presença do *Homo sapiens* em terras paranaenses retrocede há mais de 6000 anos AP, e essa idade tende a aumentar quando da realização de novas pesquisas. Especificamente no litoral do Paraná, tal fato pode ser percebido pela presença de grande número de sambaquis. Segundo Chmyz (2002), quando os portugueses chegaram em terras brasileiras viviam cerca de quatro milhões de indivíduos que falavam 1500 línguas diferentes. Para Gernet et al. (2012), o europeu esteve presente nas praias e baías do litoral paranaense desde os primeiros anos do século XVI, mantendo evidente contato com os indígenas dessa região. Os primeiros relatos e imagens realizadas a respeito da presença indígena e das primeiras ocupações no litoral paranaense, já no período chamado colonial, foram realizados pelo aventureiro alemão Hans Staden, em 1548, quando a embarcação em que viajava foi arrastada para a barra da ilha denominada “Suprawa”, atual Superagui.

DUAS VIAGENS AO BRASIL



Figura 1: Xilogravura de Hans Staden, 1557.² **Fonte:** SOARES e LANA (2009).

O próprio Staden afirmou que portugueses e castelhanos residiam e cultivavam terras na costa de Superagui. Dentro dessa pluralidade étnica de tempos pretéritos é possível observar uma gama de atividades artístico-culturais riquíssimas desenvolvidas no litoral do Estado do Paraná e que surgiram a partir de intensa miscigenação.

De acordo com Meggers e Maranca (1980), a Pré-história brasileira é classificada como o período anterior ao surgimento da escrita. No Paraná, conceitua-se esse período como aquele anterior à chegada do europeu, momento em que surgem vestígios, no território paranaense, dos povos sambaquieiros e também dos chamados ceramistas. Recorre-se a essa periodização para melhor compreensão da evolução cultural da humanidade, sendo as divisões crono-culturais e tecnológicas necessárias por suas vantagens didáticas. De acordo com Funari e Noelli (2002), o pesquisador brasileiro Paulo Duarte foi uma figura importante na discussão de metodologias cronológicas, uma vez

2- Coube a Hans Staden e também a Ulrich Schmidel as primeiras imagens do litoral paranaense.

que sua amizade com Paul Rivet foi capaz de atrair, pela primeira vez para o Brasil, arqueólogos profissionais como Joseph e Annette Laming Emperaire. Discípulos de Rivet e préhistoriadores pioneiros, Joseph e Annette estudaram a arte rupestre como evidência de cultura humana e preocuparam-se com as distinções espaço-temporais para melhor compreensão e interpretação dos sítios arqueológicos. Tais concepções partiram do movimento humanista decorrente de Lévi Strauss, Marcel Mauss e André Leroi Gourhan, que enfatizavam de maneiras diferentes como todos os seres humanos são capazes de representar o mundo com símbolos dentro de uma temporalidade. No Paraná, “Madame Annette”, como ficou conhecida, formou uma grande geração de pesquisadores que, por sua vez, desenvolveu inúmeros trabalhos sobre a influência dessa escola francesa.

Para Gernet (2012), as populações sambaquianas brasileiras colonizaram intensamente toda a costa, principalmente os ambientes lagunares. Segundo Okumura e Eggers (2005), existem cinco regiões lagunares onde a presença dos sambaquis brasileiros é bastante acentuada: Cananeia-Iguape, em São Paulo; Baía de Paranaguá, no Paraná; e as regiões de São Francisco do Sul e Laguna, em Santa Catarina.

Sambaquis são sítios arqueológicos inseridos em paisagem Holocênica onde populações humanas habitaram, temporária ou permanentemente, para exploração dos recursos litorâneos, criando acúmulos artificiais de restos de alimentação (PARMALEE et al., 1974; SIMPSON; BARRETT, 1996; ESTÉVEZ et al., 2001). São resultados, portanto, de deposições sequenciais de conchas de moluscos por grupos caçadores, coletores e pescadores que habitaram as regiões costeiras de todo o mundo (ESTÉVEZ et al., 2001), sendo muitas vezes definidos como espaços sagrados e/ou mundanos, nos quais tanto atividades rituais como cotidianas eram desempenhadas (GASPAR, 1995).

O principal trabalho de levantamento dos sambaquis do litoral do Paraná foi realizado pelo pesquisador brasileiro Bigarella (1950), na segunda metade da década de 1940. Naquele momento foram catalogados mais de 200 sítios em área de planície litorânea Quaternária. Para Neves e Imazio (2005), que também analisaram os aspectos culturais dos sambaquis brasileiros – correlacionando utensílios confeccionados em rocha aos hábitos alimentares – as comunidades sambaquieiras do

sul do Brasil encontravam-se interligadas por sítios que apresentavam objetivos funcionais diferenciados, perceptivos em diferentes épocas de sua construção pela independência funcional entre suas camadas. Esses tipos de sítios arqueológicos, amplamente encontrados na área litorânea do estado do Paraná, são riquíssimos em cultura material e de acordo com Tilley (2006), podem ser traduzidos por uma série de objetos produzidos ou modificados pelos homens primitivos. Esses objetos possuem diferentes texturas, cores, formas e relações posicionais em diferentes contextos – assentamentos, habitações, rituais, sepultamentos e áreas de oficinas.

No Brasil, entre as décadas de 1950 e 1980, houve inúmeras tentativas de agrupamentos regionais apoiadas na sistematização das diferenças e das semelhanças encontradas na cultura material dos sambaquis. Destacam-se, nesse sentido, os trabalhos de José Loureiro Fernandes, Paulo Duarte, Adam Orsich, Ondemar Blasi, Wesley Hurt, José Wilson Rauth, João Alfredo Rohr, Guilherme Tiburtius, Clifford e Betty Meggers, Margarida Andreatta e Maria José Menezes (TENÓRIO, 2004). Prous (1992) afirma que algumas características culturais interessantes são inerentes aos sambaquis do Sul do Brasil. Tem-se como exemplos dessas características: os zoólitos, os instrumentos líticos, as oficinas líticas e os objetos confeccionados a partir de ossos e conchas utilizados nas tarefas do cotidiano ou como adornos corporais.

Os zoólitos (Figura 02) são esculturas em forma de animais, produzidas em rocha polida (principalmente Diabásio) e que apresentam depressões ou cavidades ventrais, cuja finalidade provavelmente estaria associada a rituais religiosos e/ou sepultamentos. No Paraná, os zoólitos foram encontrados em grande quantidade no sambaqui de Matinhos, por Guilherme Tiburtius.

As oficinas líticas (Figura 04) eram os locais nos quais, segundo Santos e Gernet (2014), as populações pré-históricas confeccionavam seus instrumentos e ferramentas de caça, pesca e também de coleta. Por constituírem áreas de atividade de produção e reparos de artefatos líticos polidos, esses sítios ficaram conhecidos como oficinas. De acordo com Amaral (1995), as oficinas geralmente encontravam-se muito próximas aos locais de moradia do homem primitivo e o fato de estarem fora da área de habitação permite concebê-las também como

uma área extensiva a esta, integradas por uma ou mais rochas (suporte), com marcas resultantes da aplicação da técnica de polimento para a fabricação de artefatos líticos. De acordo com Tenório (2003), existem duas hipóteses sobre essas oficinas: 1. A de que elas constituíram um traço cultural capaz de identificar grupos socioculturais; 2. A de que seriam concentrações locais de produção e pontos de dispersão de artefatos polidos.

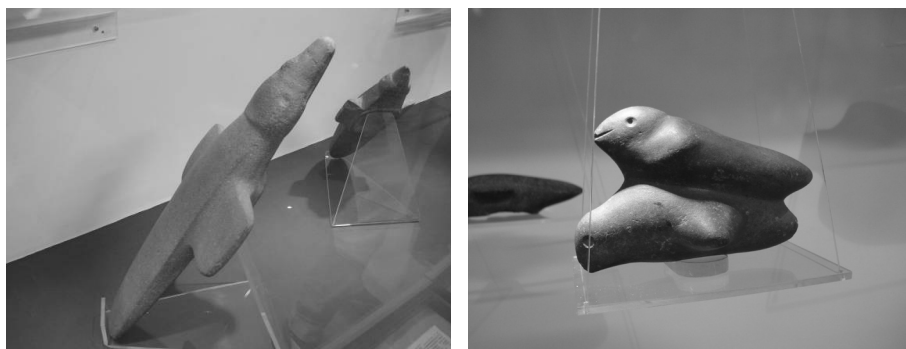


Figura 2: Zoólitos encontrados no sambaqui de matinhos e pertencentes ao acervo do museu do sambaqui de joinville. **Fonte:** GERNET (2015).

Os instrumentos líticos (Figura 03), produzidos a partir de rochas, possuem uma grande diversidade e suas finalidades eram as mais variadas.

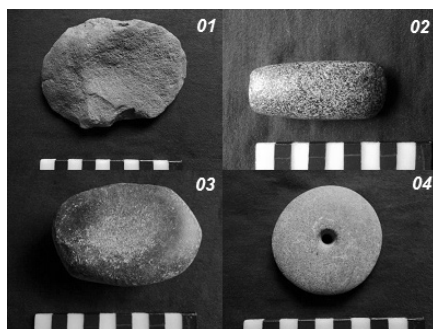


Figura 3: Instrumentos líticos encontrados em diferentes sambaquis do litoral do paraná. **Fonte:** GERNET (2015).

Nota: 01 – Lâmina de machado lascado encontrada no Sambaqui da Ilha da Sepultura na Baía de Guaratuba; 02 – Lâmina de machado polido encontrada no Sambaqui da Ilha dos Ratos na Baía de Guaratuba; 03 – Batedor encontrado no Sambaqui do Guaraguaçu em Pontal do Paraná; 04 – Roda de Fuso encontrada no Sambaqui de Matinhos no município de Matinhos.

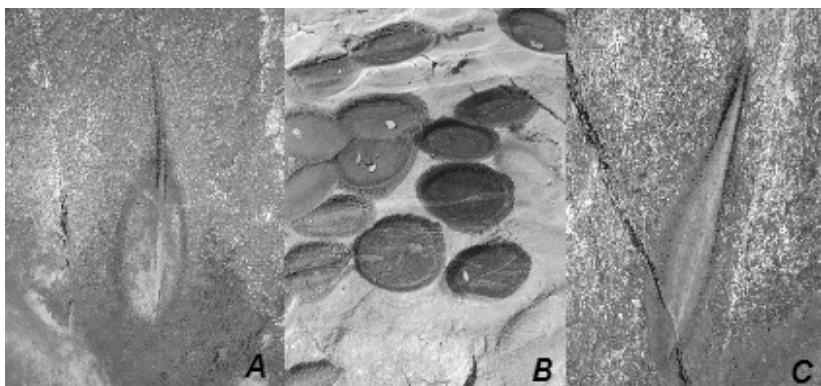


Figura 4: Oficinas líticas encontradas no litoral do paraná. **Fonte:** GERNET (2015).
Nota: A – Bacia de polimento com amolador/afiador encontrado na Praia de Caieiras, Guaratuba; B – Bacias de polimento encontradas na Ilha da Sepultura na Baía de Guaratuba; C – Afiador/amolador encontrado na Praia Mansa em Caiobá, Matinhos.

A persistência na fabricação de certos itens da cultura material é atribuída a uma conjunção de fatores que vão desde a limitação de matéria-prima e difusão de técnicas aos movimentos migratórios ao longo da costa. E o vínculo que existia entre as comunidades sambaquianas manteve-se tanto na tecnologia de fabrico quanto na persistência desses padrões tipológicos encontrados nos artefatos líticos (DIAS JR., 1992).

Importante frisar que todos esses objetos líticos foram produzidos em contextos espaciais repletos de significados e certamente faziam parte de um conjunto – com outros elementos perecíveis – que desapareceram, levando consigo suas relações (PERLÊS, 1987; BODU, 1998; ALONSO, 2007). Tais peças são consideradas portadoras isoladas de informações. Essas ferramentas líticas são entendidas como resultados de uma complexa rede de relações sociais, de fatores de ordem natural, seleção de matéria-prima (qualidade e quantidade disponível), função de sítio, variação na exploração da fauna e sistema de assentamento/mobilidade (THACKER, 1996; NELSON, 1997). Para Warnier (2003), se os objetos forem encarados como condutores e/ou potencializadores das intenções humanas – tanto no nível material como das representações – eles guardarão traços de sua integração com o corpo, refletindo a estabilidade ou não dessas interações.

Também estudados pela arqueologia Pré-histórica, e ao lado dos

povos sambaquieiros, houve os grupos ceramistas. Segundo Parellada (2009), os ceramistas pertenceram à chamada Tradição Tupi-Guarani e Itararé-Taquara. Mas, de acordo com esta pesquisadora, o termo tradição não é adotado por todos os arqueólogos brasileiros, sendo ainda assim o mais utilizado na discussão dos diferentes dados regionais. Para melhor compreensão desse fato, Prous (2005) menciona em seu trabalho sobre a pintura cerâmica Tupi-Guarani que, no momento da chegada do europeu em território brasileiro, a maior parte do litoral, do Nordeste até o Rio da Prata, era ocupada por populações indígenas que falavam línguas tupi (de São Paulo até o Maranhão) e guarani (do Paraná até o norte da Argentina). Essas línguas eram aparentadas e as culturas dos seus falantes bastante parecidas. De acordo com os primeiros cronistas, eram as mulheres que confeccionavam e pintavam os artefatos de cerâmica.

A tradição Tupi-Guarani produziu uma cerâmica pintada e/ou com decoração plástica, sendo suas formas e funções variadas. Além da cerâmica, era também característico o sepultamento em urnas. Inicialmente, essa tradição foi subdividida em três subtradições: Escovada, apresentando decoração plástica e que ocorre em sítios com influência europeia; Pintada, com predomínio da decoração em pinturas, típica do litoral sudeste e nordeste; e a Corrugada, que ocorre em sítios ao longo de todo o sul do Brasil, sendo muito comum no estado do Paraná (PROUS, 1992). Para Chymz (2002), somente dois sítios guaranis foram parcialmente estudados no litoral do Paraná, sendo que os registros das cerâmicas remontam ao início do século passado, sendo encontrados em Paranaguá e em Antonina.

De acordo com Schmitz (1988), a Tradição Itararé-Taquara é proveniente da fusão das Tradições ceramistas Taquara, Itararé e Casa de Pedra, tradicionalmente identificadas no Sul do país. Caracteriza-se por ser uma cerâmica lisa, às vezes polida e com engobe. Em 1968, Chymz (2002), apresentou duas novas tradições caracterizadas por uma cerâmica simples, não Tupi-Guarani, no estado do Paraná. São chamadas de Tradições Itararé e Casa de Pedra. A cerâmica da Tradição Itararé ocorreu no litoral do estado do Paraná e se caracterizou por ser uma cerâmica de pequeno porte, de formas pouco variadas, com antiplástico formado a partir de areia e quartzo leitoso.

Conforme explica Belletti et al. (2004), ao longo da história, o homem deixou uma enorme variedade de vestígios provenientes da materialização de sua cultura e dentre estes, a cerâmica é um dos mais importantes a ser destacado – seja pela sua universalidade, aparecendo em diferentes culturas no mundo todo, seja por sua antiguidade e durabilidade ou por sua privilegiada capacidade de transmitir valores humanos que possibilitam uma reflexão sobre a organização social e política das sociedades em que foram produzidas (BELLETTI et al., 2004).

IMAGENS COLONIAIS

De acordo com Geiger (2001), a sociografia brasileira há muito já associava os processos sociais às espacialidades. Dessa forma, o levantamento de questões e dados ambientais, históricos, sociais, econômicos e culturais são importantes na medida em que fazem parte das análises e reflexões das representações que são estabelecidas sobre um local.

No âmbito específico da análise imagética, é preciso reforçar o fato de que a imagem exerceu, no século XVI, um papel muito importante na descoberta, conquista e colonização do Novo Mundo. A imagem e o texto, grandes instrumentos da cultura europeia, participaram ativamente da gigantesca empreitada de ocidentalização que se abateu sobre o continente americano, o qual enfrentou sucessivas e ininterruptas levadas de sistemas de imagens e de imaginários dos conquistadores: da imagem medieval à imagem renascente, do maneirismo ao barroco, da imagem didática à milagrosa e à imagem do classicismo (GRUZINSKI, 2006, p. 15-16).

Tanto a cultura quanto a arte indígena brasileira foram menosprezadas pelos colonizadores. Para o “homem civilizado” não existiam qualidades artísticas nos objetos indígenas, mesmo que estes possuíssem elaboradas ornamentações. Diferentemente dos astecas, olmecas e toltecas do México, dos maias da América Central e dos incas no Peru, os índios brasileiros não deixaram como herança obras gigantescas, arquitetônicas ou no campo da ourivesaria. Ao contrário das outras nações indígenas do continente latino-americano, quase

tudo que o índio brasileiro criou teve como características principais a leveza, a precariedade e a fragilidade dos suportes. Entretanto, como em todas as outras nações, os indígenas brasileiros povoaram seu mundo com suas imagens e seus imaginários, criando a partir delas verdadeiros códigos e símbolos que transmitiram, em linguagem não verbal, mensagens dispostas em refinada dimensão estética (MORAIS, 2003).

Gruzinski (2006) argumenta que para que se possa observar e entender o processo de colonização da América sob o prisma das imagens e do imaginário, duas perspectivas deveriam ser consideradas: a dos colonizadores, que se encontraram em presença de criaturas e coisas das quais absolutamente ignoravam, e a dos indígenas, na sua recepção das desconhecidas imagens cristãs. Deve haver também, o constante questionamento e reflexão sobre o destino das culturas vencidas sobre as mestiçagens de todos os tipos, sobre a colonização do imaginário e dessas influências sobre a eterna construção e reconstrução da cultura brasileira.

Morais (2003) afirma que muitos críticos da cultura brasileira trataram-na sempre no plural, enfatizando a coexistência no Brasil de diversas culturas, distinguindo as não europeias: indígenas, negras, das europeias: portuguesa, italiana, alemã, afirmando existir uma imensidão de Brasis – o caboclo, o crioulo, o sertanejo, o caipira, cada um deles correspondendo uma cultura específica – uma cultura que comporta uma infinidade de outras culturas, entendendo como cultura, neste contexto, a ação do homem sobre a natureza. Moraes (2003) entende também que ao se fazer uma análise, mesmo que generalista, da arte brasileira, deve-se sempre levar em conta a existência de duas constantes formais geradoras: o Barroco, como raiz e permanência, e a Construção, como disposição e vontade.

O litoral do Paraná não está entre os focos de gravitação do Barroco brasileiro – que girou em torno de Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro e Minas Gerais – mas sofreu suas influências e as do neoclássico, principalmente em suas construções. A expansão colonial, na primeira etapa do capitalismo, e a necessidade de conquistar novos espaços para a Igreja contrarreformista, nascida no Concílio de Trento (1545-1562), trouxeram o Barroco europeu para a América Latina. Enquanto o Barroco refluía na Europa, no Brasil ele evoluiu para formas próprias

e originais – guardando em si a cultura afro-brasileira, indígena e popular em suas primeiras e simples construções que, em suas raízes e em sua vontade construtiva, moldou o espírito moderno brasileiro. Para Moraes (2003), o Barroco foi, na extensa Geografia do Brasil, uma arte da revolta contra o purismo europeu e seus excessos ornamentais. Dessa forma, assim como do Brasil foi subtraída a influência do Renascimento, escapando do racionalismo da tradição clássica, ele também não mergulhou no phatos contrarreformista do Barroco de outras regiões do continente. Por outro lado, é preciso também destacar a importância dos artistas negros, mulatos e pardos, que estiveram presentes em todos os períodos, épocas e estilos da arte brasileira, seja no Barroco e no Rococó dos séculos XIX e XX, seja na arte erudita ou na popular. Não foram entretanto importados, para o Brasil, os modelos e pautas da arte negro-africana mas sim, um grandioso arcabouço sociorreligioso que formou uma parcela significativa de suas produções artísticas posteriores (MORAIS, 2003).

Apesar de limitada, é possível encontrar exemplos da arquitetura barroca na paisagem do litoral do Paraná. A cidade de Paranaguá, por exemplo, possui aproximadamente 400 prédios históricos, sendo hoje reconhecida como área que abriga patrimônio nacional (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO, 2011). A área protegida abrange todo o núcleo antigo da cidade – da Igreja de São Benedito, na Rua Conselheiro Sinimbu, até a Rua Visconde de Nacar. Estão incluídos, nesse rol, importantes exemplares da arquitetura colonial brasileira – sobrados, moradias típicas, igrejas, colégios, ruas de pedras, pelourinho, fachadas em azulejos. É possível encontrar também essa arquitetura colonial mesclada com derivações da art déco não só em Paranaguá, mas também em Morretes e Antonina (CHEMIN, 2011).

AS EXPEDIÇÕES CIENTÍFICAS E ESTÉTICAS: OS ARTISTAS VIAJANTES

Moraes (2001), explica que foram as viagens “científicas e estéticas”, empreendidas pelos europeus principalmente, entre os séculos XVIII e XIX que dividiram entre si a tarefa de descrever e documentar, principalmente imageticamente, o “Novo Mundo”.

No Brasil, somente a partir de 1808 tiveram início as expedições científicas, sendo que a evolução da pintura de paisagens, no país, se deu de forma bastante lenta. Com a ocupação do território brasileiro pelas tropas holandesas, chegaram ao Brasil os artistas Frans Janszoon Post (1612-1680) e Albert Eckhout (1610-1665), que juntamente com outros profissionais como arquitetos, militares e cientistas fizeram parte de uma equipe liderada por João Maurício de Nassau-Siegen (1604-1679). Esses artistas se ocuparam, respectivamente, em representar a paisagem, flora e fauna brasileiras, sendo ambos formados pela escola realista da pintura holandesa. Os pintores viajantes que vieram para o Brasil, colocaram em prática as ideias fisionômico-geográficas de Humboldt, que já havia percorrido a América Latina e o Brasil entre 1799 e 1804. Humboldt afirmava que, mesmo com toda a técnica e exatidão necessárias para realizar a pintura científica, ela deveria ser considerada e chamada de Arte – Arte que, aberta para a ciência, a formalizava sem anular sua exatidão (MORAIS, 2001; DIAS, 2009).

O Brasil foi visitado em toda sua extensão por artistas, viajantes e exploradores – surgindo, dessa forma, os primeiros registros da terra paranaense. Muitos cronistas, ao traçarem as paisagens do litoral brasileiro no século XIX, foram bastante influenciados pelas descrições dos artistas viajantes e dos cientistas que por ali passaram. Grande parte desses artistas/cientistas não viram pessoalmente as terras que narraram, ou se as viram foi a partir de grandes distâncias, usando posteriormente a imaginação, ou fontes secundárias, para descrevê-las (PINTORES DA PAISAGEM PARANAENSE, 2005).

O botânico Auguste de Saint-Hilaire (1779-1853) também forneceu descrições do Paraná a partir de suas viagens, sendo importante citar o nome de João Pedro, o Mulato, que em suas obras, datadas de 1817, fixou importantes aspectos das cidades de Paranaguá, Curitiba e de Nossa Senhora do Desterro. No entanto, uma das melhores fontes imagéticas de estudos da história brasileira no seu período de independência – fim do reinado e início do império – advém dos relatos e gravuras de Jean-Baptiste Debret (1768-1849), que por volta de 1821 percorreu as províncias brasileiras coletando material para seu livro “Viagem Pitoresca e Histórica através do Brasil”. Faz parte desse material desenhos, aquarelas e gravuras sobre as cenas da vida

cotidiana, bem como das primeiras construções e vilas situadas em territórios paranaenses como as da Lapa, de Ponta Grossa, Palmeira, Curitiba, Guarapuava, Paranaguá e Guaratuba. Inúmeros outros viajantes/artistas foram também atraídos pelos motivos mais variados para o Brasil, deixando imagens sobre o Paraná e seu litoral. Entre eles, John Henry Elliot (1809-1887), Jean Leon Pallière (1823-1887), Franz Keller (1835-1890) e seu pai Joseph Keller, Thomaz Bigg-Wither (1845-1890), o engenheiro William Loyd (1822-1905), Hugo Calgan, Ulbrich Schmidel (1510-1579), John Codman, Carlos Hübenthal, Caroline Templin, Marcos Leschaut, entre outros (PINTORES DA PAISAGEM PARANAENSE, 2005).

PARANAGUÁ



Figura 5: Ilustração de Debret, J.1827. **Fonte:** Pintores da Paisagem Paranaense (2005).

Com destaque deve também ser citado o artista suíço Guillaume Henri Michaud (1829-1902). Michaud partiu com apenas 20 anos para o Rio de Janeiro, passando a viver no Brasil a partir de 1849. Entre 1851 e 1854 esse artista percorreu uma grande extensão do interior do Brasil, aprimorando seus conhecimentos em Geologia, Matemática e Ciências Naturais, bem como desenvolvendo sua técnica de desenho. Em 1854, com 25 anos de idade, partiu rumo a Superagui com o objetivo de integrar um núcleo de colonização nessa ilha. A colônia de Superagui foi fundada em 1854 com a chegada de Michaud, sendo ele o tronco familiar principal desse local. Adquiriu na ilha uma propriedade que abrangia uma faixa de terreno que se estendia da costa do canal, por cima das montanhas, e que possuía um rio que abastecia a propriedade.

Conheceu e se casou com a nativa Maria Custódio do Carmo Américo, tendo com ela 9 filhos. Fez amizades com grandes personalidades da época, como Manoel Antônio Guimarães (Visconde de Nacar) e Alfredo d'Escragnoille Taunay (Visconde de Taunay), de quem se tornou amigo. Taunay foi, também, um grande incentivador da arte de Michaud³, que pintou aquarelas sobre Paranaguá, sobre os aspectos da floresta do litoral paranaense e sobretudo da Colônia de Superagui. Parte de suas aquarelas está no Museu de Vevey, na Suíça, e outras fazem parte do acervo artístico do estado do Paraná (KASHIWAGI, 2011; LICHTSTEINER, 2008; PINTORES DA PAISAGEM PARANAENSE, 2005).

A fase dos artistas itinerantes e da produção de suas obras tem enorme valor como registro documental das transformações resultantes de diversas influências operadas na/sobre as regiões e paisagens desse novo país (BINI, 2002).

OS IMIGRANTES

Uma nova leva de artistas europeus chegou ao Brasil no século XIX, a partir do final dos anos 1840, entre os quais se destacam Abraham Louis Buvelot (1814-1888), Emil Bauch (1823-1874), Henri-Nicolas Vinet (1817-1876), August Müller (1815-1883), Joseph Brüggemann, Nicola Antonio Facchinetti e Alfredo Andersen (1860-1935). Contudo, estes já não podem mais ser rotulados de pintores viajantes pois tinham o firme propósito de permanecer no Brasil e integrar o meio cultural do país. Esses artistas imigrantes trabalharam, em sua maioria, atendendo às encomendas da corte ou da elite econômica e também ensinando na Academia Imperial de Artes ou em aulas particulares em seus ateliês (MORAIS, 2001).

Com a chegada dos primeiros imigrantes – acompanhados dos homens de “letras e ciências” – assistiu-se à formação de profissionais em áreas específicas e de artesãos, sendo que ao mesmo tempo o Paraná

3- Sobre Michaud, ver: KASHIWAGI, Helena Midori. Representações da paisagem no Parque Nacional de Superagui: a homonímia signica da paisagem em áreas preservadas. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da UFPR. Curitiba, 2011; e LICHTSTEINER, Nilva. Memória e narrativa através das cartas de William Michaud (1804-1902). Monografia apresentada ao curso de História da Universidade Tuiuti do Paraná. Curitiba, 2008.

foi se tornando uma unidade política consolidada. Todos esses fatores levaram a um grande “florescimento” da produção artístico-cultural paranaense (BINI, 2002; PINTORES DA PAISAGEM PARANAENSE, 2005; FERREIRA e SCHIMTIZ, 2011) – continuamente determinados por critérios europeus.

AS FASES/PERÍODOS HISTÓRICOS DA PRODUÇÃO IMAGÉTICA DESENVOLVIDA NO ESTADO DO PARANÁ

Após este panorama é possível estabelecer fases/períodos para produção artístico⁴/cultural do estado do Paraná e de seu litoral: o primeiro período seria aquele que se estenderia desde os primeiros registros dessas produções – 6.000 a.C. – até a colonização do território, entre os séculos XVI e XVII. É o período anterior à chegada do europeu com povos sambaquieiros, ceramistas, indígenas. O segundo período se caracterizaria pelas reduções jesuíticas e vilas militares. A terceira fase pela chegada das expedições científicas e suplantada pela chegada dos primeiros imigrantes. A quarta fase giraria em torno também dos imigrantes e da chegada dos primeiros artistas e intelectuais ao Paraná. O quinto e último período pela integração da arte paranaense ao movimento moderno da Arte e, posteriormente, sua integração à Arte contemporânea. No entanto, é preciso ficar atento ao fato de que concomitantemente a esses períodos e intrinsecamente relacionados a eles se desenvolveram e se desenvolvem também outras características sociais e culturais próprias dos ambientes encontrados no litoral do Paraná⁵.

4- Especificamente sobre um panorama da história da arte paranaense, ver: ARAÚJO, A. Arte paranaense moderna e contemporânea. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História. Setor de Ciência Humanas, Letras e Artes da UFPR. Curitiba, 1974.

5- A diversidade paisagística, fitofisionômia e florística, aliadas à Geografia Física do litoral paranaense proporcionam uma multiplicidade de habitats e microhabitats (PRIMACK e RODRIGUES, 2002). Essa heterogeneidade de ambientes naturais diferencia e influencia as populações humanas em sua ampla diversificação cultural, inclusive linguística (ANDREOTTI, 2013). Andreotti (2013) afirma que variações de caráter e variações de natureza interagem. Um aprende com o outro o seu comportamento e o seu ser – sendo complexo e variado o caminho para entender essas relações. Dessa forma, em cada altitude, interflúvio, lagoa, interior de baía, praia, ilha onde vivam as comunidades tradicionais caiçara, indígena e quilombola se desenvolveram características sociais e culturais próprias. Nesse sentido, a riqueza

Das cidades e vilas do Paraná, Paranaguá foi a única que apresentou condições para o desenvolvimento das primeiras produções culturais e artísticas. Como em tantos outros estados brasileiros, o princípio da aculturação, também no Paraná, deu-se primeiramente pelo litoral. A partir de 1836, passaram também a viver em Paranaguá construtores, pintores, músicos, carpinteiros, marceneiros e ourives (Ibidem, p. 09), período extremamente rico tanto cultural quanto artisticamente no qual muitas escolas, ateliers, oficinas, revistas, clubes, cursos de artes, entre outros, foram criados.

A partir de 1853 teve origem a construção identitária do Paraná – denominada de Paranismo. Esse movimento teve início com a emancipação política do estado e também com a grande onda imigratória verificada entre 1860 e 1880, sendo em essência, um movimento anticlerical, positivista e elogioso à técnica e à modernidade – surgido tardiamente, uma vez que Curitiba foi a última província a ser criada no final do Império, sendo encarada pela historiografia tradicional como um caso periférico (CAMARGO, 2007; PEREIRA, 1997).

A análise das discussões que levaram às produções elaboradas pelos paranistas – formada em grande parte por artistas e intelectuais que viveram no litoral do Paraná – revelam diversos graus de interdependência entre os diferentes segmentos da sociedade paranaense e do Estado com as instituições nacionais e os centros de poder político brasileiros. Essa interdependência pode ser percebida no enfrentamento dos problemas correntes à época, como por exemplo, nas definições do “caráter” das regiões e das populações com referência às nações “civilizadas” e nas lutas para o estabelecimento de pontos de vista “culturais” por parte de atores que disputaram os espaços políticos com as elites estabelecidas (CAMARGO, 2007; PEREIRA, 1997).

A PRIMEIRA GERAÇÃO DE ARTISTAS PARANAENSES

O início do século XX foi marcado por um período de transição e pela atuação de artistas como Alfredo Andersen. Momento em que surgiu a primeira geração de artistas paranaenses – muitos deles discípulos de cultural do litoral do Paraná pode ainda ser observada em diversos exemplos ao longo do tempo e espaço: na música, na alimentação, na fabricação de utensílios domésticos, no artesanato, na arquitetura, entre outros (IBGE, 1992; LEANDRO, 2008; MUSEU VIVO DO FANDANGO, 2012).

Andersen: Frederico Lange de Morretes (1892-1954), Theodoro de Bona (1904-1990), Arthur Nísio (1906-1974) e Maria Amélia D'Assumpção (1879-1955) (Ibidem; BINI, 2002; FERREIRA e SCHIMTIZ, 2011). Andersen participou, direta e indiretamente, das propostas organizadas pelo Movimento Paranista. Estava no âmago desse movimento a representação iconográfica elaborada a partir da topografia paranaense, da sua natureza e dos signos retirados dela. Inclusive, a utilização do gênero artístico paisagem – na representação iconográfica dessa topografia – era usada como fixação de uma identidade estadual. A fixação de uma identidade estadual havia nascido a partir de uma visão romântica de nação durante o Império (CAMARGO, 2007).

VISTA DO PORTO

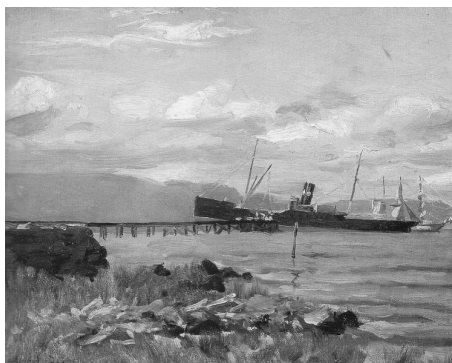


Figura 6: Pintura de Alfredo Andersen.. Óleo/tela. 1895. Óleo/tela. 25 x 32,5. Coleção de de Wilson José Andersen Balão. **Fonte:** FERREIRA (2001).

PORTO DE PARANAGUÁ (CAIS DO ÍTIBERÊ)

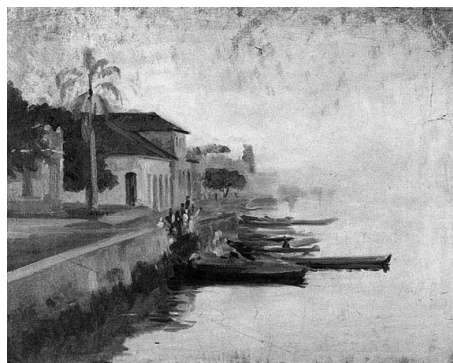


Figura 7: Pintura de Alfredo Andersen. Óleo/tela. 1929. 30 x 40. Coleção particular. **Fonte:** FERREIRA (2001).

Com a emancipação do Estado, Curitiba foi escolhida como capital. Paranaguá poderia ter sido a eleita, entretanto, em meio a inúmeros interesses das classes dominantes sobressaiu sua imagem de cidade “suja” e “cheia de doenças” – um dos motivos alegados para ter sido preterida. Após perder seu papel na organização política da Região Sul do Brasil, Paranaguá, que passou a se autodenominar “Princesa do Litoral”, viu-se esvaziada e passou a ter no porto e na vida cultural já estabelecida sua sustentação (ABRAHÃO, 2011, p. 39).

VIADUTO
DO CARVALHO

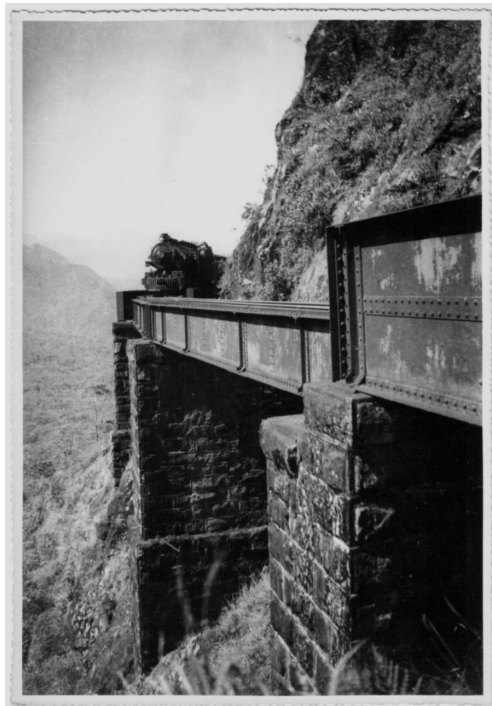


Figura 8: Fotografia de Arno Henkel⁶, s/d
Fonte: SALTURI (2013).

ESTRADA DE FERRO
(VIADUTO DO CARVALHO)

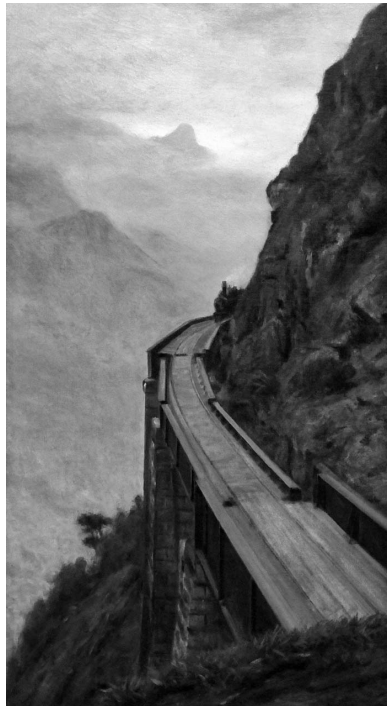


Figura 9: Pintura de Alfredo
Andersen. 1925. 47 x 28. **Fonte:**
SEEC (2013).

Paranaguá, Morretes, Antonina, Guaraqueçaba e Guaratuba foram as localidades que, à época de Andersen, concentravam a maior parte da população do Paraná, sendo durante muito tempo cidades destacadas pela imprensa como as grandes prometedoras de prosperidade ao Estado (LEANDRO, 1999). Essas promessas estavam vinculadas principalmente ao Porto e à Estrada de Ferro – construções humanas que se incorporaram à paisagem litorânea e que, paulatinamente, se tornaram ícones representativos do poder do estado do Paraná e metáforas imagéticas apresentadas em todos os discursos de modernização (ABRAHÃO, 2011; CAMARGO, 2007; CORRÊA, 2011;

⁶- Arno Arthur Alvin Armin Henkel foi um fotógrafo, pintor e cinegrafista alemão que morou e trabalhou em Curitiba. Entre as décadas de 1930 e 1950 produziu imagens sobre o Estado do Paraná, abrangendo geograficamente as regiões do litoral do Paraná, Foz do Iguaçu e dos Campos Gerais. Foi casado com Anne Lange, irmã de Frederico Lange de Morretes, discípulo de Alfredo Andersen (SALTURI, 2013).

LEANDRO, 1999; SCHEIFER, 2008). Contudo, a descentralização do litoral como polo articulador do poder do Estado fez com que ele perdesse paulatinamente status, riqueza e ascensão comercial, financeira e política. Nesse período, os artistas residentes no litoral preferiram apostar sua arte em centros urbanos maiores, como as capitais, pois eram financeiramente mais atrativos para a área artística – especialmente a área da pintura, que havia sofrido um grande abalo após a difusão da fotografia (REVISTA REFERÊNCIA EM PLANEJAMENTO, 1976; SEEC, 2011; CAMINHOS DA HISTÓRIA E DA ARTE, 2008).

A IMAGEM PÓS-DÉCADA DE 1940

Entre as décadas de 1940 e 1960 surgiram diferentes tendências expressivas e a arte realizada no estado do Paraná entrou definitivamente para o circuito da Arte Moderna, sendo o campo das Artes Visuais marcado por uma profunda mudança no modo acadêmico de pensar e fazer imagens. Em 1944, ocorreu a primeira edição do Salão Paranaense – produção cultural fundamental para a introdução de novos conceitos de arte no Paraná. Nesse momento novas técnicas e suportes passaram a ser utilizados, assim como passou a existir um compromisso com uma abordagem mais social da arte e um completo descompromisso com a arte acadêmica.

Entre o final da década de 1940 e a década de 1960, ocorreu o estabelecimento da infraestrutura básica das artes no Paraná, sendo fundada a Escola de Música e Belas Artes do Paraná (Embap), primeira instituição do Estado a ofertar cursos superiores na área das artes, surgindo concomitantemente as primeiras instituições abertas para o fim exclusivo da apresentação e venda de obras artísticas. Nas décadas de 1970 e 1980 despontaram vários artistas plásticos paranaenses que passaram a ser reconhecidos fora do Estado. Da mesma forma, foram implantados cursos superiores nas áreas de artes e centros culturais em diversas localidades do estado, com incentivos dos governos municipal e estadual (REVISTA REFERÊNCIA EM PLANEJAMENTO, 1976; SEEC, 2011; CAMINHOS DA HISTÓRIA E DA ARTE, 2008).

A estrutura cultural/artística do litoral do Paraná atualmente é incipiente. Essa situação expressa não só as profundas transformações

pelas quais a região passou, mas também todo o processo político, cultural e artístico do estado do Paraná desde o início do século XX. Curitiba, a capital do estado, continua sendo o ponto de convergência, maturação e difusão da cultura do Paraná – lugar onde ocorre quase a totalidade dos movimentos artísticos – uma vez que a maioria das cidades pequenas não possui recursos orçamentários e humanos suficientes para atender convenientemente, todas as demandas artísticas de seus territórios. Alguns nomes do campo artístico surgem e se destacam em cidades do interior paranaense, mesmo sendo o estímulo e a informação sobre cultura esporádicos ou praticamente inexistentes nas carentes estruturas de muitos municípios do Estado, principalmente no litoral, que possui poucos espaços físicos específicos para a produção da arte e uma ausência quase completa de pessoal especializado. Não é uma regra, mas por seu próprio histórico existem pouquíssimos artistas expoentes contemporâneos no litoral do Paraná. Dessa forma, a maior parte dos artistas vincula sua produção artística à “padrões” estéticos que transitam entre o academicismo e a Arte Moderna, do início do século XX. Mas esse “padrão”, comum também a muitas outras cidades brasileiras, está intrinsecamente ligado às questões da educação em artes no Brasil⁷. Isso significa que uma parcela da população brasileira ainda é pouco receptiva à produção contemporânea da arte. Da mesma forma, poucos são aqueles que, no litoral do Paraná, conhecem a História da Arte e da Cultura de sua própria região. Esses e outros obstáculos contribuem para acentuar a defasagem entre o conhecimento e a produção da arte e cultura litorânea paranaense em relação ao estado e ao país.

7- É preciso frisar que, principalmente na última década, em especial a partir do ano 2000, esforços econômicos e políticos de âmbito estadual e federal têm sido realizados na tentativa de modificar essa realidade. Nos últimos anos foram criadas muitas instituições de Ensino Superior e Técnico, entre elas o Setor Litoral da Universidade Federal do Paraná, com sede na cidade de Matinhos. Entre os cursos criados nesse setor existe o curso de Licenciatura em Artes, que em 2012 formou sua primeira turma de docentes. Muitos deles atuam, atualmente, em toda a extensão do litoral do Paraná, em Secretarias de Educação e Cultura, em Escolas municipais, estaduais e particulares e também no incentivo e incremento cultural a partir de cursos, oficinas, workshops, entre outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo foi organizado, assim como destacado inicialmente, a partir de recortes da Tese de Doutorado em Geografia da Universidade Federal do Paraná produzida pela autora, possuindo também contribuições do pesquisador Marcos de Vasconcellos Gernet. A pesquisa aqui apresentada passou a ser desenvolvida após a constatação de que a literatura sobre as produções culturais e artísticas desenvolvidas no litoral do Paraná é ainda escassa e muitas delas produzidas com pouca profundidade. Por outro lado e ligada a essa constatação, está o fato de que grande parte dos paranaenses, especialmente a população do litoral do Paraná é carente de informações sobre sua história, sua arte e sua cultura.

Entretanto, é preciso estar atento ao fato de que não é possível fazer reflexões profundas sobre a cultura e a arte se não forem estabelecidas ligações entre diversos pontos que convirjam para a temática escolhida. História, história da arte, geografia, sociologia e filosofia são alguns desses pontos convergentes e todas essas questões devem se entrelaçar de forma lógica para que produzam ligações de significados importantes para o local e para sua população.

Salienta-se também que este é o tipo de pesquisa que não se esgota jamais, sendo sempre apenas um fragmento num processo infindável da produção do conhecimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAHÃO, C. M. de S. Porto de Paranaguá: transformações espaciais decorrentes do processo de modernização capitalista e integração territorial entre os anos 1970 e 2010. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

ALONSO, P. P. La piedra tallada como instrumento para la prehistoria: Historiografía, aportaciones y reflexiones. Revista sobre Arqueología en Internet – Arqueoweb, v. 9, n. 1, 2007.

ALVES, R. Filosofia da Ciência: introdução ao jogo e as suas regras. São Paulo: Loyola,

1996. (Leituras filosóficas).

AMARAL, M. M. V. As oficinas líticas de polimento da Ilha de Santa Catarina. 1995. 125 f. Dissertação (Mestrado) – PUC, Porto Alegre, 1995.

ANDRADE LIMA, T. Em busca dos frutos do mar: os pescadores/coletores do litoral centro-sul brasileiro. Revista da USP, São Paulo, v. 44, p. 270-327, 2000.

ANDREOTTI, G. Paisagens culturais. Curitiba: Editora UFPR, 2013.

ARAÚJO, A. Arte paranaense moderna e contemporânea. Tese (Doutorado em História) –Setor de Ciência Humanas, Letras e Artes, UFPR, Curitiba, 1974.

BELLETTI, J. da S.; AÑAÑA, D. da S.; RAMOS, R. N.; ZORZI, M.; ULGUIM, P. F.; DE BEM, E.; MACIEL, L. L.; VIANA, J. Arqueologia experimental: interpretação e produção de artefatos cerâmicos. Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia – DHA-ICH/UFPel. Instituto de Ciências Humanas, Pelotas, Rio Grande do Sul, 2004.

BIGARELLA, J. J. Contribuição ao estudo dos sambaquis no estado do Paraná. Arquivos de Biologia e Tecnologia, Curitiba, v. V-VI, 1950.

BIGARELLA, J. J. Matinhos: homem e terra – Reminiscências. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 2009.

BINI, F. A. I. O Paraná tradicional. Curitiba: [s.l.], 2002.

BODU, P. Paroles de pierre: Le concept de la chaîne opératoire appliqué aux industries lithiques paléolithiques. Cahier 1, thème 3, p. 87-90, 1998.

CAMARGO, L. V. de C. Paranismo: arte, ideologia e relações sociais no Paraná, 1853-1953. Tese (Doutorado em História) –Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

CHEMIN, M. Constituição fisionômica e identidade visual em espaços de paisagens: um estudo de caso múltiplo em cidades turísticas do litoral do Paraná. Tese de doutorado apresentada ao programa de pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2011.

CHMYZ, I. A tradição tupi-guarani no litoral do estado do Paraná. *Círculo de Estudos Bandeirantes*, Curitiba, n. 16, p. 71-95, 2002.

CORRÊA, D. S. Historiadores e cronistas e a paisagem da colônia Brasil. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 6, n. 51, 2006.

DIAS, E. Paisagem e academia: Félix-Émile Taunay e o Brasil (1824-1851). Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

DIAS JUNIOR, O. A tradição Itaipu, costa central do Brasil. In: MEGGERS, B. (Ed.). *Pré-história de Sudamerica*. Washington: Smithsonian Institution, 1992.

ESTÉVEZ, J.; PIANA, E.; SCHIAVINI, A.; JUAN-MUNS, N. Archaeological analysis of shell middens in the Beagle Channel. *Tierra Del Fuego Island International Journal of Osteoarchaeology*, v. 11, p. 24-33, 2001.

FERREIRA, E. M. 2001 Andersen volta à Noruega. Curitiba: Sociedade Amigos de Alfredo Andersen: Secretaria de Estado da Cultura. Museu Alfredo Andersen, 2001.

FERREIRA, L. Imaginárias topografias iconológicas e iconologias topográficas do litoral do estado do Paraná de Alfredo Andersen (1860-1935). Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

FERREIRA, L., SCHIMTIZ, L. K. A modificação da paisagem do litoral do Paraná a partir dos processos de ocupação e urbanização: paisagem, cultura e arte. In: XIII Egal – Encuentro de Geógrafos de América Latina: Estableciendo puentes en la Geografía da Latinoamérica. San José, 2011. Anais..., Costa Rica: UNA, 2011.

FUNARI, P. P. A.; NOELLI, F. S. *Pré-história do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2002.

GASPAR, M. D. Espaço, rito e identidade pré-histórica. *Revista de Arqueologia*, v. 8, p. 221-237, 1995.

GEIGER, P. P. Litoralização e interiorização no Brasil. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.). *Paisagem, imaginário e espaço*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.

GERNET, M. V.; BIRCKOLZ, C. J. Fauna malacológica em dois sambaquis do litoral do 37 estado do Paraná, Brasil. *Revista Biotemas*, Santa Catarina, v. 24, p. 39-49, set. 2011.

GERNET, M. de V.; BIRCKOLZ, C. J.; SANTOS, E. V. Arqueologia histórica na região da Ponta do Poço, município de Pontal do Paraná, Paraná: estudo de um sítio arqueológico por métodos não interventivos. *Caminhos de Geografia*, v. 13, n. 44, 2012.

GERNET, M. de V. Gênese e ocupação do Sambaqui Guaraguaçu, Pontal do Paraná. 2012. 62 f. Dissertação (Mestrado em Ciência do Solo) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

GRUZINSKI, S. A guerra das imagens: de Cristóvão Colombo a Blade Runner (1492-2019). São Paulo: Companhia da Letras, 2006.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Manual Técnico da Vegetação Brasileira. Série Manuais técnicos em Geociências, n. 1, 1992.

INSTITUTO HISTÓRICO GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Resenha Histórica. Disponível em: <<http://www.ihgb.org.br>>. Acesso em: 27 out. 2013.

IPHAN. Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. IPHAN. Disponível em: <<http://www.portal.iphan.gov.br/portal/>> Acesso em: 02/2011.

IPHAN. Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Patrimônio Cultural. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/>> Acesso em: 03/2011

IPHAN. Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Bens Tombados e Registrados. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/>> Acesso em: 02/2011.

KASHIWAGI, H. M. Representações da paisagem no Parque Nacional de Superagui: a homonímia signica da paisagem em áreas preservadas. Tese (Doutorado em Geografia) –Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

LEANDRO, J. A. Devastação e tráfico de madeira no litoral do Paraná. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, v. 4, n. 2, 1999. Disponível em: <<http://www.revistas.uepg.br>>. Acesso em: 10 out. 2012.

LEANDRO, J. A. Barulhinho bom: fandango do barulho. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, out. 2008. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos-revista/barulhinho-bom>>. Acesso em: 10 out. 2012.

LICHTSTEINER, N. Memória e narrativa através das cartas de William Michaud (1804-1902). Monografia (Graduação em História) – Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2008.

LUCHIARI, M. T. D. P. A (re)significação da paisagem no período contemporâneo. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.). Paisagem, imaginário e espaço. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.

MEGGERS, B.; MARANCA, S. Uma reconstituição experimental de organização social baseada na distribuição de tipos de cerâmica num sítio da tradição tupi-guarani. Pesquisas (Antropologia), São Leopoldo, n. 31, p. 227-247, 1980.

MORAIS, F. O Brasil na visão do artista: a natureza e as artes plásticas. São Paulo: Projeto Cultural Sudameris, 2001.

MORAIS, F. O Brasil na visão do artista: o país e sua cultura. São Paulo: Projeto Cultural Sudameris, 2003.

MUSEU VIVO DO FANDANGO. Barulhinho bom: fandango do barulho. Disponível em: <<http://www.museuvivodofandango.com.br/main/home.htm>>. Acesso em: 19 ago. 2012.

NELSON, M. C. Projectile points: form, function, and design. In: KNECHT, H. Projectile technology: interdisciplinary contributions to archaeology. New York: New York University, 1997.

NEVES, W. Paleogenética dos grupos pré-históricos do litoral sul do Brasil (Paraná e Santa Catarina). Pesquisas, Série Antropologia, São Leopoldo, v. 43, p. 1-178, 1988.

NEVES, W. A.; IMAZIO, M. A new early Holocene human skeleton from Brazil: implications for the settlement of the New World. Journal of Human Evolution, New York, p. 403-414, 2005.

OKUMURA, M. M. M.; EGGERS, S. The people of Jabuticabeira II: reconstruction of the way of life in a Brazilian shellmound. Homo, p. 263-281, 2005.

PARMALEE, P. W.; KLIPPEL, W. E. Freshwater mussels as a prehistoric food resource. American Antiquity, v. 3, p. 421-434, 1974.

PARELLADA, C. I. Arte rupestre no Paraná. Revista Científica FAP, Curitiba, v. 4, n. 1, p. 1-25, 2009.

PARELLADA, C. I. Identificação de sambaquis através de análise fotointerpretativa na baía de Guaraqueçaba – PR. Boletim de Geografia, v. 7, n. 1, p. 97-104, 1989.

PEREIRA, L. F. L. Paranismo: o Paraná inventado – Cultura e imaginário no Paraná da I República. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1997.

PERLÈS, C. Les industries lithiques taillées de Franchthi (Argolide, Grèce) presentation générale et industries Paléolithiques. Bloomington: Indiana University Press, 1987. (Tome I).

PINTORES DA PAISAGEM PARANAENSE. Curitiba: Solar do Rosário, 2005.

PRIMACK, R. B.; RODRIGUES, E. Biologia da conservação. Londrina: Vida, 2002.

PROENÇA, G. Descobrindo a história da arte. São Paulo: Ática, 2005.

PROUS, A. A pintura em cerâmica tupi-guarani. Revista Ciência Hoje, v. 36, n. 213, p. 22-28, 2005.

PROUS, A. Arqueologia brasileira. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1992.

REVISTA REFERÊNCIA EM PLANEJAMENTO. Curitiba, Secretaria de Estado do Planejamento, v. 1, n. 1, 1976.

SANTOS, A. V. Memória histórica da cidade de Paranaguá e seu município (1850). Curitiba: Publicações de História dos Arquivos do Museu Paranaense, 1951. (Volume 1).

SALTURI, L. A. A paisagem paranaense fotografada por Armin Henkel. Proa Revista de Antropologia e Arte, v. 1, n. 4, 2012/2013.

SANTAELLA, L.; NORTH, W. A imagem. São Paulo: Iluminuras, 2000.

SCHEIFER, B. Paranaguá, cidade portuária: entre a cidade sonhada e a cidade real. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2008.

SCHMITZ, P. I. As tradições ceramistas do planalto sul brasileiro. Documentos Leopoldenses, São Leopoldo, IAP, v. 2, p. 72-139, 1988.

SEEC. SECRETARIA DA CULTURA. Circuito das artes Paraná. Disponível em: <<http://www.cultura.pr.gov.br>>. Acesso em: dez. 2011.

SEEC. SECRETARIA DA CULTURA. Patrimônio cultural. Disponível em: <<http://www.cultura.pr.gov.br>>. Acesso em: nov. 2011.

SEEC. SECRETARIA DA CULTURA. Sistema estadual de museus. Disponível em: <<http://www.cultura.pr.gov.br>> Acesso em: out. 2011.

SEEC. SECRETARIA DA CULTURA. Caminhos da história e da arte. Exposição de história e arte paranaense. 2008/2010. Catálogo da Mostra Itinerante organizada pela Secretaria da Cultura do Paraná. Disponível em: <<http://www.regionaisdecultura.pr.gov.br>>. Acesso em: out. 2013.

SIMPSON, I. A.; BARRETT, J. H. Interpretation of midden formation processes at Robert's Haven, Caithness, Scotland using thin section micromorphology. *Journal of Archaeological Science*, v. 3, p. 543-556, 1996.

SILVA, M. A. Entre a Arcádia e os Jardins do Éden: a América, as vastidões selvagens e a domesticação da natureza. In: SALGUEIRO, H. A. (Org.). *Paisagem e arte*. São Paulo: CBHA/CNPQ/FAPESP, 2000.

SOARES, C. R.; LANA, P. da C. *Baía de Paranaguá: mapas e histórias*. Curitiba: UFPR, 2009.

STADEN, H. *Primeiros registros escritos e ilustrados sobre o Brasil e seus habitantes*. São Paulo: Terceiro Nome, 1999.

TENÓRIO, M. C.; Identidade cultural e origem dos sambaquis. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, v. 14, p. 169-178, 2004.

TENÓRIO, M. C. Os amoladores polidores fixos. *Revista de Arqueologia*, São Paulo, v. 16, n. 9, p. 87-108, 2003.

TILLEY, C. Identity, place, landscape and heritage. *Journal of Material Culture*, v. 11, n. 1, p. 7-32, 2006.

THACKER, P. T. Understanding regional assemblage variability in the upper paleolithic of portuguese Estremadura. In: ODELL, G. H. *Stone tools: theoretical insights into the*

human prehistory. New York: Plenum Press, 1996.

WARNIER, J. P. Construire la culture matérielle. L'homme qui pensait avec ses doigts. Paris: Presses Universitaires de France, 2003.



Praia de Caieiras, Guaratuba. Autor: Marcelo Chemin

PROMOÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE ESCOLARES DE MATINHOS, PARANÁ, ATRAVÉS DO PESCADO

*Diomar Augusto de Quadros
Regina Maria Ferreira Lang
Helena Maria Andre Bolini*

INTRODUÇÃO

A crescente demanda mundial para o consumo de alimentos saudáveis coloca o pescado como uma das fontes alimentares para esse fim, por ser um alimento rico em proteínas de alto valor biológico, ômega 3 e baixo valor calórico. Essa é uma oportunidade para o desenvolvimento da pesca nacional, principalmente dos pescadores artesanais que são responsáveis por mais da metade do pescado comercializado no Brasil (65%), melhoria da infraestrutura para o beneficiamento e venda do pescado.

De acordo com o Ministério da Pesca e Aquicultura (BRASIL, 2008b), o potencial de crescimento da pesca é enorme e o país pode se tornar um dos maiores produtores mundiais de pescado, por apresentar as condições favoráveis para o incremento da produção.

A maior oferta de pescado poderá contribuir com o aumento do consumo do produto, o qual mundialmente passará dos atuais 16 kg/habitantes/ano para 22,5 kg/habitantes/ano em 2030 (FAO), sendo que o Brasil consome em torno de 9 kg/habitantes/ano (BRASIL, 2010c).

Com isso, o Brasil tem a oportunidade de produzir alimentos à base de pescado, rico em proteína, e gerar milhões de postos de trabalho, emprego e renda, bem como fazer isso de forma sustentável somente aproveitando o espaço, clima e espécies (BRASIL, 2008b).

Para que isso aconteça, o governo, os trabalhadores e empresários da pesca e aquicultura realizaram diversas iniciativas para o setor, entre elas a criação de políticas públicas que estimulam o aumento da produção e consumo do pescado no Brasil. As duas primeiras Conferências

Nacionais de Aquicultura e Pesca foram importantes na definição dessas políticas e para identificar outros problemas relacionados ao setor da pesca que levam à desestruturação da cadeia produtiva, gerando produtos finais caros, de pouca variedade e qualidade – inclusive sanitária – e valor agregado baixo.

No Paraná (PR), a exploração marítima dos estoques pesqueiros é basicamente artesanal e ainda é feita por métodos e aparelhos de pesca bastante simples, entretanto, bem adaptados às condições ambientais e à realidade socioeconômica local.

No município de Matinhos/PR, em 2006 eram 27 embarcações (FUNDAÇÃO PROZEE, 2006); em 2014 existiam mais de 60 botes e canoas responsáveis por oferecer um grande número de empregos diretos e indiretos e um elevado volume de proteína de origem animal para consumo. Dentre as espécies mais extraídas estão: bagre, betara/papatterra, cação, camarão-branco, camarão sete barbas, camarão ferro, corvina, espada, linguado, palombeta, paru, peixe-porco, pescada, pescada branca, pescadinha, raia viola, robalo, salteira, sardinha verdadeira, sororoca (cavala) e tainha.

A constatação epidemiológica de que o consumo de peixes é capaz de reduzir riscos de doenças coronarianas, melhorar o perfil lipídico, reduzir a pressão arterial e a agregação plaquetária e aumentar a produção de prostaglandinas vasodilatadoras, que podem melhorar a função vascular, levam a uma demanda de pescado nos países em desenvolvimento não apenas como alternativa alimentar de alto valor nutritivo, mas ainda de consumo de um alimento funcional abundante (RAMOS FILHO et al., 2008).

Uma alternativa para o estímulo ao consumo de pescado é a escola. De acordo com Bernardon et al. (2009), o espaço da escola possibilita interações e mudanças em termos de comportamento, possibilitando um local para a adoção e manutenção de novos estilos de vida.

Uma alimentação saudável, balanceada, diversificada e equilibrada deve, ao longo do tempo e de forma sustentável, fornecer todos os componentes necessários ao desenvolvimento e à manutenção do organismo saudável, como água e líquidos em geral, alimentos frescos, naturais, integrais e variados, que garantam o aporte de todos os nutrientes (proteínas, açúcares complexos, gorduras essenciais,

vitaminas, sais minerais, entre outros) e fibras alimentares. E, ainda, privilegiar o consumo de pescado e carnes brancas magras e limitar o consumo de alimentos que se consumidos em excesso levam a agravos à saúde.

A infância é um período importante no qual ocorre a formação de valores e do estilo de vida e a escola é um espaço muito importante nesse processo por poder contribuir com a promoção de hábitos alimentares saudáveis.

A aceitação da alimentação pelas crianças é um dos principais fatores que determinam a qualidade dos serviços de alimentação das escolas. Portanto, pesquisas de preferências alimentares são fundamentais para averiguar essa aceitação (VIEIRA et al., 2008).

Em relação ao consumo de pescado, Cordeiro (2010) e Malaquias (2010) observaram que existe uma grande ingestão semanal de pescado entre estudantes de uma escola de ensino fundamental e uma de ensino infantil no município de Matinhos/PR, indicando ser uma oportunidade para ofertar pescado para a alimentação infantil e contribuir para a promoção de uma alimentação saudável. Mas para isso é indispensável que as escolas forneçam um cardápio que seja capaz de atender às necessidades nutricionais dos estudantes durante sua permanência em sala de aula, contribuindo para a preservação e o resgate da cultura alimentar brasileira.

A realização deste trabalho vem ao encontro das propostas apresentadas na II e III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (BRASIL, 2004, 2007), contribuindo para a promoção da soberania alimentar e da segurança alimentar e nutricional (SAN), estimulando a inclusão de alimentos saudáveis no cardápio escolar e que fazem parte da cultura alimentar local, oriundos de pescadores artesanais e que colaboram para o aumento do consumo de pescado pela população Matinhense.

OFERTA DE PESCADO COMO FORMA DE PROMOÇÃO DA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL NO AMBIENTE ESCOLAR

Durante a infância, a alimentação, seja ela qualitativa e quantitativamente adequada, é essencial para garantir o crescimento e o desenvolvimento da criança, proporcionando energia e nutrientes

necessários para o bom desempenho de suas funções e para a manutenção da saúde (MENEGAZZO et al., 2011).

Diversas ações estão sendo realizadas no Brasil para a promoção de alimentação saudável. Entre elas estão: o incentivo ao consumo de pescado (BRASIL, 2010a), a escola promovendo hábitos saudáveis (CHAVES et al., 2009), a redução no teor de sódio em alimentos processados (NILSON; JAIME; RESENDE, 2012) e a criação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional com vistas a assegurar o direito humano à alimentação (RECINE; VASCONCELLOS, 2011).

A oferta de pescado e seus derivados é uma alternativa alimentar para a promoção de uma alimentação saudável com baixo teor de sódio, açúcar, gordura saturada e gordura trans, pois se entende que saudável é uma alimentação que garante nutrientes necessários aos processos fisiológicos para o desenvolvimento físico e mental do indivíduo e que levem em consideração os hábitos alimentares regionais.

Alternativa para o estímulo ao consumo de pescado é a oferta de um produto à base de peixe com teor reduzido de sódio para ser ofertado na alimentação escolar (MITTERER-DALTOÉ et al., 2013). O consumo de peixe e de produtos à base de pescado pode ser motivado não somente através de expectativas da família, mas também pela atitude e comportamento das pessoas em seu ambiente social (TUU et al., 2008).

A inclusão de peixes no cardápio escolar também incentiva a cadeia produtiva do pescado na região, sendo mais uma fonte de trabalho e renda para os produtores familiares. Uma pesquisa realizada pelo Ministério da Pesca e Aquicultura demonstrou que apenas 34% das escolas ofertaram peixe na alimentação escolar no ano de 2011 (BRASIL, 2012). Até mesmo em regiões brasileiras com consumo elevado de pescado, ele é pouco utilizado na alimentação dos escolares (CHAVES et al., 2009).

Ao desenvolver produtos à base de pescado deve ser observada a quantidade de sal que é adicionado à formulação, pois a alta ingestão de sódio proporciona efeitos nocivos para a saúde, como o aumento da pressão arterial e consequentemente aumento da prevalência de doenças cardiovasculares (HE; MACGREGOR, 2010). O respeito aos hábitos locais de consumo e a oferta diversificada de alimentos estimula a aceitação deles e o hábito alimentar saudável (VIANNA; TERESO, 1997).

O hábito alimentar se relaciona com fatores estruturais de uma população como cultura, regionalidade, característica produtiva (urbana ou agrícola) e nesse sentido pode-se dizer que é muito menos dinâmico que o consumo. Entretanto, os dois estão intimamente ligados e interferem-se mutuamente. Ao identificar qualitativamente o hábito alimentar, pode-se adequar a alimentação escolar aos padrões culturais em que a população está inserida (GALEAZZI; VIANNA; ZABOTTO, 1995).

O DESENVOLVIMENTO DO ESTUDO

A pesquisa foi dividida em duas fases: a 1ª de campo, na qual foi realizada a avaliação da prática alimentar de estudantes da rede municipal de ensino do município de Matinhos/PR e após os resultados obtidos foi desenvolvida a 2ª fase, laboratorial. A primeira fase foi necessária para conhecer o hábito de consumo de peixe entre os escolares, bem como o consumo da alimentação escolar, contextualização esta necessária para o desenvolvimento do produto, pois as crianças consomem alimentos que conhecem e rejeitam os que não estão familiarizados ou não gostam.

PESQUISA DE CAMPO

Foi utilizado formulário de marcadores do consumo alimentar para indivíduos maiores de cinco anos, adaptado do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (BRASIL, 2008a) acompanhado de questionário estruturado.

A coleta de dados foi realizada no período de outubro a dezembro de 2012, em sete escolas de educação fundamental da rede básica de ensino do município de Matinhos/PR que recebem alimentação escolar ofertada pelo município. Os instrumentos foram aplicados a 334 mães ou responsáveis pelas crianças que tinham conhecimento sobre a rotina alimentar delas.

A utilização do formulário de marcadores do consumo alimentar possibilita caracterizar de forma ampla o padrão alimentar dos estudantes, não pretendendo quantificar a dieta em termos de calorias

e nutrientes, mas, sim, indicar a qualidade da alimentação em suas características tanto positivas como negativas. O objetivo foi registrar com que frequência os estudantes consumiram alguns alimentos ou bebidas nos últimos sete dias, que estão relacionados tanto a uma alimentação saudável como a uma alimentação não saudável (BRASIL, 2008a).

O questionário de práticas alimentares do consumo de pescado e da alimentação escolar foi elaborado baseado em Liberalino (2011) e Rodrigues et al. (2011). Para o consumo de peixe foi perguntado: se gostam de peixes e se costumam consumi-lo; a frequência de consumo; espécie preferencial consumida; o local que consome (casa ou restaurante); se prefere posta, filé ou peixe inteiro; o modo de preparo (assado, cozido, frito, com leite de coco ou outro). Para a prática do consumo da alimentação escolar o questionário foi relacionado ao hábito de consumo da merenda (número de vezes que consome), hábito de levar lanche de casa e o número de refeições diárias.

PESQUISA LABORATORIAL

MATÉRIA-PRIMA DE PESCADO

A Sororoca (*Scomberomorus brasiliensis*) é um peixe marinho de valor comercial que habita a maior parte do litoral brasileiro. É considerada migratória, uma espécie pelágica¹ costeira distribuída no Oceano Atlântico ocidental do Mar do Caribe a partir da Península de Yucatán e Belize até o sul da Lagoa Tramandaí, Rio Grande de Sul, Brasil.

Esse peixe foi escolhido por ser uma espécie que pode ser utilizada em diversas preparações por ser fácil de limpar, fazer ensopado, assado, caldeirada ou para pirão, pois tem poucos espinhos e por ser um importante recurso para a frota de pesca artesanal no Brasil e principalmente em Matinhos/PR.

As amostras foram obtidas com os pescadores artesanais da Colônia de Pescadores Z-4 em Matinhos/PR. Não foi observado o sexo, idade e estágio de maturação da espécie, representando a realidade de comercialização e oferta do produto.

1- Zona pelágica é a região oceânica onde vivem normalmente seres vivos que não dependem dos fundos marinhos.

O pescado foi adquirido fresco e imediatamente acondicionado entre camadas de gelo em caixas de isopor e transportadas para o Laboratório de Educação Alimentar (Leal) do Setor Litoral/UFPR. No laboratório foi realizada a lavagem do pescado em água clorada (5 mg.L⁻¹), o peixe foi eviscerado, descabeçado e após foi realizada a filetagem manual, bem como a lavagem dos filés em água clorada (5 mg.L⁻¹). O filé obtido foi moído em picador de carne com disco de 8mm, obtendo-se a polpa de sororoca (carne moída de sororoca).

Metade da polpa foi submetida a três ciclos de lavagem (KUHN et al., 2003) e após esse processo, as amostras lavadas e integrais foram acondicionadas em embalagens de polipropileno em porções de 600g e armazenada a -18 °C até o momento do desenvolvimento do hambúrguer de peixe.

FORMULAÇÃO, ELABORAÇÃO E COCÇÃO DO HAMBÚRGUER DE PEIXE

As formulações foram preparadas tendo como base um arranjo fatorial de 2 X 2 X 2, sendo as variáveis estudadas: polpa de pescado (integral e lavada), concentração de sal de cozinha – NaCl (1,5% e 0,75% – sal Cisne®), e glutamato monossódico – MSG (0% e 0,3% – Ajinomoto®). A partir desse delineamento, foram elaboradas oito formulações, conforme a Tabela 1. Em todas as formulações foram adicionadas proteína texturizada de soja fina (Vitao®), amido de milho (Quero®), cebola e alho desidratados em pó, salsinha e cebolinha em flocos (fornecidos pela Nutrimental S/A Indústria e Comércio de Alimentos) e água gelada.

Tabela 1 – Delineamento utilizado para o preparo de hambúrguer de Sororoca (S. Brasiliensis).

Ingrediente	Formulações*							
	F1	F2	F3	F4	F5	F6	F7	F8
Polpa	Integral	Integral	Lavada	Lavada	Integral	Integral	Lavada	Lavada
Cloreto de sódio	1,5%	1,5%	1,5%	1,5%	0,75%	0,75%	0,75%	0,75%
Glutamato monossódico	0,0%	0,3%	0,0%	0,3%	0,0%	0,3%	0,0%	0,3%

Fonte: Quadros et al. (2015). * Formulações: F1 (Formulação 1); F2 (Formulação 2); F3 (Formulação 3); F4 (Formulação 4); F5 (Formulação 5); F6 (Formulação 6); F7 (Formulação 7); F8 (Formulação 8).

Inicialmente, a água gelada era adicionada à proteína de soja e separada. Na sequência, as polpas foram misturadas por 3 minutos, em velocidade média, em batedeira doméstica juntamente com o sal de cozinha (e glutamato monossódico, quando da formulação), os temperos, a proteína de soja pré-hidratada e o amido de milho. A mistura foi refrigerada até 3 °C e 100g dessa massa foi moldada em modelador de hambúrguer manual de 120 mm de diâmetro. Com auxílio de um cortador manual (25 x 50 mm) foram moldadas as amostras em formato de peixe, denominados “sororocabúrguer” (Figura 1), e estes foram armazenados em sacos de polietileno e mantidos em temperatura de congelamento (-18° C) até o momento das análises. O peso médio do sororocabúrguer foi de $6,84 \text{ g} \pm 0,24 \text{ g}$.

Para a cocção, o forno elétrico convencional foi pré-aquecido por 30 minutos no ajuste “alto” e na função dourar, e a temperatura foi mantida entre 220 e 240 °C. As amostras foram colocadas em uma assadeira retangular de alumínio, sobre um papel manteiga. O sororocabúrguer foi assado por 10 minutos, sendo virado ao final dos primeiros 5 minutos.

As amostras cruas foram submetidas a análises físico-química e microbiológica e a amostra assada à análise sensorial.

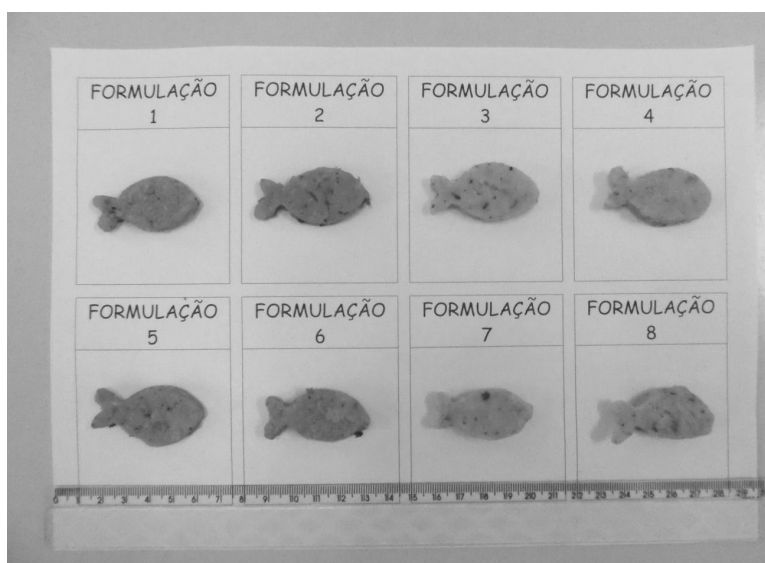


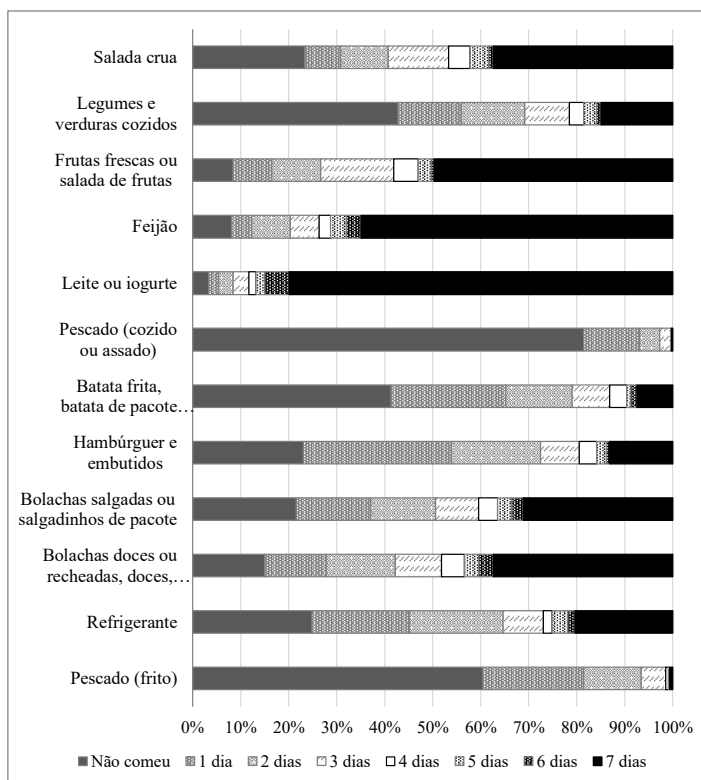
Figura 1: Formulações de sororocabúrguer assadas, prontas para as análises sensoriais.
Fonte: QUADROS (2015).

INCLUSÃO DO PESCADO NA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

As propostas para inclusão do pescado na alimentação escolar foram realizadas por meio de reuniões com a agentes públicos de Matinhos/PR, entre eles a Nutricionista e o Secretário de Educação, Esporte e Cultura e com o vice-prefeito do município. Participaram ainda das reuniões o Presidente da Colônia de Pescadores e o Técnico da Emater/PR.

PRÁTICA ALIMENTAR DE ESTUDANTES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE MATINHOS/PR

Tabela 2 – Características dos escolares do 1º ao 5º ano do ensino fundamental de Matinhos/PR 2012 (n = 334).



Fonte: QUADROS (2015).

Na Tabela 2 podem ser observadas as características dos estudantes participantes do estudo, apontando que a distribuição da amostra por sexo e ano de estudo foi harmônica. A idade predominante foi entre sete e dez anos.

O consumo de alimentos marcadores de alimentação saudável e não saudável podem ser observados na Figura 2.

Quando analisados os marcadores de alimentação saudável, observou-se que a proporção de alunos que os consumiam regularmente ($\geq$ a 5 dias por semana) variou de 18,56% para legumes e verduras cozidos a 86,83% para leite e iogurte. Observa-se um grande percentual de crianças que consumiram salada crua (37,43%), frutas (49,70%), feijão (64,97%) e leite (79,94%) todos os dias. Em relação ao consumo de pescado assado ou cozido, nota-se que pelo menos 11% das crianças consumiram peixe uma vez na última semana.

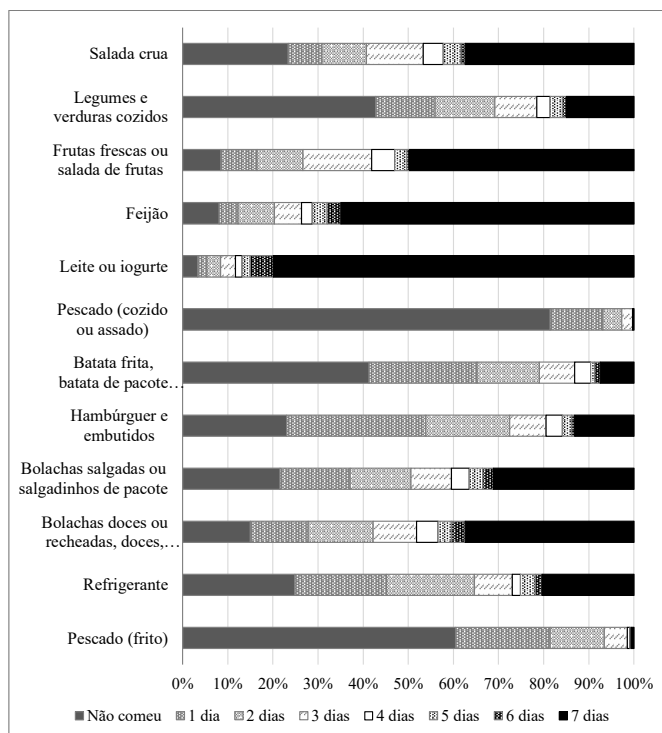


Figura 2 – Frequência (%) de escolares do 1º ao 5º ano da rede pública, por consumo alimentar na última semana, segundo o alimento consumido no município de Matinhos/PR, 2012. **Fonte:** QUADROS (2015).

Os resultados obtidos foram semelhantes aos de Cutchma et al. (2012), que observaram que mais de 80% das crianças com idade entre 7 e 10 anos consumiram leite, iogurte e feijão frequentemente. Além disso, estudos apontam um baixo consumo de frutas e verduras em crianças e adolescentes (COSTA et al., 2012; CUTCHMA et al., 2012; LEVY et al., 2010).

Para os marcadores de alimentação não saudável, a proporção de estudantes que os consumiam regularmente variou de 9,58% (batata frita, batata de pacote e salgados fritos) a 43,41% (bolachas/biscoitos doces ou recheados, doces, balas e chocolates). Foram registradas, ainda, altas proporções de estudantes que haviam consumido hambúrguer ou embutidos (49,40%), refrigerantes (39,82%) e batata frita, batata de pacote e salgados fritos (37,72%) pelo menos uma ou duas vezes na última semana. Em relação ao pescado frito, 20,96% dos estudantes consumiram esse produto na última semana.

Foi identificado que mais de 76% das crianças gostam de comer peixe e que 41,9% tem o hábito de consumir pescado, sendo que a maioria das crianças consome o produto pelo menos uma vez por semana (Tabela 3).

Os padrões alimentares saudáveis, que incluem o consumo de peixe, são estabelecidos no início da infância e influenciam os hábitos alimentares durante a vida adulta e as razões para o consumo ou não do pescado pelas crianças incluem fatores ambientais, pessoais e genéticos.

Esse alto consumo de peixe era esperado, uma vez que em região costeira as pessoas têm o hábito de consumir mais o alimento (VERBEKE; VACKIER, 2005).

O peixe foi consumido principalmente em casa e as crianças têm preferência por comer filé frito, que não é considerado saudável (BRASIL, 2014). Liberalino (2011), avaliando o consumo de pescado em uma comunidade de pescadores no Rio Grande do Norte, identificou que 93,5% referiram gostar de consumir peixes, sendo as frituras as mais frequentes (76,8). A infância é uma fase crucial para promover a alimentação saudável, pois hábitos desenvolvidos nessa etapa da vida podem permanecer na vida adulta e por isso necessita de ações de educação nutricional para estimular o consumo de pescado através de preparações saudáveis, melhorando a qualidade da dieta das crianças e

possibilitando a aplicação na alimentação escolar.

Tabela 3 – Hábito de consumo de pescado dos escolares de 1º ao 5º ano do ensino fundamental de Matinhos/PR, 2012.

Variáveis	Frequência	
	n	%
Gosta de peixe		
Sim	257	76,9
Não	77	23,1
Consome peixe		
Sim	140	41,9
Não	54	16,2
Quase Nunca	140	41,9
Frequência de consumo		
Uma vez por semana	65	19,5
Duas vezes por semana	35	10,5
Três vezes por semana	33	9,9
Quatro vezes por semana	2	0,6
Cinco vezes por semana	1	0,3
Sete vezes por semana	4	1,2
Nunca	54	16,2
Consome esporadicamente	140	41,9
Total	334	100,0
Local que consome peixe		
Casa	270	90,3
Restaurante	28	9,4
Outro/Vizinha	1	0,3
Total	299	100,0
Corte de peixe		
Posta	86	24,9
Filé	208	60,1
Peixe inteiro	52	15,0
Total	346	100,0
Modo de Preparo		

Assado	38	9,9
Cozido	47	12,2
Frito	181	47,0
Grelhado	31	8,1
À milanesa	52	13,5
Empanado	1	0,3
Com leite de coco	30	7,8
Enlatado	5	1,3
Total	385	100,0

Fonte: QUADROS (2015).

Em relação às espécies mais consumidas (Tabela 4), foi identificado a pescada (15,5%), cação (12,4%) e sororoca (9,6%). De acordo com Ramires, Rotundo e Begossi (2012), essas espécies podem ser utilizadas em diversas preparações por ser fácil de limpar, fazer ensopado, assado, caldeirada, para pirão e por ter poucos espinhos.

Muitas mães ou responsáveis (7,9%) não souberam informar qual espécie era consumida, apenas que o peixe não tinha espinhos. Conforme Vasconcellos et al. (2013), a presença de espinhos em muitos peixes faz com que o consumo seja baixo, principalmente entre as crianças.

Tabela 4 – Principais espécies de pescado consumida por escolares do 1º ao 5º ano do ensino fundamental de Matinhos/PR, 2012.

Peixe	Frequência	
	n	%
Cação	57	12,4
Espada	26	5,7
Linguado	24	5,2
Merluza	23	5,0
Parati	22	4,8
Pescada	71	15,5
Pescadinha	21	4,6
Robalo	26	5,7
Sardinha	21	4,6

Sem espinho	36	7,9
Sororoca	44	9,6
Tainha	19	4,1
Outros	63	13,0
Não sabe/não informou	5	1,1
Total	458	100,0

Fonte: QUADROS (2015).

Em relação ao hábito de consumo da alimentação escolar (Tabela 5), 81,8% das mães ou responsáveis relataram que seus filhos consomem a merenda, sendo que do total, 13,5% consome esporadicamente. Em relação à frequência, 64,1% consome a alimentação escolar três vezes ou mais por semana, semelhante ao observado por Danelon (2007), assim como Bleil, Salay e Silva (2009), que identificaram uma adesão de 75,3% e 77,3%, respectivamente.

Danelon (2007) considerou efetivo o consumo, pois 51% tiveram uma frequência superior a três dias por semana, assim como os 57% (BLEIL; SALAY; SILVA, 2009). Sturion et al. (2005) verificou que 46% dos estudantes consomem diariamente a alimentação oferecida na escola, enquanto 17% não participam do programa, resultados semelhantes ao presente estudo.

Uma quantia considerável de crianças costuma levar lanche de casa de quatro a cinco vezes por semana (20,7%). Em relação ao número de refeições realizadas ao dia, identificou-se que quase a totalidade das crianças fazem três refeições ou mais, semelhante aos observados por Garcia; Gambardella; Frutuoso (2003), em que 94% dos adolescentes de um Centro de Juventude da cidade de São Paulo realizavam pelo menos três refeições diárias; e aos 98% que relataram fazerem mais de três refeições por dia, incluindo aquelas realizadas em casa (RODRIGUES et al., 2011).

A partir desses resultados foi desenvolvida a pesquisa de laboratório, sendo elaborado um hambúrguer com teor reduzido de sal a partir de um peixe disponível ao longo de todo o ano no município de Matinhos/PR e proveniente da pesca artesanal.

Tabela 5 – Hábito de consumo de alimentação escolar, dos escolares do 1º ao 5º ano do ensino fundamental de matinhos/pr, 2012 (n = 334).

Variáveis	Frequência		
	n	%	% acumulado
Consome alimentação escolar			
Sim	228	68,3	68,3
Não	61	18,3	86,5
Quase nunca	45	13,5	100,0
Frequência de consumo da alimentação escolar			
Uma vez por semana	3	0,9	0,9
Duas vezes por semana	11	3,3	4,2
Três vezes por semana	28	8,4	12,6
Quatro vezes por semana	23	6,9	19,5
Cinco vezes por semana	163	48,8	68,3
Nunca	61	18,3	86,5
Consome esporadicamente	45	13,5	100,0
Leva lanche de casa			
Sim	69	20,7	20,7
Não	223	66,8	87,4
Quase nunca	42	12,6	100,0
Frequência que leva lanche de casa			
Uma vez por semana	2	0,6	0,6
Duas vezes por semana	3	0,9	1,5
Três vezes por semana	10	3,0	4,5
Quatro vezes por semana	4	1,2	5,7
Cinco vezes por semana	50	15,0	20,7
Nunca	223	66,8	87,4
Leva esporadicamente	42	12,6	100,0
Nº de refeições realizadas em casa			
Menos que três refeições ao dia	30	9,0	9,0
Três refeições ao dia	84	25,1	34,1
Quatro refeições ao dia	152	45,5	79,6
Cinco refeições ao dia	56	16,8	96,4
Seis refeições ou mais ao dia	12	3,6	100,0
Nº de refeições diárias			
Duas refeições ao dia	1	0,3	0,3
Três refeições ao dia	33	9,9	10,2
Quatro refeições ao dia	99	29,6	39,8

Cinco refeições ao dia	142	42,5	82,3
Seis refeições ou mais ao dia	59	17,7	100,0

Fonte: Quadros (2015).

Inserir um alimento da pesca artesanal na alimentação escolar possibilita a identificação dos estudantes com a alimentação, favorecendo seu consumo (PAIVA; FREITAS; SANTOS, 2012). Hambúrguer de peixe quando este é moldado e congelado, sem pré-fritura, e preparado assado ou grelhado pode ter um valor nutritivo equivalente ao valor da matéria-prima (MITTERER-DALTOÉ et al., 2014).

CARACTERIZAÇÃO FÍSICO-QUÍMICA DO SOROROCABÚRGUER

Na composição centesimal (Tabela 6), o teor de umidade diferiu entre as amostras. Para umidade, as formulações com polpa lavada apresentaram umidade superior às com polpa integral. Nota-se que entre as formulações preparadas com polpa integral não apresentaram diferença significativa, assim como entre as amostras com polpa lavada. O processo de lavagem fez com que aumentasse o teor de umidade da polpa e consequentemente diminuísse os teores de cinzas, proteína e lipídeos (KÖSE et al., 2009; SHAVIKLO; RAFIPOUR, 2013), refletindo na composição das formulações e na quantidade de energia.

Dependendo das formulações e da espécie utilizada, diferentes percentuais de umidade, proteína, lipídios, cinzas e pH foram identificados em diferentes estudos (BAINY et al., 2014; HAQ et al., 2013; MAHMOUDZADEH et al., 2010; MELLO et al., 2012; UÇAK; ÖZOGUL; DURMUŞ, 2011; VANITHA; DHANAPAL; VIDYA SAGAR REDDY, 2013).

Não foram identificados na literatura outros estudos que abordassem as características de qualidade de produtos produzidos à base de sororoca (*S. brasiliensis*). Em hambúrgueres de tilápia (*Oreochromis niloticus*) com polpa integral, os teores de umidade, proteína, lipídios e cinzas foram respectivamente de $75,34 \pm 0,09$; $18,24 \pm 1,23$; $4,70 \pm 0,09$; e $2,12 \pm 0,02$. Os produzidos com polpa lavada foram de $74,24 \pm 0,09$; $17,02 \pm 0,72$; $0,48 \pm 0,06$; e $1,30 \pm 0,03$ (MELLO et al., 2012).

De acordo com o teor de lipídeos e de proteínas, as formulações com polpa integral podem ser classificadas como baixo teor de lipídeos e alto teor proteico; já as preparadas com polpa lavada com baixo teor de lipídeos e de proteínas (HAARD, 1992).

Para cinzas, o teor foi maior para as amostras preparadas com 1,5% de sal, o que era esperado devido a maior quantidade de sal na formulação. O teor de carboidratos entre as formulações não apresentaram diferença significativa, pois foi adicionada a mesma quantidade de amido nas preparações e de acordo com Haard (1992), o teor de carboidratos em pescado é menor que 1 % e por isso não influencia na composição de produtos à base de pescado, o que vai interferir é o ingrediente utilizado (UÇAK; ÖZOGUL; DURMUŞ, 2011). O pH maior para as formulações com polpa lavada é decorrente da adição de bicarbonato de sódio em um dos ciclos de lavagem (ALVAREZ-PARRILLA; PUIG; LLUCH, 1997). O valor calórico foi semelhante ao observado por Silva e Fernandes (2010) em hambúrguer de corvina (*Argyrosomus regius*).

Tabela 6 – Composição centesimal, valor energético total (vet), ph e teor de sódio em hambúrguer de peixe com teor reduzido de sal, polpa integral e lavada de sororoca (s. *Brasiliensis*).

Determinação	F1	F2	F3	F4	F5
Umidade	71,26 ^d ±	71,22 ^d ±	79,64 ^b ±	79,51 ^b ±	72,27 ^d ±
(g/100g)	0,44	0,46	0,66	0,28	0,29
Cinzas	2,73 ^a ±	2,70 ^a ±	1,98 ^b ±	2,05 ^b ±	2,06 ^b ±
(g/100g)	0,04	0,06	0,02	0,03	0,07
Proteína	20,21 ^b ±	19,92 ^{cb} ±	12,82 ^f ±	13,10 ^{fc} ±	19,91 ^{cb} ±
(g/100g)	0,14	0,13	0,15	0,14	0,21
Lipídeos	1,51 ^a ±	1,41 ^{ba} ±	1,03 ^{de} ±	0,98 ^e ±	1,19 ^{dc} ±
(g/100g)	0,06	0,04	0,03	0,07	0,04
Carboidratos	4,29 ^a ±	4,75 ^a ±	4,53 ^a ±	4,35 ^a ±	4,58 ^a ±
(g/100g)	0,50	0,43	0,52	0,37	0,07
Energia	111,64 ^a ±	111,40 ^a ±	78,65 ^c ±	78,62 ^c ±	108,61 ^{ba} ±
(kcal/100g)	1,99	1,80	2,52	1,21	0,86
pH	6,28 ^e ±	6,29 ^e ±	6,41 ^{cd} ±	6,39 ^d ±	6,29 ^e ±
	0,02	0,01	0,01	0,03	0,01
Sódio	461,78b ±	517,76a ±	398,30c ±	462,43b ±	243,22d ±
(mmol/100g)	17,16	19,33	9,66	11,46	19,22

F6	F7	F8	Polpa integral	Polpa lavada	DMS
72,42 ^d ± 0,27	79,23 ^b ± 0,26	79,66 ^b ± 0,36	74,36 ^c ± 0,20	83,98 ^a ± 0,12	1,43
2,11 ^b ± 0,05	1,42 ^c ± 0,03	1,29 ^c ± 0,01	1,37 ^c ± 0,08	0,27 ^d ± 0,08	0,34
19,60 ^c ± 0,24	13,58 ^c ± 0,05	13,53 ^c ± 0,05	22,91 ^a ± 0,09	14,67 ^d ± 0,06	0,58
1,24 ^{bc} ± 0,05	0,88 ^e ± 0,01	0,87 ^e ± 0,08	0,97 ^e ± 0,05	0,54 ^f ± 0,01	0,21
4,64 ^a ± 0,19	4,89 ^a ± 0,34	4,65 ^a ± 0,44	0,39 ^b ± 0,39	0,54 ^b ± 0,19	1,48
108,09 ^{ba} ± 0,98	81,79 ^c ± 1,16	80,54 ^c ± 1,15	101,93 ^b ± 3,27	65,69 ^d ± 6,21	8,37
6,27 ^e ± 0,00	6,48 ^b ± 0,01	6,44 ^{cb} ± 0,01	6,20 ^f ± 0,01	6,74 ^a ± 0,01	0,04
264,77 ^d ± 5,11	199,26 ^e ± 3,04	205,48 ^e ± 2,50		1,98 ^g ± 0,04	1,44

Fonte: QUADROS; Bolini (2015). **Nota:** Letras iguais na mesma linha não diferem estatisticamente pelo Teste de Tukey ($p > 0,05$). DMS = Diferença Mínima Significativa.

Observa-se uma redução em torno de 50% no teor de sódio quando comparadas as amostras F1 com F5, F2 com F6, F3 com F7 e F4 com F8. O teor de sódio foi significantemente menor nas amostras preparadas com 0,75% de sal na formulação (F5, F6, F7 e F8) e as amostras com polpa integral (F1, F2, F5 e F6) apresentaram os teores de sódio superiores às preparadas com polpa lavada. Entre as formulações com maior teor de sal, nota-se que a adição de MSG fez com aumentasse o teor de sódio, o que não ocorreu com entre as formulações F5, F6, F7 e F8. O uso de MSG como um substituto do sal é parcialmente eficaz, uma vez que proporciona aumento no teor de sódio (BUSCH; YONG; GOH, 2013). Os teores de sódio encontrados no presente estudo são inferiores aos encontrados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para hambúrguer comercial bovino, de ave e misto, que foi de 709mg/100g (363mg/100g – 1031mg/100g), 656mg/100g (365mg/100g – 981mg/100g) e 690mg/100g (563mg/100g – 876mg/100g) (BRASIL, 2010c). Na Coreia, Lee, Chung e Moon (2010) analisaram o teor de sódio em 89 alimentos favoritos de crianças e encontraram 793,5mg/100g e o teor de sódio em hambúrgueres de uma cadeia de fast foods australiana foi de 520mg/100g (DUNFORD et al., 2010), ambos superiores ao presente estudo. De acordo com Felicio et al. (2013), as amostras F3,

F5, F6, F7, F8 e as polpas integral e lavada podem ser consideradas com moderado teor de sódio e a F1, F2 e F4 com elevado teor.

A composição de aminoácidos livres (Tabela 7) identificou que entre os essenciais a leucina e lisina se apresentam em maiores teores e entre os não essenciais o ácido glutâmico, ácido aspártico, arginina, alanina. O sabor umami presente em peixes é decorrente do ácido glutâmico e o sabor característico de peixe está relacionado com o ácido glutâmico, ácido aspártico, alanina e glicina (RUIZ-CAPILLAS; MORAL, 2004). O processo de lavagem faz com a taurina seja eliminada, por ser esse aminoácido solúvel em água (COMAN et al., 1996).

A polpa integral e a lavada apresentaram teores de aminoácidos essenciais semelhantes ao observado por Szlinder-Richert et al. (2011) em espécies marinhas de cultivo na Polônia, assim como aos observados por Mira e Lanfer-Marquez (2005) em surimis produzidos a partir de duas espécies marinhas.

A polpa de pescado integral e lavada pode ser considerada de alto valor nutricional e os hambúrgueres de peixe com valor nutricional semelhante, uma vez que cada aminoácido essencial atende pelo menos 80% da recomendação para crianças de 3-10 anos de idade, sendo limitante em leucina (WHO; FAO; UNU, 2002). Teores de aminoácidos essenciais em excesso em tecidos musculares dos peixes podem compensar os déficits de lisina, metionina e cisteína; em proteínas vegetais e dietas mistas podem proporcionar alimentação adequada em aminoácidos (SZLINDER-RICHERT et al., 2011).

Tabela 7 – Composição de aminoácidos livres (g/100g) em hambúrgueres de peixe com teor reduzido de sal, polpa integral e lavada de Sororoca (S. Brasiliensis).

Aminoácidos	F1	F2	F3	F4	F5	F6	F7	F8	Polpa Integral	Polpa Lavada	Padrão FAO*
Histidina	2,15	2,10	1,59	1,6	2,18	2,19	1,73	1,7	2,76	2,55	16
Isoleucina	2,88	2,89	2,75	2,86	2,99	2,97	3,00	3,01	3,65	4,24	31
Leucina	5,01	4,94	4,75	4,85	5,12	5,14	5,16	5,08	6,18	7,36	61
Lisina	5,04	4,98	4,68	4,87	4,97	5,01	5,04	5,06	6,74	7,50	48
Aminoácido Essencial	2,16	2,05	2,07	2,16	2,25	2,19	2,17	2,16	3,01	3,67	24
Metionina + Cisteína	2,73	2,69	2,53	2,51	2,73	2,72	2,67	2,70	3,52	3,87	41
Fenilalanina + Tirosina	3,3	3,28	3,1	3,14	3,32	3,43	3,18	3,11	4,18	4,85	25
Treonina	0,74	0,76	0,74	0,78	0,77	0,8	0,77	0,79	1,32	1,37	6,6
Triptofano	3,52	3,5	3,31	3,39	3,69	3,62	3,55	3,57	4,49	5,18	40
Valina	7,24	7,08	6,93	7,01	7,38	7,4	7,39	7,33	8,9	10,18	292,60
Total	10,34	10,93	10,55	11,67	10,62	11,27	11,22	12,17	12,59	15,41	
Ácido aspártico	0,46	0,58	0,91	0,65	0,42	0,2	0,72	0,68	1,08	0,7	
Ácido glutâmico	3,21	3,15	3,17	3,09	3,24	3,24	3,29	3,30	3,88	4,5	
Hidroxiprolina	3,65	3,68	3,64	3,58	3,64	3,32	3,58	3,52	5,07	4,72	
Serina	0,44	0,43	0,00	0,00	0,44	0,49	0,00	0,00	0,70	0,00	
Glicina	5,44	4,57	4,69	4,62	4,69	5,43	4,87	4,85	5,94	6,84	
Taurina	4,56	4,44	4,29	4,23	4,54	4,47	4,44	4,38	5,94	6,53	
Arginina	2,78	2,75	2,83	2,67	2,72	2,69	2,84	2,82	3,53	3,77	
Alanina	2,56	2,51	2,47	2,51	2,63	2,61	2,67	2,67	3,2	3,86	
Prolina	0,17	0,22	0,11	0,15	0,23	0,18	0,14	0,20	0,41	0,57	
Cistina	68,36	67,53	65,1	66,33	68,55	69,38	68,42	69,1	87,1	97,7	
Total	685,50	677,50	652,20	664,90	688,00	695,50	685,70	693,00	875,00	982,40	
Σ Aminoácidos Livres											

Fonte: Adaptado de QUADROS; BOLINI (2015). * Necessidade de aminoácidos (mg/g de proteína) para crianças de 3 - 10 anos (WHO; FAO; UNU, 2002)

A polpa integral e a lavada apresentaram teores de aminoácidos essenciais semelhantes ao observado por Szlinder-Richert et al. (2011) em espécies marinhas de cultivo na Polônia, assim como aos observados por Mira e Lanfer-Marquez (2005) em surimis produzidos a partir de duas espécies marinhas.

A polpa de pescado integral e lavada pode ser considerada de alto valor nutricional e os hambúrgueres de peixe com valor nutricional semelhante, uma vez que cada aminoácido essencial atende pelo menos 80% da recomendação para crianças de 3-10 anos de idade, sendo limitante em leucina (WHO; FAO; UNU, 2002). Teores de aminoácidos essenciais em excesso em tecidos musculares dos peixes podem compensar os déficits de lisina, metionina e cisteína; em proteínas vegetais e dietas mistas podem proporcionar alimentação adequada em aminoácidos (SZLINDER-RICHERT et al., 2011).

CARACTERIZAÇÃO MICROBIOLÓGICA

Os resultados apresentados na Tabela 8 encontram-se de acordo com os padrões microbiológicos estabelecido pela Anvisa para produtos à base de pescado refrigerados ou congelados.

Tabela 8 – Análise microbiológica de hambúrgueres de Sororoca (S. Brasiliensis) com teor reduzido de sal.

Formulação	Contagem de coliformes totais (NMP/g)	Contagem de coliformes fecais termotolerantes (NMP/g)	Contagem de <i>Staphylococcus Coagulase</i> positiva (UFC/g)	Salmonella em 25g
F1	3,00x10 ^{0 f}	3,00X10 ^{0 c}	1,00X10 ^{2 b}	ausente n.s.
F2	2,30x10 ^{1 e}	4,00X10 ^{0 b}	1,00X10 ^{2 b}	ausente n.s.
F3	4,30X10 ^{1 d}	3,00X10 ^{0 c}	1,00X10 ^{2 b}	ausente n.s.
F4	7,50X10 ^{1 c}	4,00X10 ^{0 b}	1,00X10 ^{3 a}	ausente n.s.
F5	2,40X10 ^{2 b}	4,00X10 ^{0 b}	1,00X10 ^{2 b}	ausente n.s.
F6	7,50X10 ^{1 c}	3,00X10 ^{0 c}	1,00X10 ^{2 b}	ausente n.s.
F7	2,40X10 ^{2 b}	9,00X10 ^{0 a}	1,00X10 ^{2 b}	ausente n.s.
F8	4,60X10 ^{2 a}	4,00X10 ^{0 b}	1,00X10 ^{2 b}	ausente n.s.

Fonte: QUADROS; BOLINI (2015). NMP = número mais provável. UFC = unidades formadoras de colônia. Letras iguais na mesma linha não diferem estatisticamente pelo Teste de Tukey (p > 0,05). DMS = Diferença Mínima Significativa.

A legislação determina uma contagem máxima de 10³ para coliformes a 45 °C/g e contagem de *Staphylococcus coagulase* positiva

e ausência de *Salmonella* spp em 25g (BRASIL, 2001). Os resultados indicam que os procedimentos higiênico-sanitários adotados desde a captura até a preparação do produto final foram corretamente seguidos (BAINY et al., 2014; NETTO et al., 2010). A Anvisa (BRASIL, 2001) não indica limites para coliformes totais em produtos à base de pescado, entretanto, valores acima de 102 NMP/g em carne de pescado dificultam o controle mais rígido quanto à higiene de elaboração e comercialização desse produto (MARENGONI et al., 2009).

ANÁLISE SENSORIAL

ANÁLISE DE CONSUMIDOR – ADULTO

Os resultados do teste de aceitação do sororocabúrguer podem ser observados na Tabela 9.

Para o atributo aparência, observa-se que as formulações com polpa integral (F1, F2, F5 e F6) obtiveram uma maior aceitação, diferindo estatisticamente das preparadas com polpa lavada (F3, F4, F7 e F8). Em relação ao aroma, os consumidores identificaram que a F7 obteve a menor aceitação, diferindo estatisticamente da F1, F2 e F6. O sabor das formulações com glutamato monossódico (F2, F4, F6 e F8) obteve uma maior aceitação que a amostra equivalente sem a adição desse ingrediente (F1, F3, F5 e F7).

A textura e a impressão global obtiveram comportamento semelhante ao sabor, em que as amostras com glutamato (F2, F4, F6 e F8) apresentaram uma maior aceitação que as equivalentes sem esse ingrediente. Em relação à impressão global, os consumidores preferiram a amostra F6 (não diferiu da F1, F2, F4 e F5). A formulação 7 obteve a menor nota da aceitação, diferindo estatisticamente das demais.

Os resultados do teste de aceitação estão de acordo com a literatura (MARENGONI et al., 2009; SARY et al., 2009; SEBBEN et al., 2000; SILVA; FERNANDES, 2010), que obtiveram uma boa aceitação em hambúrguer de diferentes espécies de pescado. Uma melhor aceitação em todos os atributos foi observada por Tokur et al. (2006), que avaliaram a qualidade sensorial de tiras de peixes produzidos a partir

de polpa de carpa (*Cyprinus carpio*) lavada e não lavada; por Tokur et al. (2004) com hambúrguer de tilápia (*Oreochromis niloticus*) e por Ozogul e Uçar (2013), que analisaram hambúrguer de cavala (*Scomber japonicus*).

Resultados diferentes foram encontrados por Marengoni et al. (2009) e Sary et al. (2009), pois não observaram diferença na aceitação de hambúrgueres de tilápia produzidos com polpa lavada e não lavada de outras espécies.

Tabela 9 – Médias do teste de aceitação de Sororocabúrguer. **Fonte:** QUADROS (2015).

Formulação	Aparência	Aroma	Sabor	Textura	Impressão global
F1	7,56 ba	7,09 a	6,92 a	6,39 b	6,89 ba
F2	7,62 a	6,88 a	6,94 a	6,40 b	7,05 ba
F3	6,82 dc	6,78 ba	6,46 a	6,75 ba	6,52 b
F4	6,86 bdc	6,77 ba	6,80 a	7,20 a	6,97 ba
F5	7,57 ba	6,80 ba	6,58 a	6,64 ba	6,76 ba
F6	7,49 bac	6,87 a	6,86 a	7,18 a	7,16 a
F7	6,61 d	6,26 b	5,52 b	6,19 b	5,72 c
F8	6,38 d	6,57 ba	6,51 a	6,70 ba	6,51 b
DMS	0,71	0,59	0,67	0,66	0,57

■ certamente compraria o produto; □ possivelmente compraria o produto; ▣ talvez compraria/talvez não compraria; □ possivelmente não compraria o produto; ▤ certamente não compraria o produto.

* Formulações: F1 (Formulação 1); F2 (Formulação 2); F3 (Formulação 3); F4 (Formulação 4); F5 (Formulação 5); F6 (Formulação 6); F7 (Formulação 7); F8 (Formulação 8).

Fonte: QUADROS (2015). DMS = Diferença Mínima Significativa. * Letras minúsculas iguais na mesma linha não diferem estatisticamente pelo Teste de Tukey ($p > 0,05$).

A presença de glutamato monossódico contribuiu para uma maior aceitação do sororocabúrguer, indicando que a adição de glutamato monossódico no preparo contribui para a redução de sódio, sem afetar a palatabilidade, proporcionando melhora na qualidade do sabor e diminuição no desejo de consumo de sal (MALULY; PAGANI; CAPARELLO, 2011).

O local de realização dos testes é um fator importante que pode ter contribuído para explicar as diferenças na aparência, no aroma e na impressão global do sororocabúrguer, devido às diferenças culturais, hábitos e tradições alimentares dos consumidores (OLSEN et al., 2008; SHAVIKLO et al., 2011).

Todas as amostras (Figura 3) obtiveram uma intenção de compra positiva superior a 64%, o que sugere que as intenções são bons indicadores para a aquisição de produtos à base de pescado (TUU et al., 2008).

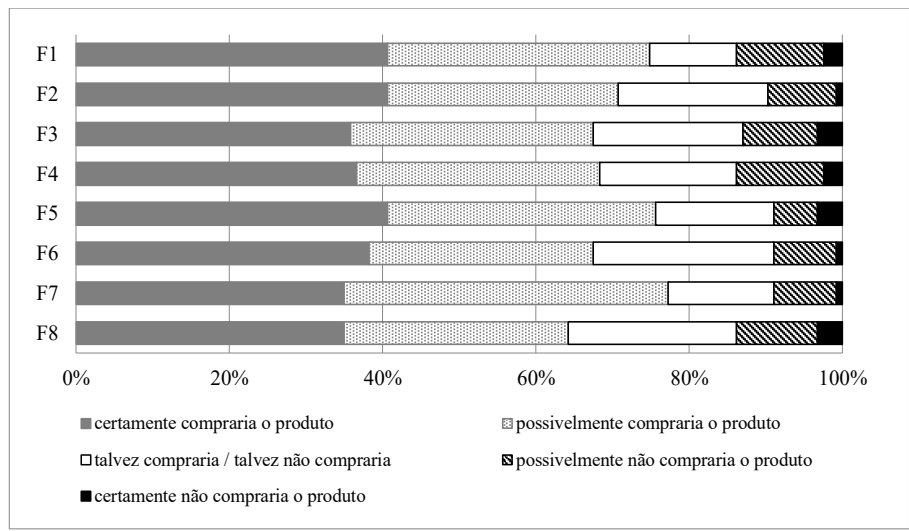


Figura 3 – Distribuição de frequência da intenção de compra de Sororocábúrguer, consumidores adultos. **Fonte:** QUADROS (2015).

ANÁLISE DE CONSUMIDOR – CRIANÇAS

Os resultados do teste de escala hedônica facial de sororocábúrguer são apresentados na Tabela 10, indicando uma excelente aceitação de todas as formulações. Não houve diferença estatística entre as amostras.

Tabela 10 - Médias do teste de escala hedônica facial de sororocábúrguer.

Variável	Formulações								DMS
	F1	F2	F3	F4	F5	F6	F7	F8	
Escala hedônica facial	6,75 a	6,69 a	6,67 a	6,76 a	6,67 a	6,75 a	6,68 a	6,72 a	0,25

Fonte: QUADROS (2015). Letras iguais na mesma linha não diferem estatisticamente pelo Teste de Tukey ($p > 0,05$). DMS: Diferença Mínima Significativa.

O percentual de intenção de consumo de sororocábúrguer pelas crianças foi igual ou superior a 89% em todas as amostras (Figura 4).

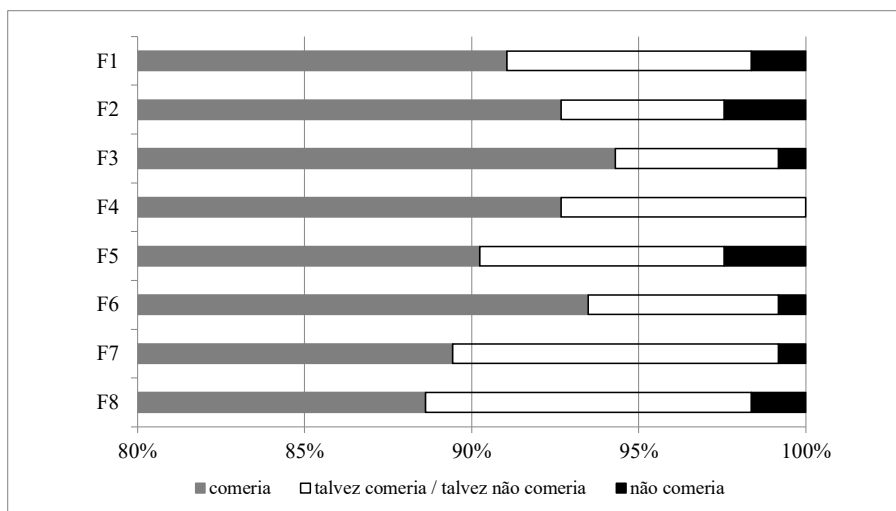


Figura 4: Distribuição de frequência da intenção de consumo de sororocabúrguer, consumidores crianças. **Fonte:** QUADROS (2015).

O sabor é o principal atributo para a compra ou consumo de produtos à base de pescado, sendo que para muitos consumidores mais jovens (crianças) esse é o único critério de escolha de um produto (DOPICO; TUDORAN; OLSEN, 2010). Os resultados obtidos neste estudo estão de acordo com Pagliarini, Gabbiadini e Ratti (2005), que avaliaram a preferência no consumo de peixe empanado em refeições fornecidas em escolas primárias do município de Milão, e com Mitterer-Daltoé et al. (2013), que analisaram a aceitação de anchoíta (*Engraulis anchoita*) à milanesa em duas escolas públicas da Região Sul do Brasil.

INCLUSÃO DO PESCADO NA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Matinhos/PR está situada dentro de uma área de preservação ambiental e praticamente não há o cultivo de alimentos como frutas, verduras e legumes (PIERRI et al., 2006), e por isso uma das poucas formas para conseguir inserir os 30% de alimentos provenientes da agricultura familiar na alimentação escolar que a lei determina (BRASIL, 2009) é com a inserção de pescado proveniente da pesca artesanal. Após as reuniões, no final de 2013 a Secretaria de Educação

entrou em contato com a Colônia de Pescadores Z-4 para comprar peixe para a alimentação escolar. Porém, como os pescadores artesanais não estão organizados e não há um local adequado para o processamento, não foi possível efetivar a compra. Mesmo assim, em 2014 o peixe foi ofertado uma vez por mês na alimentação escolar e para 2015 a previsão era que fossem duas vezes ao mês. Infelizmente, o pescado proveniente da pesca artesanal local ainda não foi inserido na alimentação escolar no município.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados encontrados são importantes para a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional e do Direito Humano à Alimentação Adequada, que poderá auxiliar na avaliação de políticas de promoção da saúde existentes e subsidiar o planejamento e desenvolvimento de novas estratégias no município.

Há um grande percentual de crianças que consumiram salada crua, frutas, feijão e leite todos os dias, mas o consumo de alimentos não saudáveis apresentou-se elevado. Além disso, foi observado que as crianças têm o hábito de consumo de peixe e da merenda escolar.

Em relação ao produto elaborado, foi evidenciado que a redução de 1,5% de sal para 0,75% em hambúrgueres de sororoca proporcionam uma diminuição em torno de 50% nos teores de sódio e mantém os parâmetros de qualidade do produto. O que vai diferenciar um produto do outro, com diferença nas características físico-química e física, é o tipo de polpa utilizada. As formulações com polpa integral proporcionaram hambúrgueres com baixo teor de lipídeos e alto teor proteico e as preparadas com polpa lavada com baixo teor de lipídeos e de proteínas. Ambas as formulações proporcionam pelo menos 80% da recomendação de cada aminoácido essencial para crianças de 3-10 anos de idade. Os valores observados para a caracterização microbiológica foram abaixo do máximo permitido pela legislação vigente, portanto, os produtos finais encontram-se em condição higiênico-sanitárias adequadas ao consumo.

Os resultados do teste de aceitação identificaram diferença entre

as cidades para aparência, aroma e impressão global. Dentre as amostras, as mais aceitas pelos consumidores adultos foram as produzidas com polpa integral. Já entre os estudantes, todas as amostras foram muito bem aceitas e não foi identificada diferença entre elas. Uma boa aceitação e atitude positiva de intenção de consumo de produto à base de pescado por adultos, associada ao alto nível de aceitação desses alimentos e os bons indicadores na intenção de consumo entre as crianças, sugerem que o sororocabúrguer pode fazer parte da alimentação escolar, por ser um produto preparado com um peixe da região, que está disponível durante o ano todo e é livre de espinhos, além de poder ser preparado com teor reduzido de sal (NaCl).

O desenvolvimento desse produto possibilita que ele seja processado pelos pescadores artesanais ou pelas merendeiras a partir da polpa de peixe (carne moída). Esses resultados evidenciam que a Sororoca pode ser utilizada como matéria-prima para o preparo de produtos à base de pescado com boa aceitação por crianças e adultos, portanto uma proposta válida e promissora para a alimentação escolar e que contribui para a pesca artesanal brasileira, bem como promove a Segurança Alimentar e Nutricional das crianças.

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos: À Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura e a todas as escolas de educação fundamental da rede básica de ensino do município de Matinhos/PR pelo possibilidade do espaço para a realização da pesquisa; à Colônia de Pescadores Z-4 em Matinhos/PR pela colaboração na coleta das amostras, em especial ao seu presidente o pescador artesanal e Técnico em Pesca Mario Jorge Hanek pelo apoio técnico no preparo das amostras; e ao apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Processos 143413/2011-2 e 407537/2012-0.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVAREZ-PARRILLA, E.; PUIG, A.; LLUCH, M. A. Preparation and chemical and microstructural characterization of surimi from hake (*Merluccius merluccius*) and horse mackerel (*Trachurus trachurus*). *Food Science and Technology International*, v. 3, n. 1, p. 49–60, 1 jan. 1997.

BAINY, E. M. et al. Effect of grilling and baking on physicochemical and textural properties of tilapia (*Oreochromis niloticus*) fish burger. *Journal of Food Science and Technology*, 19 out. 2014.

BERNARDON, R. et al. Construction of a methodology to train educators in food and nutrition. *Revista de Nutrição*, v. 22, n. 3, p. 389–398, 2009.

BLEIL, R. A. T.; SALAY, E.; SILVA, M. V. DA. Adesão ao Programa de Alimentação Escolar por Alunos de Instituições Públicas de Ensino no Município de Toledo, PR. *Segurança Alimentar e Nutricional*, v. 16, n. 1, p. 65–82, 2009.

BRASIL. Incentivo à Aquicultura e à Pesca. In: *Desenvolvimento sustentável com redução de desigualdades vol 2*. Brasília: Brasil, 2010a. p. 167–196.

BRASIL. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. Resolução RDC no 12, de 02 de janeiro de 2001 - Aprova o Regulamento Técnico sobre padrões microbiológicos para alimentos. *Diário Oficial da União*, jan. 2001.

BRASIL. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. Perfil nutricional dos alimentos processados: Informe Técnico. Brasília: 2010b.

BRASIL. ATOS DO PODER LEGISLATIVO. Lei n. 11.947, de 16 de junho de 2009 - Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica... . 2009, p. 2–4.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. Princípios e Diretrizes de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília: Consea, 2004.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: Documento Base. Brasília: 2007.

BRASIL. MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA. Relatório de avaliação do plano plurianual 2008-2011: Exercício 2010 Ano-Base 2009. Brasília: Ministério da Pesca e Aquicultura, 2010c.

BRASIL. MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA. SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E FOMENTO. DEPARTAMENTO DE FOMENTO DA PESCA E AQUICULTURA. COORDENAÇÃO GERAL DE COMERCIALIZAÇÃO DA PESCA E AQUICULTURA. Relatório final: Mapeamento da inclusão do pescado na alimentação escolar - 2012. Brasília: 2012.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE. DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO BÁSICA. Guia alimentar para a população brasileira. 2 ed ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE. DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO BÁSICA. COORDENAÇÃO GERAL DA POLÍTICA DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO. Uso dos formulários e registro das informações no novo sistema informatizado da vigilância alimentar e nutricional – Sisvan Web. Brasília: 2008a.

BRASIL. SECRETARIA ESPECIAL DE AQUICULTURA E PESCA. Mais Pesca e Aquicultura: Plano de Desenvolvimento Sustentável. Brasília: Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, 2008b.

BUSCH, J. L. H. C.; YONG, F. Y. S.; GOH, S. M. Sodium reduction: Optimizing product composition and structure towards increasing saltiness perception. Trends in Food Science & Technology, v. 29, n. 1, p. 21–34, jan. 2013.

CHAVES, L. G. et al. The national school food program as a promoter of regional food habits. Revista de Nutricao, v. 22, n. 6, p. 857–866, 2009.

COMAN, G. J. et al. Evaluation of crystalline amino acids, betaine and AMP as food attractants of the giant tiger prawn (*Penaeus monodon*). Comparative Biochemistry and Physiology Part A: Physiology, v. 113, n. 3, p. 247–253, mar. 1996.

CORDEIRO, S. Frequência alimentar de alunos do 1o ano do ensino fundamental da Escola Oito de Maio em Matinhos/PR. Matinhos. 43 p. Monografia (Especialização) - Serviço Social: A Questão Social, Setor Litoral, Universidade Federal do Paraná, Matinhos, 2010: Universidade Federal do Paraná, 2010.

COSTA, R. P. et al. Fish oils, phytosterols, soy, and antioxidants: impact on lipids and

atherosclerosis. Revista da Sociedade de Cardiologia do Estado de São Paulo, v. 10, n. 6, p. 819–827, 2000.

COSTA, F. F. da et al. Mudanças no consumo alimentar e atividade física de escolares de Florianópolis, SC, 2002 - 2007. Revista de Saúde Pública, v. 46, n. supl, p. 117–125, dez. 2012.

CUTCHMA, G. et al. Estado nutricional e consumo alimentar de escolares de uma escola municipal de Colomb-PR. Visão Acadêmica, v. 13, n. 2, p. 18–26, 2012.

DANELON, M. S. Estado nutricional, consumo alimentar e estilo de vida de escolares de Campinas - SP. Piracicaba: Dissertação (Mestrado em Ciência e Tecnologia de Alimentos) - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, 2007.

DOPICO, D.; TUDORAN, A.; OLSEN, S. O. Análisis de las preferencias de un nuevo producto de conveniencia a base de pescado. Revista Espanola de Estudios Agrosociales y Pesqueros, n. 225, p. 71–108, 2010.

DUNFORD, E. et al. Nutrient content of products served by leading Australian fast food chains. Appetite, v. 55, n. 3, p. 484–9, dez. 2010.

FELICIO, T. L. et al. Cheese. What is its contribution to the sodium intake of Brazilians? Appetite, v. 66, p. 84–8, jul. 2013.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS - FAO. FISHERIES AND AQUACULTURE DEPARTMENT. The state of world fisheries and aquaculture 2010. Roma: FAO, 2010.

FUNDAÇÃO PROZEE. Monitoramento da atividade pesqueira no litoral do Brasil. Brasília: 2006.

GLEAZZI, M. A. M.; VIANNA, R. P. DE T.; ZABOTTO, C. B. Aplicação das recomendações da Fundação de Assistência ao Estudante na gestão do programa de alimentação escolar — o caso de Campinas. Em Aberto, v. 15, n. 67, p. 116–123, 1995.

GARCIA, G. C. B.; GAMBARDELLA, A. M. D.; FRUTUOSO, M. F. P. Estado nutricional e consumo alimentar de adolescentes de um centro de juventude da cidade de São Paulo. Revista de Nutrição, v. 16, n. 1, p. 41–50, jan. 2003.

HAARD, N. F. Control of chemical composition and food quality attributes of cultured fish. *Food Research International*, v. 25, n. 4, p. 289–307, jan. 1992.

HAQ, M. et al. Production and quality assessment of fish burger from the grass carp, *Ctenopharyngodon idella* (Cuvier and Valenciennes, 1844) *Journal of Fisheries*, 24 dez. 2013. Disponível em: <<http://journal.bdfish.org/index.php/fisheries/article/view/3/44>>. Acesso em: 24 jun. 2014.

HE, F. J.; MACGREGOR, G. A. Reducing population salt intake worldwide: from evidence to implementation. *Progress in cardiovascular diseases*, v. 52, n. 5, p. 363–82, jan. 2010.

KÖSE, S. et al. The effect of mincing method on the quality of refrigerated whiting burgers. *International Journal of Food Science & Technology*, v. 44, n. 8, p. 1649–1660, ago. 2009.

KUHN, C. R. et al. Gel strength evaluation of surimi from brazilian weakfish (*Macrodon ancylodon*) wastes enriched with protein additives. *Boletim do Centro de Pesquisa de Processamento de Alimentos*, v. 21, n. 2, p. 239–248, 2003.

LEE, O.; CHUNG, Y.; MOON, J. Analysis of Na and Cl Contents in Children's Favorite Foods. *The Korean Journal of Nutrition*, v. 43, n. 5, p. 524, 1 out. 2010.

LEVY, R. B. et al. Consumo e comportamento alimentar entre adolescentes brasileiros: Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE), 2009. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 15, n. suppl. 2, p. 3085–3097, out. 2010.

LIBERALINO, L. C. P. Consumo de alimentos entre adolescentes de comunidades pesqueiras do Rio Grande do Norte (RN). João Pessoa. 132 p. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Nutrição, do Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011: Universidade Federal da Paraíba, 2011.

MAHMOUDZADEH, M. et al. Quality assessment of fish burgers from deep flounder (*Pseudorhombus elevatus*) and brushtooth lizardfish (*Saurida undosquamis*) during storage at -18oC. *Iranian Journal of Fisheries Sciences*, v. 9, n. 1, p. 111–126, 2010.

MALAGUIAS, A. G. Z. Segurança alimentar e nutricional em um centro educacional infantil do município de Matinhos/PR: uma aproximação à discussão. Matinhos. 31 p. Monografia (Especialização) - Serviço Social: A Questão Social, Setor Litoral,

Universidade Federal do Paraná, Matinhos, 2010: Universidade Federal do Paraná, 2010.

MALULY, H. D. B.; PAGANI, C.; CAPARELLO, K. B. Aspectos industriais e aplicação do glutamato monossódico em alimentos. In: REYS, F. G. (Ed.). Umami e glutamato: aspectos químicos, biológicos e tecnológicos. p. 515–549. 2011.

MARENGONI, N. G. et al. Centesimal, microbiological, and sensory characterization of fishburgers made with mechanically separated meat of tilapia. *Revista Brasileira de Saúde e Produção Animal*, v. 10, n. 1, p. 168–176, 2009.

MELLO, S. C. R. P. et al. Development and bacteriological, chemical and sensory characterization of fishburgers made of Tilapia minced meat and surimi. *Arquivo Brasileiro de Medicina Veterinária e Zootecnia*, v. 64, n. 5, p. 1389–1397, out. 2012.

MENEGAZZO, M. et al. Avaliação qualitativa das preparações do cardápio de centros de educação infantil. *Revista de Nutrição*, v. 24, n. 2, p. 243–251, 2011.

MIRA, N. V. M. de; LANFER-MARQUEZ, U. M. Avaliação da composição centesimal, aminoácidos e mercúrio contaminante de surimi. *Ciência e Tecnologia de Alimentos*, v. 25, n. 4, p. 665–671, dez. 2005.

MITTERER-DALTOÉ, M. L. et al. Structural equation modelling and word association as tools for a better understanding of low fish consumption. *Food Research International*, v. 52, n. 1, p. 56–63, jun. 2013.

MITTERER-DALTOÉ, M. L. et al. Are fish products healthy? Eye tracking as a new food technology tool for a better understanding of consumer perception. *LWT - Food Science and Technology*, v. 55, n. 2, p. 459–465, mar. 2014.

NETTO, J. DE P. C. et al. Formulação, análises microbiológicas, composição centesimal e aceitabilidade de empanados de jundiá (*Rhamdia quelen*), pacu (*Piaractus mesopotamicus*) e tilápia (*Oreochromis niloticus*). *Revista do Instituto Adolfo Lutz*, v. 69, n. 2, p. 181–187, 2010.

NILSON, E. A. F.; JAIME, P. C.; RESENDE, D. DE O. Initiatives developed in Brazil to reduce sodium content of processed foods. *Revista Panamericana de Salud Pública*, v. 32, n. 4, p. 287–292, out. 2012.

OLSEN, S. O. et al. Explaining intention to consume a new fish product: A cross-

generational and cross-cultural comparison. *Food Quality and Preference*, v. 19, n. 7, p. 618–627, out. 2008.

OZOGUL, Y.; UÇAR, Y. The Effects of Natural Extracts on the Quality Changes of Frozen Chub Mackerel (*Scomber japonicus*) Burgers. *Food and Bioprocess Technology*, v. 6, n. 6, p. 1550–1560, 9 fev. 2013.

PAGLIARINI, E.; GABBIADINI, N.; RATTI, S. Consumer testing with children on food combinations for school lunch. *Food Quality and Preference*, v. 16, n. 2, p. 131–138, mar. 2005.

PAIVA, J. B. de; FREITAS, M. DO C. S. DE; SANTOS, L. A. da S. Hábitos alimentares regionais no Programa Nacional de Alimentação Escolar: um estudo qualitativo em um município do sertão da Bahia, Brasil. *Revista de Nutrição*, v. 25, n. 2, p. 191–202, abr. 2012.

PIERRI, N. et al. The occupation and land use in the coast of Paraná : conditionals , conflicts and tendencies. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 13, p. 137–167, 2006.

QUADROS, D. A.; BOLINI, H. M. A. Effect of salt reduction and washing process of fish pulp on quality characteristics of Serra Spanish mackerel (*Scomberomorus brasiliensis*) fish burgers for school meals. *Journal of Food Science and Technology*, v. 52, n. 11, p. 7449–7456, 2015.

QUADROS, D. A. et al. Low-sodium fish burgers: Sensory profile and drivers of liking. *LWT - Food Science and Technology*, v. 63, n. 1, p. 236–242, 2015.

QUADROS, D. A. Desenvolvimento de alimento a base de pescado com teor reduzido de sal e qualidade sensorial para a alimentação escolar. 2015. 216 f. Tese (Doutorado em Alimentos e Nutrição, na Área de Concentração Consumo e Qualidade de Alimentos) Faculdade de Engenharia de Alimentos, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

RAMIRES, M.; ROTUNDO, M. M.; BEGOSSI, A. The use of fish in Ilhabela (São Paulo/Brazil): preferences, food taboos and medicinal indications. *Biota Neotropica*, v. 12, n. 1, p. 21–29, 2012.

RAMOS FILHO, M. M. et al. Lipid profile of four species of fish from the pantanal region of Mato Grosso do Sul. *Ciência e Tecnologia de Alimentos*, v. 28, n. 2, p. 361–365, 2008.

RECINE, E.; VASCONCELLOS, A. B. Políticas nacionais e o campo da Alimentação e Nutrição em Saúde Coletiva: cenário atual. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 16, n. 1, p. 73–79, 2011.

RODRIGUES, P. A. et al. Prevalência e fatores associados a sobrepeso e obesidade em escolares da rede pública. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 16, n. supl 1, p. 1581–1588, 2011.

RUIZ-CAPILLAS, C.; MORAL, A. Free amino acids in muscle of Norway lobster (*Nephrops norvegicus* (L.)) in controlled and modified atmospheres during chilled storage. *Food Chemistry*, v. 86, n. 1, p. 85–91, jun. 2004.

SARY, C. et al. Influence of washing tilapia minced on composition and acceptance of their products. *Revista Acadêmica: Ciências Agrárias e Ambientais*, v. 7, n. 4, p. 423–432, 2009.

SEBBEN, C. L. et al. Rendimento e avaliação sensorial de hambúrgueres de carpa (*Cyprinus carpio*) com diferentes condições de processamento e armazenagem sob congelamento. *Boletim do Centro de Pesquisa de Processamento de Alimentos*, v. 18, n. 1, p. 1–12, 2000.

SHAVIKLO, A. R.; RAFIPOUR, F. Surimi and surimi seafood from whole ungutted myctophid mince. *LWT - Food Science and Technology*, v. 54, n. 2, p. 463–468, dez. 2013.

SHAVIKLO, G. R. et al. Quality characteristics and consumer acceptance of a high fish protein puffed corn-fish snack. *Journal of food science and technology*, v. 48, n. 6, p. 668–76, dez. 2011.

SILVA, S. R. DA; FERNANDES, E. C. S. Use of white croaker (*Argyrosomus regius*) for making fishburger. *Cadernos de Pesquisa*, v. 17, n. 3, p. 67–70, 2010.

STURION, G. L. et al. Fatores condicionantes da adesão dos alunos ao Programa de Alimentação Escolar no Brasil. *Revista de Nutrição*, v. 18, n. 2, p. 167–181, 2005.

SZLINDER-RICHERT, J. et al. Marine and farmed fish on the Polish market: comparison of the nutritive value and human exposure to PCDD/Fs and other contaminants. *Chemosphere*, v. 85, n. 11, p. 1725–33, dez. 2011.

TOKUR, B. et al. Changes in the quality of fishburger produced from Tilapia (*Oreochromis niloticus*) during frozen storage (-18°C). *European Food Research and*

Technology, v. 218, n. 5, p. 420–423, 1 abr. 2004.

TOKUR, B. et al. Chemical and sensory quality changes of fish fingers, made from mirror carp (*Cyprinus carpio* L., 1758), during frozen storage (–18°C). *Food Chemistry*, v. 99, n. 2, p. 335–341, jan. 2006.

TUU, H. H. et al. The role of norms in explaining attitudes, intention and consumption of a common food (fish) in Vietnam. *Appetite*, v. 51, n. 3, p. 546–51, nov. 2008.

UÇAK, İ.; ÖZOGUL, Y.; DURMUŞ, M. The effects of rosemary extract combination with vacuum packing on the quality changes of Atlantic mackerel fish burgers. *International Journal of Food Science & Technology*, v. 46, n. 6, p. 1157–1163, 28 jun. 2011.

VANITHA, M.; DHANAPAL, K.; VIDYA SAGAR REDDY, G. Quality changes in fish burger from Catla (*Catla Catla*) during refrigerated storage. *Journal of Food Science and Technology*, 7 set. 2013.

VASCONCELLOS, J. P. et al. Individual determinants of fish choosing in open-air street markets from Santo André, SP/Brazil. *Appetite*, v. 68, p. 105–11, set. 2013.

VERBEKE, W.; VACKIER, I. Individual determinants of fish consumption: application of the theory of planned behaviour. *Appetite*, v. 44, n. 1, p. 67–82, mar. 2005.

VIANNA, R. P. DE T.; TERESO, M. J. A. Análise do Programa de Merenda Escolar em Campinas. *Revista Cadernos de Debate*, v. V, p. 46–76, 1997.

VIEIRA, M. N. C. M. et al. Gestão de um Programa de Alimentação Escolar em um Município Paulista. *Segurança Alimentar e Nutricional*, v. 15, n. 1, p. 29–48, 2008.

WORLD HEALTH ORGANIZATION; FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS; UNITED NATIONS UNIVERSITY. Protein and amino acid requirements in human nutrition: report of a joint FAO/WHO/UNU expert consultation: WHO technical report series. Geneva, Switzerland: 2002. Disponível em: <http://www.who.int/nutrition/publications/nutrientrequirements/WHO_TRS_935/en/>. Acessado em 23 jan. 2015.



Imediações do Mercado de Peixe em Matinhos. Autor: Marcelo Chemin

CIDADANIA CONDICIONADA: REFLEXÕES PRELIMINARES SOBRE POLÍTICAS SOCIAIS E FAMÍLIAS POBRES EM MATINHOS, PARANÁ

*Ilda Janete Steimetz Costa
Marisete T. Hoffmann-Horochovski*

INTRODUÇÃO

Este artigo tem por intuito refletir sobre os sentidos de cidadania construídos nas políticas de enfrentamento à pobreza no Brasil, olhando particularmente para aquelas que têm constituído as famílias como objeto de suas intervenções. Trata-se de uma reflexão vinculada a uma pesquisa de mestrado¹, cujo objetivo geral é compreender as relações que se estabelecem entre famílias e operadores das políticas sociais num bairro popular da cidade de Matinhos/PR.

O trabalho fundamenta-se em autores que tentam compreender as relações sociais e mesmo as interações das pessoas com as políticas, observando, como disse Peirano (2006, p. 136), o “Estado em ato, a nação se fazendo, o Estado no dia a dia da vida das pessoas”. Nesse sentido, considerando como parâmetro para análise certos modelos ou ideias de cidadania, questiona-se a concepção de cidadania, partindo do pressuposto que grupos distintos estabelecem sentidos e explicações igualmente distintos. A autora explica ainda que:

Conceitos como cidadania, Estado, nação, variam histórica e etnograficamente. De um lado, temos processos de formação do Estado, de construção da nação, de ampliação dos direitos. [...] De outro, vinculadas, mas não necessariamente homólogas, estão as categorias de cidadão, Estado, nação, também sofrendo processos de construção ideológica. O corolário é que ampliação dos direitos, por exemplo, desejável sob o ponto de vista da justiça social, não cria, automaticamente, indivíduos

1- A pesquisa denomina-se “Sentidos e percursos da cidadania: estudo das relações entre beneficiários e agentes operadores de políticas sociais em Matinhos/PR”, e está vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável da UFPR (PPGDTS/UFPR).

que se concebem como cidadãos, segundo o modelo clássico. [...] Isso nos leva a postular que a cidadania, tal como definida classicamente, é, do ponto de vista do indivíduo, apenas uma das formas de identidade nacional (PEIRANO, 2006, p. 134).

Para alcançar os propósitos deste texto, buscou-se num primeiro momento destacar a metodologia da pesquisa para, em seguida, dialogar com os estudos que tratam de cidadania e de políticas sociais voltadas às famílias no Brasil, contextualizando o lugar atual das políticas de combate à pobreza, especialmente o Programa Bolsa Família (PBF). Na sequência, partindo de considerações presentes na bibliografia revisada sobre o PBF, procurou-se dar atenção para as polêmicas relacionadas às condicionalidades de permanência das famílias nesse programa. Por fim, diante da constatação de ambiguidades quanto aos sentidos de cidadania em construção nas políticas atuais para famílias, objetivou-se exercitar algumas análises, com base em dados iniciais da pesquisa de campo, quanto à construção de sentidos na interação entre famílias e operadores das políticas sociais.

NOTAS METODOLÓGICAS

O presente texto faz parte do estágio inicial de uma pesquisa etnográfica. Bastante utilizada nas ciências sociais, especialmente na antropologia, a etnografia é uma metodologia de pesquisa qualitativa que se utiliza de diferentes técnicas de coleta de dados como a observação participante, as experiências de campo, os registros em diário dessas experiências, entrevistas, além de mapeamentos e levantamentos de dados relativos à realidade observada. Assim, “a etnografia é a arte e a ciência de descrever um grupo humano – suas instituições, seus comportamentos interpessoais, suas produções materiais e suas crenças” (ANGROSINO, 2009, p. 30).

Tal perspectiva metodológica envolve o desafio da entrada no campo, a aproximação dos sujeitos, a escuta e observação do cotidiano (MAGNANI, 1986; VELHO, 1981). Esses procedimentos partem do princípio de que podem existir outras lógicas e modos de vida, outras dinâmicas culturais necessárias de serem compreendidas para que uma

comunicação seja possível. E nesse processo, a escuta e a observação são fundamentais na medida em que possibilitam, de acordo com Florence Weber (2009), compreender quais são as questões relevantes para os sujeitos da pesquisa.

Ressalta-se que este estudo está sendo realizado no bairro Tabuleiro, na cidade de Matinhos, litoral paranaense. As informações que propiciaram as discussões aqui apresentadas são referentes aos primeiros três meses de trabalho de campo, com a realização de algumas entrevistas semiestruturadas com agentes operadores das políticas no bairro e com a aproximação constante às famílias. Todavia, destaca-se que: a) as entrevistas com os operadores não entraram como objeto direto desta análise, mas ajudaram a compreender a própria percepção das famílias abordadas com relação às políticas sociais; b) optou-se por utilizar dados referentes às duas famílias que permitiram até agora uma aproximação etnográfica mais avançada.

Por fim, resta dizer nessas breves notas metodológicas que não se pode falar em etnografia sem a presença do “velho e bom caderno de campo” (MAGNANI, 1997). Afinal, é o instrumento em que a experiência vivida transforma-se em narrativa e no qual é registrado o que se observa, se ouve e se sente, para posterior reflexão e análise. Para Magnani, ele é indispensável para a pesquisa, possibilitando ao pesquisador reflexões, teorizações, desabafos desde os primeiros rascunhos até as análises mais complexas e aprofundadas.

A CIDADANIA NO BRASIL

Carvalho (2001) defende que a experiência do Brasil na construção da cidadania ainda hoje parece incompleta, pois, na prática, é difícil pensarmos em cidadania plena, que pressupõe direitos civis, políticos e sociais. Em sua abordagem, Carvalho afirma que na trajetória política brasileira os direitos surgem com uma forma diversa da ordem proposta por Marshall, segundo a qual a cidadania seria constituída em uma ordem cronológica e lógica: primeiro com os direitos civis, em seguida com os direitos políticos, e na sequência com os direitos sociais. Aqui, os direitos sociais sempre foram mais enfatizados que os demais

(políticos e civis), até porque foram implantados durante período de autoritarismo, sem que a sociedade pudesse fazer uso dos direitos políticos (direito de votar e ser votado, de publicizar e defender suas opiniões políticas) e civis (direito à liberdade e à igualdade perante a lei).

O sistema de proteção social brasileiro tem seu início na década de 1930 com o Estado passando a assumir ações de regulação e manutenção de saúde, educação, previdência e políticas de habitação popular. Comprometido com o mercado e com o crescimento econômico, o Estado associou a noção de cidadania à condição de trabalhador (SILVA; YASBEK; GIOVANNI, 2008).

A ligação entre ser cidadão e ser trabalhador também é abordada por Peirano (2006), que sugere que a cidadania no Brasil foi engendrada na regulamentação do trabalho:

A cidadania no Brasil foi, assim, regulada pelo Estado, imposta pela inclusão na legislação de novas profissões e ocupações e pela ampliação dos direitos associados a ambas. Passaram, deste modo, ao status de cidadão todos aqueles que tinham sua profissão admitida por lei; consequentemente, foram considerados pré-cidadãos todos os trabalhadores urbanos não regulamentados e todos os trabalhadores da área rural (PEIRANO, 2006, p. 124).

Dessa forma, a carteira de trabalho servia como um atestado de cidadania (SILVA; YASBEK; GIOVANNI, 2008; PEIRANO, 2006), resultando que apenas uma parcela da população trabalhadora das regiões urbanas do país podia ser considerada como cidadã. Os trabalhadores, agora identificados como cidadãos, passam a ser sujeitos de direitos, embora não sejam igualmente tratados. Como sugere Peirano (2006, p. 125): “a nação existe como categoria ideológica, sendo composta de indivíduos hierarquizados que se diferenciam por sua profissão e pelo lugar que ocupam no conjunto da sociedade”.

O longo caminho, nas palavras de Carvalho (2001), da construção da cidadania no Brasil tem seu auge nos anos de 1970 e 1980. Nessas décadas houve a consolidação do sistema de proteção social, tanto como forma de compensação pela repressão militar quanto como resultado das mobilizações populares. No final da década de 1980, a

promulgação da Constituição Federal (1988) apresentou uma série dos avanços conquistados pelos movimentos sociais. No entanto, perduram as contradições que resultam da disputa entre forças conservadoras e progressistas, como por exemplo, a focalização versus universalização das políticas sociais (BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

Na década de 1990, as políticas sociais sofreram um importante impacto quando o Brasil, alinhado com a agenda liberal internacional, passa a implementar uma reforma do Estado fazendo cortes significativos na área social. Cortes que, obviamente, interferiram na implementação dos direitos assegurados na Constituição Federal. Todavia, no final dos anos noventa houve uma retomada das preocupações sociais com implantação de diversos programas e, na década seguinte, a criação de uma ação mais articulada de combate à pobreza com o Programa Bolsa Família.

A CENTRALIDADE DAS FAMÍLIAS NAS POLÍTICAS SOCIAIS

As Políticas Públicas, conforme Höfling (2001), podem ser compreendidas como o “Estado em ação”, ou seja, a forma como o Estado se apresenta, se torna visível na vida da sociedade como um todo ou direcionada as parcelas dessas sociedades, tanto no campo econômico quanto social. Quanto às políticas sociais, Höfling (2001, p.31) afirma que são: “ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando à diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico”.

As políticas públicas sociais seriam, então, aquelas voltadas para a garantia de condições básicas de vida, assegurando um padrão mínimo de proteção social através da redistribuição de benefícios sociais. Seu objetivo é atender às necessidades básicas dos sujeitos como, por exemplo, a educação, a saúde e a assistência social, que serão as políticas priorizadas neste trabalho para reflexão.

Dito isso, é fundamental destacar o lugar de centralidade que a família tem ocupado nas políticas sociais de enfrentamento à pobreza no Brasil (SILVA; YASBEK; GIOVANNI, 2008). É importante dizer, contudo,

que as análises sobre essa centralidade recorrem a comparações com processos históricos diferentes, a fim de compreender particularidades de nossa realidade.

Fonseca (2005) analisa a relação entre Estado e famílias pobres, destacando as especificidades da família na realidade brasileira, distintas do padrão hegemônico ocidental. Para Fonseca, essa distinção estaria relacionada a diferenças entre os processos de normatização social em países europeus e no Brasil. Enquanto na França, por exemplo, as políticas de disciplinamento social vieram associadas a ganhos nas condições de vida das populações (DONZELOT, 1986), no Brasil tais processos foram historicamente mal articulados e as políticas higienistas e as moralidades oficiais das instituições tiveram alcances parciais entre certos seguimentos populacionais² (FONSECA, 2005).

As análises, apoiadas em abordagens históricas e antropológicas sobre as relações familiares, problematizam a definição de família a partir de um modelo preestabelecido, especialmente para cientistas sociais que têm pesquisado grupos populares (FONSECA, 2000, 2005; SARTI, 1996). O esforço desses estudos não é apenas no sentido de compreender as relações familiares no contexto de desigualdade, mas também a desconstrução e a problematização de interpretações depreciativas que são associadas a relações familiares encontradas nessas circunstâncias. Nesse sentido, destacam uma diversidade de arranjos familiares e defendem a necessidade de que as investigações diferenciem a família da unidade doméstica, associação naturalizada em levantamentos censitários (FONSECA, 2000). Também apontam a necessidade de compreendê-la para além dos laços consanguíneos e das formas previstas nas leis. Levando em conta esses elementos, Fonseca (2005, p. 54) expressa que:

preferimos falar de dinâmicas e relações familiares, do que um modelo ou unidade familiar. Assim, definimos o laço familiar como uma relação marcada pela identificação estreita e duradoura entre determinadas pessoas que reconhecem entre elas direitos e obrigações mútuos. Essa identificação pode ter origem em fatos alheios à vontade da pessoa (laços biológicos, territoriais), em alianças

2- Para Fonseca (2005) a persistência de modelos de família diversas do considerado adequado pelas elites está ligado ao pouco alcance das ações estatais e religiosas, calcadas por teor moralizante e disciplinador, criminalizando condutas e determinando responsabilidades familiares por questões sociais mais amplas.

conscientes e desejadas (casamento, compadrio, adoção) ou em atividades realizadas em comum (compartilhar o cuidado de uma criança ou de um ancião, por exemplo).

No cenário atual, diferentes autores apontam que a família retoma lugar central nas políticas de proteção social como uma unidade protetiva, redistributiva economicamente e capaz de construir novos sujeitos, dotados de valores adequados à nova sociedade.

Schuch (2013), ao discutir “como a família funciona em políticas de intervenção social”, defende que:

os processos de redemocratização do Brasil devem ser pensados a partir de dois processos correlatos: de um lado a ênfase na retórica dos direitos como instrumentos para a “modernização”, desenvolvimento social e consolidação da democracia; de outro lado a tentativa de criação de “sensibilidades modernas” e novos tipos de pessoa, nos quais os valores de individualidade, autonomia e autorresponsabilidade são enfatizados (SCHUCH, 2013, p. 310).

A autora percebe que as transformações ocorridas em torno da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) na década de 1990 não se referem apenas a alterações nos princípios que regem as leis, mas “compreendem a gestão de sensibilidades sociais e subjetivas” (SCHUCH, 2013, p. 310). Busca-se então desenvolver formas de governo das sensibilidades, dos desejos, das atribuições dos sujeitos, ampliando o processo civilizador, percebendo a família como espaço privilegiado de formação para o indivíduo adulto e forjando a construção de “sujeitos de direitos”.

O lugar da família passa a ser tanto o foco de intervenção quanto o instrumento para forjar novas práticas e valores, cabendo às instituições o papel de definir quais as relações adequadas à vida em sociedade. Como aponta Guita Debert (2006, p. 43): “a tentativa está em precisar quais são os direitos e deveres dos pais, dos filhos e de cônjuges, companheiros e vizinhos, judicializando áreas que não podem ser abandonadas à criatividade social”.

Embora tais análises chamem atenção para o fato que o foco na família se revela como uma estratégia civilizatória, normativa, estudos têm demonstrado que as famílias não têm uma posição passiva, submissa

ou acrítica frente a essas investidas estatais. Apontam, inclusive, que elas têm dado diferentes sentidos, ressignificando os discursos e demandas a elas dirigidos, articulando antigas e novas práticas, valores e moralidades (SCHUCH, 2013; FONSECA, 2005; RABELO, 2011; PIRES; JARDIM, 2014).

POLÍTICAS DE ENFRENTAMENTO À POBREZA: O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

No contexto brasileiro de políticas de enfrentamento à pobreza, destaca-se o Programa Bolsa Família, que se articula no âmbito federal com as políticas de saúde, assistência social e educação, conforme o disposto nos documentos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome:

O Bolsa Família possui três eixos principais: a transferência de renda promove o alívio imediato da pobreza; as condicionalidades reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social; e as ações e programas complementares objetivam o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários consigam superar a situação de vulnerabilidade (BRASIL, 2014).

Embora pensado em nível federal de forma articulada, a implementação municipal de políticas sociais – que ao longo do tempo se construíram apartadas – é um grande desafio e coloca-se de forma particular em cada lugar, pois estes se apresentam em momentos distintos de organização e de formatação da sua rede de políticas. De qualquer forma, a proposta de um programa de transferência de renda com uma ampliação considerável da população beneficiária no país recoloca de forma inquestionável a família como foco de ação do Estado.

Muitos estudos têm sido feitos sobre o programa, apontando seus progressos, contradições e analisando sua efetividade, como a capacidade de reduzir ou não a desigualdade na sociedade brasileira. No caso específico deste artigo, e seguindo a linha de argumentos apontados até aqui, procura-se refletir sobre o lugar da família nessa política, evitando entrar num debate sobre avaliação da política de

combate à miséria que está em vigor.

O PBF foi criado em 2003, voltado às famílias em situação de pobreza e extrema pobreza (identificadas pela renda per capita de até R\$ 70,00), envolvendo ações articuladas entre as políticas de educação, saúde e assistência social. Como já dito, objetiva superar a extrema pobreza através da garantia de renda, inclusão produtiva e acesso aos serviços públicos. A família beneficiada, para que tenha como garantidos os repasses de benefícios complementares de sua renda, precisa cumprir as condicionalidades estabelecidas pelo programa. Conforme citação do portal do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), no que diz respeito à área da educação, as condicionalidades buscam:

garantir que as crianças e adolescentes em situação de pobreza estejam matriculados e frequentando a escola, o que é um direito social. Para isso, é feito o acompanhamento mês a mês da frequência escolar de cada um desses estudantes, procurando identificar o que está dificultando o acesso dessas crianças à escola [...] Para garantir o recebimento do benefício do PBF, as crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos devem ter no mínimo 85% de frequência escolar mensal, enquanto os jovens de 16 e 17 anos devem ter 75% (BRASIL, 2015).

Na área da saúde, o programa busca contribuir para o desenvolvimento saudável das crianças, com acompanhamento da vacinação, do peso e altura das menores de sete anos. Além disso, acompanha o pré-natal das gestantes e orienta as mulheres em fase de amamentação.

Quanto às condicionalidades que, em última análise, são a contrapartida da família para continuar recebendo o benefício, concentram-se alguns questionamentos que interessam aos propósitos deste trabalho. Embora essas condicionalidades sejam defendidas como necessárias para a superação das condições de extrema pobreza, questiona-se como tais serviços são ofertados à população e como se percebem e se efetivam para serem capazes de romper o ciclo da pobreza e desigualdade no nosso país.

Alguns autores entendem ainda que as condicionalidades deveriam ser impostas ao Estado e não às famílias (SILVA apud PIRES; JARDIM, 2014). Para Pires e Jardim (2014), a lógica das

condicionalidades questiona inclusive o papel do PBF no que se refere a produção de cidadania, na medida em que exige como contrapartidas para o provimento dos benefícios o acesso à educação e à saúde, serviços considerados direitos básicos garantidos na própria Constituição antes de serem obrigаторiedades do programa. Assim, a escolha por esse modelo de política social está atrelada a um discurso e práticas convergentes com agências internacionais como o Banco Mundial:

Os agentes nacionais dos programas de transferência condicionada de renda (não apenas no Brasil) e também atores internacionais, como o Banco Mundial, tem insistido na ideia de “corresponsabilidade”. De um lado, o Estado tem por obrigação prover os serviços básicos, com qualidade e boa cobertura; de outro, as famílias têm o dever de acessá-los. Com a ênfase na corresponsabilidade espera-se retirar o teor negativo de punição normalmente associado às condicionalidades (PIRES; JARDIM, 2014, p. 102).

Uma problematização que ilustra os questionamentos quanto ao sentido das condicionalidades refere-se à frequência escolar mínima das crianças estabelecidas em 85% de presença nos dias letivos. Acontece que a própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) prevê a obrigatoriedade de no mínimo 75% de frequência para que seja considerada a aprovação dos estudantes. Nesse sentido, questiona-se: em que base se assenta a necessidade, imposta pelo PBF, de que as crianças oriundas de camadas mais pobres (ou de extrema pobreza) a quem o programa se destina tenham de estar na escola por um tempo superior ao que a LDB determina como frequência obrigatória?

A resposta estaria em duas suposições relacionadas à condição de pobreza dessa população. Uma delas diz respeito ao papel da escola na ampliação das possibilidades dos sujeitos romperem com “o ciclo da pobreza”. Associada a esta existiria ainda uma outra suposição: de que as famílias pobres não utilizam os serviços por vontade própria, precisando que o Estado construa formas de motivação para estimular o acesso.

Na bibliografia sobre o tema já constatava que, em relação à escolarização das camadas populares no Brasil, mesmo com o acesso à escola quase universalizado, o impacto dessa escolarização não vinha atendendo às expectativas de mudanças sociais (BARBOSA, 2007).

Além disso, estudos também registram a presença constante nas falas das famílias pobres quanto ao lugar da escola na vida das suas crianças, muitas vezes referindo com orgulho o fato de seus pequenos estarem frequentando a escola (PIRES; JARDIM, 2014). Da mesma forma, a noção de que as famílias não acessam os serviços não tem se mostrado verdadeira em estudos como de Pires e Jardim (2014), que observaram que mesmo avaliando negativamente os serviços de saúde e educação oferecidos, a população não deixa de utilizá-los.

As questões até aqui levantadas pretendem apontar que as políticas sociais voltadas para as famílias estão atravessadas por ambiguidades quanto ao sentido de cidadania que expressam em seu desenvolvimento. Optou-se, então, por caracterizar essa relação como uma cidadania condicionada, na medida em que o acesso a serviços considerados direitos universais (educação, saúde e alimentação) são revertidos em condicionantes para o acesso ao benefício de renda. Para explorar essas ambiguidades, sem que se simplifique a análise, buscamos dar atenção à trajetória de sujeitos atendidos em políticas sociais no bairro Tabuleiro, na cidade de Matinhos, litoral do Paraná.

O CASO DE MATINHOS/PR: CONTRIBUIÇÕES INICIAIS DO CAMPO

Matinhos tem uma população estimada pelo IBGE (2015) de 32.148 habitantes e têm registrado uma das maiores taxas de crescimento populacional das últimas décadas entre as sete cidades que formam a região litorânea do Paraná (POLIDORO; DESCHAMPS, 2013).

Dados iniciais da pesquisa de campo no bairro Tabuleiro apontam para uma população pobre, formada em grande parte por pessoas oriundas de outras localidades que chegam em busca de trabalho e melhores condições de vida. Essas pessoas encontram, no entanto, uma cidade com oferta de trabalho reduzido na maior parte do ano, mas que no verão tem uma substancial ampliação para atender aos turistas durante as festas de Natal, Ano Novo e Carnaval, bem como a temporada de praia. Embora os postos de trabalho aumentem significativamente no período da temporada de verão, a maioria das relações de trabalho e salários se mantém precária.

Esse cenário permite destacar algumas características com impacto importante sobre nosso objeto de estudo. Um desses é o perfil migrante das famílias pesquisadas, que se apresenta em nossos dados etnográficos por relatos como: “não deu certo em outros lugares”, “vim tentar a vida”, “vim para trabalhar”. Tal situação se traduz no fato de que todos os sujeitos contatados na pesquisa não nasceram na região e expressam a ideia de que estão na cidade para um novo começo. Ressalta-se que a naturalidade não constituiu um critério de seleção dos pesquisados.

Outra característica a ser observada sobre o contexto empírico da pesquisa é o estágio em que as políticas sociais se encontram na cidade. Embora existam Conselhos Municipais e as estruturas administrativas e de serviços estejam de acordo com os desenhos recentes das respectivas políticas (SUS, Suas, Educação), o padrão de gestão em vigor na administração municipal se sustenta em concepções pouco favoráveis à participação social e promoção da cidadania. Essa realidade é expressa entre os beneficiários dos serviços públicos através da naturalização da instabilidade da oferta e do não reconhecimento do direito aos serviços.

Voltando o olhar aos sujeitos da pesquisa, integrantes de famílias que são atendidas em programas sociais, buscamos pistas sobre como as famílias significam seu acesso a programas sociais vigentes, levando em conta as particularidades do contexto no qual a pesquisa foi desenvolvida. Para isso, apresentamos dois depoimentos coletados durante o trabalho de campo, atentando para como essas famílias percebem e narram suas experiências.

A..(60 anos), matriarca de uma das famílias, vive numa velha casa de madeira com o marido e um filho, que é dependente químico. Sobre sua experiência, relata que cuidou de dois dos seus netos quando pequenos e que, naquela época, teve diversas dificuldades econômicas para manter as crianças. Por essa razão, procurou a assistente social e, por seu intermédio, ingressou no Programa Bolsa Família. Sobre isso, A. afirma que: “consegui o Bolsa Família porque as crianças estavam na escola, tudo certinho; a assistente social já me conhecia de um problema que tive com uma das minhas filhas. Ela sabia que eu cuidava bem deles”.

M. A. (38 anos) mora em uma casa de alvenaria sem reboco e piso, com três dos quatro filhos e o marido, que trabalha como ajudante em

empresa prestadora de serviços para a prefeitura da cidade, consertando o calçamento das ruas. Conta que recebe o Benefício de Prestação Continuada (BPC) para uma de suas filhas, que possui deficiência, o que contribui para o sustento da família. O benefício foi encaminhado também com a “ajuda” do Conselho Tutelar (CT) e da assistente social do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Ao ser questionada sobre a participação dos filhos no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), M. A. informa que o Conselho Tutelar encaminhou seus outros dois filhos quando eles estavam cuidando de carros. “Foi assim que consegui escola pras crianças no Complexo (escola municipal do bairro) e na APAE”.

As duas famílias citadas, de A. e M. A., possuem uma condição socioeconômica semelhante e têm se relacionado com alguns programas sociais, como o PETI e PBF, ao longo de sua trajetória. Para ambas, essa participação nos programas sociais tem um sentido de conquista, de merecimento. Embora A. reconheça as dificuldades pelas quais passava quando de seu ingresso no Programa Bolsa Família, considera que a conquista da bolsa foi reconhecimento por “cuidar bem” dos netos, “tudo certinho”.

É interessante refletir que a concepção de uma cidadania calcada num sujeito imbuído do direito de ter acesso a serviços e políticas sociais parece ser subvertida pela noção de merecimento. Da mesma forma, uma subversão da perspectiva das políticas de promoção de direitos vigentes pode ser verificada também na narrativa de M. A. Apesar da condição socioeconômica que levou os filhos ao trabalho precoce, não faz nenhuma referência a ele. O próprio Conselho Tutelar não é referido enquanto interventor, mas apenas como facilitador do acesso aos programas.

Assim, o trabalho infantil, percebido pelas instituições como um sintoma ou uma situação que precisa ser modificada, pode ser visto pela família de forma diferente. Cabe destacar que o acesso aos serviços e programas é inserido pelos sujeitos numa narrativa de trajetórias individuais, de buscas de alternativas de mudança na vida das famílias. Os serviços e programas não são apresentados como direitos sociais, mas antes como parte das estratégias individuais de instalação e sobrevivência na cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

AMBIGUIDADES DA CIDADANIA CONDICIONADA

Ao utilizar a noção de cidadania condicionada não buscamos aqui caracterizar um tipo de cidadania, no sentido de adotar classificações que tenderiam a hierarquizar as diferentes sociedades entre aquelas com estágios avançados ou completos e aquelas em estágios incompletos e atrasados em relação a certos modelos de cidadania (PEIRANO, 2006; SCHUCH, 2005). Pelo contrário. A intenção é tentar caracterizar uma relação em construção através de determinadas políticas no cenário atual, no qual as políticas voltadas para a família pobre, em especial o Bolsa Família, apresentam-se como exemplo.

Nesse sentido, parece importante que essa relação de condicionamento do acesso a direitos seja compreendida para além da interação direta entre operadores e beneficiários. Não seriam apenas as concepções preconizadas por gestores nacionais e internacionais, mas também as pressões de diferentes atores e segmentos sociais que questionam políticas de enfrentamento à pobreza, reforçando uma posição do discurso governamental de justificativa pública através da contrapartida das famílias.

Assim, seja por seu conteúdo normativo, pelos documentos oficiais ou pelo tipo de crítica que prevalece a respeito do PBF, este parece traduzir muitas das ambiguidades que marcam o cenário em que a promoção da cidadania para famílias pobres se encontra. Portanto, os processos de ampliação de direitos, os programas de combate à pobreza extrema, as propostas de revisão de direitos conquistados compõem um cenário de disputas que nos instigam a pensar sobre os percursos da cidadania no Brasil.

No caso específico de Matinhos, um desafio é pensar como as trajetórias desses sujeitos, marcadas por seguidos recomeços, interferem (ou não) na apropriação e significação dos espaços e serviços públicos a eles dirigidos. A transitoriedade pela cidade ou a migração recente para a região parece implicar em menor envolvimento associativo e comunitário dos sujeitos. Embora possam se vincular a espaços de sociabilidade como as igrejas ou centros religiosos, isso não repercute

em experiências coletivas de participação social e política.

Na medida em que o próprio acesso a políticas e direitos insere-se nas narrativas como parte das buscas individuais, poderia também traduzir-se numa experiência de cidadania? Nesse sentido, permanece tal reflexão em aberto para o desenvolvimento desta pesquisa, buscando reconhecer quais percursos são possíveis para a cidadania de sujeitos cuja fixação na cidade é uma contínua aposta individual.

Por fim, acredita-se que abordagens dispostas a investigar como são mediadas, negociadas e significadas as experiências de interação de beneficiários com as políticas podem contribuir para pensar a cidadania para além dos modelos, espaços e formas preestabelecidas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANGROSINO, M. Etnografia e observação participante. Porto Alegre: Artmed, 2009.

BARBOSA, M. C. S. Culturas escolares, culturas de infância e culturas familiares: as socializações e a escolarização no entretecer destas culturas. Educ. Soc., Campinas, v. 28, n. 100 – Especial, p. 1059-1083, out. 2007.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2014.

CARVALHO, J. M. de. Cidadania no Brasil: o longo caminho. Rio de Janeiro: Record, 2001.

DEBERT, G. G. Conflitos éticos nas Delegacias de Defesa à Mulher. In: DEBERT, G. G.; GREGORI, M. F.; PISCITELLI, Adriana Gracia (Orgs.). Gênero e distribuição da Justiça: as delegacias de defesa da mulher e a construção das diferenças. Campinas: Pagu/Unicamp, 2006.

DONZELOT, J. A polícia das famílias. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

FONSECA, C. Família, fofoca e honra: etnografia das relações de gênero e violência em grupos populares. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

_____. Concepções de família e práticas de intervenção: uma contribuição antropológica. Saúde e Sociedade, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 50-59, maio/ago. 2005.

LITORAL DO PARANÁ: TERRITÓRIO E PERSPECTIVAS

HÖFLING, E. Estado e políticas (públicas) sociais. Cadernos Cedes, Campinas, Papirus, n. 55, p. 30-41, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico de 2010. Rio de Janeiro, 2010.

MAGNANI, J. G. C. Discurso e representação ou de como os baloma de Kiriwana podem reencarnar-se nas atuais pesquisas. In: CARDOSO, R. C. A aventura antropológica. Teoria e pesquisa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

_____. O velho e bom caderno de campo. Revista Sexta Feira, n. 1, p. 8-12, maio 1997.

MEDEIROS, M. A importância de se conhecer melhor as famílias para a elaboração de políticas sociais na América Latina. Planejamento e políticas públicas, n. 22, dez. 2000.

PEIRANO, M. A teoria vivida e outros ensaios de antropologia. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2006.

PIRES, F. F.; JARDIM, G. A. da S. Geração Bolsa Família: escolarização, trabalho infantil e consumo na casa sertaneja (Catingueira/PB). RBCS Vol. 29 n 85, junho/ 2014.

POLIDORO, M; DESCHAMPS, V. Segundas residências e urbanização no litoral do Paraná. Curitiba, Rev. Paranaense de Desenvolvimento, v.34, n.125, p.213-235, jul./ dez. 2013.

RABELO, M M. Redistribuição e reconhecimento de cidadania através do Programa Bolsa Família. A voz das beneficiárias. Tese de doutorado. PPG Sociologia- UFRGS. Porto Alegre, 2011.

SARTI, C. A família como espelho. Campinas. Editora Autores Associados, 1996.
SCHUCH, P. Como a família funciona em políticas de intervenção social? Civitas, Porto Alegre, V. 13, n. 2, p. 309-325, 2013.

SILVA, M. O. S., YAZBEK, M. C.; GIOVANNI, G. di. A Política Social Brasileira no Século XXI – A Prevalência dos programas de transferência de renda. São Paulo, Cortez: 2008.

VELHO, G. Observando o familiar. In: Individualismo e cultura: notas para uma

antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981.

WEBER, F. Trabalho fora do trabalho: uma etnografia das percepções. Rio de Janeiro: Gramound, 2009.



Morretes. Autor: Marcelo Chemin

PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL A PARTIR DO MODO DE VIDA DO CAMPO E TRAÇOS DE IDENTIDADE: RELATOS DE UMA EXPERIÊNCIA NA MICROBACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SAGRADO, MORRETES, PARANÁ

*Cristiane Mansur de Moraes Souza
Carlos Alberto Cioce Sampaio
Samara Braun
Edinan Cardoso Dourado*

INTRODUÇÃO

Este artigo reflete sobre a implementação do Programa de Extensão Rural (FURB, 2011-2012) intitulado “Fortalecimento dos modos de vida das populações locais nas comunidades do sudoeste da microbacia hidrográfica do Rio Sagrado, Morretes (PR)”. O referido programa esteve em curso no contexto da Zona de Educação para o Ecodesenvolvimento (ZEE), um espaço de experimentações práticas e pedagógicas que coadunam com a perspectiva inter-rumo à transdisciplinaridade, propondo pressupostos que remetem ao pensamento ético e epistemológico sobre a indissociabilidade entre sistemas culturais e ecológicos que possam subsidiar um conceito vigoroso de desenvolvimento. Nesse contexto, prioriza-se a constituição de uma rede de pesquisadores, bolsistas de extensão e iniciação científica com formação em arquitetura e urbanismo, geografia, biologia, geologia, administração e desenvolvimento regional da Universidade Regional de Blumenau e da Universidade Federal do Paraná, e também de membros comunitários. No referido programa de extensão, os projetos de pesquisa-ação são desenvolvidos como atividades extensionistas que se integram em um processo simultaneamente social, educativo, cultural e científico. O conhecimento, inclusive tácito, inerente à comunidade é captado por meio da convivência entre os pesquisadores e a própria comunidade, possibilitando publicações, monografias e dissertações,

retroalimentando o processo de concepção e realização de novos projetos. Se a própria Constituição Federal de 1998, em seu Artigo 207, preceitua que as universidades “(...) obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”, esse programa procura articular essas três dimensões em busca da renovação contínua dos vínculos entre as universidades e a comunidade (BRAND; MARINHO, 2011, p. 127).

O desenvolvimento das comunidades passa a ser representado como desafio de gestão organizacional e de manejo (superando perspectiva economicista tecnocrática) dos recursos naturais, no qual se apresentam experimentações criativas voltadas ao aprimoramento dessa capacidade latente que possuem de interpretar seus próprios problemas, sua base de recursos naturais, suas necessidades de aspirações e de dar forma ao projeto, de tentar responder a tais desafios minimizando custos sociais e ecológicos correspondentes (SAUVÉ, 1996, p. 93; BILLAZ et al., 1996, p. 8).

Parte-se do pressuposto de que o desenvolvimento territorial é o resultado de ação coletiva intencional, composta por atores locais, no qual se compartilha modos de vida com a intenção de estabelecer arranjos institucionais e produtivos, regulando práticas sociais (PIRES; MULLER; VERDI, 2006, p. 437).

O referido programa dá continuidade ao Programa de Extensão Diagnóstico Socioambiental Participativo, desenvolvido pela mesma equipe em 2009/2010, que identificou uma realidade de conflitos entre uso do solo e legislação ambiental e eminentes riscos de catástrofes ambientais na região. Diante desse quadro se apresentam as questões norteadoras: (i) Como estimular a formação em projetos de ação coletivos para a gestão territorial participativa de Rio Sagrado? (ii) Como estimular a formação de jovens de maneira a qualificá-los para melhor decidirem sobre o que desejam ser como membros comunitários que participam da gestão territorial participativa da comunidade do Rio Sagrado? Dentre os objetivos específicos do programa destacam-se: (1) dar continuidade à análise socioambiental participativa, definindo zonas de vulnerabilidade ambiental à ocupação humana; (2) dar continuidade à sensibilização comunitária sobre a problemática socioambiental local, por meio de oficinas de extensão rural, direcionadas para as necessidades locais.

MARCO TEÓRICO

Como resultado dos compromissos firmados durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento no Rio de Janeiro, em 1992, avolumam-se reformas institucionais e regulamentações jurídicas, ao mesmo tempo em que se adensam redes transnacionais de movimentos ambientalistas (SCHERER-WARREN, 1999, p. 67). No entanto, existem evidências de que a preocupação com as questões ligadas à degradação ecossistêmica no cenário internacional vem aumentando nos últimos tempos e também os desastres naturais estão ocorrendo com maior frequência. Para combater esse quadro, alicerça-se entre os documentos brasileiros preparatórios para a Rio +20 – Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, especificamente o documento sobre desafios emergentes do desenvolvimento sustentável. Nesse item, o tópico de Cultura indica que “cabe ao Estado e à sociedade civil organizada desenvolver ações abrangentes e colaborativas que visem ao fortalecimento da dimensão cultural do desenvolvimento, levando em consideração a construção de sociedades mais justas e conscientes”. Este afirma que para atingir esse objetivo é preciso combinar políticas de cultura, meio ambiente, educação, saúde, infraestrutura, planejamento territorial, entre outros.

Considerando-se o caso brasileiro, parece existir certo consenso entre especialistas quanto à evolução progressiva da consciência ambiental de alguns setores da população, incluindo-se nisso uma percepção mais clara das transformações que vêm sendo processadas na estrutura e dinâmica do sistema político (CRESPO, 2001, p. 38).

No entanto, iniciativas vêm sendo tomadas pelos Estados-nações em nome da política ambiental preventiva e proativa e estas têm se mostrado, até o momento, ambíguas e fragmentadas. As referidas iniciativas têm sido diagnosticadas como pouco capazes de fazer justiça à complexidade incrustada na busca coordenada de redução de desigualdades no interior de cada país e entre países.

Sendo impasses de permitir a consolidação de novos arranjos institucionais para um controle democrático dos riscos da evolução técnica e internalização de relação de simbiose autêntica e duradoura com a natureza (MEC, 2012, p. 3).

Neste contexto, o conceito de ecodesenvolvimento - termo cunhado no início da década de 1970 para designar uma modalidade política e ambiental simultaneamente preventiva e proativa – afirma que é preciso considerar os problemas de recursos, ambiente, população e desenvolvimento de forma unificada (SACHS, 1997, p. 213). O termo é baseado em um questionamento ético dos padrões comportamentais que estão respondendo pelo agravamento da crise socioambiental e inclui formulação de estratégias de longo prazo de ação coletiva.

Em suma, o conceito de ecodesenvolvimento é um estilo de desenvolvimento em que a ecorregião persiste na busca de soluções específicas para seus problemas particulares. Tal conceito inclui uma abordagem de desenvolvimento humano multidimensional, com especificidades da realidade e anseios locais, que necessitam de respostas para a aprendizagem interativa construída e refletida pela coletividade, baseado em capacidades sociais e na identidade cultural, agindo interativamente e de forma negociada.

Especificamente, o Capítulo 36 da Agenda 21, “Promovendo a Educação, Consciência e Treinamento do Público”, tem entre seus objetivos o de “educar, promover a consciência do público e treinar em todas as áreas necessárias para implementação da Agenda 21”. Entre as ações propostas estão: tomada de consciência sobre meio ambiente e desenvolvimento em escala global; incentivar escolas e planejar programas de trabalho ambiental; e treinar, por exemplo, agências de auxílio para fortalecer o componente de capacitação.

Nesse sentido, o processo de educação-extensão que se preconiza é pensado a partir do cotidiano de cada localidade, inspirado no esforço de educação para o ecodesenvolvimento, na identificação de problemas e proposição de soluções, estimulando competências e autonomia local (SAUVÉ, 2001, p. 32). O marco teórico caracterizado na metodologia propõe a aprendizagem e o compartilhamento entre conhecimentos tradicionais e científicos, a partir do desenvolvimento de projetos locais, sendo estratégia particularmente apropriada na educação para o ecodesenvolvimento (SAUVÉ, 1996, p. 89).

A estratégia pedagógica de comunidade de aprendizagem faz parte da metodologia e parte do princípio de que a aprendizagem se constrói nas relações sociais, de preferência através da participação e da realização

de ação conjunta, visando atender objetivos definidos coletivamente. Essa comunidade de aprendizagem proposta propicia participação cada vez maior de novos atores locais, em que cada participante colabora com sua percepção em relação ao meio, criando uma dinâmica que evolui através do diálogo de saberes, ideias e experiências, e que cria condições favoráveis à complementaridade e sinergia das contribuições de cada um.

É nesse contexto que se inscreve esse programa na Zona de Educação para o Ecodesenvolvimento (ZEE) do Rio Sagrado. Entendendo que educação para o ecodesenvolvimento conflui para “contribuir para a conservação da biodiversidade, para a autorrealização individual e comunitária e para a autogestão política e econômica, através de processos educativos/participativos que promovam a melhoria do meio ambiente e da qualidade de vida” (SORRENTINO, 1998, p. 30). Seus temas e objetivos envolvem aspectos geográficos, culturais, econômicos e ambientais.

BREVE CARACTERIZAÇÃO DA MICROBACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SAGRADO

A microbacia hidrográfica do Rio Sagrado, área rural do município de Morretes (PR), está localizada na região litorâneo estado do Paraná, sendo composta pelas comunidades do Rio Sagrado de Cima, Canhembora, Brejumirim, Candonga, Bom Jardim, Pitinga, Sambaqui e Zoador (Figura 1). Parte da localidade pertence à Área de Preservação Ambiental (APA) de Guaratuba, uma Unidade de Conservação (UC) estadual de uso sustentável instituída pelo Decreto Estadual nº 1.234, de 27/03/92. A APA faz parte da Reserva da Biosfera de Floresta Atlântica (ReBIO), sendo esta uma das áreas da floresta atlântica contínuas mais preservadas do país (IPARDES, 2007). Em relação aos aspectos socioeconômicos, Keller Alves (2006) aponta que o local concentra 520 famílias. Destas, cerca de 270 famílias são consideradas residentes e 250 nãoresidentes (proprietários de chácaras ou sítios de lazer).

Por estar inserida nos domínios da Serra do Mar, a microbacia é caracterizada por grande variação altimétrica, variando de poucos

metros em relação ao nível do mar a 1350m, conformando condições propícias à formação de chuvas orográficas no decorrer do ano e contribuindo para a umidade elevada. Geologicamente, na região do Rio Sagrado predominam rochas de idade do Proterozóico inferior formadas pelo batólito granitóide e Complexo Gnáissico Migmatítico Costeiro, constituindo substrato da Serra do Mar. O relevo da Serra do Mar é acidentado, enquanto os granitos formam espigões alongados de maiores altitudes, e rochas gnáissicas-migmatíticas formam as partes mais baixas da serra (LARA PIRES; BLUM, 2005). Nas cotas inferiores, encontram-se planícies formadas por sedimentos constituídos por areias, argilas e cascalhos depositados pelas cheias.

METODOLOGIA

A metodologia adotada no programa de extensão consiste em pesquisa-ação participativa, com equipe constituída por pesquisadores/ professores, estudantes de pós-graduação e graduação (iniciação científica) e membros da comunidade local. A pesquisa-ação participativa envolve atores das populações locais, possibilitando a colaboração, conscientização e condução das pesquisas e análises da realidade e problemática local (SEIXAS, 2005). A pesquisa-ação encontra-se interconectada com a ecopedagogia (GUTIERREZ; PRADO, 1999, p. 127), na qual os próprios membros comunitários são educandos e educados em processo de ensino-aprendizagem colaborativo na identificação de problemas comuns que dizem respeito ao território (MCARTHUR apud SEIXAS, 2005, p. 100).

Essa conscientização comunitária sobre a relevância da questão ambiental na área de estudo torna-se possível a partir da implementação da Zona de Educação para o Ecodesenvolvimento (ZEE), proposta que possibilita o engajamento da comunidade nos diversos trabalhos de equipes interdisciplinares em torno de um objetivo comum.

Desenvolveu-se a interação entre conhecimento científico – processo interdisciplinar com base cartográfica, pesquisas e interpretações/ leitura dos dados levantados e sabedoria tradicional – através de oficinas, conversas e transectos geoambientais, em que a

comunidade desempenhou o papel principal na construção de saberes, definindo aspectos importantes e colaborando como facilitadores, coordenando e fornecendo meios para o trabalho.

CONHECIMENTO CIENTÍFICO

DESENVOLVIMENTO DA CARTOGRAFIA TEMÁTICA

A cartografia temática foi complementada a partir da cartografia elaborada pelo projeto de iniciação científica FURB (411/2008) “Análise Socioambiental Participativa das localidades da microbacia hidrográfica do Rio Sagrado, Morretes (PR)”.O material foi elaborado a partir de uma metodologia híbrida que serviu como base para as ações do programa de extensão e para os projetos de iniciação científica vinculados.

Também foi construída uma maquete física da microbacia, que serviu de apoio visual, proporcionando a espacialização e visualização do território de forma a promover uma melhor percepção ambiental, realçando a água como agente unificador de integração, baseado na vital e estreita relação da comunidade com os recursos naturais.

CURSO PRÉ-VESTIBULAR VOCACIONADO

A mobilização para a formação foi realizada na Escola Municipal Desauda Bosco da Costa Pinto(Ensino Fundamental e Médio), situada na comunidade Sambaqui e contou com uma etapa de questionários.A escola congrega estudantes de todas as comunidades da microbacia do Rio Sagrado e Sambaqui e é a única de Ensino Médio da localidade.A campanha a partir de questionário foi decisiva para a estruturação do perfil dos cursos de extensão rural, pois a partir de relatos e desejos da comunidade identificou-se que a maior dificuldade na formação dos jovens é como estimulá-los a prestar vestibular e aproveitar os cursos superiores gratuitos oferecidos pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) – Setor Litoral.

UFPR – Setor Litoral está situada a aproximadamente 50 km

da microbacia do Rio Sagrado e foi criada a partir de um projeto de inclusão social direcionado para o desenvolvimento sustentável do litoral paranaense. Nesse sentido, a universidade oferece um percentual expressivo de vagas de inclusão racial e social em cursos de licenciatura¹, bacharelado² e tecnologia³, que podem ser aproveitados pelos jovens das comunidades do Rio Sagrado que apresentam perfil tanto para vagas de inclusão racial como de demanda social.

SABEDORIA TRADICIONAL

TRANSECTOS GEOAMBIENTAIS

Os transectos geoambientais foram realizados utilizando como base a cartografia temática e a maquete física para planejar as incursões a campo com o objetivo de levantar e correlacionar informações de maneira multidisciplinar. Esse método envolveu também o conhecimento tradicional por meio de informantes-chave. Pessoas da comunidade que tem o papel de fornecer determinadas informações sobre a área em estudo (SEIXAS, 2005, p. 92).

Após levantamento, interpretação de dados e pesquisas a partir de conhecimento científico e tradicional, a área de estudo foi classificada em Unidades da Paisagem. Esse trabalho possibilitou a identificação, dimensionamento e delimitação das unidades de paisagem. Uma unidade da paisagem é uma determinada porção do espaço que apresenta características semelhantes com relação à geomorfologia e tipologia arquitetônica e ou de vegetação e pode ser utilizada para fins de análise.

Os transectos geoambientais e a classificação oriunda de unidades da paisagem constituem-se uma importante e eficiente metodologia aplicada aos estudos de planejamento ambiental. Sua utilização permite a aplicação de métodos e técnicas necessários à análise da natureza e da relação com as atividades antrópicas, proporcionando sua classificação e diagnóstico importantes aos trabalhos de prevenção ambiental (GUERRA; MARÇAL, 2006, p. 150).

1- Artes, Ciências, Educação do Campo, Educação Física, Linguagem e Comunicação, Geografia.

2- Gestão Ambiental, Gestão e Empreendedorismo, Administração Pública, , Saúde Coletiva, Serviço Social.

3- Agroecologia, Gestão de Turismo, Gestão Imobiliária.

OFICINAS DE IDENTIDADE

As oficinas se originaram a partir da demanda detectada pela aplicação de questionários por membros da comunidade, uso de mapa espacial e mental e a explicação do conceito de identidade com discussão sobre desenvolvimento territorial.

Essa etapa de oficinas visava promover oportunidades de geração de renda destinada aos moradores em geral. O objetivo das oficinas era que os agricultores utilizassem produtos locais cultivados na localidade de Rio Sagrado obtidos de maneira ecológica e de baixo custo financeiro, para agregar valor e aumentar a diversidade de opções de produtos e receitas culinárias na cozinha comunitária, bem como melhorar o valor nutricional dos próprios moradores com alimentos saudáveis, estimulando a forma de trabalho cooperado (associativismo).

As oficinas tinham também como objetivo a identificação da autoestima dos moradores e nível de identidade territorial. Conforme o questionário realizado, ficou perceptível que quesitos como tranquilidade e paisagem natural são relevantes aos moradores, assim como a necessidade de expressar o pertencimento, demonstrando alta autoestima e orgulho de viverem ali. Outra característica notada refere-se ao profundo conhecimento da região e às localidades próximas e construções, que se tornam pontos de referência e de localização pelos moradores, e também apresentam microidentidades dentro de uma mesma região parecida natural e socialmente.

ALGUNS RESULTADOS

Resultados parciais podem ser divididos em três ações sucessivas: (1) curso intensivo pré-vestibular; (2) Transectos geoambientais; (3) oficinas de identidade: gastronomia com palmito juçara, gastronomia com banana.

CURSO INTENSIVO PRÉ-VESTIBULAR

Como resultado da demanda identificada e aproveitando a equipe do projeto de extensão da Furb, que adquiriu durante os anos

de 2009 a 2012 conhecimentos sobre a problemática socioambiental do Rio Sagrado, estruturou-se uma agenda de cursos intensivos de pré-vestibular vocacionado para jovens do Rio Sagrado. Os cursos foram divididos em temáticas e distribuídos ao longo dos finais de semana, sendo oferecido também uma cartilha com o conteúdo formulado pelo programa de extensão (contendo cartas temáticas e conteúdo explicativo sobre vulnerabilidade ambiental, geomorfologia do litoral, legislação ambiental e monitoramento de indicadores ambientais), bem com material didático, tal como livros e apostilas.

As inscrições para o curso pré-vestibular foram feitas pela agente de saúde e presidente da Associação Comunitária Candonga (Cozinha Comunitária), Josi, e com apoio da Associação de Moradores do Rio Sagrado (Amorisa), por meio do seu presidente Vanderley.

Assim, com parceria de professores da UFPR e participação de professores da Furb e bolsistas do programa de extensão, os cursos foram realizados em 2012, nos meses de maio e junho. Essa iniciativa proporcionou conhecimentos aos jovens da microbacia hidrográfica do Rio Sagrado.

A agenda dos cursos previa aulas todos sábados a partir de abril, com disciplinas aplicadas tanto no período matutino quanto vespertino. No entanto, aparentemente trouxe poucos resultados, com desistência de alguns estudantes e intensa participação de outros. Por meio de conversas informais, há desejo dos jovens de continuar residindo na localidade e de atuar na busca do ecodesenvolvimento, onde o ambiente natural adquire importância maior como elemento de realização social.

TRANSECTOS GEOAMBIENTAIS

Complementando a cartografia temática, para uma melhor análise ambiental integrada, foram realizados transectos geoambientais nas localidades de Zoador e Sambaqui, coordenados pelos professores Juarês Aumond (geólogo) e Cristiane Mansur (arquiteta e urbanista), com a participação de estudantes de iniciação científica dos cursos de arquitetura e urbanismo, biologia; mestrandos (em Desenvolvimento Regional); e informantes-chave membros da comunidade local, como

Sr. Carlos Barbosa e Sr. “Raposão”. Os transectos objetivavam analisar a geologia e identificar áreas de vulnerabilidade ambiental.

As pesquisas realizadas em campo pela equipe permitiram identificar três unidades das paisagens, descritas a seguir, com base nos aspectos físicos, tais como geologia, geomorfologia, declividade, hidrografia, uso e ocupação do solo.

(1) Primeira Unidade de Paisagem: localizada nas porções altas da localidade de Zoador e divisores d’água da microbacia, apresenta formação rochosa primitiva, vegetação intocada e sem ocupação humana (Figuras 2 e 3). É unidade que faz divisa com Canasvieiras e Serra da Prata. Está entre a elevação de 320 a 1120m em relação ao nível do mar, com altas declividades variando de 10,1° até 45°. Grande parte dessa área encontra-se dentro da APA de Guaratuba. Caracterizada por rochas do Complexo Gnássico Migmatítico e Granito da Serra Canavieira de idade arqueana e proterozóico inferior, que constitui rochas de maior resistência à interperização e menor área de talus, com formação de solo litólico. A região possui topografia côncava que forma divisores d’água–barreiras ecológicas que interrompem o fluxo de umidade e provocam a chuva orográfica. Devido a essas condicionantes, não há ocupação humana e, por consequência, a cobertura vegetal está intacta (MANSUR et al., 2013).

(2) Segunda Unidade de Paisagem: possui altitude variando entre 160 e 320 metros e declividade entre 10,01o e 45o (Figura 4). Geologicamente, é composto principalmente pelo Complexo Gnássico Migmatítico. É considerada área de recepção dos movimentos de massa vindos da primeira unidade, fazendo com que o solo local se torne profundo, facilitando a ocorrência de escorregamentos, agravados pela intervenção humana. No leito do rio são encontrados matacões – blocos de rochas envolvidos por matriz fina formada por argila, silte e areia – evidenciando torrentes ocasionais e movimentos de massa antigos, que facilmente chegam até a terceira unidade da paisagem devido ao formato da encosta ser côncavo (AUMOND; SEVEGNANI; BACCA; 2009, p. 22; MANSUR et al., 2013).

Nesta unidade a ocupação humana aumenta consideravelmente à medida que a declividade diminui, situando-se mais próximo a cursos d’água onde a vegetação encontra-se alterada por ações antrópicas, como

abertura de vias, prática de agricultura e cortes bruscos nas encostas, que comprometem em parte as principais funções que o ecossistema presta ao local, tais como: contenção de erosão, diminuição de velocidade de drenagem, retenção de água, proteção das margens, interferência no fluxo gênico (fauna e flora) etc. (MANSUR et al., 2013).

(3) Terceira Unidade da Paisagem: predominante na localidade de Sambaqui. Possui baixa declividade, chegando à 10° e altitudes com limite de 160 metros (Figura 5). Geologicamente é constituída por planícies aluvionares e variações de migmatitos, gnaisses e xistos. Caracterizam-se por solos profundos. Esta unidade da paisagem encontra-se mais à jusante da microbacia e, portanto, está mais vulnerável a inundações e torrentes, principalmente nas áreas mais baixas e calhas de rios e ribeirões, por vezes, alterando largura do curso. É a unidade mais densamente ocupada pelas atividades humanas, apresentando maiores impactos ambientais decorrentes de ações antrópicas, caracterizada pela produção extensiva de plantas ornamentais e de hortifrutigranjeiros devido à fertilidade oferecida pelos solos, propício para a agricultura. Conforme relatos locais, algumas pastagens foram abandonadas devido ao custo elevado da mão-de-obra ou falta de interesse dos herdeiros (MANSUR et al., 2013).

OFICINA DE IDENTIDADE E ASSOCIATIVISMO

Do processo educativo através das oficinas de “identidade local” resultou que o sentimento de pertença, apreço pela tranquilidade, gastronomia, artesanato e paisagem são valores reconhecidos como identitários para estabelecer uma estratégia de desenvolvimento territorial –indicativos de solidariedade entre atores sociais locais, que começam a se articular em rede na busca de soluções em prol do desenvolvimento territorial sustentável, tais como possibilidade de produção agroecológica.

As oficinas concentraram-se em torno de dois produtos populares e de fácil acesso na região: o palmito juçara e a banana. O palmito juçara é facilmente encontrado na região e comumente utilizado na culinária local, porém não era tido como possibilidade de geração de

renda e dinamizador da economia local. Assim, foi elaborada e realizada a Oficina de Suco e Polpa de palmito juçara, de forma a compartilhar a sabedoria tradicional com membros da comunidade e estimular o trabalho cooperado, ou seja, visando fomentar o associativismo (Figura 6).

Como o palmito juçara, a banana é muito popular na comunidade e de fácil acesso na região, servindo de base para a segunda oficina: Oficina de Gastronomia com Banana. A oficina foi dividida em duas etapas: primeira explicando o motivo da escolha da matéria-prima (banana verde) e benefícios do consumo, e posteriormente, de que maneira a comunidade poderá tirar proveito desses produtos. Na segunda etapa são produzidas as receitas culinárias com farinha de banana, com apresentação dos pratos finais para socialização e degustação (Figura 7). A partir dos resultados das oficinas de “potencial da cultura orgânica”, formulou-se estratégias que agregam valor aos produtos locais.

ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

A interpretação integrada dos resultados (1) curso intensivo pré-vestibular; (2) transectos geoambientais; (3) oficinas de identidade: gastronomia com palmito juçara, gastronomia com banana, nos faz refletir sobre a aplicação de uma metodologia que considera a abordagem complexa de saberes locais, isto é, das compreensões distintas sobre o mundo natural (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2010). Essa compreensão emerge do contexto da crise paradigmática da ciência moderna e da necessidade de abertura ao diálogo com outros saberes. Trata-se de um método interpretativo do discurso social, observado no caso desse programa de extensão a partir de informantes-chave e oficinas participativas que entrelaçam conhecimento tradicional sobre uso de recursos naturais locais e conhecimento científico.

A partir dos objetivos centrais do programa que são: (i) dar continuidade à análise socioambiental participativa, definindo zonas de vulnerabilidade ambiental à ocupação humana; e (ii) dar continuidade à sensibilização comunitária sobre a problemática socioambiental local através de oficinas de extensão rural, procurou-se entrelaçar ensino,

pesquisa e extensão.

Essa pesquisa-ação participativa está em curso no contexto da Zona de Educação para o Ecodesenvolvimento (ZEE). A ZEE para o ecodesenvolvimento é um espaço de educação e prática de projetos em torno do conceito de ecodesenvolvimento, que prioriza o Artigo 127 da Constituição Federal, que obedece ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

O conhecimento desenvolvido através dos transectos geoambientais, que objetiva identificar e caracterizar as unidades da paisagem, pôde ser definido como pesquisa e utilizado como base para alimentar o conteúdo do curso pré-vestibular na disciplina “conhecimento sobre o litoral”, e dessa forma é aplicado na extensão.

Com o curso intensivo pré-vestibular, houve uma maior integração entre os participantes, bem como possibilitou um maior conhecimento sobre os problemas socioambientais da área de estudo e fornecerá subsídios para a formatação de uma cartilha com o intuito de alertar os moradores do Rio Sagrado sobre os procedimentos para o controle, prevenção e medidas de ação em caso de desastres naturais. Isso se justifica pelo fato do território apresentar suscetibilidade à ocorrência de movimentos de massa, enchentes e enxurradas, que têm se mostrado um problema recorrente em várias partes do mundo, mas com destaque nessas comunidades.

Ainda, a pesquisa desenvolvida a partir de transectos geoambientais é traduzida na elaboração de transectos (caminhadas) geoambientais, valendo-se da sabedoria tradicional e de base cartográfica (geologia, formas do relevo, hipsometria, hidrografia, declividade, legislação ambiental, vulnerabilidade ambiental) que já havia sido elaborada nos anos anteriores pelos estudantes da iniciação científica.

Oficinas de suco de polpa de palmito e oficina de gastronomia da banana procuram estimular modos tradicionais de utilização de recursos naturais locais encontrados com abundância na localidade. Dessa forma, prioriza-se a identidade local, estimulando membros comunitários a preservar a biodiversidade, fortalecendo a dimensão cultural do desenvolvimento, uma das premissas da fundamentação teórica apresentada.

Esses objetivos foram construídos e vivenciados de forma social,

a partir de ações conjuntas, entre pesquisadores e a comunidade – com o objetivo maior de responder à problemática de pesquisa de conservar modos de vida das comunidades residentes e preservar a biodiversidade da microbacia do Rio Sagrado.

Destaca-se, ainda, a atenção à estratégia de transição para o século XXI (SACHS, 1993), questão operacional de como devemos proceder, escrita na Rio-92/Cnumad 92, modificar as funções de produção pela incorporação de técnicas ambientalmente viáveis, e fazer escolhas corretas quanto à localização das atividades humanas (SACHS, 1993, p. 40), feitas neste programa através dos transectos geoambientais. O programa vem conciliando e integrando saberes locais e conhecimento científico, tomando por base o indivíduo em constante processo de maturidade, para torná-lo protagonista de sua história.

Nesse processo, o que mais tem importado para a comunidade e para nós como professores é o desenvolvimento da autonomia nos atores locais, membros comunitários que vêm participando das atividades e mostrando o entrelaçamento dos resultados apontados. Dessa forma, a metodologia e resultados cumprem com o que se preconiza na Zona de Educação para o Ecodesenvolvimento, aplicando o conceito de comunidade de aprendizagem.

Nesse projeto de extensão, discute-se com os membros comunitários, os monitores, a realidade concreta da área de estudos, cujo conteúdo se ensina. Procura-se com a extensão estabelecer uma “intimidade” entre os saberes curriculares, fundamentais para a participação e a experiência social que eles têm como indivíduos, membros de suas próprias comunidades. Sobretudo, prioriza-se nesse projeto o desenvolvimento humano, tanto do educando como do educador.

A aprendizagem através do desenvolvimento de projetos é uma estratégia particularmente apropriada na educação para o ecodesenvolvimento; ela visa à transformação das realidades locais (SAUVÉ, 2001) tendo por base uma equipe que envolve pesquisadores, graduandos e pós-graduandos de diferentes áreas, partindo-se do princípio de que o caminho para um novo modelo de desenvolvimento necessita abordar a problemática ambiental de forma interdisciplinar, transcendendo o conhecimento isolado. Essa está sendo a etapa mais

difícil de ser cumprida durante o processo; quando cada pesquisador entende o ponto de vista do outro com outra formação, no âmbito de uma problemática compartilhada e na formulação de uma metodologia híbrida, própria da interdisciplinaridade.

Os projetos foram realizados pelos estudantes e membros comunitários em um processo de aprendizagem cooperativo e interativo – construído e refletido pela coletividade, baseado em capacidades sociais e identidade cultural – que permitiu a eles tanto aprendizagem sobre estratégias de gestão dos projetos como sobre a resolução de especificidades da realidade e problemas locais, através de ações comprometidas com o desenvolvimento humano.

Acreditamos que durante o projeto de pesquisa-ação os membros comunitários, particularmente os informantes-chave que participam dos transectos geoambientais e os monitores que fazem os monitoramentos, considerando, neste caso, os dois projetos do programa, aprenderam uma forma de redescobrir a realidade local, usando para tanto a troca de saberes e o diálogo. Eles se convenceram da relevância do tema desse projeto em curso, através de fatos que vêm acontecendo na localidade como as chuvas, enchentes e deslizamentos de terra ocorridos em março de 2011.

Para os estudantes da graduação e pós-graduação membros da equipe observamos que passaram a entender a necessidade da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, assim como se preconiza no Art. 127 da Constituição Brasileira. Desta forma tais membros da equipe participam dos projetos extensão como parte do processo de aprendizagem e tendo um papel relevante em todo o processo. Assim, os estudantes da graduação e pós-graduação, ao estarem envolvidos no projeto, estão comprometidos com seu próprio desenvolvimento humano. Destaca-se desta forma uma das metas do projeto: a despertar o educando para ser protagonista de sua história.

Para a equipe de professores envolvidos nesse projeto do programa de extensão, destaca-se a aprendizagem e vivência no projeto como parte do processo mais amplo da educação; entendemos que esta não pode ser unidirecional no sentido educador-educando, pois como tal seria domesticadora e não libertadora (FREIRE, 1976). Assim, deve transitar em ambos os sentidos, dialeticamente, de tal modo que o educador, além de ensinar, passa a aprender, e o educando, além de aprender, passa

a ensinar. Surgirá, assim: i) não mais um educador do educando; ii) não mais um educando do educador; iii) mas um educador-educando com um educando-educador (BECKER, 2010, p. 17).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Zona de Educação para o Ecodesenvolvimento vem se congregando em um conjunto de ações sistêmicas de maneira a responder à problemática de pesquisa de conservar modos de vida das comunidades residentes e preservar a biodiversidade da microbacia hidrográfica do Rio Sagrado, a partir da complementaridade dos saberes locais e do conhecimento científico.

Esse programa de extensão apresentou uma concepção inovadora porque considera o indivíduo dentro de um processo de ensino-aprendizagem. Esse programa se pautou, em 2011-2012, pela educação no âmbito de oficinas com a comunidade, envolvendo estudantes da graduação e pós-graduação comprometidos com o desenvolvimento humano, tendo como desafio despertar o educando como ser protagonista de sua história.

Nas atividades do programa de extensão, procurou-se partir do princípio de que a busca para um novo modelo de desenvolvimento necessita abordar a problemática ambiental de forma interdisciplinar rumo à transdisciplinaridade, isto é, o objeto determina os saberes necessários para melhor compreendê-lo ou, senão, a construção de novas formas de saberes. Atualmente, nas ciências sociais, econômicas e ambientais está se consolidando a perspectiva que se propõe que toda ação científica tende a se organizar para prática que transcende o conhecimento de disciplina isolada.

Quando se tenta abordar problemas socioambientais, atualmente, deve-se destacar o fato de que conhecimento releva tanto conjunto de certezas que se têm sobre a natureza quanto fatores de incerteza, que não dependem apenas de causas naturais, mas também da intervenção ativa do ser humano sobre o mundo e das interações deste para com a natureza (HENRIQUÉZ et al., 2008). Justifica-se pelo fato de que se trata de sistemas dinâmicos complexos, nos quais interage grande

número de variáveis.

A participação de representantes da comunidade oriundos das associações de moradores durante os trabalhos coletivos propostos e dos acadêmicos nessas entidades deu nova dimensão e responsabilidade ao desenvolvimento das atividades. A abordagem metodológica do programa utilizou a bacia hidrográfica como unidade de planejamento. Desenvolveu-se ao longo do processo um pacto territorial rural, aqui entendido como a capacidade de mobilização dos atores locais. Seguindo o modelo teórico de desenvolvimento rural proposto por Jean (2010, p. 49), desenvolvimento é considerado variável determinada pela mobilização, e nesse caso o que interessa não é tanto o desenvolvimento em si, e sim a concretização ou não de processos observáveis de promoção de capacidades de desenvolvimento em comunidades rurais, além da dinâmica de desenvolvimento expressa em ações de desenvolvimento (JEAN, 2010, p. 49).

No caso do programa de extensão em questão, o pacto se avalia pela realização de forma coletiva de três projetos de ação: (i) oficinas de identidade e associativismo, voltados exclusivamente à microbacia, (ii) projeto de análise socioambiental participativa, através de transectos geoambientais com informantes-chave (membros comunitários) e a (iii) realização do curso intensivo pré-vestibular. Dessa forma, deu-se continuidade ao processo de sensibilização da comunidade local sobre vulnerabilidade ambiental da microbacia hidrográfica do Rio Sagrado. As oficinas foram realizadas com objetivo de estimular na comunidade a mobilização para o desenvolvimento de projetos de ação coletivos. Nesse sentido, pretende-se com a formação a partir das oficinas a emancipação do sujeito, tendo a educação como estratégia de desenvolvimento territorial.

Esse Programa de Extensão esteve fundamentado no objetivo maior de aproximar a universidade da realidade socioambiental regional, levando em consideração a importância da conexão entre conhecimentos tradicionais e científicos na busca por soluções integrais para problemas cotidianos.

A aprendizagem por meio do desenvolvimento de projetos é uma estratégia particularmente apropriada na educação para o ecodesenvolvimento, pois visa à transformação das realidades locais.

Diversos tipos de projetos foram realizados pelos estudantes e membros comunitários em processo de aprendizagem cooperativo, permitindo a eles tanto a aprendizagem sobre estratégias de gestão dos projetos como sobre a resolução de problemas locais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUMOND, J. J.; SEVEGNANI, S.; BACCA, L. E. Condições naturais que tornam o Vale do Itajaí sujeitos aos desastres. In: FRANK B.; SEVEGNANI, L. (Orgs.). Desastre de 2008 no Vale do Itajaí: água, gente e política. Blumenau: Agência de Água do Vale do Itajaí, 2009.

BECKER, F. O caminho da aprendizagem em Jean Piaget e Paulo Freire: da ação à operação. Petrópolis: Vozes, 2010.

BILLAZ, R. et al. Aspects institutionnels de l'écodéveloppement: pédagogie du milieu et organisations paysannes. Cahiers de l'Ecodéveloppement, v. 1, p. 8-28, n.2, 1996.

BRAND, A. J.; MARINHO, M. Povos indígenas na região do Pantanal e do Cerrado: desenvolvimento participativo, universidades e pesquisa-ação. In: TREMBLAY, G.; VIEIRA, P. F. (Orgs.). O papel da universidade no desenvolvimento local. Florianópolis: Aped/Secco, 2011.

CRESPO, S. Pesquisa revela a consciência ambiental do brasileiro. Marco Social, São Paulo, v. 3, p. 38-43, jan./fev. 2001.

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

GUTIÉRREZ, F.; PRADO, C. Ecopedagogia e cidadania planetária. São Paulo: Cortez/ Instituto Paulo Freire, 1999.

GUERRA, A. T.; MARÇAL, M. S. Geomorfologia ambiental. Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 2006.

HENRIQUÉZ Z. C. E.; SAMPAIO, C. A. C.; DALLABRIDA, I. S.; DALFOVOVO, O. A utilização de indicadores socioambientais no processo de tomada de decisão

para o desenvolvimento sustentável damicrobacia do Rio Sagrado:relevância da interdisciplinaridade e transdisciplinaridade nas abordagens socioambientais. In: II Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade, São Carlos. Anais..., USP, São Carlos: Escola de Engenharia de São Carlos e Faculdade de Saúde Pública, USP, 2008. 1CD-ROM.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). Indicadores ambientais por bacias hidrográficas do estado do Paraná. Curitiba: IparDES, 2007.

JEAN, B. Do desenvolvimento regional ao desenvolvimento territorial sustentável: rumo a um desenvolvimento territorial solidário para um bom desenvolvimento dos territórios rurais. In: VIEIRA, P. F. et al. (Orgs.). Desenvolvimento territorial sustentável no Brasil. Florianópolis:Aped/Secco, 2010.

KELLER ALVES, F. Arranjo socioproductivo de base comunitária:um projeto piloto na comunidade do entorno da micro-bacia do Rio Sagrado, Morretes, Paraná. 2006, 214f. Dissertação. (Mestrado em Administração) – Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2006.

LARA PIRES, P. de T.; BLUM, C. T. (Orgs.). Atlas Floresta Atlântica no Paraná. Curitiba: Sema/Programa de Proteção da Floresta Atlântica – Pró-Atlântica, 2005.

MANSUR de M. S. C.et al.Análise ambiental dos fatores físico-naturais: Zoador, microbacia hidrográfica do Rio Sagrado, Morretes (PR), Brasil. In: 14 Encuentro de Geógrafos da América Latina. Anais..., 2013, Lima. 1CD-ROM.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA (MEC). Projeto experimental de educação para o ecodesenvolvimento na zona costeira catarinense. Submetido ao MEC, Brasília, p. 3-27, 2012.

PIRES, E.; MÜLLER, G.; VERDI, A. Instituições, territórios e desenvolvimento local: delineamento preliminar dos aspectos teóricos e morfológicos. Geografia – Associação de Geografia Teorética, Rio Claro, v. 31, n. 3, p. 437-454, set./dez. 2006.

SACHS, I. Desenvolvimento numa Economia Mundial Liberalizada e Globalizante: um desafio impossível. Estudos Avançados, vol. 11, n. 30, p. 213-242. São Paulo, Maio-Ago, 1997.

SACHS, I. Estratégias de transição para o século XXI:desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Studio Nobel, 1993.

SAUVÉ, L. Éducation relative à l' environnement: pour un savoir critique et un agir responsable. In: TESSIER, R.; VAILLANCOURT, J. G. La recherche sociale en environnement. Nouveaux paradigmes.Montréal: Les Presses de l'Université de Montréal, 1996.

SAUVÉ, L. et al. L'éducation relative à l'environnement.Québec, HMH. Tradução Livre de Luciana Butzki, não publicada, p. 1-31, 2001.

SEIXAS, C. S. Abordagens e técnicas de pesquisa participativa em gestão e recursos naturais. In: VIEIRA, P. F.; BERKES, F.; SEIXAS, C. S. Gestão integrada e participativa de recursos naturais: conceitos, métodos e experiências. Florianópolis: Aped/Secco, 2005.

SCHERER-WARREN, I. Redes ecologistas conectando o local e o global. In:VIEIRA, P. F.; BERKES, F.; SEIXAS, C. S. Cidadania sem fronteiras:ações coletivas na era da globalização. São Paulo: Hucitec, 1999.

SORRENTINO, M. T. T. A educação ambiental no Brasil. In: CASCINO, F. et al. (Org.). Educação Ambiental, meio ambiente e cidadania: reflexões e experiências. São Paulo, SMA/Ceam, p. 27-34, 1998.

TOLEDO, V.; BARRERA-BASSOLS, N. A etnoecologia: uma ciência pós-normal que estuda as sabedorias tradicionais. Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente, Editora UFPR, n. 20, p. 31-45, jul./dez. 2009.



Porto de Cima. Morretes. Autor: Marcelo Chemin

HISTÓRIA E MEMÓRIA AMBIENTAL DA OCUPAÇÃO E USO DO TERRITÓRIO NA MICROBACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SAGRADO (MORRETES, PARANÁ)

*Gilberto Friedenreich dos Santos
Martin Stabel Garrote
Vanessa Dambrowski
Lizandro Nunes Fernandez
Shimene Feuser*

Entre 2010 e 2013, o Grupo de Pesquisas de História Ambiental do Vale do Itajaí (GPHAVI), laboratório do Departamento de História e Geografia da Furb (Universidade Regional de Blumenau), integra o Projeto de Extensão Indicadores Socioambientais para a Gestão Territorial Participativa da microbacia do Rio Sagrado, Morretes (PR), projeto desenvolvido no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional da universidade. Nesse período foram realizadas três iniciações científicas envolvendo os pesquisadores do grupo e estudantes da graduação para contribuir com o projeto de extensão. As pesquisas ocorreram em comunidades localizadas na microbacia hidrográfica do Rio Sagrado, município de Morretes, Paraná.

O território das comunidades está inserido na Área de Proteção Ambiental (APA) de Guaratuba, Reserva da Biosfera de Floresta Atlântica, uma das maiores áreas contínuas de Floresta Atlântica do Brasil. A APA de Guaratuba possui 199.586 hectares, e compreende boa parte do litoral centro-sul do estado do Paraná, região da Serra do Mar e porção do Primeiro Planalto. O município de Morretes possui 6,43% do seu território na APA, que compreende boa parte da microbacia do Rio Sagrado.

As comunidades localizadas na região da microbacia do Rio Sagrado interagiram com a natureza ao longo do tempo, explorando os recursos naturais e provocando mudanças ambientais em diferentes graus de intensidade. Neste capítulo apresentam-se os resultados da pesquisa que investigaram o processo histórico, entre 1950-2013, de

ocupação e uso dos recursos naturais no território das comunidades de Rio Sagrado de Cima, Canhembora, Brejumirim e Candonga, município de Morretes no Paraná, com a abordagem teórica metodológica da História Ambiental.

Os estudos de História Ambiental têm início na academia a partir dos anos 1970, e a partir da década de 1980 influenciam os pesquisadores no Brasil. As investigações com essa abordagem estão preocupadas com a relação do ser humano com seu ambiente natural, e vice-versa, possibilitando à sociedade um conhecimento e fazendo com que os sujeitos reflitam e se questionem sobre as causas que ao longo do tempo afetaram o seu ambiente e caracterizaram a sua cultura. Ocorre entre os humanos e os elementos de seu meio natural uma relação, interação, dependência e interdependência, e a abordagem teórico-metodológica proposta pela História Ambiental abre uma possibilidade de analisar os resultados desses processos.

A História Ambiental investiga as interações da sociedade e natureza, analisando como isso ocorreu no processo de desenvolvimento da sociedade, integrando o saber de diversas áreas, como a antropologia, geografia e ecologia. Verifica como as sociedades usaram a natureza para a sua sobrevivência e desenvolvimento, e as consequências disso no ambiente e na influência da construção social e cultural. O objetivo fundamental da História Ambiental, conforme Worster (1991), é aprofundar o entendimento de como os seres humanos foram afetados pelo ambiente natural e, inversamente, como eles afetaram esse ambiente e com que resultados.

Segundo Drummond (1991), para fazer História Ambiental se deve focar uma região que possua alguma homogeneidade ou identidade natural e social, descrevendo as particularidades sociais, físicas e naturais. Para isso realiza um diálogo com outras ciências interdisciplinarmente. Devem-se explorar as interações entre o quadro de recursos naturais úteis e inúteis e os diferentes estilos civilizatórios das sociedades humanas em usar esses recursos. As pesquisas resgatam fontes tradicionais da história econômica e social, censos populacionais, econômicos e sanitários, inventários de recursos, tradição oral, conforme registrados por viajantes ou antropólogos ou coletados em trabalho de campo, e dessa forma é necessária a aproximação do pesquisador com o

seu objeto de estudo.

Para Pádua (2010), a História Ambiental deve ser feita considerando três níveis de informações associados. O primeiro trata do entendimento da natureza propriamente dita, tal como se organizou e funcionou no passado, incluindo aspectos orgânicos e inorgânicos da natureza, e como se configura no presente. No segundo nível se analisa o domínio socioeconômico e sua interação e interdependência com o ambiente, buscando-se compreender as relações sociais que brotam nos diversos modos que os povos criam e como produzem bens a partir dos recursos naturais. O terceiro nível busca a compreensão da interação mental e intelectual da produção humana, as percepções, valores éticos, leis, mitos e demais estruturas de significação sobre a natureza. É essencial fazer uma história ligando esses três níveis, o que é uma tarefa difícil, e muitas vezes ocorre que um nível é mais destacado que outro, mas nessa forma de investigar a História deve-se pensar a sociedade humana inclusa nos sistemas naturais. A História Ambiental, ainda conforme Pádua (2010), se apresenta hoje como um campo vasto e diversificado de pesquisa, que aborda diferentes aspectos das interações entre sistemas sociais e sistemas naturais. A produção atual engloba tanto realidades florestais e rurais quanto urbanas e industriais, dialogando com inúmeras questões econômicas, políticas, sociais e culturais. Conforme Worster (2002 apud BRANDT, 2012, p. 18-19), a História Ambiental estuda:

[...] as interações que as sociedades do passado tiveram com o mundo não-humano, ou seja, aquele que não foi criado pelo homem, e também com o mundo humano, repleto de objetos tanto naturais quanto artificiais, dispostos em diferentes combinações em espaços e tempos distintos. Este, contudo, é visto no sentido mais específico, onde as técnicas são um produto da cultura humana, condicionadas, elas também, pelo ambiente não-humano.

Espindola (2015, p. 31) afirma que os objetos da História Ambiental são socioespaciais, que estuda as interações das atividades humanas com o mundo natural ou como os recursos naturais conformaram a vida humana, bem como “[...] as mudanças de concepção e atitude em relação à natureza”. O caráter socioespacial investiga como as ações

humanas transformaram a paisagem e como a alteraram, e quais as suas consequências para as comunidades sociais e naturais.

A tradição oral é uma importante fonte para entender a história de um local. Através do uso da História Oral como ferramenta da História Ambiental é possível “contar a história” das comunidades. A História Oral com todas as suas particularidades nos traz informações valiosas e um bom entendimento sobre o contexto histórico de regiões e comunidades que, na maioria das vezes, não possui historiografia pertinente, caso da microbacia do Rio Sagrado. Esse procedimento contribui especialmente para o contato direto com agentes de memória, pessoas que viveram determinados fatos, presenciaram mudanças econômicas ou sociais (MEIHY, 2007).

Na microbacia do Rio Sagrado, as comunidades, através de suas interações com a floresta, produziram ao longo do tempo um rico acervo de conhecimentos sobre as formas de usos dos recursos naturais, sobre como ocorreu a exploração e domesticação do natural. A análise histórica e a tradição oral permitiram compreender como as comunidades constituíram a sua colonização na região, como interagiram e se adaptaram na Floresta Atlântica, e como o ambiente foi se modificando conforme a aculturação imposta pelas necessidades de sobrevivência e desenvolvimento.

Foi realizado um levantamento de fontes documentais e bibliográficas sobre as comunidades. Em campo, a visita ao território de cada uma das comunidades consistiu na observação da paisagem, do uso e ocupação do solo e da situação socioeconômica atual. Também nas visitas identificaram-se moradores com faixa etária superior a 50 anos, nativos, para estabelecer uma rede de entrevistas e obter informações a partir da memória ambiental com os procedimentos da História Oral.

As dezesseis entrevistas realizadas possibilitaram traçar um registro histórico sobre a ocupação e uso do território nas comunidades de estudo da microbacia de Rio Sagrado a partir da segunda metade do século XX. Com isso foi possível analisar a memória ambiental dos moradores, identificar as influências antrópicas na história da formação e desenvolvimento dessas comunidades, entender como os elementos da natureza foram extraídos, as suas formas de utilização, assim como as consequências desses atos ao meio ambiente. Os resultados contribuem

para o conhecimento sobre os usos da natureza que, por sua vez, auxiliam na adoção de estratégias para gerir sustentavelmente o desenvolvimento territorial.

A microbacia do Rio Sagrado está inserida na região de abrangência do Bioma Mata Atlântica com vegetação classificada como Floresta Ombrófila Densa Montana e Submontana. Conforme Alvarez (2008), a microbacia é protegida pela Serra do Mar, que separa a costa do primeiro planalto do Paraná. Muitos rios nascem e desembocam nesse território. As temperaturas são altas e a precipitação é elevada, com uma umidade relativa do ar superior a 80% em todos os meses do ano. O relevo íngreme, associado à alta pluviosidade e desmatamento, favorece a ocorrência de enxurradas e deslizamentos de terra na região.

Os primeiros habitantes da região de Morretes foram os índios tupis-guaranis e os carijós, que inicialmente tiveram contato com os colonizadores portugueses e espanhóis. Antes da chegada do europeu, o ambiente foi constituído pela interação e interdependência do nativo com a ecologia local. A partir da colonização açoriana chegam também à região a mão de obra escrava. O modelo de desenvolvimento que chega com o novo colonizador tem a premissa da retirada da mata nativa e a exploração para obter o máximo de lucro vendendo seus produtos para a Europa, estabelecendo um novo ritmo de transformações no ambiente da região.

A demarcação da primeira povoação de Morretes data de 1721. Após a demarcação em 1733 recebe o nome de Nossa Senhora do Porto e Menino Deus dos Três Morretes. Em 1841 foi elevada à categoria de vila, e em 1869 tornou-se a cidade de Nhundiaquara. Em 1870 o nome foi mudado para Morretes. Morretes teve um papel relevante no desenvolvimento econômico do estado, especialmente no ciclo do ouro, da erva-mate e da cana-de-açúcar (BONA, 2015).

No início do século XIX o território paranaense era pouco povoado, com locais de difícil acesso, e desabitado inclusive em lugares mais próximo de Curitiba. Após o ano de 1850, com leis restritivas à entrada de africanos no Brasil, a obtenção de escravos africanos para o trabalho braçal ficava cada vez mais difícil, pelo fato da mão de obra ter custo alto para os senhores de terra, bem como ocupar as áreas despovoadas. Diante dessa situação, o governo brasileiro incentivou a

entrada de imigrantes europeus no país (WACHOWICZ, 1968).

O adensamento da povoação da região litorânea do Paraná, onde se insere a microbacia do Rio Sagrado, intensifica-se a partir da emancipação do Estado em 1853. Até aquele momento as únicas cidades da província do Paraná eram Curitiba e Paranaguá, sendo que esta última abrangia toda a região litorânea. Poucas estradas ligavam as regiões do estado e após a emancipação e a construção de vias, imigrantes estrangeiros, como poloneses, alemães, franceses e italianos, passaram a ocupar o território do estado, que até a metade do século XIX era predominantemente rural (FERREIRA; SCHIMTZ, 2011).

Os primeiros habitantes da microbacia hidrográfica do Rio Sagrado são oriundos do processo de ocupação inicial do litoral do Paraná e região de Morretes. A composição étnica das comunidades estudadas reflete o histórico de ocupação da região, inicialmente presentes as populações nativas, depois com a chegada dos portugueses, espanhóis e africanos, e posteriormente a efetiva colonização por italianos, alemães, poloneses e franceses, resultando em uma população com raízes caboclas na qual se insere o modo de vida europeu.

A origem do nome da microbacia, Rio Sagrado, segundo as lendas locais, está associada às caçadas que eram realizadas no morro cortado pelo rio. Conforme relatos, o morro era coberto de mata fechada e cipós que dificultavam o acesso de pessoas, e na perseguição de caçadores a animais estes se escondiam nesse local, conseguindo fugir. Por haver muitos relatos de fugas de animais perseguidos, o morro e o rio passaram a ser chamados de sagrado, dando origem ao topônimo de Rio Sagrado.

Nas entrevistas referentes à segunda metade do século XX, registra-se a colonização por descendentes de italianos no baixo curso do Rio Sagrado, como comenta o Sr. Aroldo¹:

Em 1975 quando surgiram as primeiras famílias, Bonato, Strapazzon... começaram a vir nessa época... famílias estruturadas, tinham poder aquisitivo, vieram, compraram mais um pedaço de terra, além do que já tinham. Isso para nós aqui foi muito bom, houve uma mistura. Esse pessoal veio, se envolveu com o pessoal da região, acabou casando italianos com o caboclo daqui, e ficou na verdade um enriquecimento cultural aqui na região.

1- Aroldo Paulo da Silva Filho, 54 (cinquenta e quatro) anos, morador da localidade de Rio Sagrado de Cima, empresário.

De acordo com o Sr. Aroldo, as referidas famílias viviam da agricultura na periferia de Curitiba (Paraná), e compraram terras no baixo curso do Rio Sagrado para cultivarem variedades como alface, berinjela, pimentão, quiabo, abobrinha, chuchu, maracujá e tomate.

O uso da terra e dos recursos naturais era o fator primordial de sobrevivência, sendo a agricultura nesse período o principal meio de subsistência e fator antrópico de mudança ambiental. Conforme os relatos, plantavam-se banana, mandioca, mexerica, cana-de-açúcar e outras variedades que eram vendidas para o mercado interno e externo. A preparação da terra para o plantio era feita de modo rudimentar; a área era roçada e queimada para o plantio. A retirada da madeira da mata, a abertura de espaços para a agricultura e a criação de animais passou a compor um ritmo rudimentar de subsistência. A Sra. Olga² relata o processo feito antigamente para preparar a terra para o plantio:

Roçava né, os matos miúdos por baixo, tira esse mato grande, pau grande e derrubava com machado né, depois queimava, tirava aquele pau grande e picava tudo no machado e tirava fora para lenha né, que nós gastava só lenha nesse tempo né, só lenha para cozinhar, assim que nos faziam.

Conforme os relatos, o trabalho da terra era feito através da prática do puxirão³. Segundo a Sra. Olga: “eles faziam nesse tempo pinxirão⁴, reuniam as comunidades e faziam, por exemplo: limpavam esse pedaço inteiro aqui no dia de roçada, depois de limpo a terra cavada, plantava mandioca, cana, banana”. O Sr. Olegário⁵ explica como era planejado o puxirão: “ele faz um convite, convida a turma, ele compra um boi e matava e faz cozida aquela carne, convida o povo que vinha trabalhar sem cobrar nada, ninguém ganhava nada, mas de noite tinha o baile”.

2- Olga Pereira da Silva, 87 (oitenta e sete) anos, moradora da localidade de Rio Sagrado de Cima, aposentada.

3- Auxílio mútuo que se dão aos vizinhos para as lides da roça, ou derrubadas de matos, colheita, raspagem da mandioca para o fabrico da farinha. O puxirão é uma reunião alegre, em que cada um leva os instrumentos que lhe pertencem para auxiliar o seu vizinho, que retribui tal auxílio com festas, bailes, comidas fartas etc. É um procedimento que está na índole do povo. O mesmo que muxirom (DICIONÁRIO BABYLON, 2010).

4- Os moradores da região usam o termo pinxirão.

5- Olegário de Sousa, 87 (oitenta e sete) anos, morador da localidade de Candonga, aposentado.

A Sra. Mercedes⁶ relata sobre os bailes: “o fandango era o batido e a chimarrita era o bailado, os homens dançava o batido e as mulheres dançavam a chimarrita”.

Além do desmatamento para a prática agrícola, que ocorreu a partir da fixação das primeiras famílias até hoje, a exploração das madeiras nativas na região foi intensa nas décadas de 1970 e 1980. Não havia empresas madeireiras nas comunidades, mas algumas delas provenientes de Colombo, Bocaiuva do Sul e Curitiba atuavam na exploração da vegetação nativa da região nessas décadas. No entanto, antes de 1970 os moradores já utilizavam a madeira da floresta para lenha, produção de carvão comercial, confecção de gamelas, pilões e construção das benfeitorias.

Espécies de árvores intensamente exploradas conforme os relatos foram: canelas, imbuías, cedros, perobas, bocaiuvas, guarapuvus, figueiras, ipês e araribás. Conforme o Sr. Aroldo: “a primeira exploração foi com a bocaiuva e o guarapuvu, e depois sim, foi que baixou madeireira para todos outros tipos de madeira que tivesse bitola para ser transformado em tábua e vigas”. O Sr. Olegário reforça: “só madeira de lei, como dizia naquele tempo, canela-preta, peroba, araribá, cedro levavam na carrocinha, puxava daqui com a carrocinha com dois cavalos, lá para estação de trem de Morretes”.

Durante o ciclo da exploração madeireira na região, motosserras, tratores, caminhões e cabos de aço eram utilizados pelas empresas no processo de derrubada e transporte das árvores. Segundo o Sr. Aroldo: “Eles faziam o seguinte: primeiro derrubavam um trecho de 50 árvores, transformavam em toras o que interessava, as galhadas ficavam lá. E depois começavam a sacar elas com cabo de aço onde os tratores não podiam chegar, punham até um pequeno estradinho”.

Atualmente, conforme as entrevistas, espécies de valor comercial não se encontram mais com facilidade na região das comunidades. O Sr. Olegário recorda de uma empresa de Curitiba que se instalou na região. Essa empresa possuía 76 pontos de exploração espalhados na região e levava as madeiras para serrá-las no município de Colombo. A Sra. Mercedes, que também presenciou o período de exploração da madeira, comenta que tiraram muita madeira para a confecção de tábuas para estaleiros.

6- Mercedes Latuff Freitas, 91 (noventa e um) anos, moradora da localidade de Rio Sagrado de Cima, aposentada.

No mesmo período havia intensa caça tanto para a prática de esportes como para a obtenção de carne para subsistência das comunidades. No local, algumas famílias costumavam ter laços de amizade com os caçadores, que se hospedavam em suas residências. O porco-do-mato era bastante cobiçado pelas famílias da região, que o utilizavam para fazer banha, linguiça e o chouriço com seu sangue; também vendiam os animais que eram capturados nas armadilhas, como tatu, porco-do-mato, cateto, paca, veado, bem como pequenos animais como cutia, quati e aves como jacu-velho, macuco e jacutinga. A Sra. Mercedes comenta sobre pessoas que vinham de outras regiões para caçar. Conforme a entrevistada, na época a caça era livre.

O Sr. Olegário comenta sobre grupos grandes que vinham e se instalavam em sua propriedade com a intenção de caçar: “vinha a turma lá de Colombo, eles vieram com três e quatro ônibus”. Segundo o Sr. Aroldo, as espécies mais procuradas eram: porco-do-mato, cateto, paca, cutia, quati, macuco, jacutinga e o jacu-velho. A Sra. Mercedes recorda da época que seu marido ganhava carne de caça dos caçadores e trazia para ela preparar: “meu marido nunca vendeu, ele caçava para casa”.

As décadas de 1970 e 1980 foi o período mais intenso de exploração de recursos naturais em função do uso das tecnologias. O retorno em dinheiro era rápido. A exploração do palmito também foi umas das alternativas para o rendimento das famílias. Atualmente, é possível apenas encontrar palmitos nativos dentro de algumas propriedades particulares ou em lugares na floresta com a topografia acidentada e de difícil acesso.

Nos dias de hoje a agricultura de subsistência está reduzida na microbacia do Rio Sagrado. Conforme as entrevistas, principalmente devido à dificuldade dos pequenos produtores se adequarem à legislação ambiental. A exploração madeireira, a caça e a extração de outras espécies vegetais da Floresta Atlântica, em função das legislações ambientais e a implantação da fiscalização por agências do governo, principalmente a partir dos anos 1980, começaram a reduzir na região, com exceção das práticas clandestinas que ainda ocorrem em menor escala.

Entretanto, ainda é relatada a prática da caça e exploração clandestina, principalmente a retirada de palmito. Segundo o Sr. Tonico⁷:

7- Tonico Radtke, 67 (sessenta e sete) anos, morador da localidade de Candonga, aposentado.

Com certeza, esses palmitos aqui, nasceram e nós não tiramos nada, às vezes tem gente que vem de fora aí tirar e eu corro com eles. A gente não tira nada para preservar, a gente sabe que não pode. Tem nascido aqui também guabiroba, araribá, a gente deixa tudo. Os animais aqui também a gente trata com muito carinho e se vê caçador a gente até conversa, eles já sabem que eu não deixo matar os animais por aqui.

A partir dos anos 1980, a especulação imobiliária passa a ser o novo agente antrópico modificador da paisagem. Havia, no momento da pesquisa, 520 famílias nas comunidades; destas, 270 residentes, predominantemente de pequenos proprietários rurais, e 250 famílias não residentes. A beleza do lugar e a proximidade de Curitiba foram atrativos aos novos proprietários de terras.

Segundo o Sr. Aroldo, estima-se que exista em torno de 500 pequenas chácaras distribuídas na microbacia do Rio Sagrado, que podem chegar de 10.000 m² a 20.000m². Para o caboclo da região, conforme o relato, uma das opções é cuidar de chácaras devido à grande maioria das pessoas não possuir uma formação ou qualificação profissional. A existência de um condomínio de chácaras na localidade da comunidade de Brejumirim também é citada por Aroldo: “conhecido como condomínio Rio Sagrado é uma área que foi adquirida e loteada de chácaras. Estima-se que tenha em torno de 30 chácaras com área de aproximadamente 10.000 m² cada. São propriedades particulares e de posse da grande maioria de habitantes de Curitiba”.

Os novos proprietários de terras na região, conforme entrevistas, possuem um perfil mais conservacionista do que o caboclo da região, destaca o Sr. Aroldo:

Essa questão de o pessoal vir; adquirir essas chácaras aí, começou a mudar a mentalidade de grande parte do pessoal que habita aqui, até do nosso caboclo nativo daqui, porque quem vem para cá, vem com a ideia; a grande maioria de conservação da natureza. Então isso foi bom! Eles agem aqui como fiscais até da natureza, são pessoas de um nível de conhecimento bem acima do nosso povo aqui, então, eles vêm e acabam conscientizando. Porque esse pessoal vai prestar serviços para eles, e vê a preocupação que eles têm com uma árvore; um riozinho que não deve ser poluído com o lixo.

Com a diminuição das atividades agropecuárias, cessão da exploração madeireira e caça e um novo perfil de uso do solo, algumas áreas passam a se regenerar espontaneamente, de forma que comunidades da flora e fauna começam a se reestabelecer. Esse processo se amplia a partir da criação da APA de Guaratuba em 1992, que regula o uso do solo na região.

No entanto, nas comunidades localizadas no Rio Sagrado ocorrem problemas ambientais ocasionados pela ocupação desordenada, alguns resultantes de uma ocupação rural antiga do território onde são encontradas propriedades em áreas de APP (Área de Preservação Permanente), nas quais se pratica a agricultura de subsistência em áreas impróprias para a conservação do ecossistema e de risco para as populações. Outros são decorrentes da especulação imobiliária atual, que contribui para o adensamento populacional e parcelamento do solo, aumento da demanda de serviços, saneamento básico, abastecimento de água, além de abertura de áreas para a construção de novas benfeitorias. Em algumas regiões da microbacia do Rio Sagrado, como no alto da comunidade de Canhembora, encontram-se ainda fragmentos de floresta primária, bem preservada. No entanto, esta recentemente está sendo ocupada por proprietários alóctones com interesse no turismo ecológico.

Além das questões históricas de ocupação, uso do solo e dos recursos que configuram a interação sociedade e natureza da região, as questões intrínsecas do território, como os processos naturais de modificação do relevo, são acentuadas e provocam danos aos residentes em função do adensamento populacional e ocupação desordenada do território.

Os contrastes altimétricos na microbacia são expressivos. Nas áreas mais elevadas e íngremes da microbacia do Rio Sagrado observam-se rochas aflorantes, que demonstram a ação de processos erosivos antigos, ou seja, evidências de deslizamentos. Nas porções mais baixas, de deposição de sedimentos, são encontrados matacões evidenciando torrentes ocasionais, o que demonstra a vulnerabilidade da área, também suscetível a inundações.

O Sr. Josias⁸ comenta que deslizamentos de terra já ocorreram na

8- Sr. Josias Fernandes, 49 (quarenta e nove) anos, morador da localidade de Candonga.

região no passado com menos intensidade:

Dizem que é hoje que está dando enchente, mas quarenta e dois anos atrás então foi a mesma coisa. Porque eu já vi muita enchente grande aqui... Deslizamento de terra é a primeira vez que eu estou vendo. Eu nunca vi isso daí... sempre desliza, mas é pouquinho coisa.

Os processos de erosão do solo são agravados pelo desflorestamento e ocupação de áreas íngremes. Atualmente, constata-se um processo de ocupação em várias áreas inadequadas, com a ausência da cobertura florestal em áreas íngremes, nascentes e margens de cursos de água devido ao histórico de ocupação e uso do solo que comprometem a continuidade do desenvolvimento.

Pensando no desenvolvimento territorial sustentável da microbacia do Rio Sagrado, a pesquisa histórica, com a abordagem teórico-metodológica da História Ambiental e uso da História Oral, possibilitou um entendimento de como ocorreram as relações no território das comunidades e de que forma esse processo influenciou ao longo do tempo na configuração do ambiente e das relações socioambientais nesse território, interferindo no desenvolvimento atual. O conhecimento desse processo histórico fundamentado nas memórias dos moradores da região com o olhar da História Ambiental possibilita novas reflexões acerca da aplicabilidade de estratégias de pesquisa para a análise de problemas socioambientais e de desenvolvimento territorial sustentável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVAREZ, E. Feria de Trueque y agrosistemas tradicionales: organización y generación de antecedentes para un diagnóstico participativo de las comunidades de Rio Sagrado. Matinhos: Instituto Lagoe, 2008.

BONA, L. S. de. A cidade. Prefeitura Municipal de Morretes. Disponível em: <<http://www.morretes.pr.gov.br/index.php/municipio>>. Acesso em: dez. 2015.

BRANDT, M. Uma história ambiental dos campos do planalto de Santa Catarina. 2012. 332 f. Tese (Doutorado em História Cultural) – Centro de Filosofia e Ciências

Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/96449>>. Acesso em: 09 jul. 2015.

DICIONÁRIO B. Disponível em: <<http://dicionario.babylon.com/puxirão/>>. Acesso em: 28 out. 2010.

DRUMMOND, J. Augusto. História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 177-197, 1991.

ESPINDOLA, H. S. A problemática espacial e a história ambiental. Revista de História Regional, Ponta Grossa, v. 20, n. 2, p. 343-374, 2015.

FERNANDES, J. Projeto História da ocupação humana e do uso da natureza na Bacia Hidrográfica do Rio Sagrado (Morretes, PR) zona de educação para o ecodesenvolvimento. Morretes-PR, GPHAVI, set. 2010. Entrevista a Shimene Feuser.

FERREIRA, L.; SCHIMTZ, L. K. A modificação da paisagem do litoral do Paraná a partir dos processos de ocupação e urbanização: Paisagem, Cultura e Arte. Revista Geográfica de América Central, Número Especial Egal. Costa Rica, 2011.

FREITAS, L. M. Projeto História da ocupação humana e do uso da natureza na Bacia Hidrográfica do Rio Sagrado (Morretes, PR) zona de educação para o ecodesenvolvimento. Morretes-PR, GPHAVI, set. 2010. Entrevista a Lizandro Nunes Fernandes.

MEIHY, H. História Oral: como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 2007.

PÁDUA, J. A. de. As bases teóricas da história ambiental. Dossiê Teorias socioambientais. Revista Estudos Avançados, São Paulo, USP, n. 68, 2010.

RADTKE, T. Projeto História da ocupação humana e do uso da natureza na Bacia Hidrográfica do Rio Sagrado (Morretes, PR) zona de educação para o ecodesenvolvimento. Morretes, GPHAVI, out. 2010. Entrevista a Shimene Feuser.

SILVA FILHO, A. P. da. Projeto História da ocupação humana e do uso da natureza na Bacia Hidrográfica do Rio Sagrado (Morretes, PR) zona de educação para o ecodesenvolvimento. Morretes, GPHAVI, jun. 2010. Entrevista a Lizandro Nunes Fernandes; Gilberto Friedenreich dos Santos.

SILVA, O. P. da. Projeto História da ocupação humana e do uso da natureza na Bacia Hidrográfica do Rio Sagrado (Morretes, PR) zona de educação para o ecodesenvolvimento. Morretes, GPHAVI, set. 2010. Entrevista a Lizandro Nunes Fernandes.

SOUSA, O. Projeto História da ocupação humana e do uso da natureza na Bacia Hidrográfica do Rio Sagrado (Morretes, PR) zona de educação para o ecodesenvolvimento. Morretes, GPHAVI, set. 2010. Entrevista a Lizandro Nunes Fernandes.

WACHOWICZ, R. C. História do Paraná. Curitiba: Editora dos Professores, 1968.

WORSTER, D. Para fazer História Ambiental. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, 1991.



Imediações do Porto de Paranaguá. Autor: Marcelo Chemin

PREVALÊNCIA DE ASMA E RINITE EM ESTUDANTES DE 13 E 14 ANOS NO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ, PARANÁ

*Gisele Antoniaconi
Anielly Dalla Vecchia
Paula Sayuri Sogabe
Bruno Martins Gurgatz
Daniel Canavese de Oliveira
Rodrigo Arantes Reis*

INTRODUÇÃO

Paranaguá é o município de referência no litoral paranaense por sua importância histórica, cultural e turística. Apresenta população de 140.469 habitantes em dados de 2010, segundo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2015), abrigando a maior população dentre os sete municípios da região. Também se encontra ali a principal atividade econômica da região, o Porto de Paranaguá (Dom Pedro II), sendo um dos mais importantes do Brasil, assumindo recentemente a liderança nacional nas exportações de carne de frango e mantendo-se o maior exportador de grãos da América Latina desde 2010 (APPA, 2015).

A área portuária conta com um complexo industrial composto por fábricas, silos de armazenagem, pátios de carga e descarga de produtos, além dos terminais de escoamento. O acesso principal é através da BR-277, que se liga às principais vias do município, tanto ao porto quanto à região central do município. Parte das cargas também transitam através de uma mínima malha ferroviária. Importante destacar que apesar de ser instalado em 1872, somente se consolidou como prioritário para exportação da safra brasileira em tempos recentes, com avanço do agronegócio no sul do Brasil, trazendo um modelo de desenvolvimento desordenado, baseado na exploração de suas riquezas e um abandono sistêmico de sua população (TIEPOLO, 2016).

A partir do impacto causado pelas atividades do porto, a bibliografia abrange uma série de patologias, que podem ter como fonte

a contaminação do ar, da água ou transmissão através de contato pessoal ou por outros vetores biológicos (BAILEY; SOLOMON, 2004), causam agravos na saúde como alergias, asma, bronquite, rinite, câncer de pulmão, aumento na incidência de abortos, doenças cardiovasculares, entre outras doenças.

Diversos estudos relacionam a prevalência dessas patologias à poluição atmosférica (BRAGA et al., 2001; KAMPA; CASTANAS, 2008; MOURA et al., 2008). Dessa forma, a qualidade do ar passa a ser uma preocupação não somente nas grandes metrópoles, mas também em cidades industriais e portuárias (REIS et al., 2015). Com a constante emissão de poluentes resultantes da queima de combustíveis e de resíduos dos processos de produção, os seus efeitos adversos começam a ser percebidos no decorrer dos anos. Segundo Saldiva et al. (2010, p. 148), “com maior ênfase a partir do início do século XX, a piora da qualidade do ar passou a ser associada, também, a efeitos adversos à saúde, com excessos de manifestação de sintomas, adoecimentos e mortes”.

Asma e rinite são doenças do trato respiratório frequentes em crianças e adolescentes. São mundialmente consideradas problemas de saúde pública e geram custos elevados aos sistemas de saúde (LIMA et al., 2012; MALLOL et al., 2013; VIEIRA; SILVA; OLIVEIRA, 2008; GINA, 2014). A asma caracteriza-se por ser uma doença inflamatória crônica, desencadeada por uma reação alérgica cujos principais sintomas são tosse, dispneia e sibilos (SIMÕES et al., 2010; VIEIRA; SILVA; OLIVEIRA, 2008). A rinite é originária de um processo inflamatório nasal, destacando-se a obstrução nasal, coriza, espirros e prurido (MELLO JÚNIOR, 2008).

No ano de 2000, a taxa de mortalidade no Brasil por asma como causa básica ou associada predominante no adulto jovem e em ambiente hospitalar foi de 2,29/100.000 habitantes e a mortalidade proporcional foi de 0,41 (KUMAR, 2001). Os custos do Sistema Único de Saúde com internações por asma no ano de 2005 foram de 96 milhões de reais, o que corresponde a 1,4% do gasto total anual com todas as doenças (BECKER et al., 2005).

Os fatores de risco mais fortes para desenvolver asma é uma combinação de predisposição genética com a exposição ambiental a

substâncias inaladas e partículas que podem provocar reações alérgicas ou irritar as vias aéreas, como a poluição do ar. A Urbanização tem sido associada com um aumento na asma (WHO, 2015).

Segundo as Diretrizes da Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia para o Manejo da Asma, realizadas pela Comissão de Asma da SBPT (Comissão de Asma da SBPT, 2012), para que aconteça o controle de patologias é necessário identificar e minimizar a exposição a alérgenos e irritantes, a exposição ambiental, exposições ocupacionais e irritantes das vias aéreas.

Estudos foram conduzidos no Brasil e no mundo a fim de se verificar a prevalência de asma e de alergias em diferentes centros utilizando a metodologia e protocolo padronizado ISAAC (International Study of Asthma and Allergies in Childhood) (SOLÉ et al., 2004). Segundo a literatura, mais de 233 centros de 98 países diferentes participaram do projeto. O que demonstra a importância do tema em nível mundial (MELLO JÚNIOR, 2008). Em estudo realizado em 2010, as doenças respiratórias foram responsáveis por 34% dos atendimentos ambulatoriais do Sistema Único de Saúde (SUS) de crianças de 05 a 14 anos em Paranaguá (RICIERI et al., 2010), que justifica e chama atenção para a necessidade de estudos mais aprofundados sobre a questão no município.

Nesse sentido, o estudo possui como objetivo identificar as prevalências de asma e rinite em escolares de 13 e 14 anos, no município de Paranaguá, utilizando o método padronizado ISAAC, relacionando os impactos provenientes das atividades portuárias com desenvolvimento, saúde e ambiente como possíveis fatores associados.

MÉTODOS

Conduziu-se um estudo de delineamento transversal com 606 adolescentes de 13 e 14 anos, estudantes de Paranaguá. A investigação ocorreu no mês de abril de 2013 em colégios da rede estadual de ensino, que após aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Paraná, sob Protocolo nº 08126512.0.0000.0102, foram contatados e aceitaram participar da pesquisa.

Dentre os colégios da rede estadual de ensino de Paranaguá que possuem turmas de oitavo e nono ano do ensino fundamental foram selecionados 16 colégios para esta pesquisa. Todos os colégios pertencem à área urbana do município, sendo que quatro se localizam na região central, dois na região industrial, seis próximos a vias de acesso ao Porto de Paranaguá e no centro do município e quatro que não se encaixam em nenhuma dessas áreas. A Figura 1 apresenta os colégios nos quais foram aplicados os questionários.

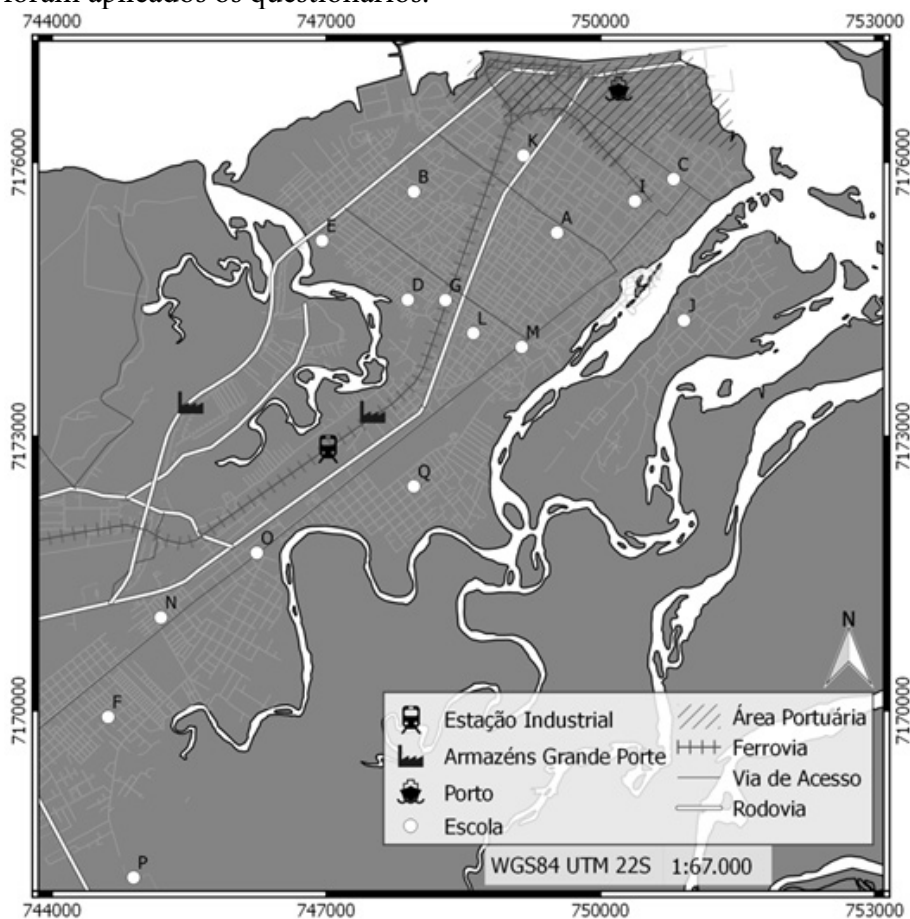


Figura 1: Mapa de localização dos 16 colégios estaduais de paranaguá – pr e áreas de interesse. **Fonte:** Os autores, 2016.

Segundo a Secretaria Estadual de Educação do Estado do Paraná, havia no ano de 2013 no município 2.783 estudantes regularmente

matriculados nos colégios estaduais pertencente à faixa etária de 13 e 14 anos. Para cada colégio foi estabelecido um percentual da amostra relativa ao total de estudantes do colégio. As turmas foram escolhidas por sorteio até que se totalizasse o número de questionários necessários para completar a amostra.

O instrumento de pesquisa utilizado foi o questionário padronizado pelo ISAAC (Fase III). O ISAAC (International Study of Asthma and Allergies in Childhood) é um instrumento desenvolvido a fim de padronizar a investigação epidemiológica em relação à asma e doenças alérgicas (PASTORINO, 2006). O questionário padrão do ISAAC para crianças de 13 e 14 anos está dividido em três módulos, contendo oito questões sobre asma (Módulo 1), seis questões sobre rinite (Módulo 2) e seis questões sobre eczema (Módulo 3). No Brasil, o questionário escrito padrão foi validado por Solé et al. (1998) e a Fase III validada em uma pesquisa que ocorreu em sete municípios: Porto Alegre, Curitiba, Uberlândia, Itabira, Salvador, São Paulo e Recife (AMORIM; DANELUZZI, 2001; SOLÉ et al., 2006). Sua metodologia está descrita no Manual da Fase III (ISAAC PHASE THREE WRITING GROUP, 2000).

Foram aplicados apenas os módulos de asma e rinite dos três módulos referentes ao ISAAC Fase III. Destes, escolheu-se 08 (oito) questões, sendo 04 (quatro) relacionadas à asma e 04 (quatro) relacionadas à rinite.

Foram obtidos 606 questionários aplicados, sendo que 595 encontravam-se devidamente preenchidos e dentro da faixa etária estabelecida, obtendo-se, assim, 98,1% da amostra estimada. Essa perda ocorreu por recusa de participação por parte dos estudantes e pelo preenchimento de forma incompleta dos questionários.

Para a tabulação, estatística descritiva e análise dos dados foi utilizado o programa Excel 2010 (Microsoft®). Para confecção dos mapas foi utilizado o software livre Qgis.

Tabela 1 – Perguntas relacionadas à asma e rinite segundo protocolo padronizado ISAAC, aplicadas neste estudo.

Asma	
AS1	“Alguma vez na vida você já teve sibilos (chiado no peito)?”
AS6	“Alguma vez na vida teve asma?”
AS7	“Nos últimos 12 (doze) meses você teve chiado no peito ao fazer exercícios físicos?”
AS8	“Nos últimos 12 (doze) meses você teve tosse seca à noite sem estar gripado ou com infecção respiratória? ”
Rinite	
R1	“Alguma vez na vida você teve problemas com espirros ou coriza (corrimento nasal ou obstrução nasal) quando não estava resfriado ou gripado? ”
R2	“Nos últimos 12 (doze) meses você teve problemas com espirros, coriza (corrimento nasal) ou obstrução nasal quando não estava resfriado ou gripado? ”
R3	“Nos últimos 12 (doze) meses esse corrimento foi acompanhado com lacrimejamento ou coceira nos olhos? ”
R6	“Alguma vez na vida você já teve rinite? ”

RESULTADOS

Dos resultados encontrados em Paranaguá, verificou-se que 11,4% dos estudantes já tiveram asma e 41,7% tiveram rinite, conforme questão AS6 e R6, principais indicadoras da prevalência no método utilizado. A Tabela 2 ilustra os resultados.

Tabela 2 – Resultados universais para prevalência de asma e rinite em Paranaguá utilizando o questionário padronizado ISAAC, através da questão as6 e r6 (asma/ rinite alguma vez na vida)

Patologia	Resposta	Prevalência
Asma	Sim	11,4%
	Não	88,6%
Rinite	Sim	41,7%
	Não	58,3%

Encontra-se ilustrado na Figura 2 e na Tabela 3 a divisão dos arruamentos e bairros da cidade para melhor compreensão da área estudada, conforme o mapeamento do Plano Diretor de Paranaguá, de 2005, bem como os resultados das outras questões relacionadas à asma e rinite que também compõem o questionário ISAAC.

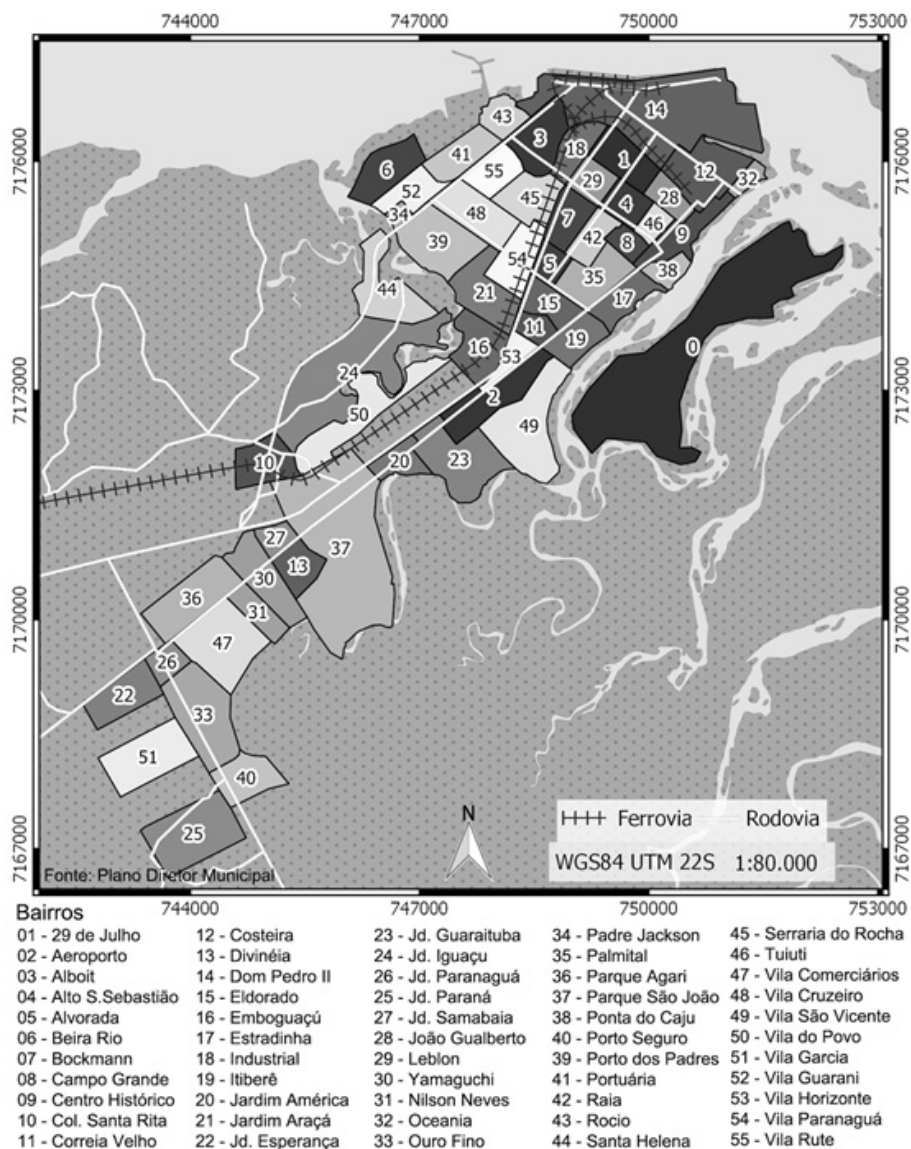


Figura 2: Arruamento e bairros da área urbana de Paranaguá – PR. **Fonte:** Os autores.

Tabela 3 – Resultados por questão para prevalência de asma e rinite em Paranaguá.

Escola	AS1	AS6	AS7	AS8	R1	R2	R3	R6
A	52,0	12,0	28,0	40,0	52,0	36,0	28,0	44,0
B	3,5	17,4	13,0	52,2	39,1	30,4	34,8	52,2
C	48,1	14,8	29,6	44,4	74,1	55,6	40,7	48,1
D	35,1	2,7	40,5	64,9	40,5	40,5	37,8	51,4
E	81,5	14,8	37,0	70,4	55,6	37,0	48,1	40,7
F	46,3	11,3	20,0	55,0	38,8	28,8	41,3	40,0
G	40,0	0,0	20,0	60,0	35,0	50,0	30,0	15,0
I	45,2	16,1	25,8	61,3	41,9	48,4	32,3	51,6
J	39,5	13,2	26,3	56,6	35,5	38,2	39,5	35,5
K	12,5	0,0	18,8	56,3	12,5	18,8	12,5	31,3
L	46,2	10,3	28,2	46,2	43,6	33,3	35,9	30,8
M	43,2	21,6	32,4	64,9	59,5	54,1	40,5	51,4
N	54,3	17,4	15,2	56,5	56,5	43,5	47,8	60,9
O	38,7	9,7	25,8	67,7	51,6	45,2	35,5	22,6
P	51,2	9,8	22,0	43,9	51,2	39,0	29,3	46,3
Q	50,0	10,9	30,4	52,2	34,8	37,0	30,4	45,7
MÉDIA	45,5	11,4	25,8	55,8	45,1	39,7	35,3	41,7

Fonte: Os autores. AS1 - “Alguma vez na vida você já teve sibilos (chiado no peito)?”; AS6 - “Alguma vez na vida teve asma?”; AS7 - “Nos últimos 12 (doze) meses você teve chiado no peito ao fazer exercícios físicos?”; AS8 - “Nos últimos 12 (doze) meses você teve tosse seca à noite sem estar gripado ou com infecção respiratória?”; R1 - “Alguma vez na vida você teve problemas com espirros ou coriza (corrimento nasal ou obstrução nasal) quando não estava resfriado ou gripado?”; R2 - “Nos últimos 12 (doze) meses você teve problemas com espirros, coriza (corrimento nasal) ou obstrução nasal quando não estava resfriado ou gripado?”; R3 - “Nos últimos 12 (doze) meses esse corrimento foi acompanhado com lacrimejamento ou coceira nos olhos?”; R6 - “Alguma vez na vida você já teve rinite?”. Escola “H” retirada por motivos de erro na amostragem.

Quanto às questões relacionadas à asma, as maiores prevalências foram encontradas na questão AS1, em que quatro colégios apresentaram taxas maiores que 50% (A, E, N, P); na questão AS6 quatro colégios apresentaram taxas maiores que 15% (B, I, M, N); para a questão AS7 quatro colégios apresentaram taxas maiores que 30% (D, E, M, Q); já para a questão AS8 doze colégios apresentaram taxa maior que 50% (B, D, E, F, G, I, J, K, M, N, O, Q).

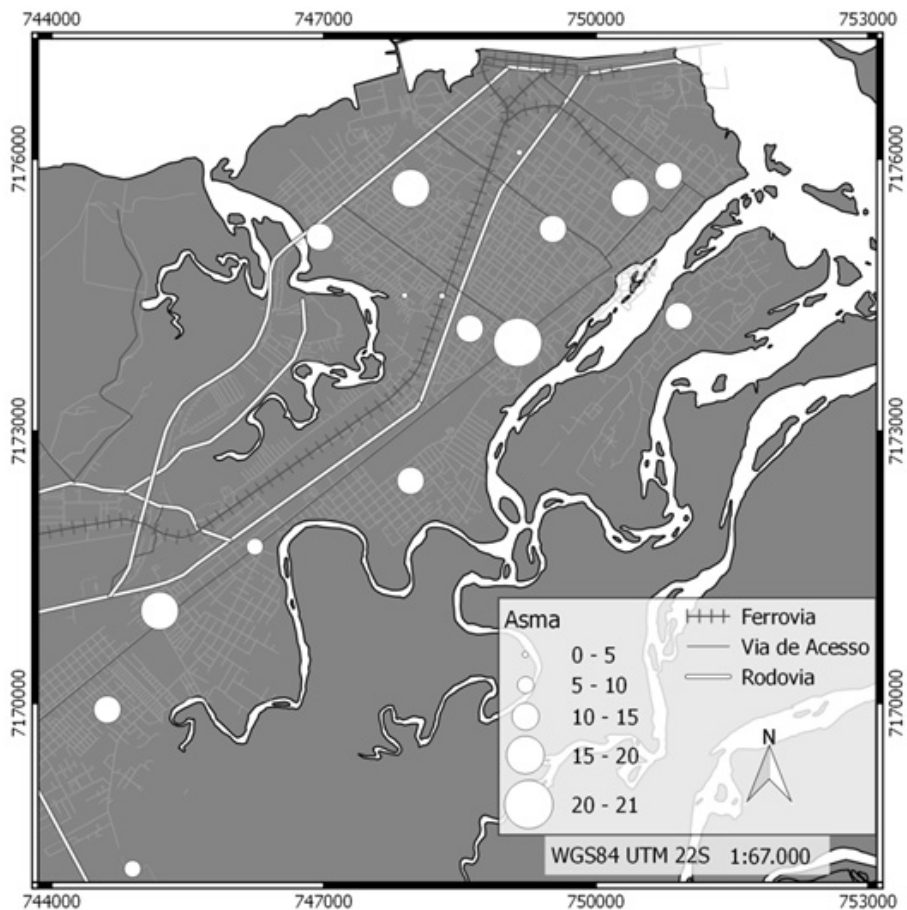


Figura 3: Mapa de prevalência de asma por escolas estaduais, município de Paranaguá.
Fonte: Os autores.

Como ilustrado na Figura 3, a asma apresentou maior prevalência nos Colégios B (17,4%), I (16,1%), M (21,6%), N (17,4%), localizados próximo à área portuária, vias de acesso e central. Essas áreas possuem peculiaridades que podem favorecer a distribuição maior de casos nessas localidades.

Para a questão AS1 a maior taxa foi encontrada na escola E, com 81,5% dos estudantes, sendo que o restante das taxas está abaixo de 35,1% nas demais escolas. A escola E se localiza no bairro Porto dos Padres e fica próxima à rodovia. Para a questão AS7, a taxa mais elevada é de 40,5% na escola D, próxima à linha ferroviária da cidade. Para a

questão AS8, a maior taxa foi de 70,4% também na escola E, atentando que a maioria das taxas estão acima de 50%.

Em relação à rinite, para as questões R1 e R2 a escola C apresenta maior porcentagem, com 74,1 e 55,6% respectivamente, localizada próxima à via de acesso da cidade e ao Porto de Paranaguá.

Mais uma vez, para questão R3 a escola E apresenta maior taxa: 48,1%. Para tanto, as maiores taxas se encontram em escolas que estão próximas a vias de acesso, como ferrovia e rodovia, onde há um grande fluxo de automóveis e caminhões de grande porte transitando e com proximidade ao porto.

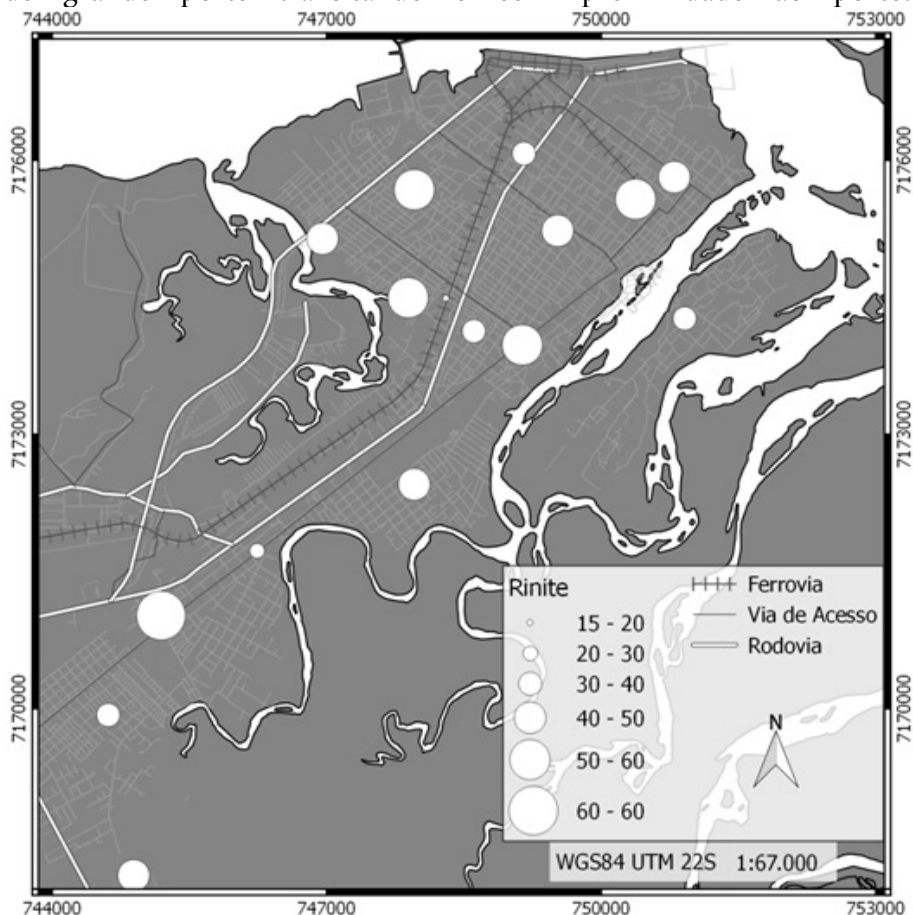


Figura 4: Mapa de prevalência de rinite por escolas estaduais, município de Paranaguá.
Fonte: Os autores.

Encontramos as maiores prevalências de rinite nos colégios B (52,2%), D (51,4%), I (51,6%), M (51,4%) e N (60,9%), localizados nas vias de acesso, área portuária e central. As maiores prevalências foram encontradas na questão R1, em que sete colégios apresentaram taxas maiores que 50% (A, C, E, M, N, O, P); para a questão R2, as maiores taxas foram encontradas em quatorze colégios (A, B, C, D, E, G, I, J, L, M, N, O, P, Q); assim como para a questão R3, doze colégios apresentaram as maiores taxas (B, C, D, E, F, I, J, L, M, N, O, Q), ambos maiores que 30%; e para a questão R6, cinco colégios apresentaram taxa maior que 50% (B, D, I, M, N).

DISCUSSÃO

No Brasil, o ISAAC foi aplicado em diversos municípios, sendo da região Norte, Belém e Manaus, com prevalência de asma e rinite de 32,8% e 47,4%, 19,7 e 23,0%, respectivamente; na região Nordeste, Natal (16,2% e 32,0%), Recife (18,0% e 35,8%), Caruaru (19,7% e 25,5%), Maceió (13,8% e 26,4%), Aracaju (15,4% e 25,6%), Feira de Santana (5,8% e 33,0%), Salvador (13,7% e 44,2%) e Vitória da Conquista (15,2% e 39,8%); na região Centro-Oeste, Brasília (14,8% e 29,3%); na região Sudeste, Belo Horizonte (9,8% e 26,1%), Nova Iguaçu (7,3% e 17,4%), São Paulo Oeste (8,9% e 31,1%), Sul (10,4% e 27,4%) e Santo André (8,9% e 28,4%); e na região Sul, Curitiba (9,2% e 39,2%), Itajaí (11,1% e 22,1%), Passo Fundo (14,6% e 29,5%), Porto Alegre (21,2% e 32,1%) e Santa Maria (11,1% e 20,6%) (SOLÉ et al., 2006).

Dos resultados do Isacc no Brasil, oito municípios são cidades portuárias, sendo elas: Belém, Manaus, Natal, Recife, Maceió, Salvador, Itajaí e Porto Alegre. O município de Paranaguá possui prevalência de asma e rinite de 11,4% e 41,7%. Visando obter um comparativo referente a esses resultados, atribui-se a média mundial de 13,7% para asma e 29,6% para rinite, e a relevância da cidade de Curitiba (9,2% e 39,2%) devido a sua proximidade com a área de estudo. A pesquisa teve início em 2002 e foi concluída em 2003, conforme recomendação do ISAAC, na região Sul, onde as estações são bem definidas, foi realizado antes da primavera, evitando-se assim possíveis influências sazonais.

Os municípios que apresentaram prevalências de diagnóstico de asma mais próximas às de Paranaguá foram Maceió, Salvador e Itajaí. Esses municípios têm em comum o fato de todos apresentarem complexos portuários e serem de médio e grande porte. Os valores das prevalências dos municípios estão próximos ao mundial, que é de 13,7% para asma e 29,6% para rinite. Vale destacar que nenhum município portuário apresentou índices de prevalência de asma mais baixos que 11%. Essas taxas sugerem que a emissão de poluentes causada pelo intenso fluxo de veículos e atividades nos complexos industriais próximos às áreas portuárias podem estar relacionados com a prevalência de asma.

Segundo o IBGE (2011), o Brasil apresenta 26,5% de sua população em áreas costeiras, o que justifica a preocupação dos pesquisadores das áreas de saúde pública e ambiental sobre os impactos causados à saúde dessa população em decorrência da poluição atmosférica causada pelas atividades portuárias.

Com relação às prevalências de rinite (11,4%), Paranaguá apresentou indicadores próximos aos mais altos encontrados para o Brasil, como em Belém, Salvador e Curitiba. Entretanto, vale ressaltar que os três são municípios de grande porte, com uma população muito maior que a de Paranaguá. Além disso, Belém e Salvador são municípios portuários, o que aumenta a circulação de caminhões, bem como a presença de navios e trens, que potencializam a liberação de poluentes atmosféricos. A cidade de Curitiba, por sua vez, apresenta outra característica que se soma à poluição, que é o frio, característica também de Paranaguá nos meses de outono e inverno. Todos esses fatores são descritos na literatura desencadeantes da rinite, deixando, assim, a possibilidade desses elementos estarem relacionados à doença em questão nos municípios (SOLÉ; SAKANO, 2012).

É importante relatar a falta de estudos de prevalência de asma para Paranaguá, o que dificulta a comparação de dados. Foi encontrado somente um estudo anterior sobre o tema, realizado entre agosto de 2006 e janeiro de 2007, que descreve a prevalência de 34% de asma a partir de atendimentos ambulatoriais, sendo o bairro Ilha dos Valadares o que apresentou a maior porcentagem dos casos (13,33%). A metodologia aplicada foi a de consulta de prontuários médicos de uma unidade especializada em atendimento de asma e de distribuição demográfica

dos casos, utilizando como população crianças de 5 a 14 anos de idade (RICIERI et al., 2010). A utilização de método não padronizado dificulta a comparação entre os estudos, porém, não tira a relevância da pesquisa em questão, uma vez que os resultados encontrados apontam a asma como importante causa de atendimento ambulatorial no município.

Diferente do estudo anterior, os dados aqui apresentados indicam que os colégios que apresentaram maiores taxas de asma não estão na Ilha dos Valadares, mas na localidade da escola M, localizada no bairro Itiberê. Porém, há de se levar em conta que esse ponto de análise se situa próximo à ilha, e é provável que haja o fluxo de estudantes provenientes da Ilha de Valadares para tal instituição de ensino. Tanto a prevalência de asma como a de rinite apresentaram-se maiores nas regiões centrais, portuárias e nas de vias de acesso. Dentre as características locais podemos destacar que há um ponto em comum entre as três regiões, condizentes ao alto fluxo de veículos movidos a combustíveis fósseis. Pelas rodovias, avenidas e ferrovias da cidade passam caminhões, carros e trens de maneira intensa o dia inteiro. Veículos movidos a esses tipos de combustíveis liberam na atmosfera diversos gases poluentes. Os principais são os óxidos de nitrogênio, dióxido de enxofre, compostos orgânicos voláteis, material particulado, ozônio, metais pesados, entre outros (ARNEDO-PENA et al., 2009). Estudos apontam a associação direta e indireta entre óxidos de nitrogênio e efeitos adversos no sistema cardiovascular e respiratório (PEDEN, 2005), além do aumento do risco de asma, rinite e eczema em crianças, relacionado com maior concentração de óxidos de enxofre, dentre outros malefícios à saúde humana (PANDEY et al., 2008).

A Organização Mundial da Saúde (OMS, 2006) considera que “os poluentes atmosféricos podem causar uma faixa de efeitos significativos como irritação, odor desagradável e efeitos agudos e de longo prazo”. Sendo assim, o estudo atenta para a necessidade e importância do tema para o bem-estar dos estudantes e da população em geral, intrínseca nesse processo, uma vez que há a possibilidade de surgir patologias a curto e longo prazo.

São frequentemente discutidos e submetidos à legislação os poluentes clássicos, como material particulado, dióxido de enxofre, monóxido de carbono, óxidos de nitrogênio, ozônio, chumbo, entre

outros, porém, segundo Saldiva et al. (2010, p. 151), existem também substâncias mais tóxicas presentes no ar das cidades que apresentam riscos para a população devido aos seus efeitos irreversíveis e de longo prazo, tais como câncer, efeitos mutagênicos e intoxicação sistêmica.

“Alguns compostos mais tóxicos resistem à degradação no ambiente, podem sofrer bioacumulação e ser transportados pelo ar, água e espécies migratórias; são depositados longe do local de lançamento e se acumulam nos ecossistemas aquáticos e terrestres” (SALDIVA et al, 2010, p. 151). Sendo assim, posto os efeitos negativos sobre a poluição atmosférica tanto para saúde humana quanto para a saúde ambiental e preservação dos ecossistemas, é fundamental ressaltar que a complexidade dos estudos realizados nessa temática cumpre papel essencial para tomada de futuras decisões, auxiliando também na estruturação de políticas públicas, do mesmo modo que a análise dos diversos resultados pode trazer benefícios para a população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo mostra que Paranaguá apresentou resultados de prevalências de asma e rinite entre adolescentes de 13 e 14 anos, em geral, similares a municípios de grande porte ou com características portuárias. Entre os colégios que apresentaram maiores taxas estão aqueles localizados em áreas portuárias, vias de acesso ao porto e ao centro e na região central. Estudos futuros utilizando outras variáveis referentes aos sinais e sintomas de asma, dados sociodemográficos, além do monitoramento tanto direto, utilizando amostradores de qualidade do ar, quanto indireto, utilizando biomonitores e biomarcadores, poderão apresentar de maneira mais sólida o impacto da poluição atmosférica decorrente da atividade portuária no município de Paranaguá.

Apesar disso, é possível indicar que há um quadro de risco ambiental em Paranaguá, que se repete na maioria das cidades portuárias brasileiras. Uma reflexão relativa ao modelo de desenvolvimento pautado pelo agronegócio se mostra necessária, a partir do contexto em que as externalidades recaem sobre uma população fragilizada e submetida às demandas do capital internacional.

Embora os resultados aqui apresentados possam sugerir a existência de uma relação entre a atividade portuária e os indicadores de asma e rinite para adolescentes em Paranaguá, ainda não é possível precisar a magnitude dessa relação. A continuidade dos estudos com ênfase em análises mais aprofundadas tanto referentes às doenças respiratórias quanto a poluição atmosférica e suas fontes de exaustão, bem como a sobreposição dos dados encontrados podem reforçar a existências dessa relação. Entretanto, é plausível sugerir que locais com maior tráfego de veículos a motor apresentam maiores índices de asma e rinite dentre estudantes de 13 e 14 anos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA (APPA). Disponível em: <<http://www.portosdoparana.pr.gov.br/>>. Acesso em: 15 fev. 2016.

AMORIM, A. J.; DANELUZZI, Júlio C. Prevalence of asthma in schoolchildren. *Jornal de Pediatria*, v. 77, n. 3, p. 197-202, jun. 2001.

ARNEDO-PENA, A. et al. Air pollution and recent symptoms of asthma, allergic rhinitis, and atopic eczema in schoolchildren aged between 6 and 7 years. *Archivos De Bronconeumología*, PMID: 19371994, v. 45, n. 5, p. 224-229, maio 2009.

BAILEY, D.; SOLOMON, Gina. Pollution prevention at ports: clearing the air. *Environmental Impact Assessment Review*, v. 24, n. 7-8, p. 749-774, 2004.

BECKER, A. et al. Canadian Pediatric Asthma Consensus Guidelines, 2003 (updated to December 2004): Introduction. *Canadian Medical Association Journal*, PMID: 16157728, v. 173, n. 6 sup., p. S12-S14, 13 set. 2005.

BRAGA, A. et al. Poluição atmosférica e saúde humana. *Revista USP*, v. 0, n. 51, p. 58, 30 nov. 2001.

COMISSÃO de Asma da SBPT. Grupo de Trabalho das Diretrizes para Asma da SBPT. Diretrizes da Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia para o Manejo da Asma – 2012. *J Bras Pneumol*, v. 38, supl., p. S1-S46, 2012.

GLOBAL INITIATIVE FOR ASTHMA (GINA). Global Strategy for Asthma Management and Prevention 2014. Disponível em: <<http://www.ginasthma.com>>. Acesso em: 13 jul. 16.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Atlas geográfico das zonas costeiras e oceânicas do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). IBGE Cidades - Paranaguá. Disponível em: <<https://goo.gl/eqXFO7>>. Acesso em: 26 set. 2015.

ISAAC PHASE THREE WRITING GROUP. Isaac Phase Three Manual. International Data Centre. Auckland, New Zealand; 2000. Disponível em: <<http://ISAAC.auckland.ac.nz/phases/phasethree/phasethreemanual.pdf>>. Acesso em: 21/10/2016.

KAMPA, M.; CASTANAS, Elias. Human health effects of air pollution. *Environmental Pollution*, v. 151, n. 2, p. 362-367, 2008.

KUMAR, R. K. Understanding airway wall remodeling in asthma: a basis for improvements in therapy? *Pharmacology & Therapeutics*, v. 91, n. 2, p. 93-104, ago. 2001.

LIMA, W. L. et al. Asthma and associated factors in students 13 and 14 years of age in São Luís, Maranhão State, Brazil. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 28, n. 6, p. 1046-1056, jun. 2012.

MALLOL, J. et al. The International Study of Asthma and Allergies in Childhood (ISAAC) Phase Three: A global synthesis. *Allergologia et Immunopathologia*, v. 41, n. 2, p. 73-85, mar. 2013.

MELLO JÚNIOR, J. F. de. Understanding the treatment of allergic rhinitis. *Revista Brasileira de Otorrinolaringologia*, v. 74, n. 4, p. 482-482, ago. 2008.

MOURA, Marisa et al. Air quality and acute respiratory disorders in children. *Revista de Saúde Pública*, v. 42, n. 3, p. 503-511, jun. 2008.

PANDEY, S. K. et al. Long-term study of NO_x behavior at urban roadside and background locations in Seoul, Korea. *Atmospheric Environment*, v. 42, n. 4, p. 607-622, fev. 2008.

PASTORINO, A. C. Study of asthma and allergic diseases prevalence, aeroallergens

sensitization and the risk factors exposure in students from 13 - 14 years in the west area of the city of São Paulo. Universidade de São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/5/5141/tde-22032006-225713/>>. Acesso em: 24 fev. 2016.

PEDEN, D. B. The epidemiology and genetics of asthma risk associated with air pollution. *The Journal of Allergy and Clinical Immunology*, PMID: 15696070, v. 115, n. 2, p. 213-219, fev. 2005.

REIS, R. A. et al. poluição atmosférica, saúde e cidades portuárias - perspectivas para Paranaguá. *Diálogos Interdisciplinares em Desenvolvimento Territorial Sustentável: Políticas, Ecologias e Saberes*, Matinhos, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável, v. 1, p. 543, 2015.

RICIERI, D. V. et al. Demografia da asma no município de Paranaguá/PR e no contexto das doenças respiratórias no litoral do Paraná. *Revista Inspirar*, v. 2, 2010. Disponível em: <<http://inspirar.com.br/revista/?p=300>>. Acesso em: 21/10/2016.

SALDIVA, P. Meio ambiente e saúde: o desafio das metrópoles. São Paulo: Ex-Libris, 2010.

SIMÕES, S. de M. et al. Distribution of severity of asthma in childhood. *Jornal de Pediatria*, v. 86, n. 5, p. 417-423, out. 2010.

SOLÉ, D.; V., A. T.; YAMADA, E.; RIZZO, M. C. V.; NASPITZ, C. K. International Study of Asthma and Allergies in Childhood (ISAAC) written questionnaire: validation of the asthma component among Brazilian children. *J Invest Allergol Clin Immunol.*, v. 8, p. 376-382, 1998.

SOLÉ, Dirceu et al. A asma em crianças brasileiras é problema de saúde pública. *Rev Bras Alerg Imunopatol*, v. 27, n. 5, p. 185-188, 2004.

SOLÉ, D. et al. Prevalence of symptoms of asthma, rhinitis, and atopic eczema among Brazilian children and adolescents identified by the International Study of Asthma and Allergies in Childhood (ISAAC): phase 3. *Jornal de Pediatria*, v. 82, n. 5, p. 341-346, out. 2006.

SOLÉ, D.; SAKANO, E. (Orgs.). Consenso brasileiro sobre rinites. *Braz J Otorhinolaryngol*, v. 75, n. 6S, p. 1-50, 2012.

TIEPOLO, L. M. A inquietude da mata atlântica: reflexões sobre a política do abandono em uma terra cobiçada. *Guaju*, v. 1, n. 2, p. 96-109, 2 fev. 2016.

VIEIRA, J. W. da C.; SILVA, Anderson Aquiles; OLIVEIRA, Flávia Márcia. Knowledge and impact on disease management by asthmatic patients. *Revista Brasileira de Enfermagem*, v. 61, n. 6, p. 853-857, dez. 2008.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). Asthma 2015. Disponível em: <<http://www.who.int/topics/asthma/en/>>. Acesso em: 10 mar. 2015.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). Air quality guidelines: global update 2005: particulate matter, ozone, nitrogen dioxide, and sulfur dioxide. Europe: World Health Organization, 2006.



Baía de Guaratuba. Autor: Marcelo Chemin

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA DO LITORAL DO PARANÁ: REDES DE ATENÇÃO À SAÚDE E POLÍTICAS PÚBLICAS

*Marcos Claudio Signorelli
Luciana Vieira Castilho Weinert
Neilor Vanderlei Kleinubing
Marilia Pinto Ferreira Murata*

INTRODUÇÃO

Um dos aspectos significativos no estudo das políticas públicas para as pessoas com deficiência (PcD) consiste em compreender sua relação com a promoção da sustentabilidade. A temática do desenvolvimento territorial sustentável é atualmente uma aspiração de abrangência global que pode ser contextualizada por meio de uma breve incursão na literatura da área.

Amartya Sen (1999) define que o desenvolvimento está essencialmente relacionado às oportunidades de escolha e ao exercício da cidadania, enquanto território pode ser definido como um espaço concreto da vida social no qual as políticas e estratégias públicas e privadas se encontram e mostram seu grau de convergência ou divergência (GADELHA et al., 2011). Pecqueur (2005) discorre sobre duas concepções de território: de um lado o território “dado”, sem valor acrescentado; e do outro o território “construído”, fruto de atores sociais. Portanto, o Desenvolvimento Territorial designa todo processo de mobilização de atores que leve à elaboração de uma estratégia de adaptação aos limites externos, na base de uma identificação coletiva com uma cultura e um território (PECQUEUR, 2005). Sustentabilidade faz referência à manutenção do sistema de suporte de vida; significa comportamento em obediência às leis da natureza (CAVALCANTI, 1995). Finalmente, a definição de Desenvolvimento Sustentável consagrada no Relatório Brundtland (1987) pode ser resumida na seguinte sentença: atender às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer suas próprias necessidades (BRUNDTLAND, 1987).

O Relatório de Desenvolvimento Humano de 2014, produzido pela Organização das Nações Unidas (ONU, 2014), atribui a superação das vulnerabilidades como cerne para o desenvolvimento sustentável. O conceito de vulnerabilidade, por sua vez, tem relação com o contexto de vida social e histórico das redes sociais, de forma a estimar suas chances de exposição ao adoecimento e outros agravos sociais (BRASIL, 2009). Nesse contexto, as PcD formam uma população vulnerável, por seus aspectos de fragilidade e dependência¹, e, portanto, necessitam de maior atenção para que se desenvolvam integralmente. Gadelha et al. (2011) relatam o papel da saúde como um elemento propulsor regional do desenvolvimento, com relevância significativa na coesão social e econômica de um território.

Para Pecqueur (2005), o desenvolvimento territorial envolve a participação de atores que podem mobilizar-se a partir de políticas públicas pertinentes. Assim, cabe ressaltar que as discussões que envolvem a construção e implantação de políticas públicas apoiam-se no conceito de redes, estabelecendo padrões estáveis de inter-relações entre os atores envolvidos (MENDES, 2011). Dessa forma, conhecer a realidade e as peculiaridades de um território torna-se essencial para fundamentar estratégias de ação e a implantação de políticas públicas pertinentes a ele. Além disso, a construção de uma rede de atenção integral exige um aprofundamento sobre o contexto em que a população está inserida e a identificação de suas principais necessidades.

Este capítulo pretende apresentar e refletir sobre uma experiência de implementação de políticas públicas com vistas à sustentabilidade por meio da formação de redes para pessoas com deficiência no território do litoral do Paraná, especificamente nos municípios de Paranaguá, Pontal do Paraná e Guaratuba. Essa experiência desenvolveu-se em uma parceria interinstitucional entre Ministério da Saúde, Universidade Federal do Paraná (UFPR) e prefeituras municipais pelo Programa de Educação pelo Trabalho (PET) na Saúde – Redes de Atenção às Pessoas com Deficiência (PcD). Essa é uma política pública fomentada pelo Ministério da Saúde com o intuito de viabilizar a interação no mundo do trabalho do Sistema Único de Saúde (SUS) entre acadêmicos, docentes, comunidade e profissionais atuantes no SUS.

1- Dependência não no sentido de que dependem de outras pessoas, mas no sentido de que dependem de ações inclusivas, tecnologias assistivas e políticas públicas que fomentem a acessibilidade e garantam a independência funcional desses sujeitos. (Nota dos autores).

PROJETO PET REDES DE ATENÇÃO ÀS PCD NO LITORAL DO PARANÁ

No projeto PET Redes de Atenção às PcD as ações foram embasadas nos pressupostos da “Política Nacional de Atenção à Saúde da Pessoa com Deficiência” (BRASIL, 2010) sob uma ótica interdisciplinar e intersetorial, pois existiu a participação de discentes e docentes de diferentes cursos que compõem a área da saúde, em ações que envolveram diferentes setores, como saúde, educação e ação social. A presente experiência, desenvolvida pela UFPR, integrou estudantes e docentes dos cursos de Fisioterapia, Educação Física, Saúde Coletiva e Serviço Social, os quais são sediados no Setor Litoral dessa universidade, além da participação de profissionais da rede municipal de saúde de várias áreas, como Nutrição, Psicologia, Terapia Ocupacional, Fisioterapia, Enfermagem, Odontologia, Assistência Social, Fonoaudiologia, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, que atuaram como preceptores dos estudantes nas atividades de campo.

O projeto ocorreu entre março de 2013 e setembro de 2015 simultaneamente em três municípios da região litorânea do Paraná: Guaratuba, Pontal do Paraná e Paranaguá. A atuação nesses municípios buscou a implementação de grupos de trabalho a fim de consolidar e aprimorar a rede de cuidado às pessoas com deficiência. Cada município contou com uma equipe composta por um docente tutor, seis profissionais preceptores atuantes na rede municipal da saúde e mais doze estudantes de graduação dos cursos supracitados, bolsistas do Ministério da Saúde. As equipes de trabalho eram articuladas sob a coordenação geral de um docente.

Por meio de oficinas semanais de planejamento, a equipe estruturou a organização das ações em três frentes de trabalho vinculadas, respectivamente, às Secretarias de Saúde, Educação e Assistência Social em cada município. A realização do trabalho com essas três secretarias municipais ocorreu devido à intenção de desenvolver o maior número de ações possíveis na rede de atenção às PcD de cada município, buscando ainda agregar ações articuladas entre os três municípios da região. Para tanto, seguiu-se a noção de redes proposta por: 1) Junqueira (2000), que estabelece a rede como um emaranhado de relações nas quais os sujeitos constituem os nós, contemplando a organização social;

2) Marques (1999), que propõe a rede social, que é entendida como “o campo presente em determinado momento, estruturado por vínculos entre indivíduos, grupos e organizações construídos ao longo do tempo” (MARQUES, 1999, p. 46); 3) Castells (1999), ao afirmar que as pessoas organizam seu significado em torno do que são e acreditam que são, e as redes de intercâmbios conectam pessoas, grupos, regiões e organizações de acordo com os objetivos estabelecidos na rede; 4) compactuou-se também dos pressupostos da teoria sistêmica de Edgar Morin (1996), que propõe que os objetos/sujeitos são redes de relações e a realidade é uma teia complexa de relacionamentos; 5) além da diretriz para a organização da rede de atenção à saúde, estabelecida pelo Ministério da Saúde, em que as redes são definidas como “arranjos organizativos de ações e serviços de saúde, de diferentes densidades tecnológicas, que integradas por meio de sistemas de apoio técnico, logístico e de gestão buscam garantir a integralidade do cuidado” (BRASIL, 2010); e por fim, 6) embasou-se na dimensão operacional proposta por Mendes (2011), em que a rede deve possuir equipamentos de diferentes densidades tecnológicas com distribuição espacial otimizada, de forma que sua atuação ocorra com vistas a objetivos comuns e por meio de uma ação cooperativa e interdependente.

Com base nessas acepções teóricas, fundamentou-se a atuação desse PET no sentido de fomentar/potencializar as redes, trabalhando-se em uma dinâmica que contempla duas instâncias de rede: a rede intrassetorial e a rede intersetorial. A rede intrassetorial ocorre dentro dos limites de um setor específico, no caso do foco desse projeto, consistiu na área de saúde, com ações na atenção primária, secundária e alguma contribuição na terciária. Já na rede intersetorial há interação entre diferentes setores. No caso da experiência aqui relatada, houve interação da saúde com os outros eixos: de assistência e de educação. Essas instâncias de rede reforçam o conceito de clínica ampliada (CAMPOS; AMARAL, 2007) em que a saúde não tem como objeto unicamente a dimensão biológica e nem se produz apenas em estabelecimentos de saúde, mas se desenvolve também em outros espaços como na escola, nos espaços de convivência, nos ambientes de lazer, entre outros.

Para materializar o projeto em uma perspectiva seguindo a metodologia de pesquisa-ação, descrita por Thiollent (1996), houve a

elaboração inicial da proposta feita conjuntamente entre docentes da universidade, profissionais e gestores da rede de atenção à saúde de cada município, que trabalham diretamente com as PcD. Com vistas à participação do controle social, foi realizada também a apresentação, discussão e pactuação dos objetivos do projeto no Conselho Municipal de Saúde de cada um dos municípios que acolheram essa experiência. A proposta foi, então, submetida e aprovada no Ministério da Saúde.

A abordagem se desenvolveu em quatro etapas: 1) diagnóstico e mapeamento da realidade local da rede; 2) planejamento de estratégias pela metodologia de pesquisa-ação com reflexão conjunta entre docentes, discentes, profissionais e gestores; 3) execução das ações; 4) avaliação e síntese dos resultados. Na etapa inicial houve o mapeamento do perfil das PcD, da implantação das políticas públicas em cada município e o conhecimento dos profissionais gestores sobre essas políticas, das condições de acessibilidade e as demandas da atual rede de cuidado à PcD. Concomitantemente, a equipe do projeto geral do projeto PET (envolvendo os três municípios, profissionais dos serviços e docentes tutores da UFPR), realizaram oficinas de capacitação para os estudantes bolsistas.

Uma vez realizado o mapeamento, iniciou-se um processo de reflexão sobre as estratégias necessárias para aprimorar a rede de cuidado à PcD, bem como para o fortalecimento do Sistema Único de Saúde e a implementação de suas políticas públicas. Paralelamente, foi conduzida uma pesquisa de indicadores secundários, em que a equipe do projeto realizou, nessa etapa inicial, oficinas e aulas expositivas com os professores integrantes da equipe sobre políticas públicas, sistema de saúde no Brasil e questões relacionadas às PcD, além da apresentação de técnicas e métodos de pesquisa com o objetivo de subsidiar os trabalhos de campo. Para organizar didaticamente os resultados, serão apresentados a seguir os principais aspectos divididos por município.

AÇÕES NO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

O município de Paranaguá situa-se a 100 km da capital do estado, Curitiba, município sede da 1ª Regional de Saúde do PR, que abrange os

sete municípios da região litorânea do estado. Sua população estimada em 2015 era de 150.660, e seu Índice de Desenvolvimento Humano Municipal igual a 0,750 (IBGE, 2015). Com o início do projeto, a equipe analisou os indicadores secundários do município para auxiliar a etapa diagnóstica inicial. Foram consultados dados referentes ao município em bases de dados como IBGE, Datasus, Ipardes, Regional de Saúde, Secretaria Municipal de Saúde, Núcleo Regional de Educação, entre outros. Um dos primeiros achados dessa etapa preliminar consistiu na observação do desencontro de informações quantitativas a respeito da quantidade de PcD e seus subtipos no município a partir das diferentes fontes consultadas. A Tabela 1 sintetiza os dados obtidos no Núcleo Regional de Educação.

Tabela 1 - Quantidade de PcD nas instituições de ensino superior (IEs).

Tipo de deficiência	IEs municipais (n = 458)	IEs estaduais (n = 460)	IEs particulares (n = 530)
Intelectual	78%	40%	48%
Física	3%	3%	18%
Visual	3%	3%	3%
Auditiva	1%	22%	2%
Múltipla	11%	12%	18%
Outras	4%	20%	11%

Fonte: NRE (2014).

O mapeamento revelou que toda a rede de atenção à saúde de Paranaguá necessita de maior suporte físico-estrutural e, principalmente, de capacitação dos prestadores de serviços para garantir melhora no atendimento, identificando as necessidades específicas apresentadas pelas PcD. Outro dado importante refere-se à necessidade de ampliação do acesso à informação e realização de medidas preventivas que contemplem os grupos de risco. Porém, observou-se potencial, particularmente na atenção primária à saúde (APS).

Como ações desencadeadas a partir da etapa de mapeamento, o projeto balizou suas estratégias para consolidação da rede a partir das

diretrizes da Política Nacional da Saúde da Pessoa com Deficiência, com a realização de várias estratégias de ação, cujo legado pode ser observado na Tabela 2. Ressalta-se que grande parte dessas ações se encontram detalhadamente publicadas no livro elaborado pela equipe, intitulado “Diversidade, inclusão e saúde: perspectivas interdisciplinares de ação” (SIGNORELLI; MÉLO, 2015).

Tabela 2 – Realizações e repercussões do projeto no município de Paranaguá.

Ações em campo	Legado
Entrevistas com usuários, profissionais e gestores	- Dossiê sobre barreiras arquitetônicas e acessibilidade em equipamentos da saúde, educação e assistência social
Levantamento de dados em fontes secundárias	
Georreferenciamento dos equipamentos disponíveis	- Estimativa quantitativa das PcD atendidas pelas redes intrassetoriais
Ações de educação em saúde nas escolas, nos serviços de saúde e de assistência social sobre como abordar as PcD e inclusão	- Gravação de videoaulas
Discussões sobre a criação do Conselho Municipal dos Direitos das PcD (em fase de implantação)	- Divulgação a respeito dos benefícios destinados às PcD de baixa renda
Gravação de um documentário com depoimentos das PcD com objetivo de dar visibilidade e voz a elas	- Criação de página em rede social
Reuniões de apresentação de resultados sistematizados com discentes, docentes, gestores e profissionais	- Elaboração de carta de apoio
	- Exposição fotográfica
	- Sensibilização dos gestores
	- Apresentações de trabalhos científicos em eventos
	- Publicações em anais e livros

Fonte: Os autores (2016).

É significativo ressaltar que entre a etapa de mapeamento e a etapa de ação baseada foram realizadas reuniões de avaliação e planejamento em conjunto com a equipe do projeto e representantes das instituições abordadas na etapa diagnóstica para avaliação das ações alcançadas, pois se sabe que a implantação da rede é um desafio constante e que depende da mobilização de diversos atores sociais e serviços.

AÇÕES NO MUNICÍPIO DE GUARATUBA

O município de Guaratuba localiza-se no litoral sul do Paraná, que tem no turismo sazonal “de sol e praia” (Ministério do Turismo 2010) uma de suas características significativas. Sua população em 2015 (IBGE) era estimada em 35.182 habitantes, mas mais de 50% (cinquenta por cento) dos domicílios dizem respeito à segunda residência, o que torna a população flutuante durante o ano, entre os moradores e os donos de segunda residência (ESPÍNOLA, 2013). Estima-se que além da população residente, ao contabilizar veranistas de dezembro a fevereiro e mais os turistas ao longo do ano, a população flutuante atinja um número em torno de 1,5 milhão de pessoas, concentradas essencialmente nos meses de verão.

A equipe mapeou a realidade local de atenção à PcD, com informações coletadas a partir dos gestores municipais, das escolas especiais (particulares), da Secretaria de Assistência Social (cadastro dos beneficiários do BPC – Benefício de Prestação Continuada – para PcD), da Secretaria de Educação (classes especiais) e da Secretaria de Saúde. A análise desses dados mostrou as potencialidades e fragilidades do município em relação às políticas públicas voltadas às PcD (Figura 1).

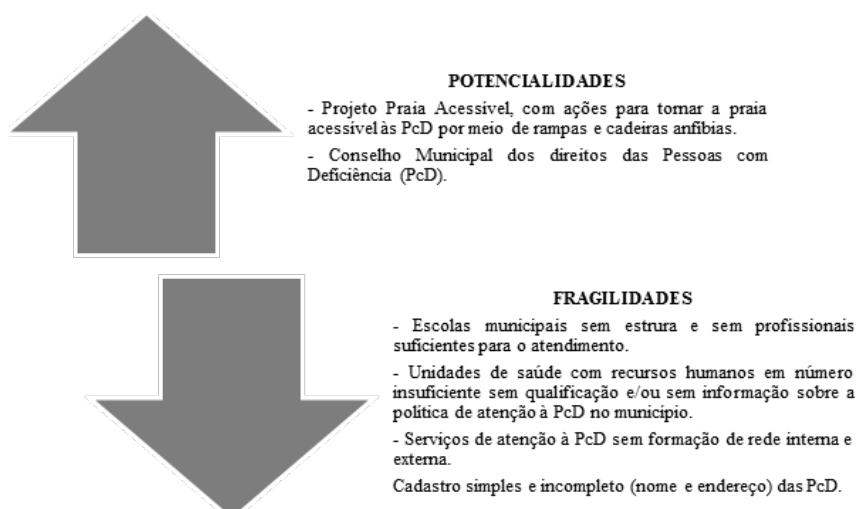


Figura 1: Potencialidades e fragilidades. **Fonte:** Os autores (2016).

A partir dessa etapa diagnóstica inicial, foram implementadas várias ações no município de Guaratuba, conforme ilustram as Figuras 2 e gráfico 1. Na Figura 2 estão sintetizadas as principais ações desenvolvidas pela equipe, enquanto no gráfico 1 foram mapeadas as PcD do município. Para tal se utilizou o cruzamento de informações entre as pastas de saúde (UBS – cadastro nas Unidades Básicas de Saúde), educação (PcD matriculadas na Apae – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) e assistência social (PcD de baixa renda, que recebem o BPC). A identificação das PcD no sistema (e inclusive as que estão fora dele) foi feita por meio do georreferenciamento, passo decisivo na formação de redes para implementação das políticas vigentes.

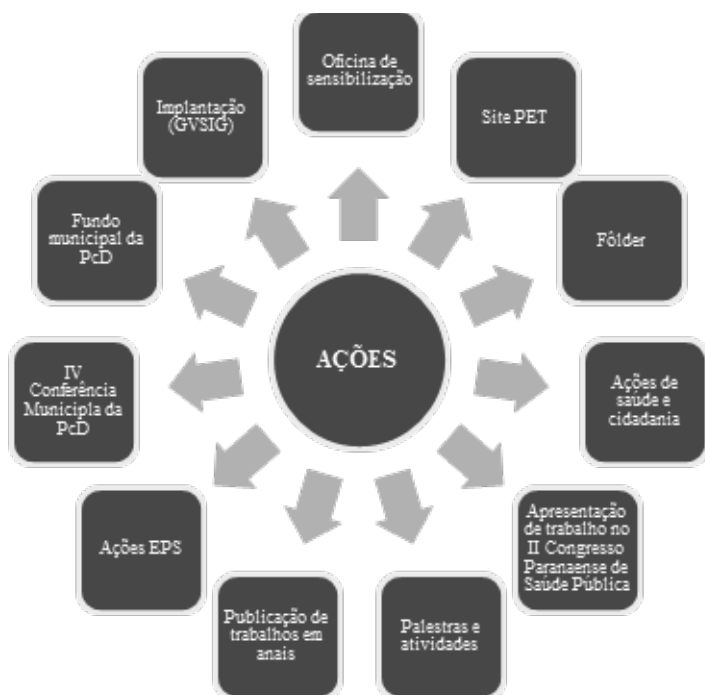


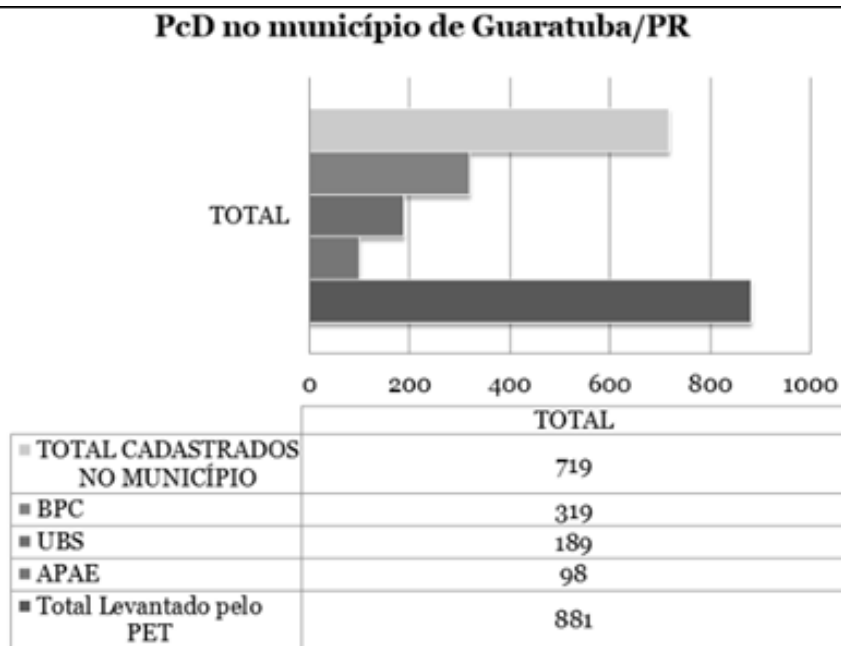
Figura 2: Ações desenvolvidas no município de Guaratuba. **Fonte:** Os autores (2016).

Da avaliação sobre o PET Redes de Atenção à Pessoa com Deficiência desenvolvido no município, destacou-se:

a) evidência sobre a necessidade de implantação da Educação Permanente em Saúde com vistas ao atendimento integral, com ações

multi e interdisciplinares, preconizando a integração em sistemas de serviços de saúde, pois a qualidade dos processos de coordenação

Gráfico 1- PcD em Guaratuba.



Fonte: Os autores (2016).

depende da eficácia da comunicação instituída entre as pessoas no interior dos sistemas. Para Lima (2009), a Teoria da Ação Comunicativa apresenta um caminho para pensar a transformação da prática cotidiana, no qual se evoluiria de uma perspectiva autoritária, fragmentada e individualista para uma visão democrática e integrada, baseada no trabalho coletivo, na solidariedade e na comunicação.

b) Conscientização sobre a dificuldade no planejamento das políticas públicas devido às características da população do município, moradores com domicílios de primeira residência, de segunda residência e o veranista, todos usuários do SUS. Tais quantitativos geram sobrecarga ao sistema, que é planejado e financiado de acordo com a população registrada no IBGE.

c) Demonstração da importância do georreferenciamento para

a implantação de políticas públicas, pois o primeiro contato implica no diagnóstico da acessibilidade e o uso do serviço. Mendes (2009, p.57-58) considera que para ocorrer a longitudinalidade dos serviços é necessário aporte regular de cuidados pela equipe de saúde e seu uso consistente ao longo do tempo, em um ambiente de relação colaborativa e humanizada entre equipe, usuário e família. Diante do levantamento dos determinantes sociais em saúde, bem como o número de usuários a serem atendidos na área adstrita, é possível coordenar, planejar e garantir a continuidade da atenção através de sua equipe de saúde, com o real conhecimento dos agravos em saúde que requerem atendimento constante.

Concluimos que a diferença entre o número levantado de PcD pelo PET e o número já cadastrado decorre da dificuldade de acompanhamento, pois os usuários da segunda residência não utilizam os serviços constantemente, assim como o veranista (PcD), que passam ser usuários eventuais. O município, apesar de possuir os serviços na Estratégia de Saúde da Família (ESF) e outros serviços especializados, não caracteriza rede interna e nem mesmo rede externa, o que dificulta, assim, o atendimento integral e o controle dessa população vulnerável.

AÇÕES NO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ

O município de Pontal do Paraná está localizado no litoral do estado do Paraná, possui 199 km² de extensão e destes, 23 km de praias, totalizando 48 balneários. Em 2015, sua população residente totalizava 24.352 habitantes. De acordo com o Censo de 2010, realizado pelo IBGE, aproximadamente 23% desses moradores possuíam, na época, pelo menos uma das deficiências investigadas (IBGE, 2010).

As ações desenvolvidas pela equipe do projeto PET Redes de Atenção à Pessoa com Deficiência, no município de Pontal do Paraná, na primeira etapa do projeto (diagnóstico e mapeamento da realidade local da rede) incluíram levantamentos de dados gerais e de caracterização do município, bem como da rede de atenção já existente, inicialmente nas bases de dados federais e municipais, como IBGE; Ipardes; Datasus; Ministérios da Saúde, Educação e Turismo; site oficial

da Secretaria Municipal de Saúde, entre outras. Em seguida, foi feito trabalho de reconhecimento da realidade local, tanto no que se refere aos equipamentos, estrutura física e de profissionais quanto aos tipos de atendimentos ofertados. Para tanto, foram realizadas, primeiramente, visitas guiadas, vivências nos locais de trabalho dos profissionais que trabalham com as pessoas com deficiência no município, contato e reuniões com gestores e profissionais das áreas de saúde, educação e assistência social; reuniões de planejamento e discussão entre os participantes da equipe de Pontal do Paraná e desta com a equipe geral dos três municípios e também com gestores do município.

Desse primeiro contato e dados levantados inicialmente, verificou-se uma grande dificuldade de mapeamento da rede por falta ou desencontro de informações, e ainda, pouco registro das ações ou dos usuários público-alvo do projeto. Dessa forma, constatou-se a necessidade de um mapeamento mais específico e mais detalhado da rede existente no município. Em decorrência, as ações que se seguiram (ainda referentes à primeira etapa do projeto no município de Pontal do Paraná) incluíram coleta de dados de caracterização e reconhecimento das ações e serviços existentes no município, direcionados às pessoas com deficiência, por meio de entrevistas individuais, primeiramente com os gestores/secretários do município de Pontal do Paraná, como: Secretários da Saúde, Educação, Planejamento, Recursos Humanos, Administração e Finanças, Obras e Urbanismo, Direitos Humanos e Cidadania, Esporte e Lazer etc.

Em seguida, as entrevistas se estenderam aos gestores (diretores e coordenadores) das três áreas elencadas como prioritárias para o trabalho do PET Redes de Atenção à Pessoa com Deficiência (saúde, educação e assistência social), nos diversos serviços por eles ofertados, conforme se observa na Tabela 3.

Tabela 3 – Locais de mapeamento da rede de Pontal do Paraná.

Equipamento/Serviço	Quantidade de Locais
Unidade de Pronto Atendimento 24h	01
Unidade Básica de Saúde	04
Centro de Saúde da Mulher e da Criança	01
Escolas Municipais de Ensino Fundamental	05
Brinquedoteca	01
Biblioteca	01
Equoterapia	01
Centros Municipais de Educação Infantil	09
Colégios Estaduais	05
Escola de Educação Especial	01
Cras	02
Caps	01
Conselho Tutelar	01
Casa de Passagem	01

Fonte: Os autores (2016).

Após a realização das entrevistas com os gestores dos locais acima elencados, foram realizadas entrevistas com profissionais da saúde, professores e profissionais da assistência social. Em seguida da realização das entrevistas com os profissionais dos três segmentos (saúde, educação e assistência) foram realizadas entrevistas individuais com os usuários desses serviços. Para a localização desses usuários foram utilizados os registros de atendimentos às pessoas com deficiência feito por profissionais da área de saúde, cadastro do BPC, cadastro da Escola Especial, matrículas nas salas de recursos multifuncionais, indicação de Agentes Comunitários de Saúde. As entrevistas foram realizadas nas Unidades Básicas de Saúde ou na residência das pessoas com deficiência. Essa etapa do mapeamento e coleta de dados constituiu-se em uma das mais complicadas devido à desatualização dos cadastros, endereços incompletos ou incorretos, falta de identificação da pessoa com deficiência nos cadastros e registros dos locais de atendimento, dificuldade e confusão das pessoas informantes em identificar os casos de

pessoas com deficiência. Portanto, esse trabalho assinala a necessidade de cadastros atualizados por meio de sistemas informatizados e integrados entre os diferentes setores, como um dos aspectos necessários para a formação de redes de atenção às PcD.

Dessa primeira etapa de diagnóstico, mapeamento e reconhecimento das ações e serviços existentes no município de Pontal do Paraná, foram identificadas as seguintes necessidades: ampliação do (re)conhecimento sobre as políticas públicas para PcD; adequação da infraestrutura em relação à acessibilidade; qualificação dos profissionais; integração e ampliação das informações e registros; e maior investimento em ações voltadas para essas pessoas. Outras dificuldades enfrentadas na consolidação das redes de atenção incluíram: preconceito, falta de atividades de lazer, falha ou inexistência de atendimento prioritário. Destacaram-se como pontos positivos: bom acolhimento; facilidade para marcar consultas; medicamentos básicos; boa qualidade dos serviços de uma maneira geral.

Após a realização do mapeamento, os dados obtidos foram tabulados e foram realizadas discussões que levaram à implementação da segunda fase do projeto, que consistiu no planejamento de estratégias, com reflexões conjuntas entre a equipe do projeto (docentes, profissionais e discentes) e os gestores dos serviços do município, que culminaram na terceira fase do projeto, que incluiu a execução de uma série de ações e produtos, que são descritas a seguir:

Elaboração e realização de oficinas/cursos de capacitação com foco na formação de redes de atenção às PcD, direcionados para agentes comunitários de saúde, atendentes e auxiliares administrativos das unidades básicas de saúde, profissionais da assistência social, entre outros.

Criação de material didático e ilustrativo, materiais lúdicos, dinâmicas, seleção e exibição de vídeos e audiovisuais, entre outros materiais, que foram utilizados nos cursos de capacitação.

Desenvolvimento de atividades de sensibilização sobre as PcD nas escolas, em relação ao preconceito e inclusão de crianças com deficiências nas escolas municipais. Esse trabalho foi realizado em todas as escolas municipais de Ensino Fundamental I, nas séries/anos de primeiro ao quinto ano, totalizando cerca de 870 crianças envolvidas

nas atividades.

Realização de atividades com os usuários de cadeiras de rodas, que incluía a avaliação e orientação deles em relação à saúde, atendimentos e direitos das pessoas com deficiência, contabilizando aproximadamente 40 participantes.

Confecção de pôsteres específicos com foco na prevenção e manejo de deficiências, com temas como: tecnologias assistivas, acessibilidade, prevenção de deficiências decorrentes de traumas e acidentes, prevenção de deficiências decorrentes do abuso de álcool, drogas e remédios, prevenção de deficiências congênitas, direitos das PcD.

Elaboração de apostila (material didático de apoio) com os conteúdos dos cursos de capacitação, a pedido dos participantes dos cursos, a fim de ser utilizada como material de consulta no dia a dia de trabalho e como material de estudo.

Gravação de documentário relacionado à acessibilidade e barreiras arquitetônicas no município de Pontal do Paraná. O documentário foi feito a partir de filmagens internas e externas em locais públicos municipais, focando em órgãos públicos da área de saúde (Unidades Básicas de Saúde, Unidade de Pronto Atendimento, Unidade de Saúde da Mulher e da Criança), educação (Escolas Municipais e Centros de Educação Infantil) e Assistência Social (Cras, prefeitura municipal – Secretaria de Assistência Social, Provopar). A análise das filmagens foi comparada com padrões antropométricos e com a legislação sobre acessibilidade.

Mudança na ficha de cadastro das pessoas que chegavam para atendimento com profissionais nas Unidades Básicas de Saúde no município, com levantamento das pessoas com deficiência e inclusão desse item no cadastro.

Realização de ações para a efetivação do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência, desde a mobilização e discussão com a população/comunidade, até participação na elaboração e aprovação dos documentos necessários, e construção da comissão que faz parte do referido Conselho, atualmente implantado.

Organização e realização em conjunto com a Secretaria Municipal de Saúde da 1ª Conferência/Encontro Municipal da PcD do município de Pontal do Paraná, que possibilitou a articulação das pessoas, troca

de experiências, elaboração de propostas de ação e controle social, fortalecendo a rede intersetorial e em diálogo com a população.

Materialização de eventos com a participação da comunidade e profissionais, bem como reuniões periódicas da equipe do projeto com gestores e profissionais para planejamento e avaliação das ações e dos produtos gerados.

Produção de relatórios periódicos de devolutiva, assim como materiais científicos (resumos, artigos e capítulos de livros) para oportunizar aos participantes do projeto o estímulo à participação em encontros/congressos acadêmicos e também sua produção científica.

A quarta etapa consistiu na avaliação do projeto, executada por meio de reuniões de avaliação com os integrantes da equipe PET de Pontal do Paraná, junto com as outras equipes do PET nos outros dois municípios, os gestores e participantes do projeto e, por fim, os consultores do Ministério da Saúde. As avaliações eram realizadas ao longo e ao final das atividades desenvolvidas e dos encontros realizados por meio de atividades avaliativas que possibilitavam os ajustes necessários e embasavam as discussões e a elaboração das atividades seguintes. Essas avaliações e os resultados obtidos permitiram observar que as atividades desenvolvidas pelo projeto no município de Pontal do Paraná foram essenciais como oportunidade de aprendizagem para tutores, preceptores e estudantes, bem como para os profissionais dos serviços e usuários que participaram. Como aspectos evidenciados pela avaliação, destacou-se que o projeto PET Redes de atenção às PcD constituiu-se como importante ferramenta de formação acadêmica e profissional, troca de experiências, além de formação cidadã e também como instrumento de conscientização, informação, participação e mudança social. Mostrou-se eficaz na mobilização da comunidade para o controle social e na ampliação da capacidade reflexiva e de atuação dos estudantes, preceptores e profissionais participantes. Também se efetivou como importante meio de aprimoramento da rede de atenção às PcD e de estreitamento dos laços entre a IES (Instituição de Ensino Superior) e o Serviço Municipal de Saúde.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mapeamento da rede de atenção às PcD em municípios do litoral do Paraná demonstrou potencialidades, mas sobretudo, fragilidades importantes e comuns a todos os municípios envolvidos neste projeto. Destacou-se como desafios à consolidação da rede: a escassez de acessibilidade, o desconhecimento de profissionais e gestores a respeito da PcD e das políticas públicas voltadas a elas, a desarticulação entre os diferentes espaços frequentados pelas PcD, com falta de interlocução e compartilhamento de informações entre estabelecimentos de educação, assistência e saúde. Tais aspectos dificultam a concretização de uma rede de atenção abrangente e eficiente, constituindo-se em nós que necessitam ser desatados.

Enfatiza-se como potencialidade a importância do conhecimento e aprendizado gerado para as equipes de trabalhadores em saúde, assistência e educação com foco na prevenção. A capacitação desses atores permitiu o reconhecimento e a intervenção em situações de risco, e evita o desenvolvimento de situações que gerem vulnerabilidades. Destaca-se que a prevenção é a ação que promove os resultados mais eficientes. Outra importante estratégia de ação alcançada ao longo do projeto, para fortalecimento dessa rede, foi o incremento da visibilidade das PcD na comunidade e pelos gestores.

A abordagem deste projeto PET também contribuiu com frutos para a área acadêmica com mudanças curriculares na UFPR, nos cursos de graduação em Educação Física e Saúde Coletiva, e na Especialização em Gênero e Diversidade na Escola (voltada à formação de professores), por meio da inserção de disciplinas específicas para discussão de temas ligados às pessoas com deficiências. Também estimulou a produção científica dos envolvidos, por meio de apresentações de trabalhos em congressos, redação de relatórios e capítulos de livros, desenvolvimento de dois projetos de iniciação científica sobre violência doméstica contra as PcD e sobre prevenção de deficiências no primeiro ano de vida, bem como a elaboração conjunta de um livro sintetizando a experiência do grupo (SIGNORELLI; MÉLO, 2015). Ainda, o PET Saúde oportunizou aos discentes uma reflexão acerca das dificuldades decorrentes do turismo sazonal, próprio dos municípios praianos que se tornam uma

grande metrópole durante o período de verão, com todos os seus problemas, dificultando o planejamento de políticas públicas e sua implementação.

Considera-se que se tratou de uma experiência inovadora e de construção coletiva de um aprendizado colaborativo interdisciplinar entre trabalhadores do SUS, estudantes, preceptores das áreas da saúde, docentes do ensino superior e comunidade. Na área da promoção da saúde observou-se um descompasso na rede devido à divergência encontrada entre o que se prevê na política pública de atenção às PcD, o discurso dos gestores e o trabalho executado pelos profissionais. Acredita-se que a experiência descrita neste capítulo cumpriu com seu objetivo inicial de proporcionar a interação entre comunidade, universidade e trabalhadores do SUS para mapear, divulgar e fortalecer a implementação das políticas públicas. Dessa forma, fomentou a rede de atenção à PcD por meio da articulação de diferentes atores sociais com o objetivo comum de superar vulnerabilidades e assim promover a convergência de ações que apoiem o desenvolvimento territorial sustentável.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem ao Ministério da Saúde, pelo financiamento das bolsas destinadas à execução do projeto PET Saúde.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 4.279, de 30 de dezembro de 2010. Estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Diário Oficial da União, Brasília-DF, Seção 1, p. 89, 31 dez. 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência. Brasília, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Diretoria de Articulação de Redes de Atenção à Saúde. Redes regionalizadas e territórios integrados de atenção à

saúde – Teias: a estratégia: pressupostos, componentes e diretrizes. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

BRASIL. Ministério do Turismo. Sol e praia: orientações básicas. 2. ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

BRUNDTLAND, G. Our common future: from one Earth to one world. Nova York: Oxford University Press, 1987.

CAMPOS, G. W. S.; AMARAL, M. A. A clínica ampliada e compartilhada, a gestão democrática e redes de atenção como referenciais teórico-operacionais para a reforma do hospital. *Ciência e Saúde Coletiva*, v. 12, n. 4, p. 849-859, 2007.

CAVALCANTI, C. Sustentabilidade da economia: paradigmas alternativos de realização econômica. In: _____. (Org.). *Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. São Paulo: Cortez, 1995.

ESPÍNOLA, A. M.; *Desenvolvimento urbano nas áreas turístico-residenciais – Um estudo sobre o fenômeno das segundas residências nas cidades balneárias do litoral do Paraná*. In: Enanpur, 2013, Recife. XV Enanpur, 2013.

GADELHA, C. A. G.; MACHADO, C. V.; LIMA, L. D.; BAPTISTA, T. W. F. Saúde e territorialização na perspectiva do desenvolvimento. *Ciência e Saúde Coletiva*, v. 6, n. 6, p. 3003-3016, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Cidades. Paranaguá. Disponível em: <<https://goo.gl/FLrnU9>>. Acesso em: 05 de jul. 2015.

JUNQUEIRA, L. A. P. Intersetorialidade, transetorialidade e redes sociais na saúde. *Revista de Administração Pública*, v. 34, n. 6, p. 35-45, 2000.

LIMA, J. de C.; RIVERA, F. J. U. Agir comunicativo, redes de conversação e coordenação em serviços de saúde: uma perspectiva teórico-metodológica. *Interface, Botucatu*, v. 13, n. 31, p. 329-342, 2009. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1414-32832009000400008>>. Acesso em: 03 dez. 2015.

MARQUES, E. C. Redes sociais e instituições na construção do Estado e da permeabilidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 14, n. 41, p. 45-67, 1999.

MENDES, E. V. *As redes de atenção à saúde*. Brasília: Organização Pan-Americana da

Saúde, 2011.

MENDES, E. V. Agora mais do que nunca uma revisão bibliográfica sobre Atenção Primária à Saúde. In: CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE SAÚDE. Oficinas de Planificação da Atenção Primária à Saúde nos Estados. Brasília: Conass, 2009.

MORIN, E. Ciência com consciência. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

PECQUEUR, B. O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do Sul. Raízes, v. 24, n. 01-02, p. 10-22, 2005.

SEN, A. Development as Freedom. New York: Anchor Books, 1999.

SIGNORELLI, M. C.; MÉLO, T. R. Diversidade, inclusão e saúde: perspectivas interdisciplinares de ação. Rio de Janeiro: Autografia, 2015.

THIOLLENT, M. Metodologia da Pesquisa-ação. São Paulo: Cortez, 1996.



Comunidade de Guapicum, Guaraqueçaba. Autor: Marcelo Chemin

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA POBREZA EM GUARAQUEÇABA, PARANÁ: OBSERVAÇÕES A PARTIR DO ABANDONO DOS JOVENS DO LOCAL

Mayra Taiza Sulzbach
Valdir Frigo Denardin

INTRODUÇÃO

O abandono dos jovens do município de Guaraqueçaba, litoral norte do Paraná, é um processo que vem se estendendo por mais de 30 anos, sendo este um processo decorrente de políticas públicas que institucionalizaram a pobreza e da economia de subsistência como estruturas sociais no local. Essa afirmativa é resultado de uma pesquisa desenvolvida nos anos de 2015-2016 que teve a base de dados que confirma a intenção dos jovens migrarem do local levantada em novembro de 2013 e de 2014. A compreensão de pobreza e de economia de subsistência decorre de mais de oito anos de pesquisa sobre esses temas no local e, a institucionalização destas como estruturas sociais em Guaraqueçaba está apoiada na Teoria de *habitus*, de Bourdieu (1983).

A pobreza em Guaraqueçaba passa a ser objeto de investigação a partir do baixo Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM¹, 0,587, comparativamente inferior ao do estado do Paraná, 0,749, e nacional, 0,755 (PNUD, 2015). O IDH é um indicador sintético construído com base em outros indicadores, sendo o indicador econômico que puxa para baixo o desempenho do local. O produto ou renda *per capita*, indicador econômico que compõe os cálculos do IDH, é uma construção científica baseada na economia monetária e mede o

1- O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é uma medida sintética, composta de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1, subdividido em cinco faixas: 0 a 0,499 (muito baixo); 0,500 a 0,599 (baixo); 0,600 a 0,699 (médio); 0,700 a 0,799 (alto) e 0,800 a 1 (muito alto). Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano. As dimensões longevidade, educação e renda de Guaraqueçaba, em 2010, foram respectivamente: 0,587; 0,792 e 0,434. Um Índice considerado baixo, de acordo com a escala (PNUD, 2015).

produto ou a remuneração do trabalho humano em quantidade de moeda disponível às trocas ou poder de compra. Esse indicador foi construído a partir de uma sociedade específica objeto de análise. Nesse contexto, o uso desse instrumento para outras sociedades que não são igualmente regulamentadas pode apontar fragilidades econômicas. A interpretação comparativa dos resultados não é um problema; o problema surge quando políticas públicas de ajustamentos buscam a melhoria dos resultados, pois elas podem institucionalizar os processos que buscam combater. Foi exatamente esse processo que ocorreu em Guaraqueçaba com as políticas de combate à pobreza local.

O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de combate à pobreza monetária que não só promoveu conhecimentos monetários como institucionalizou a pobreza, apoiando a institucionalização da Escola na promoção dos conhecimentos objetivados. As estruturas sociais historicamente construídas no local: família e da organização econômica, que davam sustentabilidade ao local, são fragilizadas.

A institucionalização de uma estrutura social, de acordo com a Teoria de *habitus*, de Bourdieu (1983), é decorrente da participação dos indivíduos nesta. Para o autor, a participação dos indivíduos nas estruturas sociais produzem conhecimentos conscientes que são processados juntamente com outros conhecimentos de forma autônoma que conduzem à tomada de decisão. A partir desse referencial, o abandono dos jovens de Guaraqueçaba não seria um processo de tomada de decisão coletiva, mas sim um processo de decisão individual pela participação dos jovens em estruturas sociais que produzissem conhecimentos, conduzindo-os a agir. Nesse sentido: Quais seriam as estruturas sociais e os conhecimentos processados pelos jovens que conduziriam o agir de deixar o Município?

Com base nessas problematizações, este capítulo tem como objetivo apresentar a pobreza como estrutura social que se institui em Guaraqueçaba pela participação dos jovens nas estruturas Escola e família, sendo a pobreza e a Escola estruturas decorrentes de políticas públicas. Os jovens, ao participarem dessas estruturas sociais, processam os conhecimentos promovidos por estas e os seus próprios conhecimentos, agindo de forma a abandonar o município, institucionalizando a pobreza como uma estrutura social do local (conhecimento inconsciente).

O capítulo está subdividido em quatro partes, além desta e das considerações finais. A primeira parte apresenta as constatações historicamente determinadas no tempo e no espaço: o envelhecimento populacional, o reduzido crescimento populacional e a parcela relativa de mulheres inferior a de homens, nos últimos 40 anos, em Guaraqueçaba, as quais demandavam um olhar para além das estruturas econômicas. As constatações são baseadas em dados quantitativos do censo de diversos anos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e são apresentadas comparativamente entre as unidades territoriais: Guaraqueçaba, Paraná e Brasil. A segunda parte apresenta os métodos de coleta de dados empíricos e seus principais resultados, bem como a referência teórica de *habitus* de Bourdieu (1983) que auxilia pensar as estruturas sociais.

A terceira parte apresenta a pobreza como estruturas sociais instituídas pela participação de indivíduos determinada por políticas pública. A participação dos indivíduos nessa estrutura produz conhecimentos conscientes monetários que promovem o agir, e conhecimentos inconscientes que promoveram a institucionalização da estrutura social no local. A Escola e a família são estruturas sociais de participação dos jovens que produzem conhecimentos e que viabilizam a institucionalização da pobreza no local.

A VULNERABILIDADE DE GUARAQUEÇABA PELO ABANDONO DE SUA POPULAÇÃO JOVEM

Guaraqueçaba possui uma área territorial de 2.020,090 km² e uma população de 7.871 habitantes, registrando uma densidade demográfica de 3,9 habitantes por km²; uma população inexpressiva se comparada com a do Paraná, que tem 10.444.526 habitantes (IBGE, 2015). O crescimento populacional de Guaraqueçaba nos últimos 50 anos, quando comparado ao do estado do Paraná e ao do Brasil, apresenta trajetória distinta. O crescimento relativo da população urbana do município no período de 1970 a 2010 foi um pouco superior ao crescimento relativo da população do Paraná e do Brasil no período de dez anos (1970 a 1980). Por outro lado, a redução da população rural de Guaraqueçaba, durante o período, foi menor do que a registrada nas outras unidades

territoriais que se sobrepõem. Esses resultados informam que o processo de migração da população rural para as áreas urbanas ocorrido pela industrialização, atraindo a população e, pela automação das lavouras, expulsando, não ocorreu em Guaraqueçaba, como ocorreu em outras partes do Brasil.

O crescimento populacional em Guaraqueçaba menos intenso do que a média nas outras unidades territoriais pode ser resultado do número absoluto de mulheres inferior ao de homens no local. . Em 2010, a parcela de mulheres no município correspondia a aproximadamente 47% da população, enquanto que no Paraná e no Brasil elas eram 51% da população (IBGE, 2015). Uma baixa natalidade² também pode ser resultado do envelhecimento da população, fato que fora constatado com a elaboração do Índice de Envelhecimento³ (IE) de Guaraqueçaba e do Brasil⁴. O IE das duas unidades territoriais foi calculado com base na metodologia proposta por Closs e Schwanke (2012) com os dados da população censitária do IBGE entre 1970 a 2010, apontando um significativo envelhecimento da população local (Tabela 1).

Tabela 1 – Índice de envelhecimento da população no Brasil e em Guaraqueçaba nos anos de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

Unidades territoriais	1970	1980	1991	2000	2010
Brasil	7,53	8,11	10,74	14,54	22,38
Guaraqueçaba	5,47	8,44	13,05	16,45	28,22

Fonte: IBGE (2015).

2- O índice de natalidade não foi considerado em decorrência da obrigatoriedade de no registro constar o local do nascimento e o local não dispor de serviços de saúde que atendam a todas as formas ou tipos de parto.

3- O Índice de Envelhecimento (IE) avalia o processo de ampliação do segmento idoso na população total em relação à variação relativa no grupo etário jovem, sendo obtido por meio da razão entre a população idosa e a população jovem (CLOSS; SCHWANKE, 2012, p. 443). O IE é definido como o número de pessoas de 60 e mais anos de idade para cada 100 pessoas menores de 15 anos de idade, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado. Quando há um aumento do grupo jovem maior do que o aumento dos idosos, o índice acusa o rejuvenescimento da população; o contrário sugere o envelhecimento da população. Por outro lado, se os dois grupos etários variarem no mesmo sentido e intensidade, o IE não varia, apresentando estabilidade no envelhecimento (idem, p. 445).

4- De acordo com a classificação desse índice pela Cepal (2007), o IE de Guaraqueçaba e do Brasil seria moderado. Uma classificação segunda, entre quatro (quanto maior o ID maior é o envelhecimento da população). Essa classificação fora constituída para agrupar os países da América Latina e Caribe num estudo de apoio à promoção de políticas públicas de assistência à saúde e de segurança econômica, não tendo como objetivo avaliar a reprodução nos lugares.

Estas constatações sugerem como hipótese de pesquisa que a população jovem, em especial as mulheres, estivesse “abandonando” o município, sendo este um comportamento já estruturado; uma cultura do local; um *habitus*, no sentido de Bourdieu (1983).

MÉTODOS E RESULTADOS DA PESQUISA

A hipótese de pesquisa “abandono da população jovem de Guaraqueçaba” foi confirmada após análise dos questionários semiestruturados aplicados aos estudantes do último ano do ensino básico, que objetivava identificar quais as perspectivas de futuro dos jovens após o término do ensino médio. A opção em ouvir os jovens do município decorria das dificuldades de localizar os supostos jovens que haveriam migrado e por ser uma hipótese de pesquisa.

Os questionários com 18 questões semi-estruturados foram aplicados em todas as salas de aula do último ano do ensino médio em novembro de 2013 no continente e em novembro de 2014 nas ilhas, em decorrência das condições impróprias para navegação com o tipo de transporte disponível para a pesquisa. O mês de Novembro se justifica por ser o último mês de aula que antecede o término da educação básica obrigatória, um momento que o jovem não estaria apenas planejando o fazer, mas sim estruturando, considerando seus conhecimentos. Após a aplicação dos questionários, abriam-se espaços de diálogos, permitindo que os estudantes dialogassem sobre os temas abordados no questionário, os quais foram registrados em um caderno de campo. O município de Guaraqueçaba em 2013 possuía cinco estabelecimentos de ensino médio público estadual, não havendo estabelecimentos privados: um na área urbana (Sede), um na área rural do continente (Tagaçaba) e três rurais nas ilhas (Superagui, Peças e Rasa).

Os questionários foram preenchidos por aproximadamente 60% dos estudantes matriculados no período matutino de todas as escolas e 80% dos estudantes matriculados no período noturno das escolas das ilhas. Para a tabulação e análise dos dados foi utilizado o programa Sphinx Léxico, que permitiu o cruzamento de informações do indivíduo, família, atividade produtiva, perspectivas etc.

Os resultados identificaram que aproximadamente 60% dos

respondentes eram homens, tinham faixa etária entre 15 a 25 anos, sendo os jovens de 16 anos representando 30% dos estudantes, seguido dos jovens de 17 anos (26%) e de 18 anos (19%). A participação de aproximadamente 40% dos estudantes com idade superior aos 17 anos no ensino médio revela que estes não conseguiram concluir a educação básica com a idade recomendada, conforme Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013 (BRASIL, 2013).

Guaraqueçaba é o local de origem de mais de 70% dos jovens pesquisados, especialmente dos domiciliados nas ilhas. Entre os demais municípios de nascimento, destacaram-se Paranaguá e Antonina, municípios vizinhos com acesso facilitado por barco (ilhas) ou rodovia (rural). O fato dos jovens terem nascido no local auxilia a pensar que estejam mais suscetíveis às instituições locais, sem questioná-las.

As atividades produtivas exercidas pelos jovens apresentavam forte relação com o local do domicílio e com as desenvolvidas por seus pais: a pesca, nas ilhas; a agricultura e serviços domésticos, na área rural; e os serviços de construção civil, comércio, escritório e consultórios, na área urbana. Os jovens, mesmo desenvolvendo atividades produtivas, não as reconheciam como promotoras de conhecimentos ao trabalho: 20% dos jovens que atuavam com a pesca na Ilha de Superagui disseram que tinham domínio de conhecimentos relacionados a atividades produtivas. Entre as atividades produtivas portadoras de saberes, os jovens relacionaram: auxiliar administrativo, informática, técnicas de enfermagem, panificação, mecânica, vendas, secretariado, língua estrangeira (espanhol), teatro, *web designer* e comerciante, ou seja, os jovens reconheciam como conhecimentos ao mundo do trabalho os saberes transmitidos fora do ambiente familiar, reconhecendo os advindos por formações específicas de educação. Os jovens, com base nessas respostas, processam que o conhecimento “necessário” ao trabalho é o conhecimento objetivado, promovido por uma formação ao trabalho, negando a prática do trabalho como conhecimento ao trabalho.

Como resultado dos questionários constatou-se que 47% dos jovens domiciliados nas ilhas e de 63% dos demais jovens desejavam, após o término da educação básica, buscar uma formação superior ou profissional e tecnológica. Alguns jovens manifestaram a intensão de continuar seus estudos para se formarem como: médicos, arquitetos,

administradores, gestores ambientais, engenheiros, biólogos, entre outras. Outros jovens desejavam formação técnica: mecânica, elétrica, operadores de máquinas, enfermagem, militares, esporte e artes (teatro, fotografia, cantor, atriz etc.). As jovens mulheres manifestaram interesse em exercer atividades produtivas que exigia a continuidade da educação escolar; nenhuma desejava exercer a mesma atividade produtiva dos pais (pai e mãe) quando esta não exigia formação superior. Os jovens homens desejavam, por outro lado, uma colocação mais rápida no mundo do trabalho, optando pela formação em curso técnico. Esse comportamento homogêneo na perspectiva de futuro dos jovens de Guaraqueçaba é derivado dos conhecimentos científicos comuns da educação básica, que prepara os indivíduos para os processos seletivos de inserção na educação superior e na educação profissional tecnológica. A perspectiva de futuro das jovens mulheres de acessar uma formação profissional maior do que a dos jovens homens, e destes de inserir-se no mundo do trabalho sem a formação, confirmam o abandono maior das jovens mulheres e a permanência maior de homens no local, considerando que nele não existem estabelecimentos de educação superior ou de educação profissional tecnológica⁵.

O abandono da população jovem, em especial das mulheres, é uma prática de agir estruturada no local, um *habitus*, no sentido de Bourdieu (1983). Para o autor, as sociedades contemplam instituições que produzem conhecimentos, os quais apoiam as decisões dos indivíduos. A família e a Escola são estruturas sociais que promovem conhecimentos conscientes: fenomenológicos, que consistem no evidente e natural das primeiras experiências do indivíduo com o mundo social, na relação prática deste com a família; e objetivistas, construídos a partir de relações objetivas, com base em pressupostos e possibilidades, que assumem um caráter de evidência e natural, sobrepondo-se ao conhecimento fenomenológico, respectivamente. Essas estruturas também promovem conhecimentos inconscientes que promovem práticas e representações, reproduzindo-as na estrutura social. Bourdieu (1983) considera que os indivíduos também processam conhecimentos de forma autônoma, elencando assim um terceiro conhecimento: o conhecimento praxiológico, construído pelas relações dialéticas entre as disposições

5- Em Guaraqueçaba, alguns professores dialogavam sobre ter cursado educação superior a distância no próprio município, especialmente os das licenciaturas, mas não há nenhum estabelecimento sediado no local.

estruturadas, as quais se atualizam e se reproduzem os conhecimentos, promovendo um duplo processo de interiorização das exterioridades e exteriorização da interioridade. A teoria de *habitus*, de Bourdieu (1983), conforme sugerido por Thiry-Cherque (2006), foi utilizada como um referencial para as análises, e não como um modelo.

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA POBREZA

A institucionalização da pobreza no Brasil não é resultado de uma única política pública; ela é resultado da participação social dos indivíduos em estruturas sociais produtoras de conhecimentos que a promove. A Escola e a família são estruturas sociais que produzem conhecimentos que são processados, juntamente com o conhecimento monetário, promovido pela participação na estrutura social da pobreza, institucionalizando-a.

A Escola, que se materializa pela educação escolar, no Brasil é subdividida em dois níveis: educação básica (pré-escola, ensino fundamental I e II⁶ e ensino médio) e educação superior. A Escola brasileira promove conhecimentos: de princípios científicos e tecnológicos, que presidem à produção moderna; e de domínio da filosofia e da sociologia, que presidem ao exercício da cidadania. Os conhecimentos objetivistas à cidadania promovem indivíduos semelhantes.

No Brasil, as crianças, indivíduos com até doze anos de idade incompletos, e os adolescentes, aqueles entre doze e dezoito anos de idade, dispõem do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), que os protegem integralmente contra o trabalho⁷antecipado, favorecendo a educação básica (BRASIL, 1990). Os jovens, indivíduos de quinze a vinte e nove anos, quando não mais couber a proteção integral ao adolescente, dispõem do Estatuto da Juventude, que garante a liberdade de participação na sociedade (BRASIL, 2013. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013). Essa população jovem, dos seus quatro aos dezessete anos, pela Lei de Diretrizes de Base da Educação – LDB (art. 4º da Lei

6- A distinção entre ensino fundamental I e II decorre dos níveis de competência administrativa de regulação. Fundamental: I – Competência dos municípios; II – Competência dos estados.

7- O trabalho é proibido para menores de quatorze anos de idade.

9.394, de 20 de dezembro de 1996), dispõe do direito à educação básica: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, assegurados constitucionalmente pelo Estado e Família (art. 205 da Constituição Federal do Brasil de 1988). O ECA e a LDB, normatizando as diretrizes constitucionais, estabelecem que toda criança ou adolescente deve estar matriculado em um estabelecimento de ensino (apto à educação escolar), sendo a família a responsável pela inserção. Assim, toda a população brasileira quando jovem é obrigada a receber os conhecimentos promovidos pela Escola.

A educação básica e a educação superior se institucionalizam pela interdependência: a educação superior exige a formação da educação básica, e a educação básica exige a formação de educação superior para acessar o mundo do trabalho.

A família, diferentemente da Escola no Brasil, não é uma instituição de participação obrigatória, mas por ser uma realidade sociológica, é uma estrutura social de direito jurídico civil (art. 1.511 do Código Civil de 2002) reconhecida por relações biológicas, psicológicas e sociológicas, protegida pelo Estado (art. 226 da Constituição Federal de 1988) e orientada aos interesses morais, culturais e sociais voltados ao desenvolvimento da sociedade (GONÇALVES, 2005). Com base no art. 226 da Constituição Federal, a família é uma comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes e para efeito da proteção do Estado também é reconhecida a união estável. Com base no Código Civil, art. 50, os pais são responsáveis pelos menores de dezesseis anos completos, instituindo laços de responsabilidades sociais.

A família é, como estrutura, socialmente constituída de indivíduos estabelecidos pelas relações de parentesco descendente, ascendente, colaterais e conjugues. A família é reconhecida pelos jovens de Guaraqueçaba como uma estrutura *partagée* (pessoas ligadas por laços de solidariedade) de indivíduos vinculados biologicamente ou afetivamente com representações e atribuições distintas na promoção da estrutura. Cada indivíduo assume símbolos de representação (pai, mãe, avós, esposa, filho, filha, neto etc.), com responsabilidade distinta, baseada em diferentes determinantes, sendo os principais os biológicos de sexo e idade: os pais e as mães foram reconhecidos pelos jovens como os responsáveis pela estrutura familiar e por eles, tal como estabelecido

no Código Civil e no Estatuto da Criança e Adolescente.

A Escola e a família são estruturas sociais instituídas e constituídas de forma distinta: a Escola é resultado de uma estrutura social instituída politicamente e a família uma estrutura socialmente construída.

A institucionalização da pobreza em Guaraqueçaba tem seu marco em 2003, através do Programa Bolsa Família (PBF), pela adoção da transferência de renda monetária como reconhecimento à pobreza e definição dos indivíduos pobres, ou seja, institucionaliza um grupo social, estruturando-o. Salienta-se que a economia local havia sido estabelecida como de subsistência em 1986, quando se inicia a implantação de áreas de proteção ambiental no local, ou seja, não possuía estrutura produtiva para validar a moeda no local.

O PBF é um programa de transferência de renda para famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza que incorpora a condicionalidade educação e saúde para induzir comportamento de inclusão social das famílias nessas estruturas, rompendo com o ciclo de pobreza. A pobreza é uma condição e medida em termos monetários:

A população alvo do programa é constituída por famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza. As famílias extremamente pobres são aquelas que têm renda per capita de até R\$ 70,00 por mês. As famílias pobres são aquelas que têm a renda per capita entre R\$ 70,01 a R\$ 140,00 por mês, e que tenham em sua composição gestantes, nutrizes, crianças ou adolescentes entre 0 e 17 anos. (MPPR, 2015).

Em decorrência dessa designação de pobreza e da condicionalidade da educação escolar, 43% dos jovens das escolas do continente e 70% dos jovens das escolas das ilhas passaram a ser designados pobres por pertencer a famílias beneficiárias do PBF, estrutura também institucionalizada em Guaraqueçaba. A Escola, em decorrência da participação obrigatória dos jovens pobres, é uma estrutura social institucionaliza e se justifica na promoção de rupturas à pobreza monetária pela promoção de semelhantes. A família, estrutura contemplada para promover o PBF, é um *habitus* em Guaraqueçaba: aproximadamente 66% dos jovens residiam em domicílios estruturados com pai e mãe (e irmãos); 7% em estrutura monoparental; 6% com níveis de parentescos ascendentes (avós e tios); e 10% constituíam suas

próprias famílias.

A Escola é uma estrutura de controle social que ao mesmo tempo em que promove semelhantes, promove conhecimentos. Os conhecimentos promovidos pela Escola no Brasil são fundamentados por conteúdos comuns objetivados ao mundo do trabalho científico e destituem conhecimentos fenomenológicos do trabalho desenvolvido em atividades produtivas (trabalho) sem escolaridade, nesse sentido, muitas atividades produtivas desenvolvidas em Guaraqueçaba são abandonadas sem dar lugar à outras fundamentadas no conhecimento científico: os pais dos jovens são pescadores, agricultores, donas de casa, cozinheiras, arrumadeiras, pedreiros, entre outras.

A dupla obrigatoriedade dos jovens de participar da estrutura social Escola promove indivíduos semelhantes, mas com tomadas de decisões diferentes em decorrência dos conhecimentos processados individualmente e participação em diferentes estruturas sociais. A decisão dos jovens de migrar para acessar a educação superior ou profissional tecnológica fora do município se justifica pelo conhecimento dos jovens da existência de estabelecimentos promotores de educação superior ou profissional tecnológica no lugar; a localização do município não comportar os deslocamentos diários para esse fim; e a educação básica não promover uma formação ao trabalho, sendo esta promovida pela educação superior e pela educação profissional tecnológica.

A intensão dos jovens em após o término da educação básica trabalhar no local é uma tomada de decisão que se justifica pelos conhecimentos fenomenológicos promovidos pela família. A educação escolar incompleta não é um limitante ao mundo do trabalho: menos de 15% dos pais e 20% das mães haviam concluído a educação básica e praticamente todos trabalhavam.

A intensão dos jovens em após o término da educação básica migrar do local para trabalhar é que não se justificaria pela participação dos jovens nas estruturas sociais Escola e família local. Apesar das estruturas serem locais, os conhecimentos promovidos nestas podem responder à produção externa. O conhecimento objetivado ao trabalho, baseado em conhecimentos científicos, da educação superior ou da educação profissional tecnológica parecem não responderem à ampliação da produção em economias instituídas como de subsistência.

A institucionalização da economia de subsistência em Guaraqueçaba promove uma estrutura social de produção que impede a criação de moeda local, justificando, assim, a intensão de trabalho fora do local.

A perspectiva dos jovens de deixar as ilhas não é mesma: na Ilha Rasa, a maioria dos jovens desejava trabalhar ao término da educação básica, porém, mais da metade desses jovens também desejava migrar do local; na Ilha de Superagui e das Peças e no continente, aproximadamente metade dos jovens desejavam trabalhar, mas menos da metade pretendia deixar o lugar; na Ilha das Peças a migração não era objetivo dos jovens. Esses resultados decorrem das diferentes participações dos jovens na *organização econômica* do lugar. Na Ilha Rasa todos os jovens participavam da estrutura de consumo sem trabalho e pouco mais de um terço trabalhava. Na Ilha de Superagui os jovens participavam mais intensamente da estrutura produtiva, mais de dois terços trabalhava e menos de dois terços recebia benefícios monetários sem trabalho. Conhecimentos que processados determinam o agir. Nos dois locais a pesca era a atividade produtiva que os jovens participavam.

A Escola no local, ao assumir a condicionalidade de superar a pobreza, legitimada pela família, institucionaliza a pobreza pelo conhecimento inconsciente que é processado pela participação dos indivíduos na estrutura. Os conhecimentos praxiológicos dos pais e também dos jovens reproduzem o discurso da política de combate à pobreza pela educação: “você está tendo uma oportunidade que eu não tive, aproveite se deseja um futuro diferente do nosso” (ESTUDANTE 5, 2013). No discurso: “você” é o filho que está estudando; “oportunidade” se refere ao reduzido tempo de educação escolar dos pais; “futuro diferente” está relacionado ao retorno do produto do trabalho que precisa de um benefício monetário para acessar uma vida diferente; “nosso” é a expressão no plural dos responsáveis, ou seja, os pais. Inconsciente, os pais estimulam os filhos a aproveitarem os conhecimentos da educação básica sem conhecê-los, por não fazer parte do seu percurso, que são insuficientes ao mundo do trabalho. A educação escolar que permite o acesso ao mundo do trabalho é a da educação superior ou profissional tecnológica, não disponível no local. Inconscientemente, os pais auxiliam na promoção do abandono dos jovens do lugar, institucionalizando a pobreza, não monetária, mas humana no local.

A participação na estrutura social do PBF também produz

conhecimentos *monetários* que são processados pelos conhecimentos praxiológicos, considerando ainda os conhecimentos objetivados da Escola, os fenomenológicos da família e outros quando da participação em outras estruturas sociais.

Os conhecimentos *monetários* decorrentes da participação dos jovens na estrutura social da pobreza são ativados na medida em que a família recebe recursos monetários por transferência pela condição de pobreza e de não trabalho. A moeda que a família recebe em Guaraqueçaba é criada numa estrutura social produtiva e trocada por bens e serviços também produzidos em estruturas sociais exógenas ao local. A produção do pescado, da farinha de mandioca e do palmito são economias locais acessadas pelo trabalho e não pela moeda. A família designada pobre por economias exógenas, através da moeda de transferência, materializa as estruturas sociais produtivas de fora do local, justamente pela não produção ou criação de moeda local de pobre. Nesse contexto, o PBF, através da transferência de renda, apoia a monetarização no local sem que haja a produção, institucionalizando a pobreza no local.

Os conhecimentos *monetários* conscientes decorrentes do acesso pela moeda nada mais fazem do que instituir a moeda como meio de troca e acesso ao que não se produz no local, promovendo as economias monetárias, jamais a própria economia, que produz para a troca em moeda. A moeda derivada da transferência do PBF reduz relativamente ainda mais o produto interno individual por ampliar o produto interno de outras economias.

A pobreza em Guaraqueçaba transforma-se de um indicador a uma estrutura social organizada, materializando-se na estrutura social. A materialização desse tipo de estrutura se sobrepõe a qualquer outra estrutura socialmente construída. A Escola no Brasil vem cumprindo o papel de materializar o modelo de desenvolvimento através de suas orientações à formação ao trabalho baseado em conhecimento científico e a pobreza de materializar o modelo econômico monetário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Escola em Guaraqueçaba é uma estrutura social instituída

por organizações exógenas, que se institucionaliza no local pela obrigatoriedade de participação na promoção de semelhantes e à superação da “pobreza”, mas que pela sua estrutura de interdependência entre a educação básica e a educação superior promove o abandono da população jovem do município, inviabilizando a superação da pobreza local.

Os conhecimentos objetivistas da Escola, incentivados pela família como “necessários” à superação da pobreza, deslegitimam os conhecimentos fenomenológicos que promoveram a família no lugar. Essa sobreposição dos conhecimentos é resultado: do conhecimento praxiológico que processa os conhecimentos fenomenológicos como insuficientes à promoção das quantidades de moeda, definidas pelo Estado, à superação da “pobreza” e do conhecimento objetivista como um meio de superação da “pobreza”.

A negação das atividades produtivas desenvolvidas pelos jovens e pelos seus pais, observada no elenco das profissões de futuro almejado pelos jovens é resultado dos conhecimentos processados pelos indivíduos pela sua participação nas estruturas sociais, promovendo uma ruptura do *habitus* de participar das estruturas sociais produtivas no local para institucionalizar um novo *habitus* no local: o de estudar fora do local. A educação escolar para o trabalho é uma prática recente no local e se configura numa crise social. As negações são processadas de forma consciente, mas as instituições das novas estruturas são processadas de forma inconsciente.

A perspectiva dos jovens em deixar o local para trabalhar coloca em evidência: a negação da *organização econômica* do local e a objetivação em participar de outra estrutura social produtiva fora do local como resultado dos conhecimentos processados nas instituições do local. Todas as estruturas sociais que o indivíduo participa promovem conhecimentos, cada um institucionalizando um campo, mas sendo processados pelo mesmo indivíduo, conduzindo-o à tomada de decisão.

A perspectiva de deixar o lugar não é similar entre os jovens, nem mesmo nos lugares de mesma especificidade como nas ilhas porque os jovens participam de estruturas sociais diferentes, como a família, a pobreza, a organização produtiva, entre outras.

Não só as estruturas produtivas do local se mostram frágeis,

com a “necessidade” dos jovens de estudar e/ou de exercer o trabalho fora do local; a família, como estrutura social, também perde espaço no *habitus* local: 11% do total dos jovens desejavam constituir família, particularmente as mulheres. Vale destacar que 10% dos jovens eram responsáveis por suas próprias famílias. O conhecimento fenomenológico inconsciente que institui a família como *habitus* é sobreposto pelo conhecimento objetivista também inconsciente do jovem, conduzindo-o a elencar prioridades: primeiro acessar a educação superior, profissional tecnológica ou técnica e inserir-se no mundo do trabalho, para depois constituir família. Os pais dos jovens os apoiam, porque são os responsáveis pela promoção da família, porém, desconhecem a estrutura social da Escola por não terem tido a mesma escolaridade: a educação básica não promove conhecimentos ao mundo do trabalho.

A pobreza que os jovens internalizam ao fazer parte do PBF é uma categoria estruturada de um projeto político de desenvolvimento, que mede a pobreza pela renda monetária num país como o Brasil, que é a nona economia mundial, portanto, “rico” (FMI, 2015). A categoria não justificaria, tampouco sua institucionalização. Sobre a “riqueza”, sua oposição não é medida em moeda; ela é materializada em ativos não líquidos, como terra, construções, objetos de artes, máquinas e equipamentos; valorações completamente subjetivas que a moeda não consegue estimar. Então, por que medir somente a pobreza?

Para a superação da pobreza, os jovens designados pobres são obrigados a negar a sua trajetória de vida e a família, migrar para outro lugar e participar de outras estruturas sociais desconhecidas. Os jovens de Guaraqueçaba abandonam o lugar para ingressar no mundo do trabalho e/ou para acessar a educação superior ou profissional tecnológica, passando a contabilizar estatisticamente como população de grandes centros urbanos, institucionalizando esses locais como promotores de trabalho e de educação, retroalimentando as estruturas de desigualdades entre os lugares mais ou menos populosos ou entre rural e urbano. Esses jovens “sem escolaridade” e sem proteção social do Estado (término da educação básica obrigatória) e da família (maioridade) para acessar uma formação profissional terão que promover a sua própria manutenção, se não tiverem ainda que promover a sua formação profissional pelo acesso

a estabelecimentos de ensino privados. Jovens “realmente pobres”, sem estrutura familiar e domiciliados na periferia dos centros urbanos.

O conhecimento da materialização da moeda sem trabalho não é resultado do PBF; ele é derivado de um projeto de desenvolvimento nacional que elegeu o consumo como meio de promover a produção, que designa pobres os que não possuem uma quantidade de moeda disponível ao consumo. Um projeto que sob o olhar da produção de conhecimento social promove conhecimentos monetários que destituem os conhecimentos econômicos instituídos socialmente no local. Ou seja, um projeto que promove as escolhas individuais inconscientes à destituição das estruturas sociais de produção local por estas não promoverem moeda de troca.

A escolha de participar de uma ou de outra estrutura social de organização econômica de um jovem que termina a educação básica é de fundamental importância à estruturação da organização produtiva dos lugares, pois a inserção dos indivíduos nas estruturas ocorre uma só vez, especialmente quando após o término das proteções sociais da família e da Escola, o que justifica as preocupações sobre do “primeiro emprego” e de “seguridades”.

A organização econômica de Guaraqueçaba não foi definida pelas forças da concorrência ou de mercado; foi derivada da existência de um Estado que estrutura a sociedade, controlando-a para responder a um projeto de desenvolvimento desestruturado. A atuação do Estado precisa ser pensada também a partir dos conhecimentos inconsciente, pois são estes que institucionalizam as estruturas sociais, promovendo *habitus*.

Este trabalho não foi conclusivo, pelo menos na parte que apresenta a proposição dos conhecimentos monetários promovidos pela participação dos indivíduos na estrutura social da pobreza. Com relação à confirmação da hipótese do abandono do local pelos jovens do local, a pesquisa foi conclusiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, P. Questões de sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 13 mar. 2016.

_____. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm>. Acesso em: 18 maio 2015.

_____. Lei nº 9.349, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 17 ago. 2015.

_____. Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12796.htm>. Acesso em: 18 maio 2015.

_____. Lei nº 12.852, de 05 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm>. Acesso em: 18 maio 2015.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA (CEPAL). Envelhecimento e desenvolvimento em uma sociedade para todas as idades. 2008. Disponível em: <http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/2868/S2007191_pt.pdf?sequence=1>. Acesso em 2 de março de 2015>. Acesso em: 9 jun. 2015.

CLOSS, V. E.; SCHWANKE, C. H. A. A evolução do índice de envelhecimento no Brasil, nas suas regiões e unidades federativas no período de 1970 a 2010. *Revista Brasileira de Geriatria Gerontologia*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 3, p. 443-458, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censos demográficos. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>>. Acesso em: 14 mar. 2015.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ. 2015. Informações municipais para planejamento municipal de Guaraqueçaba. Disponível em: <<http://www2.mppr.mp.br/cid/guaraquecaba.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2016.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD).
Índice de Desenvolvimento Humano. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/idh/IDHM.aspx?indiceAccordion=0&li=li_IDHM>. Acesso em: 23 mar. 2015.



Morretes. Autor: Marcelo Chemin

ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA DA PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE O TURISMO NO LITORAL DO PARANÁ

*Sidney Vincent de Paul Vikou
Cinthia Maria de Sena Abrahão
Marcelo Chemin*

INTRODUÇÃO

O litoral do Paraná está localizado na Mesorregião Geográfica Metropolitana de Curitiba, mais especificamente na Microrregião de Paranaguá. Esse antigo território Guarani foi o núcleo inicial da colonização do atual estado do Paraná, estabelecido por europeus portugueses e alguns membros de outras nações mediterrâneas a partir do século XVI. Abriga pouco mais de 2,5% da população paranaense, distribuída em sete municípios: Paranaguá, Guaratuba, Antonina, Morretes, Guaraqueçaba, Matinhos e Pontal do Paraná. A população total é estimada em 286.605 mil habitantes, dos quais, aproximadamente, 150 mil residem em Paranaguá (IBGE, 2014).

A região, distante 80 km da capital Curitiba, recebe nas temporadas de verão afluência de mais de 1 milhão de turistas e participa do imaginário de lazer e férias de grande parcela dos paranaenses e de populações vizinhas (SETU, 2012). Os principais segmentos turísticos são o turismo de sol e praia, segmento pioneiro, cujo início data da década de 1920 (BIGARELLA, 2009), o ecoturismo ou turismo de áreas naturais e o turismo cultural. Também se destacam o turismo de aventura, de pesca e náutico (PDTIS, 2010).

Há décadas o litoral paranaense se destaca em estudos e projetos governamentais estratégicos como um território de valor cultural e ecológico distinto. O acervo patrimonial atual deriva de um processo gradativo de reconhecimento de bens iniciado em 1938, com o tombamento federal da Igreja Matriz de Guaratuba, da Fortaleza da Ilha do Mel e do Colégio dos Jesuítas (Paranaguá). A região conta com

38 inscrições de tomo estadual e federal, dentre as quais os centros históricos de Paranaguá e de Antonina. Em termos ambientais, a projeção ecológica se deve ao mosaico de 31 Unidades de Conservação estaduais e federais demarcadas para proteção dos ecossistemas regionais, inseridos no bioma Mata Atlântica, e reconhecidos internacionalmente como hotspot de biodiversidade. Em 1991, a Unesco a declarou Reserva da Biosfera e em 1999 outorgou o título de Patrimônio Mundial da Humanidade.

Segundo estudo de Pierri et al. (2006), as formas predominantes de uso do solo nesse litoral são o portuário, o pesqueiro, o turístico e a conservação da biodiversidade. Em perspectiva complementar, Angulo (2000), Deschamps e Kleinke (2000), Moura e Werneck (2000) apontaram o turismo como vetor da estruturação socioespacial da região. Por meio do turismo, a região se torna partícipe das redes sociais e econômicas, ainda que submetida a uma forte sazonalidade que concentra fluxo nos meses de verão.

Em que pese a base comum que diz respeito ao turismo, os municípios do litoral paranaense apresentam um perfil socioeconômico heterogêneo. Paranaguá e Antonina se destacam como portuários, sendo que o Porto de Paranaguá é o segundo maior do Brasil e um dos maiores exportadores de grãos da América Latina (APPA, 2014). Guaratuba, Matinhos e Pontal do Paraná apresentam perfil balneário. Esses três municípios apresentam volume significativo de segundas residências. Em Guaratuba, 51% do total de domicílios corresponde a segundas residências. Em Matinhos e Pontal do Paraná esse índice corresponde a 65% (IPARDES, 2010). Morretes e Guaraqueçaba apresentam perfil rural, sendo que em ambos os casos a população rural é numericamente superior à urbana. Além disso, Morretes possui um apelo dedicado ao turismo gastronômico e de aventura e Guaraqueçaba ao turismo científico, especialmente em função do Parque Nacional do Superagui.

O exposto elucida um quadro de relevância do turismo presente na região, o que torna pertinente investigar os reflexos dessa relação no meio acadêmico, mediante especificação do panorama e perfil de publicações. Nesse sentido, em um primeiro momento, é possível identificar os avanços e as áreas e/ou temas que explicitam carência de pesquisa. Por outro lado, o conhecimento do perfil de produção

contribui para a definição de critérios e indicadores de produção (REJOWSKI, 2010).

Os estudos bibliométricos se destacam nessa perspectiva, pois instrumentalizam tecnicamente a análise da produção científica. Avaliar a produção científica sobre a região em tela, com ênfase no turismo, significa fazer um mapeamento, um diagnóstico dos temas que despertam a atenção do universo investigativo. Por meio desse instrumento é possível apurar tanto aspectos quantitativos como qualitativos, o grau de informação e de conhecimento gerado sobre o litoral paranaense, ou seja: o que se sabe dessa região? O que se pesquisa? Quais são os resultados produzidos? É também possível identificar os assuntos e temas menos abordados nas pesquisas e que requerem maiores incentivos.

Isso posto, o presente texto resulta da pesquisa que se originou na seguinte questão: o fato do turismo se apresentar como um fenômeno relevante para a região tem reflexo no âmbito da produção acadêmica? E qual sua abrangência? Sendo assim, objetiva-se apresentar de forma concisa o quadro das produções acadêmicas sobre o turismo no litoral do Paraná no período de 1980 a 2013, buscando identificar as principais linhas de pesquisas adotadas, as diversas temáticas de estudo e as metodologias mais utilizadas.

Para alcançar o objetivo proposto, recorreu-se ao método da bibliometria, associado à pesquisa de caráter exploratório, envolvendo técnicas quantitativas combinadas à revisão bibliográfica. A coleta de informações derivou de análise das bases de dados de bibliotecas virtuais, como o Portal de Publicações de Turismo, Portal de Periódicos da Capes, Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade Federal do Paraná (Sibi UFPR), Biblioteca Digital de Periódicos da UFPR, Banco de Dissertações e Teses da UFPR. Nelas foram realizadas buscas por palavras-chave. A escolha dessas bases foi realizada por se tratarem de fontes oficiais e direcionadas à área de estudo delineada. Além disso, essas bases têm o mérito de centralizar e disponibilizar gratuitamente nos seus respectivos sites variedade de trabalhos sobre o turismo e também outras áreas de conhecimento.

BIBLIOMETRIA COMO MÉTODO

Etimologicamente, a palavra bibliometria deriva da combinação do grego *biblion*, que significa livro, com o latim *metricus* e o grego *metrikos*, que significam mensuração, assim conceitualizada como um processo de medida relacionada ao livro ou ao documento (BUFREM; PRATES, 2005). Trata-se de uma técnica de enfoque quantitativo baseada no uso de ferramentas matemáticas e estatísticas para medição dos índices de produção e disseminação do conhecimento científico (ARAÚJO, 2006). Os estudos bibliométricos tiveram sua concepção originalmente pautada sobre três leis clássicas: a Lei de produtividade de Lotka (sobre os autores), Lei de dispersão de Bradford (sobre os periódicos) e o Modelo de distribuição de palavras de Zipf.

Em meados da década de 1920, E. Wyndham Hulme conceitualizou o termo como bibliografia estatística, porém, a autoria do termo bibliometria é de Paul Otlet em sua obra *Traité de Documentation*, de 1934 (ARAÚJO, 2006). Conforme Vanti (2002, p. 153), a popularização do termo apenas se deu após a publicação do trabalho de Pritchard, em 1969, intitulado “Bibliografia estatística ou bibliometria?”, no qual ele discutia a diferença conceitual e prática entre os dois conceitos. Pritchard (1969) definiu-a como uma forma de análise baseada no uso de princípios matemáticos e estatísticos aplicados a livros e outros meios de comunicação escrita.

A bibliometria surgiu como um instrumento predominantemente quantitativo com uma ênfase de aplicação mais acentuada na esfera de gestão dos acervos das bibliotecas. No entanto, tal perfil tem mudado e, conforme ressalta Araújo (2006, p. 13), “aos poucos foi se voltando para o estudo de outros formatos de produção bibliográfica, tais como artigos de periódicos e outros tipos de documentos, para depois ocupar-se, também, da produtividade de autores e do estudo de citações”. Os estudos bibliométricos têm como particularidade estabelecer mecanismos de quantificação, descrição e prognóstico sobre o processo de comunicação escrita (GUEDES; BORSCHIVER, 2005).

BIBLIOMETRIA NO TURISMO

O turismo e suas produções científicas já foram objeto de estudo de vários autores. Em nível internacional, na década de 1980, os estudos de Jafari e Aaser sobre as teses de doutorado em turismo nos Estados Unidos foram considerados pioneiros. Seguiu-se na mesma perspectiva, um conjunto de pesquisas desenvolvidas por autores tais como Hall (1991) na Austrália, Botterill (2002) no Reino Unido e Santos (2010) em Portugal, que objetivaram avaliar a produção acadêmica da área (REJOWSKI; KOBASHI, 2011).

No âmbito nacional, pesquisadores como Barreto (1996), Rejowski (1993, 1998), Sakata (2002), Panosso Netto (2005) e Gomes e Rejowski (2005) já se debruçaram sobre estudos bibliométricos aplicados à avaliação de trabalhos acadêmicos em turismo (SOUZA; PIMENTEL; FARIA, 2008). A estes, podemos acrescentar os estudos de Guedes e Borschiver (2005); Souza, Pimentel e Faria (2008); Luz, Silva, Alberton e Hoffman (2011); Lopes, Tinôco e Souza (2011); Tomazzoni e Bock (2013); Silva e Camargo (2014).

Nesse sentido, pode-se dizer que o processo de avaliação da produção científica é uma prática recorrente no meio acadêmico. Trata-se de um instrumento que visa identificar temas principais de pesquisas, as áreas de estudo, os autores mais citados dentro das suas respectivas áreas, as metodologias mais utilizadas, entre outros. De acordo com Rejowski e Kobashi (2011), pesquisas de mapeamento temático, como neste caso na área de turismo, são importantes para reconhecer pontos fortes e fracos dentro da área. O que dá sustento à análise sistemática da produção científica e auxilia na elaboração de políticas de pesquisa científica que, por sua vez, alimentarão e estimularão futuras investigações.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A perspectiva metodológica adotada ao longo da execução do processo de levantamento assumiu o cunho exploratório, pois a pretensão envolveu descrever, compreender e realizar apontamentos

que possam subsidiar outras pesquisas relacionadas ao turismo com o recorte regionalizado de análise (TRIVIÑOS, 1987; PRODANOV; FREITAS, 2013). A bibliometria foi central nesse processo, sendo que ela mesma assumiu a característica de metodologia, dados os preceitos e procedimentos que lhe são associados. Além disso, foram associados instrumentos da pesquisa quantitativa. No que se refere aos procedimentos, considerou-se pesquisa bibliográfica e documental.

O desenvolvimento da investigação se deu em três etapas: I) definição dos critérios de coleta, II) definição de critérios de seleção e III) análise das produções científicas selecionadas. A seleção dos critérios se fundamentou sobre o modelo concebido e estruturado por Prodanov e Freitas (2013), que estipula que esses critérios devem se caracterizar pela clareza no processo de coleta de dados, seleção da amostra (as bases de dados) e métodos utilizados na coleta de dados.

Etapa I – Definição dos critérios de coleta: foram identificadas as principais bases de dados de publicações sobre o turismo e, mais especificamente, sobre o turismo no litoral do estado do Paraná. Para tal fim, recorreu-se às bases de dados do Portal de Publicações de Turismo, Portal de Periódicos da Capes, Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade Federal do Paraná (Sibi UFPR), Biblioteca Digital de Periódicos (BDP) da UFPR, Banco de Dissertações e Teses (BDTD) da UFPR.

Foram sistematizadas as palavras-chave e as combinações de busca, sendo elas: litoral do Paraná, turismo no litoral do Paraná, Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes, Paranaguá, Pontal do Paraná, Ilha do Mel, Superagui.

Etapa II – Definição de critérios de seleção: foram estabelecidos dois critérios de seleção dos dados. O primeiro deles foi o recorte temporal: 1980 – 2013. O recorte temporal se justifica pelo fato de que a década de 1980 representa um período crucial na implantação de políticas de proteção ao meio ambiente, materializado pela criação das unidades de conservação, frente à degradação ambiental promovida por algumas atividades econômicas (PIERRI, 2003). A década de 1980 se destaca também por abrigar uma conjuntura de fatores que dizem respeito às mudanças significativas na configuração socioeconômica da região, tais como: crescimento demográfico regional, construção da

Rodovia Estadual Alexandra-Matinhos e aquecimento do mercado de construção civil devido à proliferação de segunda residência (IBGE, 2010; IPARDES, 2013). Tais fatores tiveram impacto substantivo na região, particularmente na intensificação do uso turístico. O segundo critério constituiu em definir as obras que seriam contabilizadas, dentre as quais foram descartadas publicações como panfletos, folders, cartilhas, guias eletrônicos, entre outras. Em suma, a prioridade foi dada aos artigos, monografias, dissertações, teses e livros.

Etapa III – Análise dos trabalhos: essa etapa se articulou primeiramente na definição dos parâmetros, sendo eles: os temas de pesquisa em turismo e as áreas de conhecimento foram baseados respectivamente nas tabelas de Temas de Pesquisa em Turismo, adotada pela Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Turismo (Anptur) referente ao ano 2013 e na tabela de classificação de áreas de conhecimento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) de 2012. Além desses, o estudo levou em conta a tipologia documental para se estudar o perfil das produções, as Instituições de Ensino Superior (IES), as revistas e, por fim, as metodologias utilizadas (quantitativas, qualitativas ou quali-quantitativas).

Cada uma das produções passou por um processo de fichamento organizado em: título; autor; instituição/editora; metodologia; tema (conforme classificação baseada nas divisões adotadas pela Anptur); área de conhecimento (tabela de classificação da Capes – 2012); revista da publicação. Na sequência, foi construído um conjunto de tabelas por meio do software Microsoft Excel 2013 para sistematização e análise. Com base nos parâmetros anteriormente citados e por meio das ferramentas do próprio software, vários cruzamentos foram realizados, gerando, assim, tabelas, gráficos e quadros.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

PANORAMA GERAL DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE O LITORAL DO PARANÁ (1980 – 2013)

Como observação inicial, pode-se dizer que o litoral paranaense é uma região contemplada pelo meio acadêmico das mais diversas áreas de conhecimento. O levantamento realizado indica uma diversidade produtiva, tanto quantitativa como qualitativa. Dentro do recorte temporal, foram levantadas 319 produções acadêmicas, dentre as quais se constata a predominância de dissertações (43%), seguida dos artigos (35%) e teses (11%). As monografias e livros apresentaram os menores números de produções dentro do levantamento.

Levando em conta que esse levantamento engloba o conjunto das produções identificadas, e não somente aquelas que são direcionadas ao turismo, propôs-se organizá-las nas respectivas áreas de conhecimento. A Tabela 1 ressalta a diversidade de áreas de conhecimento que compõe o universo da pesquisa sobre o litoral.

No conjunto de áreas de conhecimento levantado, as Ciências Biológicas como um todo se destacaram com o maior número de produções, totalizando 124 publicações. É importante frisar que as subdivisões de áreas de conhecimento dentro das Ciências Biológicas abrangidas neste estudo foram: Ciências Biológicas I (Genética), Ciências Biológicas II (Bioquímica) e Biodiversidade (Botânica, Ecologia, Oceanografia e Zoologia). O ranking das 5 áreas de maior destaque com número de publicações superando a média (11 publicações) são, por ordem decrescente: Ciências Biológicas (39%), Turismo (23%), Geografia (7%), Ciências Ambientais (6%) e Geociências (4%).

Além das publicações sobre o turismo, temas tais como paisagens naturais, características climáticas, formações geomorfológicas, diversidade biológica, configurações socioculturais, patrimônios materiais e imateriais, arquitetura, economia local, manejo de áreas naturais e perfil dos visitantes foram os temas, dentro do levantamento, que mais desencadearam estudos. Essa observação evidencia o interesse presente no meio acadêmico em estudar os componentes naturais e ambientais da região, mas também seu interesse em entender as ações antrópicas.

Tabela 1 – Classificação das publicações sobre o litoral de acordo com as áreas de conhecimento da Capes.

Área de conhecimento	Número de publicações
Agronomia	7
Antropologia	5
Arquitetura e Urbanismo	8
Artes	1
Ciência Política	2
Ciências Ambientais	20
Ciências Biológicas	124
Economia	8
Educação	7
Engenharia Florestal	5
Fisioterapia	1
Geociências	14
Geografia	21
História	6
Letras	2
Medicina Veterinária	2
Planejamento Urbano e Regional	2
Recursos Florestais e Engenharia Florestal	4
Recursos Pesqueiros e Engenharia da Pesca	4
Sociologia	4
Turismo	72
TOTAL	319

Fonte: BDP (2014); BDTD (2014); portal de periódicos Capes/MEC (2014); Sibi UFPR (2014). **Organização:** Os autores (2014).

A PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE TURISMO NA REGIÃO DO LITORAL DO PARANÁ

A PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM TURISMO CLASSIFICADA CONFORME A TIPOLOGIA DO TRABALHO

Seguindo a análise quantitativa, este item apresenta as tipologias das produções científicas sistematizadas no processo de pesquisa. De um levantamento total de 265 produções, verificou-se que 23% (n = 72) eram dedicadas ao turismo no litoral do Paraná. A Tabela 2 apresenta o perfil das produções voltadas especificamente ao turismo. Esse perfil mostra que há uma predominância de publicações em formato artigo (46%), superando os outros formatos. O formato tese representa a parcela de menor número de produção.

Tabela 2 – Relação de produção em turismo – total por categoria.

Categorias de produção	Total
Artigo	33
Dissertação	12
Monografia	17
Livro	5
Tese	5
TOTAL	72

Fonte: BDP (2014); BDTD (2014); portal de periódicos Capes/MEC (2014); Sibi UFPR (2014). **Organização:** Os autores (2014).

A Tabela 3 efetua uma comparação da representatividade da tipologia das produções do turismo em relação às demais áreas.

Essa comparação revela o perfil de formato das produções do turismo. Apesar dos artigos apresentarem o maior número de produções em comparação com os demais formatos de publicações em turismo, eles são superados pelas monografias quando se trata do total de trabalhos produzidos. Isso significa que considerando o universo geral do levantamento, constata-se uma tendência a se produzir mais sobre o turismo em monografia.

Tabela 3 – Representatividade da tipologia em turismo e outras áreas.

Tipologia	Turismo	Total	Rep. Turismo (%)
Artigo	33	111	30%
Dissertação	12	137	9%
Livro	5	11	45%
Monografia	17	24	71%
Tese	5	36	14%
TOTAL	72	319	23%

Fonte: BDP (2014); BDTD (2014); portal de periódicos Capes/MEC (2014); Sibi UFPR (2014). **Organização:** Os autores (2014).

A PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM TURISMO – CLASSIFICAÇÃO DA METODOLOGIA QUANTO À ABORDAGEM

As pesquisas quantitativas recorrem a uma tentativa de matematização, de quantificação da realidade, sendo que as informações coletadas passam então a ser traduzidas em números por meio de técnicas estatísticas (porcentagem, média, moda, mediana, desvio-padrão, entre outras) e, posteriormente, são analisadas com base na interpretação dos resultados gerados (PRODANOV; FREITAS, 2013). Para Laville e Dionne (2003, p. 225), “Os adeptos dessa abordagem explicam que esses tipos de medidas veiculam uma boa parte, se não todo o sentido dos conteúdos, e que esse gênero de estudo é a maneira mais objetiva de alcançar esse sentido”.

De outro modo, as pesquisas qualitativas não recorrem ao uso de técnicas estatísticas nem fórmulas matemáticas de interpretação dos dados coletados. Tem perfil descritivo e os dados são analisados de forma indutiva pelo pesquisador (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 70). Segundo Gerhardt e Silveira (2009, p. 33), “a pesquisa qualitativa preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais”.

Por fim, pesquisas quali-quantitativas surgem como forma de conciliar a abordagem qualitativa e quantitativa, usando as potencialidades de ambas e minimizando os limites individuais. Marconi e Lakatos (2003, p. 226) argumentam que “as perspectivas quantitativas

e qualitativas não se opõem e podem até parecer complementares, cada uma ajudando a sua maneira o pesquisador a cumprir sua tarefa, que é a de extrair as significações essenciais da mensagem”.

Conforme expressa a Tabela 4, as pesquisas acadêmicas identificadas são predominantemente qualitativas, com 54%, seguida da abordagem quali-quantitativa, com 29%. Há nos trabalhos analisados e principalmente nos artigos e dissertações um uso maior da abordagem qualitativa. A metodologia quali-quantitativa é mais utilizada em dissertações e teses.

Tabela 4 – Delineamento metodológico quanto à abordagem. **Fonte:** BDP (2014); BDTD (2014); portal de periódicos Capes/MEC (2014); Sibi UFPR (2014). **Organização:** Os autores (2014).

Metodologia	Total
Quantitativa	12
Qualitativa	39
Quali-quantitativa	21
TOTAL	72

Fonte: BDP (2014); BDTD (2014); portal de periódicos Capes/MEC (2014); Sibi UFPR (2014). **Organização:** Os autores (2014).

Técnicas e instrumentos que acompanham essas duas abordagens refletem multiplicidade. Nas pesquisas qualitativas é frequente o uso de entrevistas, da história oral, de mapas mentais e observações. Os estudos quantitativos, por sua vez, recorrem à estatística, muitos dos quais para especificação de perfil dos turistas. Ainda na abordagem quantitativa, parte dos estudos recorre a ferramentas de geoprocessamento.

Tabela 5 – Abordagem de pesquisa, procedimentos e técnicas/instrumentos.

Abordagem	Procedimentos	Técnicas/ Instrumentos
Qualitativa	Pesquisa-ação participativa Pesquisa bibliográfica Pesquisa descritiva Pesquisa exploratória Pesquisa iconográfica	Análise comparativa de corte longitudinal
		Análise documental histórica
		Análises iconográficas
		Aplicação de questionários
		Entrevistas
		História oral
		Levantamento de dados empíricos
		Levantamento documental
		Mapas mentais
		Método de análise de conteúdo
		Observação assistemática
		Observação <i>in loco</i>
		Observação participante
		Pesquisas fotográficas
		Registros audiovisuais
Quantitativa	Pesquisa descritiva	Análise de variáveis climatológicas
		Análise fatorial
		Aplicação de questionários
		Estatísticas multivariadas
		Geoprocessamento
		Imagens de satélite
		Análise da percepção da paisagem
		Análise <i>in loco</i>
		Análise <i>SWOT</i>
		Análise visual direta da paisagem
Quali-quantitativa	Estudo de caso Pesquisa descritiva Pesquisa exploratória	Análise visual indireta da paisagem
		Definição de variáveis
		Entrevista estruturada
		Levantamento fotográfico
		Mapa mental
		Questionário estruturado não disfarçado
		Uso de mapas

Fonte: BDP (2014); BDTD (2014); portal de periódicos Capes/MEC (2014); Sibi UFPR (2014). **Organização:** Os autores (2014).

A PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM TURISMO CLASSIFICADA CONFORME OS TEMAS DE PESQUISA DA ANPTUR

A Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Turismo

(Anptur) sistematizou um conjunto de 5 grandes divisões de temas de pesquisas:

- DDT – Divisão Científica Desenvolvimento Turístico e Sustentabilidade
- DPG – Divisão Científica Planejamento, Gestão e Hospitalidade no Turismo
- DCL – Divisão Científica Cultura, Gastronomia e Lazer no Turismo
- DFP – Divisão Científica Formação e Pesquisa em Turismo
- DIC – Divisão Científica Turismo, Inovação e Criatividade

A classificação dos trabalhos a partir das divisões e subdivisões da Anptur objetiva traduzir os principais temas de pesquisa delineados, conforme Tabelas 6 e 7. De acordo com a Tabela 6, os três grandes temas de maior destaque, conforme prioridade, foram: Turismo e Desenvolvimento Local; Turismo, Meio Ambiente e Gestão Ambiental e o Planejamento de Destino Turístico. Os três juntos representam 72% do total de temas em Turismo. Os temas menos abordados nos trabalhos foram o de Formação e Qualificação em Turismo, com 3%, seguido do tema Marketing Turístico, com menos de 1%.

Tabela 6 – Número de produções por tema.

Divisão dos temas	Subdivisões	Total
Divisão Científica Desenvolvimento Turístico e Sustentabilidade	Turismo e Desenvolvimento Local	19
	Turismo, Meio Ambiente e Gestão Ambiental	18
Divisão Científica Planejamento, Gestão e Hospitalidade no Turismo	Planejamento do Destino Turístico	15
	Marketing Turístico	1
Divisão Científica Cultura, Gastronomia e Lazer no Turismo	Turismo, Cultura e Patrimônio	7
	Turismo, Lazer e Entretenimento	4
	Turismo, Gastronomia e Restauração	6
Divisão Científica Formação e Pesquisa em Turismo	Formação e Qualificação no Turismo	2
Divisão Científica Turismo, Inovação e Criatividade		0
TOTAL		72

Fonte: BDP (2014); BDTD (2014); portal de periódicos Capes/MEC (2014); SIBI UFPR (2014). **Organização:** os autores (2014).

De acordo com a Tabela 7, Turismo e Desenvolvimento Local apresentou maior número de publicações em formato de artigos,

seguido dos temas Planejamento do Destino Turístico e Turismo, Meio Ambiente e Gestão Ambiental. No que diz respeito às dissertações e monografias, elas abrangeram o mesmo escopo de temas que os artigos. No entanto, vale ressaltar que dentro dos formatos estudados, somente as monografias apresentaram trabalhos sobre o tema de Formação e Qualificação no Turismo. As teses apresentaram principalmente trabalhos na área de Planejamento do Destino Turístico.

Tabela 7 – Temas abordados por formato de trabalho.

Temas	Artigos	Monografia	Dissertações	Teses	Livros
DDT2 – Turismo e Desenvolvimento Local	10	3	5	0	2
DDT4 – Turismo, Meio Ambiente e Gestão Ambiental	6	6	5	0	0
DPG1- Planejamento do Destino Turístico	7	3	2	2	1
DPG2 – Marketing Turístico	0	0	0	1	0
DCL1 – Turismo, Cultura e Patrimônio	4	2	0	0	1
DCL4 – Turismo, Lazer e Entretenimento	1	1	0	1	1
DCL5 – Turismo, Gastronomia e Restauração	5	0	0	1	0
DFP3 – Formação e Qualificação no Turismo	0	2	0	0	0

Fonte: BDP (2014); BDTD (2014); portal de periódicos Capes/MEC (2014); Sibi UFPR (2014). **Organização:** Os autores (2014).

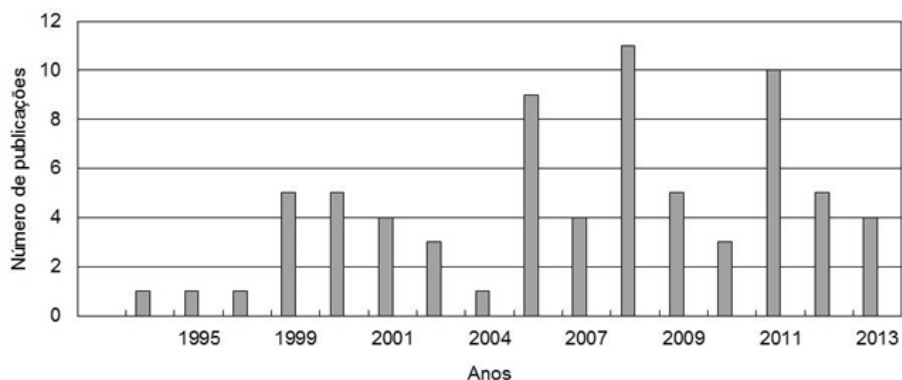
A PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE TURISMO NO LITORAL DO PARANÁ EM REVISTAS INDEXADAS DE TURISMO

As duas principais revistas com publicações sobre o turismo no litoral do Paraná são respectivamente as revistas Turismo em Análise (17%) e Turismo Visão e Ação (13%), seguidas pelas revistas Turismo e Sociedade, Cultur – Revista de Cultura e Turismo e pela Revista Brasileira de Ecoturismo, com 10% cada. Esse conjunto de revistas concentrou a grande parte das publicações, com trabalhos dos mais diversos temas de pesquisa, indo das áreas de economia do turismo até as ambientais, perpassando o social. O planejamento turístico, os impactos socioculturais do turismo, a sustentabilidade ambiental do turismo, a gastronomia, o turismo comunitário, entre outros, constituíram as grandes linhas com trabalhos publicados nessas revistas, evidenciando as perspectivas de análise da comunidade acadêmica sobre a região.

Por fim, o Gráfico 1 objetiva apresentar a distribuição temporal das publicações entre 1980 e 2013. Assim, a primeira publicação que

surge dentro do recorte temporal data de 1993. Dentro do período de análise, os anos 2006, 2008 e 2011 despontam como os que apresentam número maior de publicações. O ano de 2008 se destaca com 11 publicações, superando por uma publicação o ano de 2011. No entanto, considerando 2008 como o ano de maior publicação, observa-se uma queda no intervalo de 2008 a 2013, sendo 2010 o ano de menor volume de publicações, logo seguido por um novo pico no ano de 2011. Porém, esse volume não se manteve em 2013, no qual foram identificadas 4 publicações.

Gráfico 1 – Cronologia das produções acadêmicas entre 1980 a 2013.



Fonte: BDP (2014); BDTD (2014); portal de periódicos Capes/MEC (2014); Sibi UFPR (2014). **Organização:** Os autores (2014).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O turismo é uma atividade do cotidiano do litoral do Paraná, responsável por geração de renda, divisas internacionais, além da arrecadação tributária. Contudo, a atenção concentrada de um conjunto significativo de produções dedicadas ao turismo e suas relações com o ambiente natural, e turismo como alternativa de desenvolvimento da região, demonstram evidências de subaproveitamento das potencialidades turísticas da região, frente ao uso tradicional e consolidado dos balneários pelo segmento sol e praia.

Parcela considerável do território litorâneo do Paraná constitui-

se como áreas naturais protegidas (Unidades de Conservação de Proteção Integral e de Uso Sustentável). Com efeito, vários estudos ressaltaram os atrativos tanto naturais quanto culturais da região. No entanto, destacam-se algumas lacunas que se mostraram evidentes no conjunto de produção científica sistematizada. Temas relacionados a Políticas Públicas; Gestão Pública; Formação e Qualificação; Inovação e Criatividade; Gestão de Espaços Turísticos ainda aparecem pouco enfrentados.

Observa-se que a pesquisa científica em turismo, com foco na região do litoral do Paraná, tem contribuído para aumentar a visibilidade dos componentes da oferta turística, mas também projetar potencial de outros segmentos subaproveitados. Em geral, há atenção para alternativas de turismo interpretadas como mais próximas da identidade regional, como por exemplo, Turismo de Base Comunitária (TBC). Na mesma perspectiva, alguns trabalhos se pautaram em estudar o perfil dos visitantes dos parques da região.

A pesquisa investigou as produções acadêmicas sobre o turismo no litoral do Paraná, entre as décadas de 1980 a 2013. Esse período representou grandes mudanças na forma de ocupação do litoral, principalmente em decorrência da implantação de legislação para a conservação ambiental. Isso se reflete muito no perfil das pesquisas produzidas.

Observou-se também que parcela significativa da produção científica sobre a região foi disseminada por meio de artigos nos mais diversos periódicos. Os principais temas de pesquisa identificados foram: Planejamento do Destino Turístico; Turismo e Desenvolvimento Local; Turismo, Meio Ambiente e Gestão Ambiental. Embora o número de artigos tenha superado os demais, nota-se que houve uma produção considerável de dissertações e monografias sobre a região. Porém, deplora-se que tenha havido tão poucas teses levantadas.

Em termos de metodologia, constatou-se que todos os formatos de metodologia de pesquisa foram abordados, com predominância da metodologia qualitativa, seguida pela metodologia quali-quantitativa. Assim, as pesquisas sobre o turismo na região conseguiram explorar no universo disponível de metodologia de pesquisa uma ampla gama de métodos (entrevistas, análises matemática e estatística) para obtenção

de um conjunto variado de resultados.

Por fim, reitera-se por meio desta pesquisa a relevância instrumental da bibliometria para gerar o panorama e estado da arte da produção científica em turismo, o que permite vislumbrar ênfases, temáticas com grau mais ou menos elevado de amadurecimento em termos de reflexão e mesmo de produção de informações qualificadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAHÃO, C. M. S.; BAHL, M. Turismo cultural e desenvolvimento incluyente: o caso de Paranaguá, Paraná, Brasil. *Revista Turismo em Análise*, v. 22, p. 96-118, 2011.

ANGULO, R. J. As praias do Paraná: problemas decorrentes de uma ocupação inadequada. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, v. 99, p. 97-103, 2000.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA (APPA). Porto de Paranaguá. Disponível em: <<https://goo.gl/PcO6tu>>. Acesso em: 24 set. 2014.

Araújo, C. A. Bibliometria: Evolução Histórica E Questões Atuais. *Revista Em Questão*, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 11-32, 2006.

BIBLIOTECA DIGITAL DE PERIÓDICOS (BDP). Acervo de revistas. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/index/index>>. Acesso em: 5 maio 2014.

BIBLIOTECA DIGITAL DE TESES E DISSERTAÇÕES (BDTD). Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/index/index>>. Acesso em: 22 maio 2014.

BIGARELLA, J. J. Contribuição ao estudo da planície litorânea do estado do Paraná. *Brazilian Archives of Biology and Technology*, Jubilee Volume (1946- 2001), p. 65-110, 2001.

BIGARELLA, J. J. Matinhos: homem e terra – Reminiscências. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 2009.

BUFREM, L.; PRATES, Y. O saber científico registrado e as práticas de mensuração da informação. *Ci. Inf.*, Brasília, v. 34, n. 2, p. 9-25, 2005.

DENARDIN, V. F.; LOUREIRO, W.; SULZBACH, M. T. Distribuição de benefícios ecossistêmicos: o caso do ICMS ecológico no litoral paranaense. *Redes*. Santa Cruz do Sul, v. 13, n. 2, p. 184-198, 2008.

DESCHAMPS, M. V.; KLEINKE, M. L. U. Os fluxos migratórios e as mudanças socioespaciais na ocupação contínua litorânea do Paraná. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, v. 99, p. 45-59, 2000.

ESTEVES, C. J. de O. Vulnerabilidade socioambiental na área de ocupação contínua do litoral do Paraná – Brasil. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil, 2011.

FERNANDES, D. L.; GOUVEIA, E. F. de; HORODYSKI, G. S.; GANDARA, J. M. G. Marketing turístico do destino Paraná: atrativos, segmentos e sua distribuição no estado. *Abet*, v. 2, n. 2, p. 65-78, 2012.

FONSECA NETO, N. J. C. Ecoturismo no litoral do Paraná: caminhos e descaminhos. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil, 2007.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. Métodos de pesquisa. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

GIMENES, M. H. G. Turismo à mesa: da oferta contemporânea do Barreado no litoral paranaense. *Turismo em Análise*, v. 20, n. 3, 2009.

GUEDES, V. L. S.; BORSCHIVER, S. Bibliometria: uma ferramenta estatística para a gestão da informação e do conhecimento, em sistemas de informação, de comunicação e de avaliação científica e tecnológica. *Anais do Encontro Nacional de Ciência da Informação*, ICI/UFBA, Salvador, Brasil, 6, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 18 mar. 2014.

INSTITUTO VIRTUAL DO TURISMO (IVT). Disponível em: <<http://www.ivt-rj.net/ivt/pagina.aspx?id=114>>. Acesso em: 14 abr. 2014.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). Base de dados do estado – BDEweb. Disponível em: <<http://www.ipardes.pr.gov.br/imp/index.php>>. Acesso em: 18 mar. 2014.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. (1999). A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1997.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Atlas, 2003.

MOURA, R.; WERNECK, D. Z. Ocupação contínua litorânea do Paraná: uma leitura do espaço. Revista Paranaense de Desenvolvimento, v. 99, 61-82, 2000.

PLANO INTEGRADO DO TURISMO SUSTENTÁVEL (PDITS). Polo turístico do litoral paranaense. Disponível em: <<https://goo.gl/aVhCps>>. Acesso em: 03 jul. 2014.

PIERRI, N. O litoral do Paraná: entre a riqueza natural e a pobreza social. Desenvolvimento e Meio Ambiente, v. 8, p. 25-41, 2003.

PIERRI, N.; ANGULO, R. J.; SOUZA, M. C. de; KIM, M. K. A ocupação e o uso do solo no litoral paranaense: condicionantes, conflitos e tendências. Desenvolvimento e Meio Ambiente, v. 13, p. 137-167, jan./jun. 2006.

PRITCHARD, A. Statistical Bibliography or Bibliometrics? Journal of Documentation, v. 25, n. 4, p. 348-349, 1969. Disponível em: <<https://goo.gl/jlhrWJ>>. Acesso em: 22 maio 2014.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. Metodologia do trabalho científico: métodos de técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

REJOWSKI, M. Produção científica em turismo: análise de estudos referenciais no exterior e no Brasil. Revista Turismo em Análise, v. 21, p. 224-246, 2010.

REJOWSKI, M.; KOBASHI, N. Y. Subsídios para elaboração de um tesouro brasileiro de turismo. Turismo em Análise, v. 22, n. 3, p. 579-598, 2011.

SECRETARIA DO ESPORTE E DO TURISMO DO PARANÁ (SETU). Turismo de sol e mar. Disponível em: <<https://goo.gl/MfebQR>>. Acesso em: 18 mar. 2014.

SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (SIBI UFPR). Disponível em: <<http://acervo.ufpr.br/>>. Acesso em: 17 mar. 2014.

SOUZA, M. J. B. de; PIMENTEL FILHO, G.; FARIA, S. de. Contribuições para a Construção do Conhecimento Científico em Turismo: Uma Análise Bibliométrica dos Artigos Publicados no Enanpad entre 1997 e 2006. *Revista Eletrônica Biblioteconomia*, n. esp., 2º sem. 2008.

VANTI, N. A. Da bibliometria à webometria: uma exploração conceitual dos mecanismos utilizados para medir o registro da informação e a difusão do conhecimento. *Ciência da Informação*, v. 31, n. 2, p. 152-162, 2002.



Antonina. Autor: Marcelo Chemin

AUTORES

ADRIANA LUCINDA DE OLIVEIRA

Bacharel em Serviço Social pela UFSC. Mestre em Desenvolvimento Regional pela FURB e em Serviço Social pela UFSC. Doutorado em Políticas Públicas pela UFPR. Professora da UFPR no curso de Serviço Social e no Programa de Residência Integrada Multiprofissional em Atenção Hospitalar. Desenvolve pesquisa nas áreas de políticas públicas, inserção profissional, educação e trabalho. E-mail: adrilocinda@gmail.com

ANIELLY DALLA VECCHIA

Possui graduação em Saúde Coletiva pela UFPR com período sanduíche na Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Coimbra, Portugal. Tem experiência na área de Saúde Coletiva, com ênfase em epidemiologia, atuando com saúde coletiva, segurança alimentar, transtornos mentais comuns, saúde ambiental. E-mail: annysc2012@gmail.com

BRUNO MARTINS GURGATZ

Bacharel em Gestão Ambiental da UFPR, Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável da UFPR. Desenvolve pesquisas na área de Poluição Atmosférica e Risco Ambiental. E-mail: brunogurgatz@gmail.com.

CARLOS ALBERTO CIOCE SAMPAIO

Graduado em Administração pela PUC-SP, Mestre em Administração pela UFSC. Doutor em Engenharia da Produção pela UFSC. Pós-doutor em Ciências Ambientais pela Washington State University (USA) e em Cooperativismo Corporativo pela Universidad de Mandragón (Espanha) e em Ecosocioeconomia pela Universidad Austral de Chile. Professor dos Programas de Pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento (MADE - UFPR), Desenvolvimento Rural (FURB) e Gestão Ambiental (UP). Pesquisador do CNPq. Coordenador da Área de Ciências Ambientais da CAPES. E-mail: carlos.cione@gmail.com

CINTHIA MARIA DE SENA ABRAHÃO

Professora efetiva na UFPR e dos Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Turismo, ambos da UFPR. Graduada em Economia pela Universidade Federal de Uberlândia, Mestre em História Econômica pela USP, Doutora em Geografia pela UFPR e Pós-doutoranda em Turismo na USP. E-mail: cinthiaabrahao@ufpr.br

CRISTIANE MANSUR DE MORAES SOUZA

Arquiteta e Urbanista pela UFSC. Mestrado em Desenho Urbano pela Oxford Brooks University. Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas pela UFSC e pós-doutorado em Ciências Ambientais pela Washington State University. Professora do curso de Arquitetura e Urbanismo e do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Regional de Blumenau. E-mail: arqcmansur@gmail.com

DANIEL CANAVESE DE OLIVEIRA

Professor do Curso de Saúde Coletiva da UFRGS. Mestre em Saúde Coletiva pelo Instituto de Estudo em Saúde Coletiva da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Doutor em Ciências da Saúde na Faculdade de Medicina da USP. Atua na Pós-graduação em Saúde Coletiva da UFPR. É pesquisador e extensionista na área de Saúde Coletiva, Epidemiologia, Saúde Ambiental, Políticas Públicas de Saúde, Gênero, Raça e Etnia e Diversidade Sexual, com enfoque no Pensamento Complexo. E-mail: daniel.canavese@gmail.com

DIOMAR AUGUSTO DE QUADROS

Bacharel em Nutrição pelas Faculdades Integradas Espírita. Especialista em Nutrição Clínica. Mestre em Tecnologia de Alimentos pela UFPR. Doutor em Alimentos e Nutrição pela UNICAMP. Professor na UFPR Litoral onde atua principalmente com os temas de Segurança Alimentar e Nutricional, Análise Sensorial, Controle de Qualidade de Alimentos, Desenvolvimento de Produtos e Tecnologia de Alimentos. E-mail: diomar@ufpr.br

EDINAN CARDOSO DOURADO

Licenciado em História e Graduado em Tecnologia em Gastronomia. Mestrado em Desenvolvimento Regional pela FURB. Atualmente é Professor e Tutor do Grupo Uniasselvi/Kroton. Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil. E-mail: edinandourado@ibest.com.br

ELIZABETE SAYURI KUSHANO

Bacharel em Turismo pela UFPR. Mestrado em Cultura e Turismo pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Doutorado em Geografia pela UFPR. Docente do Curso de Tecnologia em Gestão de Turismo da UFPR. Desenvolve pesquisas na área da Infância e Turismo, hospitalidade e gestão do turismo. Coordena a linha de pesquisa Infância e Turismo, junto ao Grupo de Pesquisa Turismo e Sociedade. E-mail: sayuriturf@gmail.com

GILBERTO FRIEDENREICH DOS SANTOS

Graduação e mestrado em Geografia pela UFSC. Doutorado em Geografia Física pela USP. Coordenador do Grupo de Pesquisa de História Ambiental do Vale do Itajaí, e professor do Departamento de História e Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Regional de Blumenau. E-mail: gilbertofrieden@gmail.com

GISELE ANTONIACONI

Bacharel em Saúde Coletiva pela UFPR. Mestrado em Saúde Coletiva pela UEL. Residente em Vigilância em Saúde pela Escola de Saúde Pública do Estado do Rio Grande do Sul. E-mail: antoniaconi@gmail.com

HELENA MARIA ANDRE BOLINI

Graduada em Farmácia Bioquímica. Mestre em Alimentos e Nutrição pela UNESP. Doutora em Engenharia de Alimentos pela UNICAMP. Professora Titular da UNICAMP e Membro do Comitê E18 on Sensory Evaluation da ASTM International para análise e revisão de métodos e protocolos oficiais em Análise Sensorial de Alimentos e Bebidas.

Membro do Corpo Editorial do Journal of Sensory Studies. E-mail: hellini@unicamp.br

ILDA JANETE STEIMETZ COSTA

Graduada em Pedagogia pela Faculdade Porto-Alegrense. Especialista em Educação Infantil e Articulações com Ensino Fundamental pela Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Mestre em Desenvolvimento Territorial e Sustentável pela UFPR. E-mail: ildajscosta@gmail.com

LIZANDRO NUNES FERNANDEZ

Graduado em Administração pela FURB. Pesquisador do Grupo de Pesquisa de História Ambiental do Vale do Itajaí da Universidade Regional de Blumenau. E-mail: lysander@bol.com.br

LUCIANA FERREIRA

Graduada em Artes Plásticas pela Faculdade de Artes do Paraná. Mestre em Comunicação e Linguagens pela UTP. Doutora em Geografia pela UFPR. Professora da Universidade Federal do Paraná. Tem experiência na área de Artes, Artes Gráficas e Artes Visuais. Atua principalmente com Artes Visuais, Arte Contemporânea e Arte Educação. E-mail: lluasol@gmail.com

LUCIANA VIEIRA CASTILHO WEINERT

Fisioterapeuta pela PUC-PR. Especialização em Fisiologia Humana e da Nutrição pela PUC-PR. Mestre e Doutora em Ciências - Engenharia Biomédica pela UTFPR. Docente da UFPR no Curso de Licenciatura em Educação Física e no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável. Desenvolve pesquisas nas áreas de saúde da criança, políticas públicas em saúde e informática em saúde. E-mail: luciana.weinert@ufpr.br

LUIZ ALBERTO ESTEVES

Doutor em Economia pela Universidade de Siena, Itália. Professor do Departamento de Economia da UFPR. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPR.

Atualmente exerce o cargo de economista-chefe do Banco do Nordeste.
E-mail: esteves@ufpr.br

MARCELO CHEMIN

Bacharel em Turismo pela UEPG. Mestre em Turismo pela UNIVALI. Doutor em Geografia pela UFPR. Professor da Universidade Federal do Paraná. É Tutor do Programa de Educação Tutorial Litoral Social da UFPR e Professor permanente dos Programas de Pós Graduação em Turismo (PPGTUR) e Desenvolvimento Territorial Sustentável da UFPR. E-mail: marcelochemin@uol.com.br

MARCOS CLAUDIO SIGNORELLI

Fisioterapeuta pela FURB. Mestre em Fisiologia pela UFPR e Doutor em Saúde Coletiva pela UNIFESP. Pós-doutorando em Saúde Pública na La Trobe University, Austrália. Professor da UFPR na Graduação em Saúde Coletiva e nos Programas de Pós-graduação em Saúde Coletiva e em Desenvolvimento Territorial Sustentável na UFPR. Desenvolve pesquisas nas áreas de saúde coletiva, gênero e diversidade, violência e políticas públicas de saúde. E-mail: signorelli.marcos@gmail.com

MARCOS DE VASCONCELLOS GERNET

Possui graduação em Gestão Ambiental pela UFPR. Mestre em Ciência do Solo, também pela UFPR, na área de Arqueo-antropossolos de Sambaqui. Tem experiência na área de Zoologia e Arqueologia, com ênfase em Malacologia. E-mail: lmv.gernet@gmail.com

MARCOS LUIZ FILIPPIM

Graduado em História pela Universidade do Oeste de Santa Catarina. Mestrado em Turismo e Hotelaria pela Universidade do Vale do Itajaí. Doutorado em Geografia pela Universidade Federal do Paraná. É professor efetivo da Universidade Federal do Paraná. Tem experiência nas áreas de Turismo, Geografia Cultural, Administração Pública, atuando principalmente com tradições culturais, desenvolvimento regional turismo cultural e turismo rural. E-mail: marcoslupim@yahoo.com.br

MARÍLIA PINTO FERREIRA MURATA

Psicóloga pela USP e Bacharel em Desenho Industrial pela UNESP. Mestrado em Comunicação pela UNESP e Doutorado em Educação Especial pela UFSCAR. Docente da UFPR na Graduação em Saúde Coletiva. Desenvolve pesquisas nas áreas de educação especial, saúde coletiva e desenvolvimento humano. E-mail: mariliamurata@gmail.com

MARISETE T. HOFFMANN-HOROCHOVSKI

Graduada em Ciências Sociais pela UFPR. Mestre e Doutora em Sociologia pela UFPR. Professora do curso de graduação em Gestão Pública e do Mestrado em Desenvolvimento Territorial Sustentável da UFPR. Email: marisetehh@gmail.com

MARTIN STABEL GARROTE

Historiador e Cientista Social. Especialista em História Social e ensino de História. Mestre em Desenvolvimento Regional pela FURB. Pesquisador do Grupo de Pesquisa de História Ambiental do Vale do Itajaí, e doutorando no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Regional de Blumenau. E-mail: gphavi.furb@yahoo.com.br

MAYRA TAIZA SULZBACH

Economista, mestre e doutora em Desenvolvimento Econômico pela UFPR. Pós doutora em sociologia econômica pelo Laboratoire Interdisciplinaire pour la Sociologie Économique (LISE, Paris). Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável da UFPR. Docente do curso de Gestão Pública, pesquisadora e extensionista em socioeconomia na UFPR. Email: mayrats@ufpr.br

MIGUEL BAHL

Bacharel em Turismo e Licenciado em Geografia pela UFPR. Mestrado e Doutorado em Ciências da Comunicação pela USP. Pós-Doutorado na Universidade de Girona (Espanha). Docente do Curso de Graduação em Turismo e nos Programas de Pós-Graduação de Mestrado em Turismo e de Mestrado e Doutorado em Geografia (UFPR). Líder do grupo de

pesquisa Turismo e Sociedade. Editor do Periódico Científico Turismo e Sociedade (UFPR). Email: migbahl@gmail.com

NEILOR VANDERLEI KLEINÜBING

Enfermeiro pela PUC-PR. Graduação em Ciências Biológicas pela UNIASSELVI. Mestrado em Saúde e Gestão do Trabalho pela UNIVALI. Docente do Setor Litoral da UFPR no Curso de Saúde Coletiva. Desenvolve pesquisas nas áreas de gestão em saúde, terapias integrativas e complementares e saúde coletiva. E-mail: neilork@yahoo.com.br

PAULA SAYURI SOGABE

Graduada em Gestão Ambiental pela UFPR. Atuação na área de justiça ambiental, saúde ambiental e agrotóxicos. E-mail: paulasogabe@gmail.com

REGINA MARIA FERREIRA LANG

Graduada em Nutrição pela UFPR. Mestre em Ciências da Nutrição pela UNIFESP. Professora do Departamento de Nutrição do Setor de Ciências da Saúde da UFPR. Atua no Centro Colaborador em Alimentação Escolar (CECANE Paraná). Preside o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Curitiba. E-mail: reginalang@ufpr.br

RODRIGO ARANTES REIS

Bacharel e Licenciado em Ciências Biológicas pela UFPR, onde fez mestrado e doutorado em Bioquímica. Professor da UFPR Litoral e do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável. Coordenador de Área do PIBID, desenvolve pesquisas nas áreas de poluição atmosférica e divulgação científica. E-mail: reisra@gmail.com

SAMARA BRAUN

Arquiteta e Urbanista, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da FURB, com pesquisa sobre Mudanças Climáticas e Planejamento Urbano. E-mail: samii.braun@gmail.com

SHIMENE FEUSER

Engenheira Florestal. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa de História Ambiental do Vale do Itajaí. Mestre em Desenvolvimento Regional e doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Regional de Blumenau. E-mail: eng.shimene@gmail.com

SIDNEY VINCENT DE PAUL VIKOU

Graduado em Gestão Ambiental pela UFPR. Mestrando do Programa de Pós-graduação em Geografia pela UFPR, na linha de pesquisa Paisagem e Análise Ambiental. Desenvolve pesquisa relacionada aos temas de Urbanização, Planejamento Ambiental Urbano e Unidades de Conservação. E-mail: viksidney@gmail.com

VANESSA DAMBROWSKI

Licenciada e Bacharel em Ciências Biológicas pela FURB. Especialista em Biologia da Conservação pela UNIVALI. Especialista em Educação Ambiental pelo SENAC. Mestre em Engenharia Florestal com ênfase na Conservação e Restauração de Ecossistemas Florestais pela FURB. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa de História Ambiental do Vale do Itajaí da Universidade Regional de Blumenau. E-mail: vdambrowski@yahoo.com.br

VALDIR FRIGO DENARDIN

Economista, mestre em Economia Rural pela UFRGS. Doutor em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela UFRRJ. Pós doutor em Sociologia Rural pelo Laboratoire Dynamiques Sociales et Recomposition des Espaces (LADYSS, Paris). Professor do Curso de Gestão Ambiental e dos Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável e Meio Ambiente e Desenvolvimento, ambos da UFPR. Pesquisador e extensionista em desenvolvimento territorial rural. Email: valdifd@ufpr.br